

**LUIZ SALGADO KLAES**

**COOPERATIVISMO E ENSINO À DISTÂNCIA**

Tese apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Engenharia de Produção do Centro Tecnológico da Universidade Federal de Santa Catarina, como Requisito à obtenção do Título de Doutor em Engenharia de Produção.

Orientador: Prof. Dr. José Francisco Salm

Florianópolis  
2005

## TERMO DE APROVAÇÃO

LUIZ SALGADO KLAES

### COOPERATIVISMO E EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA

Tese aprovada como requisito parcial para obtenção do Grau de Doutor no Curso de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, do Centro Tecnológico da Universidade Federal de Santa Catarina, pela seguinte Banca Examinadora:

Orientador            Prof. Dr. José Francisco Salm

Prof. Dr. Altair Borgert

Prof. Dr. Maurício Fernandes Pereira

Prof<sup>a</sup>. Dra. Clerilei Aparecida Bier

Prof. Dr. Mário César Barreto Moraes

Prof<sup>a</sup>. Dra. Jane Iara Pereira da Costa  
Moderador

Florianópolis, 07 de abril de 2005

## **AGRADECIMENTOS**

A todos que direta ou indiretamente, contribuíram para a realização e divulgação deste trabalho.

Meu especial agradecimento a todas as pessoas que colaboraram direta ou indiretamente como sujeitos da pesquisa.

À Sueli, Débora e Leandro minha família pelo incentivo à persistência;

Aos meus pais Danilo e Nancy que me mostraram o sentido da vida, o respeito ao próximo e, o valor da dedicação;

Ao Professor Dr. José Francisco Salm, pelo acompanhamento e revisão do estudo, pelas críticas que proporcionaram uma maior aprofundamento nas questões polêmicas;

Ao Professor Fernando Ferreira de Mello Júnior pela paciência em ler os manuscritos e apresentar sugestões críticas;

À Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina, nas pessoas do Economista Luiz Hilton Temp, MD Diretor Presidente; Geci Pungan, MD Diretor Superintendente e Engenheiro Agrônomo Paulo Von Dokonal, MD Gerente de Cooperativismo;

À Cooperativa Central de Crédito de Santa Catarina – SICCOOB/SC na pessoa de seu Presidente Senhor Rui Schneider da Silva e

A todos aqueles que suportaram o cotidiano do meu trabalho, algumas vezes irritado e impaciente.

“Se as pessoas não aplaudirem seus  
esforços não desanime.  
A maioria da platéia também dorme  
quando o sol, ao nascer, dá um  
espetáculo todo especial”

Autor Desconhecido

## SUMÁRIO

<b>LISTA DE TABELAS E QUADROS</b> .....	<b>vii</b>
<b>RESUMO</b> .....	<b>viii</b>
<b>ABSTRACT</b> .....	<b>ix</b>
<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>10</b>
1.1 Tema e Problema .....	16
1.2 Objetivos .....	19
1.2.1 Objetivo Geral .....	20
1.2.2 Objetivos Específicos .....	20
1.3 Justificativa Teórico Prática .....	20
1.4 Delimitação da proposta .....	24
1.5 Metodologia .....	24
<b>2 A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO IDEÁRIO COOPERATIVO NO MUNDO</b> ....	<b>32</b>
2.1 A Gênese do Cooperativismo .....	34
2.1.1 Na Idade Antiga .....	35
2.1.2 Na Idade Média .....	37
2.1.3 Na Idade Moderna .....	42
2.2 Precusores do Cooperativismo no mundo .....	47
2.2.1 Os Principais Precusores .....	49
2.2.2 Outros Precusores .....	75
<b>3 COOPERATIVISMO DE CRÉDITO</b> .....	<b>86</b>
3.1 Na Alemanha .....	87
3.2 Na Itália .....	93
3.3 No Canadá .....	95
<b>4 O SISTEMA DE CRÉDITO COOPERATIVO NO BRASIL</b> .....	<b>99</b>
<b>5 A NATUREZA DOS PRINCÍPIOS COOPERATIVOS</b> .....	<b>122</b>
<b>6 EDUCAÇÃO COOPERATIVA</b> .....	<b>164</b>
<b>7 EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA</b> .....	<b>208</b>
7.1 Usos e objetivos .....	210
7.2 A sua efetividade .....	213
7.3 Tendências e desafios .....	215
7.4 O aprendizado com recursos da Internet .....	216

7.5 Características da educação via Internet .....	220
<b>8 DESCRIÇÃO, ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DAS INFORMAÇÕES .....</b>	<b>221</b>
<b>9 CONCLUSÕES &amp; RECOMENDAÇÕES .....</b>	<b>240</b>
9.1 Conclusões .....	240
9.2 Recomendações .....	247
<b>10 FONTES DE PESQUISA .....</b>	<b>249</b>
<b>11 OBRAS CONSULTADAS .....</b>	<b>262</b>

## LISTA DE TABELAS E QUADROS

TABELA 1 - COOPERATIVAS DE CRÉDITO BRASILEIRAS – 1940/1990 ..	105
GRÁFICO 1 – COOPERATIVAS DE CRÉDITO .....	106
TABELA 2 - COOPERATIVAS DE CRÉDITO E BANCOS COOPERATIVO – 1994 – 1990 .....	107
TABELA 3 - COOPERATIVAS DE CRÉDITO EM SANTA CATARINA – 1980 - 2002 .....	117
QUADRO 1 - CONGRESSOS DA ACI .....	161
GRÁFICO 2 - REDE CATARINENSE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA .....	229
GRÁFICO 3 - CARGOS NO SISTEMA SICOOB/SC .....	231
GRÁFICO 4 - TEMPO DE SERVIÇO, CARGA HORÁRIA, DISPONIBILIDADE PARA EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA .....	232
GRÁFICO 5 - ESCOLARIDADE .....	233
GRÁFICO 6 - ESCOLARIDADE – GRADUAÇÃO POR CARREIRA .....	233
GRÁFICO 7 - ESCOLARIDADE – PÓS-GRADUAÇÃO POR NÍVEL .....	234
GRÁFICO 8 - UTILIZAÇÃO DE COMPUTADOR NO TRABALHO .....	235
GRÁFICO 9 - SOFTWARES UTILIZADOS .....	236
GRÁFICO 10 - ACESSO À INTERNET .....	236
GRÁFICO 11 - INTERESSE POR EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA .....	237
TABELA 4 - CURSOS DE INTERESSE .....	238

## RESUMO

KLAES, Luiz Salgado. **Cooperativismo e ensino à distância**. 2005. 270 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) - Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2005

Orientador: Professor Dr. José Francisco Salm

O Cooperativismo ocupa um lugar tão importante no mundo que chega a ser impossível compreender a realidade econômico-social de hoje sem o seu estudo. Em seu caráter de entidades sócio-econômicas, que satisfazem diversas necessidades de seus associados mediante serviços de distribuição, colocação da produção e de trabalho, as cooperativas são atualmente apreciadas em todos os quadrantes do mundo. As cooperativas têm demonstrado ser, efetivamente, formas construtivas de proteção, defesa ou reação, capaz de multiplicar sua ação através dos esforços mancomunados de ilimitada quantidade de pessoas, eficazes instrumentos contra a intermediação supérflua, os monopólios e outras manifestações de caráter especulativo e aptas para preservar a solidariedade, igualdade, justiça, equidade e liberdade. Nesta tese, procurou-se relacionar diretrizes para a educação à distância em organizações cooperativas do Cooperativismo de Crédito Catarinense. Assim sendo, o conteúdo desta tese abrange diversas contribuições que cientistas, historiadores, juristas e teóricos emprestam à vasta literatura principalmente internacional sobre o cooperativismo e o ensino à distância. Faz-se também uma abordagem analítica sobre as diferentes manifestações das raízes do cooperativismo de crédito, assim como do surgimento e evolução dos Princípios Cooperativos com ênfase na Educação Cooperativa. Para tanto, o presente trabalho foi baseado em pesquisa aplicada, descritiva (estudo exploratório, de caso, histórica e documental), qualitativa, longitudinal e de campo. As diretrizes apresentadas serviram em conjunto ou isoladamente como fonte de informações aos dirigentes do Sistema SICOOB/SC Central, para o desenvolvimento de estudos ou elaboração políticas que melhorem os processos que compõem o Sistema Educacional, de Informação e Formação do mesmo.

Palavras-chave: Cooperativismo; Educação à Distância; Cooperativas de Crédito.



## ABSTRACT

Cooperativism has such a prominent place in today's world that it is impossible to understand the current socio-economic reality without studying it. Cooperatives are currently appreciated in all corners of the world because of their social-economic nature which satisfy many of the needs of their members as regards distribution service, production and work placement. Cooperatives have shown to be effectively constructive forms of protection, defense or reaction, which are capable of multiplying their actions through their combined efforts from a limitless number of people, efficient instruments against superfluous intermediation, monopoly and other manifestations of a speculative nature. They are also able to preserve solidarity, equality, justice, equity and freedom. In this thesis, an effort was made to establish guidelines for distance education in cooperative organizations at Cooperativismo de Crédito Catarinense (Santa Catarina's Credit Cooperative). Thus, the scope of this thesis covers several contributions that scientists, historians, legal scholars and theoreticians lend to the vast literature, mainly international of cooperativismo and distance teaching. An analytical approach is also carried out of the emergence and evolution of the Cooperative Principles with an emphasis on the emergence of Education Cooperatives. To achieve this, research work was based on applied, longitudinal, qualitative, field and descriptive research (exploratory study, case study, historical and documental). The guidelines present here served as a whole or in part as source of information to the managers of the SICOOB/SC Central System, for the development of studies or policies which improve the processes that make up its Educational, Information and Development System.

**KEYWORDS:** Cooperativism; Distance Education; Credit Cooperatives

## 1 INTRODUÇÃO

Pessoas em praticamente todos os países do mundo têm se beneficiado com as cooperativas. Elas se beneficiaram sob todos os tipos de governos, em todos os tipos de economia e dentro de todas as divisões – sexo, raça, religião e cultura – que caracterizam a condição humana.

Na verdade, existem poucos limites ao que as pessoas podem realizar quando trabalham juntas para benefício mútuo. As realizações passadas do Movimento Cooperativo Internacional demonstram esta verdade simples. A presente força das cooperativas ao redor do mundo as afirmam ainda mais e as necessidades futuras da família humana demandam sua re-confirmação.

As pessoas formaram as primeiras tradições cooperativas contínuas e organizadas na Europa, durante os tumultuosos anos de 1840 quando a mudança industrial e urbana estava transformando radicalmente a maneira como muitos viviam. Nas cidades industriais, as pessoas estavam confrontando uma transferência social em favelas que criou condições de vida nunca vivenciada pelas gerações anteriores. Trabalhadores foram alienados de seu trabalho, a vida familiar foi despedaçada e os requisitos básicos de sobrevivência – comida, habitação, poupança, emprego – estavam em risco constante. No início, somente poucas pessoas conseguiram ver como as cooperativas poderiam melhorar condições tão deploráveis; antes do final do século, centenas de milhares haviam percebido as possibilidades.

Em 1844, um grupo de trabalhadores em Rochdale organizou uma cooperativa de consumidores para fornecer “comida pura” a “preços adequados”. Seus esforços provaram ser extraordinariamente bem sucedidos e levaram rapidamente à criação de centenas de cooperativas na Grã-Bretanha; elas, por sua vez, uniram-se para formar os extensos sistemas de venda por atacado por toda a Inglaterra e Escócia. Na verdade, as vendas por atacado tornaram-se o maior e mais inovador negócio do Reino Unido ao final do Século XIX. Também animaram a formação de movimentos e organizações similares na maioria dos demais países europeus.

Nos anos de 1840, trabalhadores franceses organizaram, com sucesso, algumas das primeiras cooperativas de produção de trabalhadores.

Buscaram substituir, por iniciativa e responsabilidade destes os sistemas de gerenciamento hierárquico típico da Revolução Industrial. Esta abordagem espalhou-se com rapidez pelos países industrializados levada pelos sindicatos do comércio e pelos movimentos políticos das classes trabalhadoras. Até 1900, havia se tornado muito conhecido em muitos dos países da Europa e das Américas; tornou-se imediatamente uma participante bem sucedida da Revolução Industrial e uma crítica severa de suas tendências desumanizadoras.

Neste mesmo período, mas particularmente na década seguinte, um grupo de pessoas diversas deu início aos Bancos Cooperativos, especialmente nos Estados Germânicos. O primeiro promotor bem sucedido dessa forma de cooperação foi Hermann Schulze-Delitzsch, que trabalhou entre artesãos e pequenos comerciantes. Ele foi logo acompanhado por Friederich Wilhelm Raiffeisen, que encorajou os negócios bancários entre a população rural. Da Alemanha, o movimento bancário espalhou-se para a Itália e a França; por volta de 1900, já havia sido levado para a África, a Ásia e as Américas.

À medida que o século prosseguia, cooperativas de consumidores e algumas agrícolas desenvolveram instituições bancárias autocontroladas para satisfazer as suas próprias necessidades, assim como as de seus membros. Muitas delas cresceram rapidamente; acumularam a poupança de milhares de pessoas e financiaram grandes atividades econômicas – de fábricas a plantações e a companhias de comercialização. Até o final do século, o Movimento Cooperativo bancário, em suas diferentes formas, estava bem estabelecido e em prosperidade.

Enquanto isso, grande parte da Europa rural estava perdendo a sua população. Jovens mudavam-se para as cidades à procura de trabalho; milhões de pessoas partiram para se assentar em novas terras ao redor do mundo. Para aqueles que permaneceram nas fazendas havia muito que aprender para que pudessem sobreviver. Tiveram que estudar novos métodos de produção agrícola; tiveram que entender de como administrar o dinheiro; tiveram que adquirir suprimentos seguros a um preço menor; bem como descobrir como vender seus produtos de forma mais eficaz. Com o passar do século, um número cada vez maior de pessoas do campo percebeu que poderia alcançar todos esses objetivos de forma mais eficaz através de organizações cooperativas.

Nos anos de 1880, fazendeiros, especialmente na Dinamarca, Alemanha e Grã-Bretanha, começaram a formar Cooperativas de Produção Agrícola. Uma vez começadas, as Cooperativas Agrícolas expandiram-se para muitos países e para todos os tipos de produtos. Era uma abordagem que trabalhava simultaneamente para melhorar a qualidade da produção, estabilizar o suprimento de produtos agrícolas e ajudar a assegurar uma melhor qualidade de vida para as famílias de agricultores. Na verdade, era uma abordagem que poderia ser – e foi – abraçada por outros produtores do setor primário, incluindo os pescadores e lenhadores.

Ao final do século, uma quinta tradição de ação cooperativa tornou-se evidente na Europa assim como em algumas outras partes do mundo. Consistia de pessoas se unindo a fim de fornecer para si diferentes tipos de serviços, tais como seguros, moradia e atendimento infantil. Parecia haver poucos limites para as possibilidades da ação cooperativa.

Essas tradições originaram-se de fontes intelectuais ricas do Século XIX. Os Pensadores Cooperativos referiram-se a todas as grandes questões da época e, inclusive, muitas questões que continuam ainda preocupando os seres humanos, tais como: Quais são os limites da democracia? Como homens e mulheres podem organizar suas sociedades para que se tratem com mais igualdade? Como a economia pode ser mudada para que seja mais eficiente e mais ética? Quais são as reivindicações justas dos trabalhadores? Quais devem ser os ganhos do capital? Como a economia pode ser organizada para produzir bens de consumo suficientes a preços justos e de boa qualidade para suprir as necessidades de todos? Como podemos construir comunidades melhores?

As respostas das cooperativas a estas questões variaram em ênfase na Europa e os cooperativistas de outras partes do mundo logo trouxeram suas próprias respostas. O importante, no entanto, é que no final do Século XIX havia um significativo grupo de teóricos e pensadores cooperativistas que tentaram responder a tais indagações. Dentre os mais proeminentes podemos destacar J. T. W. Mitchell, Charles Gide, Georges Jacob Holyoake, Henry Woolf, Sydney e Beatrice Potter Webb. Estes teóricos e pensadores, muitos dos quais trabalhavam para cooperativas, criaram um rico arcabouço de pensamento cooperativo que proporcionou uma perspectiva única do mundo moderno. Além

disso, era um arcabouço de pensamento capaz de falar com proveito para as gerações subseqüentes.

Por causa dessas associações intelectuais e do envolvimento profundo com mudanças econômicas e sociais, o Movimento Cooperativo, ao final do Século XIX, possuía uma vitalidade extraordinária.

Dessa maneira, ao início do Século XX, o Movimento Cooperativo já prosperava em muitos países. Possuía uma filosofia cooperativa convincente e distinta que sustentava cinco tradições cooperativas. Essas tradições, por sua vez, forneceram perspectivas variadas de como melhor organizar o Movimento – dos pontos de vista do consumidor, do trabalhador industrial, do poupador/tomador de recursos, do produtor primário (agrícola) e do provedor de serviços.

Por causa dessa diversidade, o Movimento era mais complexo que outras ideologias: por exemplo, aquelas que baseavam relações sociais principalmente nas necessidades de capital ou no valor do trabalho. Não era, portanto, um movimento que poderia ser facilmente unido; era um movimento cuja mensagem sutil nem sempre era facilmente compreendida.

Na verdade, um dos desafios que obviamente brotou da emergência dessas tradições diferentes era como elas poderiam ser mescladas mais efetivamente. Foi um desafio de longo prazo assumido pela Aliança Cooperativa Internacional a partir de sua criação em 1895; sob algumas maneiras, ele continua a estar presente nos albores do novo século.

Apesar de alguns contratemplos e muitos desafios contínuos, o Movimento Cooperativo desenvolveu-se ao redor do mundo durante o Século XX. Na verdade, o crescimento foi tão extraordinário que relativamente poucos cooperativistas têm consciência da sua extensão, complexidade e vitalidade. Praticamente todos os países do mundo possuem organizações cooperativas. Ademais, os seres humanos têm sido incrivelmente criativos no raio de ação das organizações cooperativas que formaram; no processo, têm conseguido satisfazer cooperativamente e virtualmente todas as necessidades humanas.

Muito do crescimento na primeira metade do Século XX foi possível porque o Movimento Cooperativo estava aberto à promoção do seu desenvolvimento. Em nível internacional, a Aliança Cooperativa Internacional

proveu alguns fóruns para a troca de idéias, promoção de cooperativas existentes e novas, assim como o início do comércio cooperativo internacional. Em nível nacional, muitos movimentos apoiaram amplas atividades educacionais ao publicar jornais, panfletos, periódicos e livros. Foram pioneiros em educação de adultos e aprendizagem vitalícia; alguns inclusive construíram Colégios Cooperativos para treinar os empregados do Movimento e a liderança eleita. Por outro lado, alguns movimentos nacionais patrocinaram a produção de filmes, enquanto outros promoveram a si mesmos – e ao Movimento – pelo rádio quando esse meio adquiria maior alcance. Durante o processo, atraíram o apoio de muitas organizações semelhantes inclusive de grupos de agricultores, igrejas, organizações de mulheres e sindicatos comerciais; alguns se tornaram fortes aliados de partidos políticos.

O resultado foi uma oportunidade vivida pelas cooperativas particularmente em todos os países democráticos e industrializados os quais experimentaram um progresso extraordinário. Houve problemas, é claro, com o passar do século, como a tomada de Movimentos nacionais por parte de governos comunistas, adversidades durante a Grande Depressão, o fechamento de cooperativas por regimes fascistas e a competição vigorosa de empresas multinacionais, particularmente após 1945. Mas, esses foram mais do que compensados pelo crescimento notável alcançado por todos os tipos de cooperativas. Suas realizações foram marcadas pelos grandes edifícios cooperativos que construíram, as ações impressionantes que alcançaram e a influência que exerceram e exercem dentro da Aliança Cooperativa Internacional.

Movimentos cooperativos fora do cenário europeu, no entanto, recentemente experimentaram um progresso ainda mais significativo. Alguns deles foram, em grande parte, criados a partir das correntes migratórias européias, que trouxeram com eles uma profunda compreensão das possibilidades da ação cooperativa. Particularmente, colonizadores nas fronteiras das Américas do Norte e Sul, assim como na Austrália e partes da África abraçaram o Cooperativismo como a maneira mais eficiente de se auto ajudar e de maximizar sua influência em mercados internacionais. De fato, muitas das maiores cooperativas do final do Século XX tiveram suas raízes nessa experiência colonizadora.

Na América Latina, o Movimento Cooperativo, a partir de um início modesto no Século XIX, tem se expandido de forma constante. Ele se inspira nas tradições indígenas de cooperação espontânea bem como foi forjado pelo desejo de vender produtos agrícolas e pesqueiros de maneira mais eficiente possível; e também carrega uma preocupação social sobre como melhorar a sorte das pessoas.

Na verdade, até o final do Século XX, cooperativas poderiam ser encontradas na maior parte da América Latina: nas montanhas do Peru; no perímetro urbano de São Paulo, nos vilarejos da Colômbia; nas áreas rurais do México e nas planícies da Argentina. Cooperativas Agropecuárias fortes foram desenvolvidas em quase todos os países latino-americanos; Cooperativas de Poupança e Crédito poderosas foram organizadas em países como o Brasil e a Argentina. Cooperativas de Consumo foram desenvolvidas em muitos países latino-americanos, e algumas das maiores Cooperativas de Saúde hoje existente em nível mundial também foram criadas.

Durante o Século XX, o Movimento Cooperativo gozou de sucessos significativos. As cinco tradições ou campos que começaram no Século XIX se expandiram ao redor do mundo e hoje já são treze. Entretanto, no alvorecer do Século XXI, o Movimento Cooperativo Internacional confronta alguns dos desafios mais difíceis de sua história. Dois dos mais difíceis emanam das mudanças que estão transformando as empresas capitalistas e alterando os papéis dos governos em todos os níveis.

Já no último quarto do Século XX, testemunhou-se uma extensa reestruturação da economia mundial, dentre elas a maneira como as empresas capitalistas podiam se mover ao redor do mundo. Muitas empresas capitalistas haviam mostrado essa habilidade no passado, mas nunca antes tantas foram capazes de transferir recursos para tão longe, com tanta rapidez e liberdade.

## 1.1 Tema e Problema

Virtualmente, todas as cooperativas devem funcionar dentro do mercado. Conseqüentemente, em parte, devem medir sua eficácia através de quão bem atuam neste contexto. A exemplo, as firmas que operam com base nos investimentos, elas devem administrar seus recursos – financeiros, produtivos e humanos – de forma que possam criar excedentes ou sobras. Porém, quando se trata de empresários autônomos, elas também devem compreender completamente os tipos de negócios que operam. Devem funcionar dentro dos ambientes legislativos e competitivos vigentes, mesmo enquanto tentam mudar estes ambientes.

A eficiência das cooperativas é derivada da aplicação cuidadosa dos valores e princípios que as tornam únicas. Em última análise, as cooperativas carregam dentro de si – suas estruturas e ideologias básicas – as chaves para o seu sucesso.

O foco central do Movimento Cooperativo deve ser sempre o interesse maior dos membros tanto a curto quanto em longo prazo. As cooperativas existem primeiramente para servi-los e qualquer medida para sua eficácia deve ser baseada em quão bem estas necessidades são satisfeitas.

O envolvimento efetivo dos membros de uma cooperativa não tem o mesmo significado em todas as cooperativas. No entanto, todas as cooperativas têm a capacidade de expandir as relações com os membros; a maioria das cooperativas bem sucedidas sempre foram aquelas que o fazem melhor.

Uma maneira de compreender as possibilidades da filiação é compreender que os membros da maioria das cooperativas se relacionam com sua organização de três formas. Primeiro, são donos: devem assistir às reuniões, votar nas eleições, tomar decisões sobre questões encaminhadas por eles a direção e auxiliar na promoção de sua organização. Segundo, são usuários que patrocinam sua cooperativa, sugerem construtivamente como ela pode ser melhorada e apreciam os benefícios que esse patrocínio traz. Terceiro, eles são investidores, minimamente se apenas for o que é requerido e mais significativamente se houver necessidade.



A filiação também implica numa relação sutil tradicionalmente chamada de educação. Mas, educação cooperativa não é apenas a distribuição de informação pelas cooperativas para os seus membros, embora com certeza a inclua. É essencialmente a troca de entendimentos: a cooperativa mostrando aos membros porque a abordagem cooperativa é a melhor opção, o cooperado pode comunicar construtivamente suas necessidades enquanto coloca o desafio de como elas podem ser mais bem atendidas.

Na realidade, a vantagem mais óbvia que as cooperativas possuem para aumentar sua eficácia está em aprofundar suas relações com seus membros.

As cooperativas e os cooperativistas geralmente precisam ter mais orgulho do que são e do que fazem. As organizações cooperativas em suas comunicações aos membros e em suas relações com o público deveriam demonstrar consistentemente sua crença nas estruturas cooperativas e nos seus valores. Afinal, preocupação com membros, valores democráticos, estruturas financeiras eqüitativas são mensagens positivas.

Delegar poderes significa também conhecimento; de fato, na “Era da Informação” é o tipo de poder mais importante. Conseqüentemente, quando as cooperativas municiam os seus membros com informação precisa e honesta estão delegando poder a eles, seja a informação sobre bens de consumo, pesticidas apropriados, o nível de ações pesqueiras ou os detalhes ocultos de um pedido de empréstimo.

Mas, a delegação de poderes dentro de uma cooperativa não deve estar apenas preocupada com as relações econômicas específicas que as cooperativas têm com seus membros. Esta deveria ser expandida para incluir todos os recursos humanos associados à organização. De fato, é lamentavelmente verdadeiro que os bens mais sub-utilizados dentro de muitas cooperativas são os seus recursos humanos. Muitas cooperativas geralmente pedem muito pouco de seus membros, esperam muito pouco de seus empregados, não valorizam as contribuições de seus gerentes e preparam inadequadamente seus líderes eleitos, por falta de uma visão ampla do Princípio da Educação.

Muitas pessoas entendem Princípios como mandamentos pétreos, os quais devem ser seguidos literalmente. Em um sentido, estão corretos na medida em que os Princípios deveriam prover um padrão de medida. Em outro sentido, eles deveriam restringir, até proibir algumas ações enquanto encorajam outras. Princípios, no entanto, são mais do que mandamentos; eles são também guias para julgar comportamentos e tomar decisões. Os Princípios não são uma lista velha a ser revisada periódica e ritualmente; eles são estruturas de delegação de poder – agentes energizantes – através dos quais as cooperativas podem compreender o futuro.

Os Princípios Cooperativos são o sangue que dá vida ao Movimento Cooperativo. Derivados dos Valores que têm inspirado o Movimento desde o seu início, eles moldam as estruturas e determinam as atitudes que fornecem as perspectivas distintas do Movimento. São as normas pelas quais cooperativas esforçam-se para desenvolver suas organizações cooperativas. São princípios inerentes, práticos, modelados tanto por gerações de experiência quanto pelo pensamento filosófico. São, conseqüentemente, elásticos, aplicáveis com diferentes graus de detalhe a diferentes tipos de cooperativas em diferentes situações. Acima de tudo, requerem dos cooperativistas decisões. Os Princípios são as qualidades essenciais que tornam os cooperativistas eficazes, as cooperativas distintas e o Movimento Cooperativo relevante.

O Movimento Cooperativo tem, desde o seu nascedouro, um compromisso especial e existente há muito com a educação. O “Princípio da Educação, Formação e Informação” enunciado em 1995, demonstra que:

as cooperativas proporcionam educação e formação para seus membros, representantes eleitos, gerentes e empregados para que eles possam contribuir efetivamente ao desenvolvimento de suas cooperativas. Elas informam o público em geral – particularmente jovem e líderes de opinião – sobre a natureza e os benefícios da cooperação.  
(MacPherson)

Este princípio enfatiza a importância vital da educação e da formação dentro das cooperativas. Educação significa mais do que simplesmente distribuir informação ou encorajar o patrocínio, significa engajar as mentes dos membros, líderes eleitos, gerentes e empregados na compreensão total da

complexidade e da riqueza do pensamento e da ação cooperativos. Formar significa assegurar que os associados das cooperativas possuam as habilidades requeridas para bem desempenhar suas responsabilidades.

A educação e a formação são importantes também por fornecerem excelentes oportunidades aos líderes das cooperativas a fim de entenderem as necessidades de seus associados. Deveriam ser conduzidos de modo a, continuamente, avaliarem as atividades da cooperativa e sugerirem maneiras de melhorar as operações ou fornecerem novos serviços. Uma cooperativa que encoraja a comunicação bilateral efetiva entre membros e líderes, enquanto opera de maneira efetiva, raramente falha.

O enunciado do Princípio da Educação, Formação e Informação reconhece que as cooperativas têm uma responsabilidade particular de informar às pessoas jovens e aos formadores de opinião sobre a natureza e os benefícios da cooperação. Nas últimas décadas do século passado, muitas cooperativas em muitos países ignoraram tal responsabilidade. Se as cooperativas forem desempenhar os papéis dos quais são capazes no futuro, esta é uma das responsabilidades que devem ser mais bem realizadas. As pessoas não irão apreciar, não irão apoiar, o que elas não entendem.

Tendo em vista este cenário, pretendo apresentar um conjunto de diretrizes para a educação cooperativa por intermédio de técnicas de ensino à distância, compatíveis com o Cooperativismo de Crédito Catarinense, a fim de se poder aquilatar, “Qual o modelo de educação para o Cooperativismo de Crédito que utilizando técnicas de ensino à distância, seja compatível com a realidade catarinense”.

## **1.2 - Objetivos**

Toda pesquisa deve ter um objetivo determinado para saber o que se vai procurar e o que se pretende alcançar. Deve partir, afirma Ander-Egg (1978, p. 62), “de um objetivo limitado e claramente definido, sejam estudos formulativos, descritivos ou de verificação de hipóteses”.

O objetivo torna explícito o problema e aumenta os conhecimentos sobre determinado assunto. Para Ackoff (1975, p. 27), “o objetivo da ciência não

é somente aumentar o conhecimento, mas o de aumentar as nossas possibilidades de continuar aumentando o conhecimento”.

Os objetivos podem definir “a natureza do trabalho, o tipo de problema a ser selecionado, o material a coletar” (CERVO, 1983, p. 49). Podem ser intrínsecos ou extrínsecos, teóricos ou práticos, gerais ou específicos, a curto ou em longo prazo.

O presente trabalho de pesquisa, para o seu desenvolvimento adotou a formulação dos seguintes objetivos: a “construção de hipóteses ou determinação de objetivos”, conforme preconiza Gil (1987, p. 50), “é uma opção que é facultada entre os passos a serem seguidos nos estudos científicos”.

### 1.2.1 Objetivo geral

Apresentar diretrizes para a educação à distância em organizações cooperativas do Cooperativismo de Crédito Catarinense, Sistema SICCOOB, compatível com a realidade catarinense.

### 1.2.2 Objetivos específicos

- a) Desenvolver uma abordagem teórico-conceitual para atendimento focalizado como vantagem educacional;
- b) Identificar os fatores relacionados com o processo de atendimento à educação cooperativa;
- c) Definir atividades a serem priorizadas, que assegurem uma integração entre educação cooperativa e ensino à distância; e
- d) Demonstrar como o ensino à distância pode ser um suporte para a promoção da educação cooperativa.

## 1.3 Justificativa Teórico-Prática

Considerando que os estudos sobre cooperativismo em universidades são escassos, principalmente nas brasileiras quer públicas ou privadas, se configura como um importante espaço de estudo por ser

atravessado, o que poderá provocar no futuro uma série de mudanças na sua gestão.

O objetivo de se fazer do cooperativismo e das cooperativas um instrumento de mudanças, assim como um eficiente setor competitivo, não pode ser alcançado se não for pela via do quinto Princípio Cooperativo, qual seja, o da “Educação, Formação e Informação”, bem planejado e tecnicamente realizado.

Porém, os doutrinadores cooperativos e dirigentes ao longo das décadas, assinalaram sua importância além de terem destacado que deve dar-se prioridade a esse Princípio, o certo é que na prática não se tem outorgado a verdadeira importância à Educação Cooperativa. Segundo Rodriguez (19??, p. 9) são duas as principais causas pelas quais esta situação se apresenta:

a) de que, geralmente, nas cooperativas não se conta com recursos humanos capacitados para que seja desenvolvido um programa de educação cooperativa tecnicamente planejado; e

b) de que, os elevados custos de uma estrutura de ensino são um óbice a uma maior quantidade de cooperativas com programas educativos.

Em termos gerais pode-se dizer de que o processo educativo, até a presente data, não pode-se desenvolver como deve ser pelas próprias cooperativas, pois nalguma medida que as mesmas dispõem para financiar esta atividade é o que preceitua o Art. 28, item II da Lei Nº. 5.764/71. Salvo aquelas que têm feito algum tipo de parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo – SESCOOP.

Para cobrir este vazio, é necessário que as cooperativas incluam em seus orçamentos anuais uma rubrica específica para a inversão em atividades de educação, capacitação, formação e informação, como um reforço ao que preceitua o Art. 28 da Lei Nº. 5.764/71. Estes valores devem ser usados para cobrir os custos de todas as atividades em seminários e cursos que continuamente são oferecidos por organizações do próprio Sistema Cooperativo, Universidades, as quais já possuem via de regra setores especializados.

No início do Século XXI, não dá mais para se brincar de “faz-de-conta”. As cooperativas, como empresas modernas, precisam ser dirigidas com profissionalismo, até porque no mercado vão enfrentar feras especializadas no jogo da competitividade.

É por essa e outras, que em inúmeras cooperativas a Educação Cooperativista – com o devido respeito – é uma piada.

O que fazer então?

Como sempre, o primeiro passo é compreender que a Educação Cooperativa é um processo e não atos isolados, alguns até positivos, porém de resultados apenas imediatos.

Sendo um processo, ou seja, um conjunto de ações inter-relacionadas visando a um determinado fim, por onde começar?

O começo, tem como princípio o estabelecimento de critérios adequados para a admissibilidade do interessado em filiar-se ao Sistema Cooperativo. Nada impede de a cooperativa resguardar-se de trazer para o seu quadro indivíduos alienados sobre cooperativismo e às vezes – é pior – até radicalmente contra a filosofia cooperativista. Aliás, justamente por não terem se resguardado disso é que, hoje, muitas cooperativas sentem na pele terríveis problemas com certos tipos de cooperados.

Para que se possa contornar e vencer este tipo de problema, é de que atualmente o Movimento Cooperativo deve objetivar ter um permanente programa de Educação Cooperativa. Esta deve buscar, além da doutrinação dos princípios dogmáticos, capacitar e adequar profissionalmente os cooperados dentro da concepção do moderno cooperativismo.

Relevante a missão de investir na Educação básica do sistema como uma estratégia para superar os inúmeros desafios (mercados globalizados, tecnologias de ponta, gestão, competência, etc.) que se apresentam na atualidade, impondo as organizações dessa natureza necessidades de rapidamente adaptarem-se às mudanças, com desempenho eficiente e competência, em face das suas concorrentes no mercado.

Tendo em vista o cenário do final do Século XX, a Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB e a Aliança Cooperativa Internacional - ACI, tiveram a audácia e a determinação de promover em dezembro de 2000 o XII Congresso Brasileiro de Cooperativismo em clima de comemoração do Centenário do Cooperativismo Brasileiro, o qual apresentou uma temática atual e desafiadora para o Sistema Cooperativista com seis subtemas.

As discussões e resoluções advindas do XII Congresso Brasileiro de Cooperativismo e do IIº Fórum Global da Aliança Cooperativa Internacional, vieram evidenciar a maturidade do Cooperativismo Brasileiro e Internacional frente à globalização e apresentar o cooperativismo como um paradigma sócio-econômico promissor para o equacionamento dos grandes problemas da sociedade em processo de mundialização.

O sexto sub-tema tratou expressamente sobre “Comunicação, Educação, Informação e Marketing do Cooperativismo” (Congresso Brasileiro de Cooperativismo, 2000). Sendo que este sub-tema, ao final, propôs a OCB o encargo de elaborar um Programa Nacional de Educação Cooperativista e Capacitação Profissional, de forma integrada e articulada com o Sistema SESCOOP e outras instituições; deveria estabelecer, pelo Sistema OCB, parcerias com universidades, entidades do Sistema ‘S’ e cooperativas de ensino; e organizar um sistema de comunicação e informação que sirva de instrumento eficaz na educação e capacitação dos quadros cooperativos (Congresso Brasileiro de Cooperativismo, 2000).

Este trabalho procurará basear-se principalmente na necessidade de mudanças: mudar os métodos de educação, formação e informação cooperativa, aproveitando as novas tecnologias que estão disponíveis, mudar o contexto em que é levado a efeito, ou seja, a maneira como é praticado o Quinto Princípio Cooperativo, considerando práticas correntes em nível mundial, modificar culturalmente professores, instrutores e alunos, pela difusão de novos valores e abordagens em sala de aula ou fora dela.

De forma geral, pode-se afirmar que há evidências empíricas de que os diretores de cooperativas e seus administradores têm enfrentado o mercado com insegurança e, quase sempre, são incapazes de se inserirem de forma competitiva face as suas carências nas funções típicas de administradores (Lopes *apud* NAMORADO, 1990). Nesta perspectiva, é necessário repensar e reformular o modelo atual para um outro, que objetive a educação e formação de competências de gestão substancialmente diferentes daquelas que têm sido providas tradicionalmente além de informações.

Deve-se buscar a elaboração de um modelo que permita ao Sistema Cooperativo a formação de dirigentes e profissionais mais competitivos, reunindo

competências gerais de gestão à experiência mínima necessária para conduzir as Empresas Cooperativas mais solidamente no mercado.

#### **1.4 Delimitação da Pesquisa**

Delimitar a proposta de pesquisa é estabelecer limites para a investigação. A pesquisa pode ser limitada em relação: ao assunto; à extensão ou a uma série de fatores.

A presente tese tem por objetivo o delineamento de algumas diretrizes para auxiliar os Conselhos de Administração e ou Diretorias das Empresas Cooperativas de Crédito Catarinense, Sistema SICOOB/SC a se transformar em excelentes organizações, valendo-se do Princípio da Educação, Informação e Formação, utilizando-se das modernas técnicas de ensino à distância. Não objetiva estudar a correlação que possa existir entre educação e a empregabilidade no Sistema Cooperativo de Crédito Catarinense ou de como a educação cooperativa possa estar inserida nos processos de trabalho cooperativo catarinense ou brasileiro.

Na realidade, a tese resumir-se-á em propor ou traçar um caminho a ser percorrido pelas Empresas Cooperativas de Crédito, asfaltadas por concepções de organizações cooperativas, noções sobre Princípios Cooperativos, desenvolvimento e evolução do Princípio da Educação Cooperativa e desenho de uma proposta de educação à distância como veículo para a difusão do ideário, da técnica, da teoria, da filosofia do cooperativismo e elevação do nível educacional dos dirigentes, funcionários e associados.

#### **1.5 Metodologia**

O homem não age diretamente sobre as coisas. Sempre há um intermediário, um instrumento entre ele e seus atos. Isto também acontece quando faz ciência, quando investiga cientificamente. Ora, não é possível realizar um trabalho científico, sem conhecer os instrumentos. E estes se constituem de



uma série de termos e conceitos que devem ser claramente distinguidos, de conhecimentos a respeito das atividades cognoscitivas que nem sempre entram na constituição da ciência, de processos metodológicos que devem ser seguidos, a fim de chegar-se a resultados de cunho científico e, finalmente, é preciso imbuir-se de espírito científico.

Bochenski (1961, p. 42), em *Diretrizes do Pensamento Filosófico*, assim se expressa sobre conhecimento:

[...] nossas possibilidades de conhecimento são muito e até, tragicamente pequenas. Sabemos pouquíssimo, e aquilo que sabemos sabemos-lo muitas vezes superficialmente, sem grande certeza. A maior parte de nosso conhecimento somente é provável. Existem certezas absolutas, incondicionais, mas estas são raras.

O que é conhecer? É uma relação que se estabelece entre o sujeito que conhece e o objeto conhecido. No processo de conhecimento o sujeito cognoscente se apropria, de certo modo, do objeto conhecido.

O conhecimento sempre implica uma dualidade de realidades: de um lado, o sujeito cognoscente e, de outro, o objeto conhecido, que está possuído, de certa maneira, pelo cognoscente. Pode-se conhecer a si mesmo, pode-se conhecer e pensar os seus pensamentos. Mas nem todo o conhecimento é pensamento. O pensamento é conhecimento intelectual.

Pelo conhecimento o homem penetra as diversas áreas da realidade para delas tomar posse. Ora, a própria realidade apresenta níveis e estruturas diferentes em sua própria constituição. Assim, a partir de um ente, fato ou fenômeno isolado, pode-se subir até situá-lo em um contexto mais complexo, ver seu significado e função, sua natureza aparente e profunda, sua origem, sua finalidade, sua subordinação e outros entes, enfim, sua estrutura fundamental com todas as implicações daí resultantes.

Têm-se assim, níveis de considerações sobre a mesma realidade, conseqüentemente, o pesquisador estará se movendo dentro de, pelo menos, quatro diferentes níveis de conhecimento (empírico, científico, filosófico e teológico).

Os fatos e fenômenos nos diversos campos do conhecimento necessitam de constante pesquisa para o seu aperfeiçoamento e evolução.

A pesquisa é um tratamento de investigação que tem por objetivo descobrir respostas para dúvidas e indagações, por intermédio do emprego de processos científicos. Marinho (1980, p. 15) entende por processo científico: “a um conjunto de normas e técnicas sistematicamente estruturadas e orientadas no sentido de imprimir alta probabilidade de precisão e validade aos resultados alcançados”.

Cervo & Bervian (1983, p. 50), assim se expressam quanto ao conceito de pesquisa: “é uma atividade voltada para a solução de problemas, através do emprego de processos científicos”.

Já para Van Dalen e Meyer, citado por Marinho (1980, p. 48-49), “os objetivos próprios da pesquisa científica consistem em explicar, prever e controlar a conduta e os fatos, para o quê é necessário descobrir, bem como as conexões causais que existem entre fenômeno de um campo determinado”. Neste particular, a pesquisa científica aproxima-se bastante do significado de experimentação que, em essência, constitui uma situação de trabalho em que se preocupa, deliberadamente, em modificar um fato ou fenômeno, com o propósito de estudar com meticulosidade os efeitos desta modificação.

São inúmeros os conceitos sobre pesquisa, uma vez que os estudiosos ainda não chegaram a um consenso sobre o assunto.

A pesquisa tem, para Rummel (1977, p. 3), dois significados: “em sentido amplo, engloba todas as pesquisas especializadas e completas; em sentido restrito, abrange os vários tipos de estudos e de pesquisas mais aprofundadas”.

A pesquisa sempre parte de um tipo de problema, de uma interrogação. Dessa maneira, ela vai responder às necessidades de conhecimento de um determinado problema ou fenômeno. Várias hipóteses são levantadas e a pesquisa pode invalidar ou confirmar as mesmas.

Toda pesquisa deve basear-se em uma teoria, que serve como ponto de partida para a investigação bem sucedida de um ponto. A teoria, sendo instrumento da ciência, é utilizada para conceituar os tipos de dados a serem analisados. Para ser válida, deve apoiar-se em fatos observados e provados, resultantes da pesquisa. A pesquisa dos problemas práticos pode levar à

descoberta de princípios básicos e, freqüentemente, fornece conhecimentos que têm aplicação imediata.

O conjunto destas técnicas gerais constitui o método, que segundo Cervo e Bervian (1983, p. 53): “são as técnicas suficientemente gerais para se tornarem procedimentos comuns a uma área das ciências ou a todas as ciências”.

O interesse e a curiosidade do homem pelo saber levam-no a pesquisar a realidade sob os mais diversificados aspectos e dimensões.

Desta maneira, é natural, pois, a existência de inumeráveis tipos de pesquisa. Sendo que cada um possui, além do seu núcleo comum de procedimentos, suas peculiaridades próprias.

Estas não se excluem ou se opõem. Ambas são indispensáveis para o progresso das ciências e do homem; pois uma busca a atualização de conhecimentos para uma nova tomada de posição, enquanto a outra pretende, além disto, transformar em ação concreta os resultados de seu trabalho.

Além dos dois tipos acima referenciados, também se pode encontrar outros tipos de pesquisa, tais como: a bibliográfica, a histórica, a descritiva e a experimental.

Do ponto de vista de sua natureza, a presente pesquisa será do tipo aplicada, a qual objetivará gerar conhecimentos para a aplicação prática dirigida à solução de problemas específicos. O qual envolverá verdades e interesses específicos ou locais.

Do ponto de vista de seu objetivo (GIL, 1991) o presente trabalho será do tipo exploratório (pesquisas bibliográficas e estudos de caso) e também descritiva:

- pesquisa exploratória visa proporcionar uma maior familiaridade com o problema com vistas a torná-lo explícito ou a construir hipóteses. Envolve levantamento bibliográfico; entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; análise de exemplos que estimulem a compreensão. Em geral, assumem as formas de pesquisas bibliográficas e estudos de caso;
- pesquisa descritiva visa descrever as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de

relações entre variáveis. Envolve o uso de técnicas padronizadas de coleta de dados: questionário e observação sistemática.

A pesquisa descritiva observa, registra, analisa e correlaciona fatos ou fenômenos (variáveis) sem manipulá-los. Procura estudar fatos e fenômenos do mundo físico e especialmente do mundo humano, sem a interferência do pesquisador. Ela procura descobrir, com a melhor precisão possível, a frequência com que um fenômeno ocorre, sua relação e conexão com outros, sua natureza e características.

A pesquisa descritiva se desenvolve, principalmente, nas Ciências Sociais e Humanas, ao abordar aqueles dados e problemas que merecem ser estudados. Os dados, por ocorrerem em seu habitat natural, precisam ser coletados e registrados ordenadamente para seu estudo propriamente dito.

O estudo descritivo, segundo Cervo e Bervian (1983, p. 56-57) pode assumir diversas formas, dentre as quais se destacam: os estudos exploratórios, os estudos descritivos, a pesquisa de opinião, o estudo de caso e a pesquisa documental. Neste caso particular, o estudo descritivo ensejará o desenvolvimento de um modelo de ensino à distância para a educação cooperativa de crédito catarinense. A construção de modelos é parte essencial dos modos de investigação, representando a observação, o ponto de partida e de chegada, na acepção de vários autores, dentre os quais Demo (1985).

Os modelos são parte integrante das simulações que, no entender de Bruyne et al. (1977, p. 241), “referem-se à construção e manipulação de um modelo operatório representando todo, ou parte de um sistema ou processos que caracterizam”. Por exemplo, um modelo de uma organização é sua representação simbólica, que reproduz os caracteres ou as propriedades do seu sistema organizacional.

Há que estabelecer o método a ser utilizado nos estudos. Método é uma palavra que vem do grego ‘mathodos’ e significa o conjunto de etapas e processos a serem vencidos ordenadamente na investigação dos fatos e na procura da verdade (RUIZ, 1977). Nesta mesma linha de raciocínio, encontramos Richardson *et all.* (1999) os quais definem método como a escolha de um procedimento sistemático para a descrição de fenômenos que estão sendo

pesquisados e agrupam os métodos em dois grandes grupos, a saber: os métodos qualitativos e os quantitativos.

Os estudos exploratórios são, segundo Treviños (1987. p. 109), “aqueles que permitem ao investigador aumentar a sua experiência em torno de um determinado problema”, nos quais o pesquisador parte de uma hipótese e aprofunda seus estudos nos limites de uma realidade específica, em busca de antecedentes e maior conhecimento para, em seguida, planejar uma pesquisa descritiva ou do tipo experimental. O estudo exploratório não exige a revisão da literatura, as entrevistas nem o emprego dos questionários.

Do ponto de vista dos procedimentos técnicos (GIL, 1991) o presente trabalho terá as características uma de pesquisa bibliográfica, documental e de estudo de caso.

- Pesquisa bibliográfica é aquela elaborada a partir de material já publicado, constituída principalmente de livros, artigos, periódicos e mais modernamente de material disponibilizado na Internet (SILVA, 2001). A pesquisa bibliográfica não é experimental; é uma simples observação controlada, pois o pesquisador não manipula as variáveis, não isola, não provoca eventos, mas observa-os e registra-os. Segundo Cervo e Bervian (1983, p. 79) a pesquisa bibliográfica “tem como objetivo encontrar respostas aos problemas formulados e o recurso e à consulta dos documentos bibliográficos”.

A pesquisa bibliográfica procura explicar um problema a partir de referências publicadas em documentos. A mesma pode ser realizada independentemente ou como parte da pesquisa descritiva ou experimental. Sendo que em ambos os casos, buscam conhecer e analisar as contribuições culturais ou científicas do passado existentes sobre um determinado assunto, tema ou problema.

Bibliografia é o conjunto de produções escritas para esclarecer as fontes, para divulgá-las, para analisá-las, refutá-las ou para estabelecê-las; é toda a literatura original de determinada fonte ou a respeito de determinado assunto (RUIZ, 1977).

- Pesquisa documental é aquela elaborada a partir de materiais que não receberam tratamento analítico (SILVA, 2001). Por outro lado, documento é toda base de conhecimento fixado materialmente e suscetível de ser utilizado para consulta, estudo ou prova (CERVO e BERVIAN, 1983);
- O Estudo de caso, pois, procurará identificar, junto ao Sistema SICOOB/SC - Cooperativa Central de Crédito de Santa Catarina, componentes da educação, formação e informação cooperativa. Segundo Treviños (1987), este tipo de pesquisa possibilita estudar duas ou mais entidades sem a preocupação de comparar entre si os resultados obtidos de cada uma delas. O estudo de casos amplia a validade externa de um estudo de caso simples, possibilitando assim, uma visão mais abrangente do estudo. Por outro lado, podem-se citar pelo menos duas limitações: a de que a mesma não tem a necessidade de perseguir objetivos de natureza comparativa e a de que nem as hipóteses nem os esquemas de inquirição estão a priori estabelecidos.

Os critérios para a classificação dos tipos de pesquisa variam de acordo com o enfoque dado pelo autor. A divisão obedece a interesses, condições, campos, metodologia, situações, objetivos, objetos de estudo, dentre outros.

Em função da problemática a ser estudada, a natureza da pesquisa configurar-se-á como predominantemente qualitativa. Segundo Colossi *et al* (1999), os métodos qualitativos de pesquisa apresentam características próprias inseridas em paradigmas que reconhecem a subjetividade nas interações humanas, a diversidade e a complexidade dos fenômenos sociais, o que requer uma gama de possibilidades de métodos que possa descrever, compreender e interpretar essa realidade, tendo em vista a especialidade do problema em estudo. A pesquisa qualitativa é compatível com a apreensão do fenômeno a ser investigado, uma vez que esta abordagem pressupõe a verificação de múltiplos fatores de um mesmo campo de estudo, na percepção dos informantes-chave (TREVÍÑOS, 1987). Dessa forma, a abordagem qualitativa, para este estudo, permitirá contextualizar o Quinto Princípio Cooperativo, qual seja o da “Educação,

Formação e Informação” frente às modernas técnicas de ensino à distância, no Cooperativismo Catarinense de Crédito, Sistema SICCOOB/SC.

A perspectiva da pesquisa é ser também do tipo longitudinal, como sugere Pettigrew (1990), ou seja, aquele que considera as organizações como um processo contínuo que incorpora o passado, o presente e suas interferências no futuro. Isso porque se procurará a compreensão de como ocorreu a evolução histórica das transformações e atualizações dos Princípios Cooperativos partir de 1844, quando do aparecimento da Cooperativa dos Pobros Pioneiros de Rochdale até a reformulação dos Princípios Cooperativos havida em 1995, quando do Congresso do Centenário da ACI ocorrido na cidade de Manchester/Inglaterra.

## 2 A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO IDEÁRIO COOPERATIVISTA NO MUNDO

Manifestações do instinto de ajuda mútua têm-se profundas em toda a natureza e até nos últimos degraus da vasta escala dos seres vivos. Subindo-a paulatinamente, até atingir-se os animais superiores, encontram-se provas inconcussas de instinto, de hábitos de solidariedade e de apoio recíproco. São clássicos os exemplos da formiga precavida e laboriosa e da abelha ativa, símbolos do espírito de associação, de tenacidade, de trabalho incessante e de inteligência ao serviço de uma causa comum. São conhecidas suas admiráveis organizações de defesa e apoio mútuo, tanto na paz como na guerra.

Também entre os pássaros são freqüentes, como frisam os naturalistas e ecólogos, esse espírito de coesão, de cooperação na luta em comum pela sobrevivência.

As próprias aves de rapina, antipáticas em seu instinto cruento, têm também pendores acentuados para a vida coletiva. São hoje por demais conhecidos e pesquisados seus hábitos de longos vôos para se reunirem a outras, em pontos distantes.

Entre os pingüins é tão comum este sentimento de solidariedade, que tratam eles com efusivo desvelo os seus doentes, vigiando-os e alimentando-os com carinho. São de uma índole tão comunicativa que se aproximam confiantes do próprio homem, talvez seu maior inimigo. Assim, muitos animais, em suas migrações, colocam os mais débeis no centro dos grupos, destacando sentinelas avançadas para a sua defesa nas longas jornadas e iniciam a caminhada para regiões onde esperam melhores condições de vida.

A ciência nos tem mostrado os grandes ciclos, nos quais a natureza trabalha e a maneira pela qual as plantas marinhas preenchem as necessidades dos animais marinhos, da mesma forma como as plantas terrestres fornecem o oxigênio que os animais consomem, e, o carbono que as plantas absorvem. Estas operações são incessantes. A natureza trabalha segundo o princípio: “todos por um, um por todos”. A pressão exercida sobre um ponto repercute em cada uma das arcadas e em cada um dos fundamentos do edifício. Há, nela, uma solidariedade perfeita.



Este princípio e esta solidariedade que existem na ordem da natureza têm por instrumento específico a cooperação na ordem social, econômica e moral, bem como na órbita da inteligência e na esfera profissional.

O homem, como ocupante do mais elevado grau da escala, dos seres vivos também prescinde de auxílio e cooperação mútua (assim tem sido desde seus primórdios), para a consecução de seus objetivos mais imediatos.

Objetivos são aquilo que por cuja consecução se empreende algo. É a causa que move o trabalho. A maneira de mover esta causa é distinta segundo o conhecimento que os seres podem ter deste fim, e segundo estejam mais ou menos ligados por determinações de suas ações, isto quer dizer, segundo sua natureza. Por conseguinte, o modo de trabalhar das criaturas apresenta grandes diferenças em função da diversidade de que estão dotadas. Alguns seres carecem completamente de conhecimentos e trabalham, outros conhecem o fim, porém de um modo imperfeito, e ainda seres que conhecem não somente a bondade do fim, mas também sua proporção com a utilidade dos meios. É o caso do homem que não somente conhece a bondade dos frutos, senão também a proporção com os meios que devem empregar para consegui-los.

Assim, o homem trabalha sempre por algum fim. Sempre que trabalhou o faz atraído pela razão do bem que esperava conseguir. O homem possui um fim último, qual seja o desejo de felicidade, que lhe é inato, sem o qual se julgaria um inútil. Portanto, tende a obter uma unidade em suas operações, mediante a ordenação de suas atividades para que consiga certa primazia sobre os demais, assim procura adquirir bens, que para ele são de duas classes: os materiais de faculdades orgânicas e, os imateriais de faculdades inorgânicas.

Por esta razão, o homem se encontra em um contínuo estado de procura da satisfação de alguma coisa, pois sente fome, sede, frio e fadiga. Esta sensação ou sentimento de falta de algo se denomina de necessidades. E, este sentimento o tem obrigado a realizar aquilo que lhe serve para remediar ou suprimir um estado desagradável ou de desconforto. Por outro lado, a produção ou aquisição dos meios necessários para atender as necessidades requer certo esforço e um determinado sacrifício. Por conseguinte, todo o ser racional procurará alcançar a satisfação das necessidades com o menor esforço possível.

Dessa forma, conforme o exposto, não há dúvida sobre a tendência do homem em buscar sanar as exigências que o meio ambiente lhe impõe, por meio de uma ação grupal, pois, assim é, talvez, mais fácil. Por isso, cooperativismo é um fenômeno que tem acompanhado a evolução do homem desde seus primórdios.

Assim sendo, neste capítulo serão analisados a gênese e o pensamento dos precursores do cooperativismo no mundo, desde os filósofos da Grécia e Roma, na Idade Antiga, até os socialistas utópicos do final do século passado.

## **2.1 A Gênese do Cooperativismo**

A cooperação em sentido amplo, surgiu na sua forma mais elementar no preciso momento em que o homem ao compreender a precariedade de suas ações isoladas e distintas entre si e na busca por elementos indispensáveis à satisfação de suas necessidades procurou a colaboração de um semelhante para, juntos, enfrentarem as dificuldades, empregando métodos diversos e desconhecidos para realizarem, dessa forma, o benefício comum.

A história do Movimento Cooperativo é também a História da Cooperação, porquanto, naturalmente, a “idéia” precedeu ao “movimento” em muitos milhares de anos. Os incrédulos nunca se convenciam da verdade desta afirmação, porém atualmente se pode afirmar com certeza de que a idéia da cooperação e do próprio cooperativismo não apenas é tão antiga como a humanidade, senão quiçá mais antiga ainda. Assim, reportando-se aos primeiros aglomerados humanos, encontrar-se-ão, no período do próprio “nomadismo”, nuances mais ou menos imprecisas, mas bastante indicadoras da cooperação pela ajuda mútua que se prestava no pastoreio e o auxílio recíproco, bem como no cultivo das primeiras lavouras. Portanto, pode-se afirmar que a história do cooperativismo é a própria história da humanidade.

### 2.1.1 Na Idade Antiga

Exemplos de cooperação na Idade Antiga encontram-se principalmente na Grécia, em Roma, em Esparta e entre os Essênios, talvez por serem estes o berço da civilização.

**Grécia** - Na Grécia de beleza imperecível, este sentimento de mútuo auxílio agrupa a todos aqueles que, presas das agruras do cotidiano, premidos pelas contingências da luta pela manutenção material, aspiravam a um melhor padrão de vida, com uma parcela maior de bem-estar e um lugar justo e condigno ao sol.

Na Grécia Antiga (LUZ FILHO, 1960, p. 23), quase todas as pessoas das classes média e baixa faziam parte de associações de cunho cooperativo. É de se ressaltar, que das associações denominadas “Orglonas” e “Tiasas”, que se formavam para garantir aos seus membros enterros e sepulturas decentes, nasceram as associações com fins profissionais e econômicos. Nelas figuravam cidadãos livres, escravos e até estrangeiros. A parte executiva da administração cabia a um indivíduo denominado “arquimista”. Esta, talvez, seja uma das primeiras experiências de cunho cooperativo que a história do homem registra.

**Roma** - Os “Colégios” romanos eram associações de operários de um cunho cooperativo na Roma Antiga, por outro lado, atribui-se a Numa Pompílio a fundação de aproximadamente oito dessas organizações entre sapateiros, carpinteiros, serralheiros e outras classes de artesãos. Nos “Colégios”, ingressavam estrangeiros, escravos alforriados e também os não alforriados, numa bela manifestação de ajuda mútua, de solidariedade humana, que não estabelecia distinções nem tinha preconceitos de qualquer espécie.

**Esparta** - Em Esparta e noutros lugares, encontram-se manifestações com características cooperativistas nos acampamentos militares, nos quais a vida era regida por certas normas comunais. Em alguns documentos atenienses e romanos, podem-se encontrar referências ocasionais que parecem evidenciar a existência de fundos de ajuda mútua.

**Essênios** - Não é por pura casualidade que os primeiros documentos de colônias cooperativas, no verdadeiro sentido da palavra, levam-nos até o tempo do “Segundo Templo” na Palestina, antes de sua destruição pelos romanos, que a Colônia Comunal, mantida pelos Essênios em “Ein Guedi” às margens do Mar Morto, pôde, com toda a justiça, ser considerada como o primeiro ensaio, do qual existem amplas informações de uma vida comunal assentada sobre o trabalho e a ajuda mútua.

Ao tratarem de libertar-se das iniquidades e lutas dos centros mais densamente povoados, os Essênios renovaram a sua vida mediante a criação desta colônia comunal independente.

Esta singular experiência foi possível conhecer em detalhes graças ao descobrimento dos Rolos do Mar Morto, realizado a partir das escavações realizadas na região entre 1949 e 1952 \*.

É muito provável que a comunidade “Ein Guedi” não tenha sido a única de seu gênero, porém faltam provas materiais para então se poder afiançar com exatidão. Talvez se possa afirmar com absoluta certeza que a comunidade de “Ein Guedi” foi a primeira utopia socialista que se converteu em realidade.

Convém ainda citar como uma das experiências com conotações cooperativistas, aquelas assinaladas no “Talmud” (um dos livros básicos do judaísmo), no qual encontram-se descrições da vida do povo hebreu entre os anos 356 a 425 da nossa era, e com a ajuda deste verifica-se a existência de associações de mutualidade entre as caravanas de mercadores para o seguro do gado asínio.

Sem dúvida, deve haver inúmeras outras experiências com caracteres cooperativistas registradas na história. Contudo, apenas estas acima assinaladas, já demonstram que na Idade Média encontra-se a Gênese do Movimento Cooperativista

---

\* Filón de Alexandria, um filósofo religioso judeu, que viveu naquele tempo, nos dá interessantes detalhes da vida comunal de “Ein Guedi”. Este Estudo está publicado na obra “El cooperativismo em Israel y em mundo”, do Dr. Walter Preuss (1981, p. 33).

### 2.1.2 Idade Média

No decurso desse período da história que se define por Idade Média (Séculos V a XV), se evidenciaram, nos ambientes rurais e nos urbanos da Europa, bem como entre as civilizações autóctones das Américas, atividades e sistemas de organização que possuíam diversos caracteres cooperativistas.

**Meio Rural** - Na Idade Média estabeleceram-se aldeias e populações nos principais pontos de entroncamento das rotas comerciais e de comunicação. Essas populações foram crescendo em conseqüência do resultado de posturas radicais ocorridas tanto no campo social como no econômico. Internamente, estas comunas, cerradas de um modo geral dentro das muralhas fortificadas, foram gradualmente ganhando uma conotação de caráter urbano, convertendo-se em excelentes centros de cultura, das artes e da criação em geral. São, portanto, inúmeros os exemplos de cooperação neste período.

Em regiões correspondentes à França, Itália ou Suíça, sobretudo na Região dos Alpes, e também na Inglaterra, os campesinos se agrupavam para realizar coletivamente a transformação e algumas vezes a venda da produção leiteira. Particularmente na França, são constituídas no Século XII ou XIII as “Frutières”, que conservam esta mesma denominação até a presente data, pela constituição de queijarias cooperativas; nas Regiões de Jura e de Sabóia, a fabricação em comum de queijos se impõe por motivos técnicos, pois os queijos do tipo Gruyère, ali elaborados, possuem enormes dimensões e necessitam da produção leiteira de um considerável número de propriedades pequenas. Os queijos produzidos são divididos entre os campesinos na proporção do número de seus animais e é distribuído em igual proporção o dinheiro proveniente da venda dos produtos que excedem às necessidades do consumo destes mesmos campesinos. O exemplo mais célebre é o da “*Lés Frutière du Jura*”. Também nas primitivas granjas dinamarquesas e nas comunas suecas são aplicadas as mesmas práticas tradicionais encontradas nas regiões francesas.

Entre os povos eslavos encontram-se interessantes formas de comunidades agrárias, tais como a “Zadruga” sérvia e o “Mir” russo, podendo

ainda citar como exemplo mais concreto o “Artel”, também russo, cujas características em muito se aproximam das modernas cooperativas de trabalho.

A “Zadruga” é o nome com que se designa a grande família sérvia, ou seja, a agrupação igualitária que elege seu chefe e explora um patrimônio em comum (atualmente na Ex-Iugoslávia as cooperativas recebem a denominação de “Zadrugas”). O “Mir” russo é uma comunidade de camponeses que habitavam as terras pertencentes a um senhor feudal e pagavam um tributo coletivo ao Estado pelo uso fruto desta área. Atualmente, com o aparecimento da Federação Russa, a maioria dessas comunidades camponesas ganhou uma relativa autonomia. O Artel, nome dado na Rússia às associações de trabalhadores independentes surgidas, aproximadamente pelos idos do Século XIV, os quais abrangiam principalmente os pescadores, lenhadores, bem como outros trabalhadores, que elegia seu próprio chefe, contrata coletivamente a realização de diversas tarefas, bem como organizava em comum tanto o trabalho quanto à distribuição dos ingressos obtidos.

Os povos germânicos organizavam especialmente associações de agricultores para a realização de obras de irrigação, construções de diques, exploração de bosques, bem como outras tarefas em comum.

Na Armênia, ou mais precisamente na Região do Monte Ararat que fica na confluência das fronteiras da Turquia, do Irã e da Rússia, as mulheres realizam uma peculiar forma de elaboração cooperativa, pois, com o objetivo de poupar combustível, levam sucessivamente sua produção leiteira à casa de cada uma delas com o intuito de obterem queijos e produtos derivados, sendo estes produtos posteriormente comercializados em comum e os lucros auferidos distribuídos proporcionalmente. Também entre os povos maometanos os mesmos chegam a levar parte de sua produção a “celeiros de reserva”, que possuem características de organismos de previsão e de caridade, além do de instituições de crédito em espécie (PREUS, 1981, p.36 e DRIMER, 1975, p. 199).

**Meio Urbano** - As populações vão crescendo e o ritmo das novas condições sócio-econômicas se concentra cada vez mais nas cidades, onde a classe média, representada pelos artesãos e comerciantes, passa a se organizar em “*Gildas*” ou “*Corporaciones*”, que se constituem em instituições com certos

traços de semelhança de que se revestem atualmente os sindicatos e cooperativas.

As “*Gildas*” ou “*Corporaciones*” possuíam um espírito marcadamente protecionista, bem como defendiam seus membros tanto da concorrência externa quanto de seus colegas. Para tanto, fechavam o mercado urbano impedindo a entrada de produtos externos e concomitantemente adotavam regulamentações bem minuciosas a respeito das categorias de trabalhadores, dos preços, dos salários, do horário de trabalho, das ferramentas e técnicas de produção, chegando inclusive, estabelecer uma ordem econômica igualitária.

As “*Guildas*” também representavam, perante as autoridades, os respectivos grupos de artesãos e comerciantes, bem como desenvolveram importantes atividades de ajuda mútua entre os membros baseados na irmandade, arbitravam em seus conflitos internos e em alguns casos chegavam a realizar tarefas de venda e compra em comum dos produtos e matérias-primas requeridas.

Indubitavelmente alguns tratadistas exageraram ao afirmar que as atuais cooperativas são derivadas destas antigas experiências. Por outro lado, as “*Corporaciones*” desempenhavam uma função predominantemente de defesa profissional e as cooperativas se diferenciavam destas por exigirem filiação obrigatória, além de compreenderem ampla igualdade quanto aos aspectos políticos e religiosos.

Entretanto, tais “*Corporaciones*” constituíram-se evidentemente numa importante manifestação pré-cooperativa, além de desenvolverem interessantes práticas de autogoverno e de ajuda mútua em matéria econômico-social.

Dessa forma, são também incontestáveis os acontecimentos no meio urbano no mundo que direta ou indiretamente deram origem ao Movimento Cooperativista. Para o estudo aqui desenvolvido, foram destacadas as atividades dos Monastérios Cristãos, bem como as experiências hispano-americanas que refletem, adequadamente, um pioneirismo em relação à ação cooperativa.

Alguns dos “Monastérios Cristãos” que floresceram na Idade Média, constituíram, do ponto de vista econômico, um tipo particular de cooperativas integrais ou comunidades auto-suficientes, tanto no que concerne às atividades

de produção como nas de consumo. Estas comunidades religiosas se mantinham em virtude do trabalho de seus membros tanto no setor primário como nas oficinas. Contudo, segundo a Enciclopédia de Ciências Sociais (vol. 9, p. 584-591), os Monastérios que tinham assumido uma importância econômica, com suas riquezas constantemente aumentadas, acabaram por produzir conflitos de interesse entre seus membros, derivados do costume de relacionar classes de prestígio com as atribuições entre os irmãos. Com isso, ao final da Idade Média, não obstante toda sua incontestável importância como agente cultural e colonizador do desenvolvimento na Europa, os Monastérios foram cada vez mais se convertendo em uma instituição com tamanhas desigualdades e disputas de ambições materiais, que sem sombra de dúvida nela dizimam-se gradualmente todos os vestígios do cooperativismo, que inicialmente pudessem ter existido.

Na América, vale destacar algumas civilizações autóctones que existiram desde tempos imemoráveis, com suas formas de organização sócio-econômica contendo características cooperativas.

Em regiões hoje ocupadas pelo México, existiu um povo conhecido como Astecas, cujas terras pertenciam aos reis, aos nobres, ao povo, à classe militar e à sacerdotal.

Essas terras adjudicadas aos bairros ou comunidade constituíam os “*Calpulli*” ou “*Calpullalli*”. Nessas áreas, a propriedade da terra era comunal, porém com o usufruto correspondente às famílias ali residentes. Os “*Calpulli*” se dividiam em lotes perfeitamente bem delimitados, sendo que o usufruto destes era transmissível de pai para filho. Estas terras não eram, pois exploradas em comum, senão de per si por cada família em usufruto, sendo que estas poderiam dispor das colheitas, uma vez pagos os tributos reais e do senhor local. As famílias de um mesmo “*Calpulli*” somente podiam realizar trabalhos em comum com o objetivo de realizar obras de irrigação, tarefas de cunho religioso e de defesa comum entre outras.

Outra experiência ocorrida nas Américas, deram-se na Região do Altiplano Andino, hoje ocupada pelo Peru, onde habitavam as tribos incaicas. O comunalismo incaico, é uma marcante experiência com características cooperativas. INCA (“IN” significa luz e “KA” significa luminoso) criou o Império Incaico e deu vida ao “*Ayllus*”, que foi a base da economia e da organização



militar dos Incas. O “*Ayllus*”: era uma espécie de “*Ejido*” ou “*Calpulli*” mexicano, instituição político-social, e dos “*Monos*” egípcios, de base cooperativa. Com efeito, cada “*Ayllus*” era adjudicado coletivamente a uma extensão de terra, sendo que neles não havia a propriedade privada das terras ou do produto do trabalho. O Inca fixava anualmente em usufruto a cada “*Ayllus*” a extensão de terra que correspondia ao número de seus membros. Com o produto das colheitas eram pagos os tributos ao “Inca” e ao “Sol” (sacerdote), e o excedente era repartido entre os chefes de família, proporcional ao número de pessoas que estes tinham a seu encargo.

As comunidades deviam também trabalhar as terras adjudicadas ao “Inca”, à classe sacerdotal “Sol” e dos “*Curakas*” ou caciques, além de também se responsabilizarem com o trato das terras correspondentes às viúvas, aos anciões e ao enfermo.

Nos “*Ayllus*” o trabalho era em comum, uma espécie de cooperativa integral moderna. Expandindo-se pelo continente, os Incas levavam ou estimulavam essa forma de trabalho cooperativo, dividindo o trabalho e fazendo a exploração de numerosas indústrias sobre um plano cooperativo. Sendo que o Estado apoiava, sobretudo as “Cooperativas de Produção”. Era um sistema de governo cooperativo, embora possuindo um cunho de economia dirigida. Os “*Ayllus*” representavam na civilização incaica papel relevante como elemento de equilíbrio de forças orgânicas no campo da produção.

Federavam-se em “*Kuris*”, semelhantes aos distritos atuais. Eram dirigidos por “*Curakas*”, que tinham um papel de coordenação, direção e racionalização agrária e industrial, além do papel político. A estrutura econômica e administrativa do “*Kuris*” baseava-se na cooperação social, como idéia-força. Os “*Kuris*” reuniam-se para constituir o “*Waman*” ou província, e a cooperação dos “*Wamans*” constituíam-se em ciclópicas regiões ou “*Suyos*”.

Assim como no México e no Peru, reminiscências de organizações incaicas também são encontradas em territórios hoje pertencentes à Argentina, mais propriamente na Região Norte deste país, principalmente entre o nativo ou crioulo. Os povos que habitavam essas regiões são originários dos “*Diaguitas*”, cujos traços se encontram nas Províncias de Jujuí, Salta, Tucuman, Santiago Del Estero, La Rioja e Catamarca. Os “*Diaguitas*” possuíam o “*Kulpi*”, habitação

patriarcal na qual o nativo era o chefe supremo, repartindo com os seus o produto da terra. Não havia propriedade privada, pois esta pertencia à comunidade. Era a mesma governada por um conselho de velhos sacado do seio dos melhores agricultores e com crédito bastante para distribuir a terra em consonância com as necessidades de cada família. Possuíam o mesmo tipo de federação do “*Ayllus*” organizados em “*Kuris*” com um governo central. Cultivavam, principalmente, o milho e o algodão e não conheciam a moeda. O produto do trabalho pertencia a toda comunidade, que se auto-abastecia.

No Paraguai condições semelhantes também são encontradas, onde os “Guaranis” tinham o seu “Tupambaé”, no qual se efetuavam os cultivos coletivos e o gado pastava conservando cada um seu “Abambaé” (lote particular), existindo, no seu regime agrário, muitos elementos para uso comum, tais como os bois e os instrumentos agrícolas.

### 2.1.3 Na Idade Moderna

No período compreendido entre os Séculos XVI e XVII, particularmente revelam-se na Europa as obras de uma série de filósofos e economistas que procuram remediar os graves males das organizações sócio-econômicas da época. Seus pequenos romances e outros escritos de cunho social descreviam minuciosamente novos tipos de comunidade, melhor organizadas, bem como proponham originais conceitos sobre governo, propriedade privada, trabalho, família e educação. Dentre essas obras destacam-se “A República” de Platão (428-347 a. C.), “Utopia” de Thomas Moro (1478-1535), “A Cidade do Sol” de Tommaso Campanella (1568-1639), “A Nova Atlântida” de Francis Bacon (1561-1626) além do “Novo Testamento”.

As idéias desses filósofos, muitas vezes singulares ou estranhas, porém sempre inspiradas na nobre ambição de obter um melhoramento das condições gerais de vida humana, e que também de alguma maneira influenciaram, na Idade moderna dois significativos movimentos da História Universal: “as Colônias Religiosas” e as “Missões Jesuíticas”.

**Colônias de Cunho Religioso** - Tanto as inquietudes espirituais quanto a intolerância e as perseguições religiosas da época estimularam alguns grupos religiosos a organizar colônias com economia coletiva em diversas regiões dos continentes europeu e americano, as quais deram início a movimentos religiosos com conotações cooperativistas. Essas colônias constituíram-se principalmente entre os Séculos XVII e XVIII, sendo que também são encontradas manifestações deste quilate anterior e posteriormente a esse período. Assim, valem, neste estudo, as seguintes colônias:

- de “**Amaná**”, estabelecida inicialmente na Província Alemã de Hesse (1714) e posteriormente em Bufallo (1843) e em Iowa (1855) nos Estados Unidos da América;
- de “**Ephrata**”, fundada pelos “Dunkers” em território alemão (1734);
- dos “**Anabaptistas**”, fundadas na Bohemia (1529) e a dos “**Huterianos**” estabelecida na Moravia (1526), que emigraram séculos depois para a Região de Dakota do Sul (1871) nos Estados Unidos da América;
- dos “**Mother Ann Lee**”, dos “**Shakers**” ingleses (1776);
- dos “**Rappitas**”, que se agrupavam em território alemão (1787) e posteriormente na Região de Indiana, nos Estados Unidos da América, onde fundaram a Colônia “New Harmony” (1805); e
- e por último da seita russa dos “**Dujobors**” ou “**Ducobors**” que imigraram para os Estados Unidos da América e Canadá.

As colônias aqui mencionadas chegaram a constituir o número aproximado de duzentas e cinqüenta a trezentas aldeias coletivas, porém, várias destas conseguiram manter-se por algumas gerações até declinarem. Apenas um reduzido número ainda perdura atualmente.

Suas realizações geralmente foram limitadas a pequenos núcleos sem exercerem uma imediata importância, porém tiveram indubitavelmente influência sobre o ideário de Owen, Fourier, e outros precursores do cooperativismo moderno, que intentaram durante o Século XIX também a organização de colônias cujo caráter era social e não religioso. \*

**As Missões Jesuíticas** – Ao contrário do movimento anterior, as Missões Jesuíticas, são abundantemente exploradas pela literatura, por essa razão não se pode deixar de mencioná-la, e com destaque, num estudo como este.

As missões jesuíticas desenvolveram-se na América Latina durante os Séculos XVII e XVIII (até a expulsão dos jesuítas, decretada por Carlos III em 22 de março de 1767), numa área de quase meio milhão de quilômetros quadrados, o qual abrangia parte do Uruguai, do Brasil, da Argentina e do Paraguai, habitada pelos “Povos Guaranis”, onde os jesuítas empreenderam o que hoje se conhece por “República dos Guaranis”.

Estas terras eram indivisíveis. O gado comum. Em cada Missão, a propriedade coletiva do solo e dos animais de criação possibilitou a reserva de campos e pastagens para bois, ovelhas e cavalos e para a policultura (pomares, hortas, parreiras, plantações de erva-mate, de fumo, de trigo, de arroz, de cana de açúcar, de algodão e de espécies aromáticas para a produção de perfumes). Além da agricultura e da pecuária, florescia também o artesanato.

Fabricavam-se tecidos e móveis, montavam-se e produziam-se relógios e carrilhões, trabalhavam-se imagens de santos, construíram-se igrejas, fundiam-se e forjavam-se metais, movimentavam-se prelos, fazia-se vinho.

Em casa, as mulheres fiavam e teciam lã e algodão, enquanto os homens partiam em bandos, entoando canções, para a faina nos campos, que não excedia seis horas a jornada de trabalho, com duas de intervalo para o almoço e a sesta. O dinheiro não intervinha nas transações internas, nem em pagamento de serviços prestados à comunidade. Cada chefe de família recebia víveres e artigos de acordo com as necessidades de todo o grupo familiar.

Inevitavelmente, o tempo e o lugar fizeram com que esta “República Modelo” contrariasse as ambições dos colonos espanhóis e se visse envolvida

---

\* Os dados acima referidos, são anotações de estudos isolados em diversas obras, já que não encontra-se na literatura disponível um estudo sistematizado sobre o assunto.

nas disputas na América entre Portugal e Espanha. Nascidas, ostensivamente, para implantar as reiteradas declarações reais em favor da liberdade do gentio, as missões deviam servir também de anteparo à expansão territorial dos portugueses vindos do Brasil (paulistas e mamelucos).

Os ideólogos da “República Cooperativa dos Guaranis” foram dois padres jesuítas de origem italiana de nome José Cataldino e Simon Mazeta, que fundaram a primeira “Redução” \*, a qual denominaram de Nossa Senhora de Loreto, nos primeiros dias de julho de 1610.

Assim, através de transplante ideológico (Ato dos Apóstolos, Utopia, Cidade do Sol), os padres jesuítas promoveram esta experiência comunitária e de colonização com características muito específicas, resultado também da combinação entre a direção teocrática dos sacerdotes com diversos caracteres igualitários dos nativos, tais como: “Abambaé” (propriedade privada) e o “Tupambaé” (propriedade coletiva), além da preocupação com a elevação espiritual e material das populações autóctones. Não se pode classificar a “República Guarani” como uma tentativa artificial e frágil dos idealistas religiosos e leigos. Embora todo este promissor surto de autêntico desenvolvimento integral fosse bruscamente sustado da face da vida harmoniosa e próspera, não por causa dos obstáculos internos. A “República Guarani” sucumbiu devido à ganância dos interesses das forças dominantes nas metrópoles europeias (Espanha e Portugal), bem como devido à pressão e à hostilidade do mundo colonial coligado contra ela. Com efeito, pelo Tratado de Madrid (13 de janeiro de 1750), as Cortes de Espanha e Portugal simplesmente decretaram que os índios deveriam evacuar suas reduções. Parece que um dos principais motivos do verdadeiro complô pactuado pelos poderosos da época contra essa exitosa experiência foi o equívico estratégico de terem iniciado a exportação de seus

---

\* Redução: denominação dada às comunidades da “República Guarani”, proveio do fato de que elas estavam assim convertidas em “redutos” à margem do mercado colonial. Na realidade, em todas as colônias espanholas, os agrupamentos indígenas que tinham renunciado à vida nômade formavam “reduções”, tinham sido levadas ou “reduzidas” a viver segundo a lei, “*ad exclesiam et vitam civilem reducti*”. LUGON (1977 p. 32)

excedentes gerados, mormente couro, sebo, e erva-mate e outros produtos muito procurados pelo comércio europeu. Tais exportações, resultado do trabalho comunitário – cooperativo, (mormente do setor das estâncias e vacarias totalmente socializadas), bem como do “Tupambaé”, se processava via Rio da Prata normalmente e aguçou a atenção dos donos do comércio internacional e dos incipientes capitalistas da época, já que essa riqueza estava sendo gerada por índios tidos até então como indolentes e incapazes, um novo sistema de produção, o qual punha em “cheque” os valores capitalistas, (propriedade individual dos meios de produção, jogo da livre iniciativa e concorrência, o lucro como motor essencial da economia e a divisão de classes entre os donos do capital e do trabalho).

Tal não podia continuar de jeito nenhum. Por isso, decretaram a sua destruição, cabia dismantelar esta nova forma de produção e de vida antes que fosse tarde, porquanto o sistema vigente no mundo dominante estava sendo posto em xeque. Por outro lado, o dismantelamento das Reduções deu-se com extremos de crueldade e de injustiça. Restam hoje, apenas, ruínas da inédita civilização cooperativa, cujas raízes ainda podem medrar.

Contudo, inquestionavelmente, as Reduções Jesuíticas foram um marcante exemplo de vida comunitária associada que pode servir, em muitos aspectos, como uma nova alternativa tanto para o cooperativismo como para a sociedade em geral.

Este tópico mostra que a gênese do cooperativismo pode ser encontrada desde a Idade Antiga até a Idade Moderna, com a ajuda de inúmeros fatos históricos estudados que marcam a própria História da Humanidade. Assim, é importante a comparação desses fatos e o seu relacionamento com o cooperativismo e a educação hoje.

Desta forma, a análise da evolução do cooperativismo no mundo a seguir será apreciada, assim como a obra dos principais precursores do pensamento inglês e francês bem como outros de menor brilho.

## 2.2 Precusores do Cooperativismo no Mundo

As atuais doutrinas sócio-econômicas encontram-se duplamente interligadas: por sua origem e por seus objetivos. Inicialmente por suas origens como ramos de um mesmo tronco e, em segundo lugar, pela semelhança de seus objetivos, já que tentam impulsionar um movimento de translação de uma economia predominantemente de lucro para uma economia predominantemente de serviço. O movimento de translação hoje é uma necessidade humana fundamental já reconhecida, porém já em vias de satisfação, ao levar em consideração o mais vasto de todos os movimentos populares, qual seja: o “setor cooperativo”, por suas legítimas aspirações, pelo número e universalidade dos elementos que agrupa, bem como por sua extensão em termos geográficos.

Nesta conjuntura, a cooperação afirma-se, simultaneamente, como uma doutrina social e como um sistema de atividades econômicas. Assim, este movimento dispõe de um conjunto de princípios, regras e comportamentos, a mercê dos quais o homem pode ascender no plano social, político-cultural e econômico.

As idéias cooperativas, tateantes e inseguras no último terço do Século XVIII e início do Século XIX se corporificam como doutrina e se introduziram como fonte de comportamento socioeconômico nas relações humanas associadas a partir da materialização da Cooperativa dos Pobros Pioneiros de Rochdale (21 de dezembro de 1844).

A cooperação moderna, especialmente a cooperação industrial e a sociedade pelo estabelecimento em regime baseado em associações da caráter econômico a bem dos interesses comuns têm por fundamento Doutrinal os “Utopistas” que, depois da segunda metade do Século XV até meados do Século XVII, escreveram alguns romances sociais. Nestes, encontra-se a descrição de futuras sociedades constituídas de maneira racional, e isentas dos defeitos da atual. Neste estilo encontram-se: “Utopia”, de Thomas Moro (1448-1535)\*; “A Cidade do Sol”, de Tommaso Campanella (1568-1639)\*; “A República” de Platão (428-347 a. C.) e a “Nova Atlântida”, de Francis Bacon (1561-1626)\*.

Essas utopias podem ser consideradas, sob certos pontos de vista, como os “pródromos” das concepções cooperativas que se encontram nos

pensadores da época moderna, surgidos tanto na Inglaterra como na França, países pioneiros do progresso intelectual e do desenvolvimento industrial da época moderna.

Nas obras desses utopistas, encontram-se novos tipos de comunidades melhor organizadas e com conceitos originais acerca de governo, de propriedade privada, de trabalho, de família e de educação. Estas idéias, sempre inspiradas na altruística ambição de obter um melhoramento das condições gerais de vida, vieram posteriormente sensibilizar sobremaneira as idéias do Conde de Saint-Simon (1760-1825)\*; Robert Owen (1771-1858); Charles Fourier (1772-1837); Philippe Buchez (1796-1865), e muitos outros precursores do Ideário Cooperativista.

---

\* Thomas Moro (1478-1535), mais conhecido como Morus, foi um dos grandes filósofos sociais ingleses do Século XV. Nasceu em Londres e fez seus estudos em Oxford. Morus idealizara harmonizar a moral Cristã e os princípios religiosos com a organização política e social do Estado. Nesse sentido, escreve o célebre livro “De Novo Insula Utopia”, editada em 1516, na Basileia/Suíça, por Erasmo de Rotterdam. Utopia, etimologicamente significa “lugar nenhum”, e é o nome de uma imaginária ilha onde existem, em prática, as doutrinas ético-sociais pregadas por Morus. Segundo o Santo Filósofo, na Ilha “Utopia”, perdida nos mares do Atlântico Sul, há cinquenta e quatro cidades cada qual com seis mil famílias. O governo é constituído por um Conselho de Representantes das Famílias. Esse Conselho, por sua vez, escolhe um príncipe perpétuo. O regime da ilha é o comunismo, já proposto por Platão. De acordo com tal regime, a produção e o consumo são comuns. A propriedade privada é proibida.

\* Francis Bacon (1561-1626), filósofo e estadista inglês. Espírito profundamente científico, Bacon propõe uma reforma geral nos métodos de trabalho, tanto nas ciências como na filosofia, com a adoção do método indutivo. A filosofia social de Bacon está contida sobretudo no livro “Nova Atlantis”, publicado em 1624, que se enquadra na relação das Utopias, pois se refere a uma cidade imaginária. Na Ilha da Nova Atlântica, o governo era formado por sociólogos, psicólogos, técnicos e cientistas, tendo por sede a “Casa de Salomão”. Todas as regras de moral e de política eram baseadas na ciência experimental.

\* Tommaso Campanella (1568-1639), filósofo e poeta italiano, Monge dominicano e profundo conhecedor do platonismo. Perseguido pela Inquisição, tendo em vista suas idéias igualitárias. Defendeu a partilha das propriedades feudais e liderou uma rebelião camponesa na Calábria. Na prisão escreveu “De Civitas Solis”, obra classificada entre as grandes utopias sociais. Descreve em “De Civitas Solis” (Cidade do Sol), imaginária, onde florescem a potência, a pudrência e o amor. Vigora o comunismo. Não há propriedade privada nem vida de família. É considerado um precursor da moderna Teoria Política.

\* Saint Simon - Homem de pensamento e ação que deu origem ao tronco comum donde brotaram dos tempos, por ações e reações os cinco ramos ideológicos (o cooperativismo, o socialismo, o anarquismo, a social-democracia e o comunismo). Era um profundo conhecedor dos livros dos utopistas.



Assim este tópico deverá buscar o pensamento e a ação de inúmeros pensadores, filósofos e economistas que foram, com suas idéias, os verdadeiros mentores do cooperativismo.

### 2.2.1 Os Principais precursores

Analisando a literatura a respeito das origens do cooperativismo no mundo, encontram-se inúmeros trabalhos (PLUM, 1979, p. 79-88; LAMBERT, 1975, p. 33-35; CARNEIRO, 1980, p. 63-87 e DRIMER, 1975, p. 208-211) que apontam como os principais precursores desse movimento e um bom número de pensadores, dentre os quais podem-se destacar: Robert Owen, François Marie Charles Fourier, William King, Feles Joseph Benjamin Buchez e Jean Joseph Charles Louis Blanc, que serão apreciados a seguir:

**Robert Owen** (1771-1858) - é considerado o “Pai do Cooperativismo Inglês” como também “Pai do Cooperativismo Moderno”. Alguns dos epítetos a ele atribuídos mostram certas características de suas idéias: “Filantropo Louco”, “Industrial Revolucionário” e “Revolucionário Perigoso”.

Uma larga vida, pródiga tanto em idéias como em realizações práticas foi a desse britânico, filho de modesto artesão de Gales, que se iniciou como aprendiz de indústria, porém rapidamente escalou posições até converter-se em um forte industrial têxtil. Suas preocupações sociais o induziram a levar a cabo uma obra ampla e multifacetária. Através dela, Owen adiantou-se indubitavelmente na sua época, marcando novos rumos sociais, econômicos, políticos, trabalhistas e educacionais. Por esta razão é importante mostrar aqui, ao menos em rápidas palavras, a obra desse filósofo-industrial destacando-se os seguintes aspectos de sua atuação:

**a)** em sua indústria têxtil, localizada em *New Lanark* (Escócia), Owen colocou em prática uma série de medidas com o objetivo de beneficiar os trabalhadores, bem como aliviar as condições de trabalho pelas quais os mesmos eram subjugados naqueles primeiros anos da Revolução Industrial. Buscava assim o

melhoramento das condições de trabalho e sugeriu uma legislação trabalhista. Especificamente dentre suas inovações cabe citar:

- redução da jornada de trabalho;
- deixou de empregar menores de dez anos;
- criação de escolas gratuitas para crianças;
- abolição do sistema de multas aos operários;
- concessão de habitações condignas;
- organização de refeitórios coletivos para os empregados; e
- organização de caixas de poupança.

Além dessas experiências desenvolvidas em sua indústria, Owen também tentou influenciar alguns industriais de sua época, para que os mesmos aplicassem medidas semelhantes, a partir de seus experimentos. Utilizava como argumento o êxito econômico advindo de suas inovações. Por tudo isso, é por muitos considerado um dos iniciadores das obras sociais de inspiração patronal (paternalista), dos sistemas de proteção social e da legislação trabalhista.

**b)** Profundamente impressionado com as conseqüências da crise econômica de 1815, e, por outro lado, convencido de que a associação de diversos núcleos de pessoas em colônias auto-suficiente, haveria de proporcionar uma solução aos seus problemas, fez com que Robert Owen investisse grande soma de sua fortuna na organização de Colônias Autônomas em que adotou as seguintes posturas:

- em 1813, converteu sua indústria “New Lanark Twist Co” em um tipo de empresa comunitária, cujo capital investido só receberia cinco (5%) por cento de interesse por ano, enquanto o restante passaria a fundo de reservas com o objetivo de ser aplicado em favor dos trabalhadores e do público em geral;

- na década seguinte, no estado norte-americano de Indiana, estabeleceu-se uma colônia denominada “New Harmony” que foi a primeira comuna agrícola moderna, baseada puramente nos princípios socialistas. Embora tendo vida efêmera (somente dois anos), esta experiência influenciou no aparecimento de outras organizações similares no México, na Inglaterra e na Irlanda. Esta não foi muito bem sucedida devido à heterogeneidade de seus participantes;
- preconizava a propriedade coletiva dos bens como remuneração de acordo com as necessidades de cada um, bem como a absoluta igualdade de seus componentes, para que desaparecesse a hierarquia entre governantes e governados;
- em relação ao setor educacional, que para ele tinha por objetivo o desenvolvimento físico e a formação moral dos menores;
- Owen afirmava que: “a educação seria a pedra filosófica que poderia transformar o comportamento existencial da sociedade e criar uma estirpe nacional de cidadãos”. Assim sendo, criou escolas elementares ou fundamentais para os menores de catorze (14) anos e escolas politécnicas para os que estavam acima desta idade; e
- admitia que as comunidades integrais podiam especializar-se na produção agrícola ou industrial com o objetivo de, em médio prazo, intercambiar os artigos pelas mesmas. \*

---

\* Também vale lembrar que Abraham Combe (1785-1827), discípulo de Owen, promoveu em 1825 uma comunidade em Orbiston, cercanias de Glasgow que desapareceu dois anos mais tarde quando do falecimento de seu idealizador, cuja inspiração veio do modelo *New Lanark* lotado de produtos invendáveis, não podendo, portanto cumprir com seus objetivos, devido essencialmente ao seu caráter fechado

c) Decidido então a atuar dentro do meio sócio-econômico existente, Robert Owen dedicou-se também à organização de estabelecimentos para o intercâmbio do trabalho, ao conceber em Londres uma nova instituição, a qual denominou “*National Equitable Labour Exchanges*” (Armazéns de Troca ou Bolsa de Intercâmbio de Trabalho), com o objetivo de alcançar a supressão da ganância do lucro e atenuar a concorrência e afirmava que o “preço de custo” determinado pelo trabalho constituiu-se no “justo preço”. Em sua Bolsa de Intercâmbio do Trabalho, os associados entregavam seus produtos e em contrapartida recebiam “Bônus de Trabalho” ou “Senhas de Trabalho” correspondentes, em valor, ao número de horas despendidas na produção do bem. Mediante estas senhas, os associados podiam adquirir outros produtos que haviam demandado trabalho equivalente.

Esta instituição foi efêmera, cujo período se deu de 1832 a 1834. Os associados (provavelmente artesãos, pois os assalariados não são donos do produto de seu trabalho e não podem para tanto vendê-los) sabiam supervalorizar o trabalho empregado na elaboração de seus próprios produtos. Por outro lado, os peritos designados posteriormente realizavam, de forma arbitrária, sua tarefa de taxação. Assim, muitos sócios aportavam objetos inegociáveis e retiravam produtos de qualidade, os quais, imediatamente, eram vendidos fora da instituição. Vários associados ao receberem suas “Senhas de Trabalho” transferíveis em pagamento de suas próprias mercadorias adquiriram, mediante estes “Bônus”, os melhores produtos armazenados na “Bolsa de Intercâmbio do Trabalho”, negando-se por outro lado a receber outros “Bônus”. Com o passar do tempo este “Armazém de Trocas” estava abarrotado.

d) Outra contribuição que Robert Owen não conseguiu levar a cabo, foi a “*Association of All Classes of Nations*” (Associação de todas as Classes de todas as Nações), que fundou em Londres, em 1835,

para a propagação de suas idéias. Essa associação foi constituída somente entre ingleses e compreendia uma seção para negócios internos e outra para negócios externos, com uma instituição central que possuísse filiais em todas as partes do mundo. Tratava-se pois de uma organização com caráter internacional. Robert Owen empreendeu uma viagem pela Europa continental à procura de aderentes para suas idéias, porém não foi muito feliz, porquanto nessa época inexistia um clima propício para tal. Para tanto, chegou a se avistar com ilustres personagens em alguns países visitados (França, Áustria e Alemanha), dentre os quais podemos destacar o Príncipe Meternich e Alexander von Humbold.

Esta associação propunha-se a fomentar a realização de reformas pacíficas pela criação de novas organizações comunitárias, e particularmente na promoção de um sistema de propriedades comunais que permitisse a formação de novos capitais, sem lesionar o direito de propriedade já existente. No dizer de alguns estudiosos, este organismo internacional é considerado como o mais direto ancestral da atual “Aliança Cooperativa Internacional”, bem como de algumas outras organizações internacionais (DRIMER, 1975, p. 211).

Conseqüentemente Robert Owen exerceu uma influência muito marcante sobre o cooperativismo, pois contribuiu para a consagração de algumas de suas normas fundamentais, além de ter dado vida a numerosas entidades que, por diversas razões, não foram efêmeras, porém estas devem ser consideradas como precursoras das atuais organizações cooperativas, bem como de ter inspirado a ação de muitos dos realizadores do cooperativismo moderno.

Com efeito, pode-se observar que Owen destacou significativos conceitos de caráter geral hoje incorporados pelo atual Movimento Cooperativista Robert Owen, além de sua ação reformista escreveu e publicou diversas obras, entre livros e folhetos, destacando-se:

- “Essays on the Formation of Character”, seu primeiro livro, editado em 1813 e que foi testado em New Lanark;
- “New View of Society”, também editado em 1813;

- “Book of New Moral World”, no qual apresentava os cinco fatos mentais funda e as vinte leis da natureza humana, também publicado e 1913; e
- “Repport of the Country of Lanark”, editado em 1820.

Dentre os mais destacados seguidores de Robert Owen, devem ser lembrados em primeiro lugar os “Pioneiros de Rochdale” que, em 1824, fundaram a não menos famosa “*Equitables Pioneers of Rochdale*”. Além desses, mais os seguintes: William Thompson, que em 1824 publica a sua obra “*Inquiry into the Principles of Distribuion of Wealth*”; John Francis Bray, 1839, com a publicação “*Labour’s Wrongs and Labour’s Remedy or the Age of Might and the Age of Right*”; Charles Southwell, que em 1840 publica “*Socialism made Easy*”; John Lowther Murphy, que, em 1840, publicou, na cidade de Birmingham, “*Elements of Socialism*”; e James Napier Baily, em 1840 em Leeds, com a publicação “*Objets, Pleasure and Advantages of the Science of Society*”.

Da mesma forma, também vale ressaltar que o valor da comunidade preconizada por Owen sobressaiu-se em New Lanark ainda capitalista, para evoluir em Orbiston, Queenvood e Ralahire. A partir de 1824, os “owenistas” se destacaram em diversas outras localidades da América do Norte, como em Wanborough (Illinois); Blue Spring (Indiana); Kendal (Ohio); Yellow Spring (Ohio); Valley Forge (Pensylvania) e Neshoba (Tennessee).

**François Marie Charles Fourier (1772-1837)** - o lugar ocupado por Robert Owen na história das idéias cooperativas na Inglaterra, o é na França, por François Marie Charles Fourier. Nascido em 1772, na cidade de Besançon (França), no seio de uma rica família de comerciantes de tecidos, sendo educado nos “Albergues Mercantis”. Perde toda a sua fortuna, recebida como herança após o falecimento de seu pai, quando a cidade de Lyon foi cercada pelas Tropas da Convenção. Condenado à morte, foi salvo com a queda do regime. Engajou-se no serviço militar, mas deu baixa por motivo de saúde, passando então a trabalhar em um escritório comercial, em que ocupou diversos cargos, inclusive o de tesoureiro. Desde então, nada mais foi que um “sargento de loja” e acabou

como escriturário de uma sucursal parisiense da Casa “*Curtis & Lamb*” de New York. Chegou a montar um escritório de corretagem. Mais tarde recebeu herança materna, o que lhe permitiu dedicar-se, por uns tempos, aos trabalhos intelectuais.

Até hoje, trata-se de um dos doutrinadores mais discutidos. Suas obras se constituem indubitavelmente extravagantes e vagas, porém cheias de idéias progressistas, nas quais ele apresenta o esboço de muitas instituições atuais. Parecia não se preocupar com os acontecimentos políticos da França, dedicando todas as suas horas de lazer à reflexão sobre os problemas econômicos e sociais de seu tempo.

À semelhança de Owen, tentou encontrar soluções para os problemas econômicos e sociais, porém este trabalho era realizado na calada das noites, após ter-se embrutecido em funções mentirosas e aviltantes. Fourier, fechado em seu modesto quarto de celibatário, entre vasos de flores e plantas e de seus gatos, concebe um mundo segundo seu coração, por intermédio da “associação de pessoas em colônias autônomas” ou “comunidades agroindustriais” que objetivavam organizar, em comum, a produção e o consumo. A estas associações ele deu o nome de “Falanstérios”.

De toda sua obra, merecem destaque os seguintes aspectos de sua atuação. Em, 1822, publicou sua principal obra intitulada “*Traité d’Association Domestique Agricole*” na qual expõe suas principais idéias acerca das falanges e dos falanstérios. \* Estes deviam ser integrados no mínimo por quatrocentas (400) pessoas e no máximo por duas mil, todas pertencentes a um mesmo nível social, que aderiam livremente, sem nenhuma coerção a este agradável ambiente com condições de livre expansão das paixões humanas. O rendimento ótimo a ser obtido pelo “falanstério” seria quando atingisse mil seiscentos e vinte associados, o dobro de oitocentos e dez, soma que indica segundo Fourier o número dos diversos caracteres humanos. É de bom alvitre na falange todos os caracteres existentes, pois eles se complementando mutuamente anulavam seus defeitos.

---

\* Outras obras que também merecem destaque são: “*Théorie des Quatro Moviments*”, em 1808 em Lyon; “*Théorie de L’Unité Universalle*”, publicado em 1822; “*Lê Nouveau Monde Industriel et Sociétaire*”, publicado em 1829; e “*La Fousse Industrie*”, publicado em 1835.

A “falange” seria instalada numa colônia comum (falanstério). Possuiria uma forma quadrada com dois mil hectares de superfície, cujo tamanho seria mais ou menos um hectare para cada membro desta. Nesse domínio, seria edificado, como núcleo central, um edifício ou “Palácio Comunal”, com vários pavimentos bem arejados, onde todos os membros desta colônia habitariam, como um grande hotel, o qual deveria proporcionar refúgio (habitação), salas de leitura, teatro, jardins, refeitórios coletivos, biblioteca, sala para jogos, salões de negócios, bem como outras instalações sociais.

Nas alas vizinhas eram instaladas as oficinas de trabalho, bem como as salas de brinquedos para crianças, a fim de que não incomodassem, com seu barulho, a paz dos demais locatários.

O “Falantério” apresentava assim, dupla vantagem:

- **econômica**, porque a vida sob o mesmo teto traria o máximo de conforto com o mínimo de dispêndio; e

- **social**, porque a vida sob o mesmo teto substituiria, pouco a pouco, por uma atração de simpatia, sentimentos recíprocos que, sob o regime individual, se movem numa escala ascendente de ódio e uma escala descendente de desprezo.

Ao contrário de Owen, Charles Fourier pensou em abolir de suas colônias as desigualdades entre ricos e pobres, de maneira que em seus falanstérios deveriam existir cinco categorias de habitações, além de uma classe de caráter gratuito.

Até os serviços domésticos, Fourier previa em seus sonhos. O serviço particular de criadagem seria feito pelo serviço coletivo e a empresa doméstica daria lugar à empresa industrial, evolução a que já chegamos hoje no pão, na lavanderia, na pensão a domicílio, nas empresas de limpeza de casas. Levando em consideração este tipo de organização, desejava-se substituir a residência familiar para que houvesse maior comodidade com grande economia, bem como substituindo os serviços domésticos de caráter pessoal por serviços coletivos. Desta maneira esperava alcançar apreciável vantagem de ordem moral e social, pois afirmava que as relações cotidianas dos associados criariam saudáveis vínculos de simpatia e de interesse recíproco.

O consumo comum, centrado no “Palácio Comunal” ou “Palácio



Social”, deveria ser complementado com a produção em comum numa área de quarenta quilômetros quadrados, anexa ao “Falanstério”, a qual deveria ser explorada coletivamente para suprir as necessidades de seus habitantes e as sobras serem intercambiadas somente com outras “Falanges”, em casos excepcionais. Os membros das “Falanges” elegiam democraticamente entre seus componentes, aqueles que deveriam se ocupar das tarefas de direção.

Inimigo não do capitalismo, porém sim do desenvolvimento industrial selvagem. Fourier propunha reduzir o trabalho ao máximo, haja vista confirmar-se em oficinas, bem como a preponderância do trabalho do setor primário sob os demais, dando ênfase à horticultura, à avicultura, ao ajardinamento e era contra o cultivo do trigo e de outros cereais. Por esta razão, no “Falanstério” somente um quarto do trabalho era reservado ao setor industrial, e os três quartos restantes destinados à agricultura. Com esta concepção, Fourier pregava, pela ação dos “Falanstérios”, também o regresso à terra, principalmente devido a sua “Teoria dos Quatro Movimentos”. Esta devia se processar não livre e anarquicamente, mas pela escolha de lugares tecnicamente adequados, de forma que a cultura da terra fosse um eterno prazer.

O conceito de trabalho foi outra visão extraordinária deste caixeiro sem eiras, constituída no fundamento e talvez a principal motivação embutida em seu sistema. Fourier sempre afirmava que o trabalho não deveria constituir-se em uma obrigação ou condenação imposta por terceiros, ou desejo de lucro, e sim em um verdadeiro prazer como quem corre alegre para uma festa. Dentro desta concepção, ele propôs dentre outras, as seguintes posturas:

- que as oficinas situadas no centro do campo fossem limpas e elegantes;
- que o trabalho fosse organizado em seções e os associados se unissem voluntariamente em grupos, de acordo com suas afinidades;
- que a divisão do trabalho fosse desenvolvida em elevado grau, de maneira que os dirigentes de cada grupo pudessem eleger comodamente as tarefas preferidas, segundo suas aptidões; e
- que os associados pudessem freqüentemente alternar-se em suas tarefas, guiados por uma melhor emulação e garantidos pela associação com um mínimo de subsistência.

As “falanges” eram constituídas sob a forma de uma sociedade por cotas (ações), nas quais o associado possuía dois aspectos a saber: proprietários de seu capital e de trabalhador associado. Fourier estabelece assim intencionalmente os interesses dos associados como trabalhadores, capitalistas e consumidores, a fim de evitar os possíveis conflitos entre interesses opostos.

A colônia seria fundada graças ao capital que pertencia não aos seus membros, mas sim a um filantropo estranho ao grupo, e a este então se pagava um atrativo de cerca de um terço das sobras. Ao considerar o exame de suas obras, demonstra profundo respeito pela propriedade privada, pois preconizava o uma fórmula “*sui generis*” para a distribuição dos benefícios. Esta consistia em: 4/12 para remunerar o capital; 5/12 para remunerar o trabalho; e 3/12 para remunerar o talento (direção eleita periodicamente).

Por outro lado, se suprimiria o salário neste regime, sendo então o mesmo substituído por uma participação na distribuição dos benefícios produzidos.

Diferentemente de Owen, ele não aplicou o princípio cooperativo da limitação ao interesse do capital acionário, senão que projetou remunerar esse capital por uma participação sobre os benefícios, no valor de um terço.

Proclamou o direito ao trabalho para todos os cidadãos indistintamente.

A maneira de organização transitória generalizou-se através dos “falanstérios”, que não são colônias comunistas como muitos chegaram afirmar. Nestas, ele previa a organização de “pequenas mercearias”, “agências coletivas” ou “armazéns de depósito de caráter semi-público”, nos quais os produtores rurais pudessem armazenar suas colheitas e receber antecipadamente o equivalente a dois terços do valor dos produtos depositados, bem como adquirir pelo menor preço possível os artigos de que necessitassem. Por intermédio destas instituições, procurava evitar a ação dos intermediários, bem como assegurar em qualquer situação o pleno emprego dos trabalhadores.

Por fortes razões deduz-se que o “Falanstério” preconizado por Fourier, até certo ponto pode ser considerado como os primeiros ensaios para as modernas cidades.

Assim sendo, Fourier não foi um homem de grandes ações, mas

suas idéias se projetaram através das realizações de vários de seus discípulos, dentre os quais convém destacar:

- Victor Prosper Considerant, autor de “Doctrine Sociale” que fundou em 1854, no Texas (EUA) um falanstério, e, além disso, em 1843 concebeu o periódico “La Democracia Pacifica”; e

- Jean Baptiste André Godin, criador do “Familistère de Guise” (Fábrica de Aparelhos de Aquecimento).

Poucos anos após seu falecimento, fundaram-se aproximadamente quarenta (40) colônias fourieristas na América do Norte, na França, no Uruguai e no Brasil. Dentre estas podemos destacar quatro:

“Falanstério do Say” (1842), no Brasil (Santa Catarina) foi concebido e dirigido pelo Médico Homeopata Benoit Joseph Mure:

- “Falanstério Teresa Cristina” (1844), Brasil (Paraná) foi concebido e dirigido pelo Médico João Maurício Faivre:

- “Falanstério Conde-sur-Vesgres”, nas cercanias de Rambouillet, na França; e

- “Falanstério Brook Farm” \* (1871), nos Estados Unidos onde contou com a colaboração de Channing e Harthorne.

A maioria destes “Falanstérios” não conseguiu vida efêmera, geralmente fracassaram devido aos mais variados problemas que vão desde a morte de seu idealizador até problemas de mau recrutamento de futuros componentes. No entanto, um deles conseguiu sobreviver até quase nossos dias, que foi o “Familistério” de Jean Baptiste André Godin, que era uma fábrica de aparelhos de aquecimento, o qual tornou-se numa associação operária após a morte de seu idealizador.

---

\* BROOK FARM: *Fazenda Brook*, comunidade agrícola experimental fundada em 1841, em West Roxbury, Massachusetts, USA, pelo casal George e Sophia Ripley. Em 1844, transformou-se em um “Falanstério”, tendo apoio de intelectuais norte-americanos famosos da época, como Nathaniel Hawthorne e Ralph Waldo Emerson.

Fourier, autodidata de imaginação exuberante, misturou em seus livros idéias interessantes e profundas com outras absurdas. Isso impediu que muitos de seus contemporâneos o levassem a sério e somente com a passar dos anos suas idéias se tornaram conhecidas, principalmente por intermédio de alguns discípulos.

Quanto a sua influência sobre o ideário cooperativo, pode-se afirmar, assemelha-se ao de Owen, propondo decididamente as colônias integrais de produção e consumo, que por muitas décadas foram consideradas como utópicas, porém na prática, hoje, encontram-se diversas e belas experiências localizadas no velho e no novo mundo, tais como: “Kibutzim”, “Koljoses”, “Ejidos”, etc.

Assim como Owen, Fourier desenvolveu também princípios de cooperativismo baseados na associação voluntária e democrática, por empresas destinadas a servir às necessidades de seus membros, além de identificar (integrar) os consumidores com os produtores, com o objetivo de eliminar os intermediários supérfluos, também, responsáveis pelo encarecimento artificial dos artigos. Destacou também a propriedade particular dos associados sobre suas ações, assinalou algumas características das cooperativas de trabalho, hoje muito comuns em nosso meio, assim como a experiência acabou em 1847, por problemas financeiros. retribuição dos trabalhadores que deveria ser proporcional à quantidade e qualidade do trabalho realizado pelos mesmos.

Também esboçou algumas características particulares com respeito a armazéns de depósito, cooperativas de consumo, de abastecimento, de crédito e da colocação da produção, além de preconizar uma estreita integração entre os municípios e as entidades de caráter cooperativo.

Não se pode, por outro lado, deixar de grafar que as idéias originais de Fourier servem de pano de fundo em muitos pontos do Movimento Cooperativo Moderno.

**William King** (1786-1865) - grande foi a obra deste médico e precursor na cidade de Brighton (Grã-Bretanha), onde igualmente desenvolveu um interessante trabalho doutrinário, além de também ter conseguido pôr em

prática suas idéias. Estimulou a organização de uma importante rede de organizações que possuíam traços cooperativos além de se dedicar às atividades de consumo. Com esta ação, granjeou a simpatia e a benquerença dos pobres e humildes dessa cidade. Todo o seu trabalho filosófico e prático assentava-se na idéia de que “o interesse deveria ser no fortalecimento da capacidade de consumo do público”.

Na economia de seu tempo, as riquezas eram adquiridas pelo comércio. Logo, os que tiveram necessidades de produtos deveriam começar pela organização do comércio de mercadorias e não pela produção. Afirmava que os operários seriam mais favorecidos se o dinheiro que eles despendessem na organização de greves, com o auxílio de suas associações profissionais, estes recursos fossem então canalizados para a criação de cooperativas de consumo.

Do ponto de vista doutrinário, William King expôs idéias que fundamentaram sua ação social, por um periódico mensal, concebido para tal e que tinha por título “*The Co-operator*”, no qual foram publicados inúmeros trabalhos de cunho prático e útil ao soerguimento das populações laboriosas. Este mensário teve vinte e oito (28) números somente e funcionou no período de 1828 a 1830, sendo escrito pessoalmente pelo seu idealizador. Em seu primeiro número publicado, em 01 de maio de 1828, King inscrevia os seguintes pensamentos: “o saber e a união são a força”, “força dirigida pelo saber, é felicidade”, “a felicidade é o fim da criação” (MONSERAT, 1949, p. 38).

Propunha-se liberar os trabalhadores de seu estado de miséria, bem como de sua dependência do capital alheio. Afirmava, que enquanto os trabalhadores são os únicos e legítimos proprietários de sua força de trabalho não podem utilizá-la em seu proveito próprio porque carecem de capital, particularmente daquele capital necessário para se alimentar, se vestir e se alojar.

Para solucionar este problema, aconselhava a que os trabalhadores poupassem parte do produto de seu trabalho com o objetivo de formar seu próprio capital. Esta empreitada é sem dúvida difícil e trabalhosa se tivesse de ser realizada individualmente. Porém, poderia ser facilitada se fosse fundamentada na extraordinária força do poder aquisitivo dos trabalhadores, quer dizer, se estes decidissem capitalizar em seu próprio benefício os consideráveis lucros que proporcionavam aos comerciantes e intermediários quando compravam seus

habituais artigos de consumo. Com este anúncio, o Dr. William King chega a sua concepção das Cooperativas de Consumo.

A associação de grupos de trabalhadores e a integração de um pequeno capital inicial mediante aporte de suas próprias empresas de abastecimento em comum proporcionarão aos trabalhadores associados a realização de consideráveis proezas. A acumulação destas serventias em fundos comuns irá proporcionar-lhe a propriedade do capital da cooperativa necessária para organizar atividades próprias de produção e, finalmente, poderão empregar sua força de trabalho em benefício próprio.

O Dr. William King também mostrou-se partidário do sindicalismo, os sistemas de serviços mútuos, de outras formas de ação dos trabalhadores, bem como ardoroso propugnador da forma cooperativa. Propôs uma transformação completa da sociedade, fixando como objetivo final destas associações, a organização de comunidades cooperativas. Levantou e defendeu a tese de que “todo capital é produto do trabalho e de que só a cooperação pode emancipar a pessoa humana da exploração”.

Na prática, o Dr. William King, em 1827, fundou no povoado de Brighton uma cooperativa de consumo, “*The Cooperative Trading Association*”, além de ter incentivado a criação de outras semelhantes. Esta sua associação de consumo foi a primeira experiência inglesa do gênero e serviu de ponto de partida para a constituição de quase outras trezentas (300). No período de 1831 a 1835, estas chegaram a celebrar alguns congressos, sendo que os mais importantes aconteceram nas cidades de Birmingham e Londres. Na prática, sua obra teve vida efêmera tendo em vista algumas debilidades nas normas que regiam seu funcionamento.

Era partidário de uma rigorosa seleção, bem como preconizava uma limitação quanto ao número de associados. Os produtos seriam oferecidos a preço de mercado, porém os excedentes assim obtidos não eram distribuídos (salvo algumas exceções) entre os associados na proporção de suas compras. Tampouco, retribuía-se em hipótese alguma o capital, já que todos os benefícios seriam carreados para um fundo destinado ao desenvolvimento da sociedade. Este aspecto na atual legislação brasileira (Lei Nº. 5764/71) é conhecido como Fundo de Reserva.

O que se pode observar é que era difícil manter o apoio dos associados, tendo em vista que estes não se sentiam atraídos nem a curto nem a médio prazo como consumidores ou como aportadores de capital. Somente em longo prazo estas cooperativas de consumo iriam beneficiar o conjunto de seus associados.

O papel do Dr. William King como precursor do atual Movimento Cooperativo pode ser apreciado com relação a diversos aspectos:

- realçou a importância do esforço próprio que os associados deveriam implementar com o objetivo de proporcionar-lhes capital necessário para solucionar seus problemas comuns;

- realçou a transparência das cooperativas de consumo como uma possível maneira de transformação da sociedade, além de destacar sua projeção para as atividades produtivas;

- destacou não apenas a influência econômica como também a espiritual do cooperativismo, quando afirmava que os interesses comuns deveriam determinar relações humanas mais cordiais;

- aconselhou a criação de escolas cooperativas que além de divulgarem as noções econômicas promoveriam a transformação moral dos futuros cooperadores;

- destacou o caráter voluntário do cooperativismo, se bem que imbuído de profundas convicções cristãs;

- reconhecia e destacava a conveniência das cooperativas terem uma postura de neutralidade frente aos aspectos políticos e religiosos; e

- destacou que as forças dispersas dos trabalhadores poderiam criar uma grande potência se lhes substituíssem o ódio existente pela compreensão e pela associação de seus interesses comuns.

Alguns destes postulados preconizados pelo Dr. William King fazem parte da maioria das legislações cooperativistas de diversos países, inclusive a brasileira. Porém, tais idéias tiveram poderosa influência no programa da primeira cooperativa moderna de consumo, fundada em 1844, no “Beco do Sapo” e que ficou mundialmente conhecida por “*Rochdale Society of Equitable Pionners*”.

King não acertou quanto à escolha adequada das regras práticas necessárias ao funcionamento de uma empresa cooperativa, pois estas

sociedades tinham, em geral, um número limitado de associados que não representavam economicamente capital suficiente para sua prosperidade, bem como o pequeno capital que os sócios aportavam quando de sua entrada e que não era remunerado além de os excedentes não serem repartidos entre os sócios fregueses. Tudo isso contribuiu para a sua não efemeridade prática. Desse modo, o sócio não era interessado nem como associado nem como freguês. A participação na cooperativa não trazia, portanto, vantagens para o associado.

No fundo, a Teoria Cooperativa do Dr. William King pode ser assim resumida:

o fundamento social e econômico da cooperação consiste na organização do trabalho, no interesse dos que fornecem o trabalho. A cooperativa torna possível libertar o fator trabalho do estado de dependência em que ele se encontra em relação ao fator capital.

Por outro lado, a essência da organização cooperativa para o Dr. William King era a seguinte:

a soma de dinheiro que as classes operárias despendem bem ou mal é enorme, ela se traduz por um respeitável número de milhões de unidades monetárias. Só o lucro resultante dessa soma, seria suficiente para construir e adquirir fábricas. Não é, portanto, nem a falta de forças nem a falta de meios, mas simplesmente a falta de compreensão que impede o trabalhador de progredir e de se emancipar. (GAYOTTO, 1976, p. 19-20)

**Philippe Joseph Benjamin Buchez (1796-1865)** - quando do nascimento de Buchez, em 30 de março de 1796, sua terra natal, a pequena cidade de Matgne-La-Petite, no Cantão da Romereé, não era francesa mas sim belga, e somente seria anexada à França em 1815. Seu pai, Jacques, ali, exercia momentaneamente o lugar de Comissário do Poder Executivo. De volta à cidade de Paris, berço natal de sua família, onde posteriormente iniciava seus estudos e posteriormente se notabilizaria na medicina, mas sobretudo, como cientista, filósofo e revolucionário intelectual. Profundamente católico.

Em 1811, quando do falecimento de sua progenitora, exercia a função de supranumerário do “Ectroi de Paris”, concomitante com os estudos de



ciências naturais, quando teve a oportunidade de freqüentar vários cursos, dentre outros os de Lamarck, Cuvier e Sainte Hilaire. Sua vida profissional como estagiário não remunerado na “administração dos direitos reunidos” segue paralelamente sob a orientação de seu pai, com o curso no Museu, o que lhe permitia mais contato com as idéias filosóficas do Século XVIII.

Funda com outros companheiros, o “Grupo Medicina e Filosofia” e se liga a sociedades secretas quando se colocou contra os “Bourbons”. Depois de sua iniciação na filosofia e na anatomia, começou seus estudos de patologia clínica na “Salpêtrière”, com o médico chefe. Nesta época se deixaria influir por alguns destacados contemporâneos seus, tais como: Pierre Jean Georges Cabanis (médico e filósofo); Philippe Pinel (médico); e François Broussais (médico militar).

Nos centros urbanos-industriais em formação na França e na Inglaterra, difundia-se nessa época rapidamente a idéia de emancipação do proletariado, por intermédio de associações. Os operários discutiam, em pequenos jornais, fórmulas associativas que pudessem aliviar suas misérias físicas e morais. A princípio, os trabalhadores estavam mais preocupados com seus problemas econômicos. Mas a inabilidade das autoridades administrativas, militares e policiais, na repressão dos movimentos grevistas, levou os operários a desencadearem cerrada oposição às fábricas, ao regime político e ao capitalismo. Os operários que liam e refletiam, buscavam reforçar a sociedade e não apenas o governo. Mas, hesitavam entre as diversas fórmulas então propostas, quais sejam o sansimonismo e o fourierismo.

Nesse quadro psicológico, Buchez e seu amigo Sait-Armand Bazzard entram em ligação com os revolucionários Dijieb e Joubert, que forçados a fugir da Itália retornam a Paris para ajudar a organizar a fundação da “*Charbonnerie Francesa*”, pela primeira vez na França. Por causa dessa sua atitude foi condenado à morte, pois o mesmo era funcionário da administração parisiense mas, foi perdoado.

Em 1824, tornou-se bacharel em medicina e em 1825 recebe o diploma de Doutor ao defender tese sobre Febres Intermittentes. Publica com Ulisse Trelat, o “*Princês Elementarie d’Hygiene*”, além de se filiar ao “Atheneu de Medicina” para maior especialização da matéria científica.

Nessa época, Buchez toma conhecimento do livro do Conde Henri de Saint-Simon \*, “Novo Cristianismo”, no qual os sábios e os industriais são exaltados como alicerces de um sistema social. Entusiasma-se com a Doutrina de Saint-Simon e, juntamente com Enfantini \*, passa a colaborar, em 1826, com o “*Jornal Producteur*”. Publica também um artigo, cujo destaque é a obra social de Saint-Simon e, após seu relacionamento com o Sistema de Política Positiva, procura aprofundar-se na Doutrina de Saint-Simon, vindo a publicar mais tarde no “*Producteur*”, suas considerações filosóficas sobre as ciências e os sábios. Começa a se interessar pelos assalariados.

Em 12 de dezembro de 1826, “*Producteur*” tem sua circulação suspensa, e Buchez está entre os signatários que justificam esta posição. A partir de então passa a divulgar suas idéias juntamente com Ulisse Trelat no “*Jornal do Progresso das Ciências Médicas*”, fundado por ambos.

Em 1828, começa sua cisão com a Escola Saint-Somoniana, e em novembro de 1831 rompe em definitivo, passando a defender a tese de associação cooperativa dos produtores livres, mas pacificamente e sem exploração.

Enquanto que Robert Owen e Charles Fourier propugnavam pela organização de comunidades autônomas, nas quais se deveria realizar em comum

---

\* Conde Henri de Saint-Simon (1760-1825) - título nobiliárquico de Claude Henri de Rouvroy, filósofo francês, um dos expoentes do socialismo utópico. Defendia a criação de um Estado organizado racionalmente por cientistas e industriais. Preocupado com as condições de vida da classe operária, reivindicava a formação de uma meritocracia, a emancipação feminina, a racionalização das indústrias e a abolição do direito de herança. Sua doutrina ficou conhecida como “Industrialismo ou Saint-simonismo” e teve muitos adeptos na França (Fourier) e na Inglaterra (Owen), além de ter influenciado nas idéias sociológicas de Augusto Conte, seu secretário. Em seu livro “*Du Systéme Industriel*”, publicado em 1821, apresenta toda a sua Doutrina Social.

\* Barthélemy Prosper Enfantin (1796-1864) - socialista francês, discípulo e divulgador das idéias de Saint-Simon, criou um movimento do tipo sectário que pregava a vida comunitária e o amor livre, sendo por isso abandonado pelos Saint-Somonianos e condenado a dois anos de prisão, por associação ilegal e ultraje aos costumes (1832). Tornou-se mais tarde empresário, tendo fundado a Estrada de Ferro de Lyon (1845). Escreveu “Política Econômica” em 1831 e “A Vida Eterna” em 1863.

tanto a produção como o consumo, King por outro lado preconizava o funcionamento de Cooperativas de Consumo, através das quais os trabalhadores poderiam poupar um capital necessário para empreender posteriormente sua própria produção. Finalmente, Buchez e Louis Blanc estabeleciam as bases do Cooperativismo de Trabalho.

Partiam do princípio de que a classe operária deveria vencer por si mesma, chegando a afirmar de que nem o Estado, nem a filantropia devesse intervir. Sustentava a tese de que os trabalhadores associados levariam para a cooperativa os meios de trabalho que possuíam, assim como as pequenas somas que conseguissem economizar. Com o tempo, o capital da sociedade aumentaria em vista da acumulação dos excedentes realizados.

Sua vinculação com a Doutrina Cooperativista, reveste-se de particular interesse por projetos ou programas para pequenas indústrias artesanais, que expôs em 1831, pelo periódico “Diário das Ciências Morais e Políticas” e posteriormente no “*Européen*”, no qual, sobretudo, foi posteriormente publicado o não menos célebre contrato dos marceneiros. Pelo “Diário das Ciências Morais e políticas”, Buchez lança a idéia ou o programa cujos grupos de trabalhadores de um mesmo grêmio (associação cooperativa) poderiam realizar a produção por conta própria e desfrutar dos benefícios reservados até então somente aos empresários particulares.

O “*Jornal Echo de la Fabrique*” assinalou a fundação de uma associação de chefes de oficina de tecelagem de seda, em 1831, e outra em 1832, ambas de efêmera duração. Em 1833, o mesmo jornal noticiava a criação da “Sociedade de Seguro Mútuo contra o desemprego”, destinada aos operários impressores e, também, à “Sociedade Comercial de Trabalho Desloges & Cia”. Surgiu, em seguida, a “Central de Comércio de Chefes de Oficinas”, em Lyon, sob a razão social “*Bonnard Charpines Lacombe & Cia*”. Os alfaiates seguiram o exemplo, em 1833, ocasião em que seu chefe Guignon, que também era membro da Sociedade dos Direitos do homem, publicou um trabalho, salientando a finalidade associativa de resistir contra as verdadeiras causas do mal a preparar sua destruição. (PINHO, 1977, p. 85)

Philippe Buchez, na realidade, dividiu os trabalhadores em dois grandes grupos a saber: de um lado os trabalhadores artesãos, que

desempenham tarefas que requerem considerável aprendizado ou habilidade pessoal e que se utilizam de ferramentas de baixo custo e de fácil transporte (carpinteiros, sapateiros, pedreiros, etc) e, por outro lado os trabalhadores fabris que desempenham suas tarefas com a ajuda de custosas e pesadas máquinas.

Profundamente impressionado com estas situações miseráveis, Buchez propunha a solução para os problemas de ambas as categorias, porém foi a sua concepção para os trabalhadores artesãos a que alcançou maior e mais significativa repercussão.

Sempre procurou evitar a ação dos intermediários que retinham parte considerável dos lucros dos trabalhadores artesãos e elevavam consideravelmente o preço dos artigos que os consumidores deviam pagar. Com o objetivo de evitar este tipo de ação, hoje tão freqüente, Philippe Buchez propunha que grupos de profissionais de um mesmo ramo se ligassem voluntariamente entre si mediante um contrato e se transformassem em seus próprios empresários. Estes deveriam reunir, em um determinado local, suas ferramentas e utilidades de trabalho, aportar suas modestas poupanças, eleger livremente dois associados para dirigirem e representarem o grupo e finalmente então empreenderem sua produção em comum.

Modernamente, com a crescente urbanização, esta idéia volta à baila, e, no Brasil, a partir da década dos anos setenta, as Cooperativas de Trabalho ganharam um novo impulso.

Buchez também preconizava que os associados receberiam um soldo (salário) conforme as normas aplicadas habitualmente pelo respectivo grêmio, e de acordo com a capacidade individual de cada um. Face ao caráter empresarial, a sociedade reservaria para si determinada quantidade equivalente ao que fosse retirado pelos empresários ou intermediários, sendo que este montante obtido seria dividido anualmente em duas partes, a saber:

- oitenta (80) por cento do excedente líquido da cooperativa seriam distribuídos entre os associados pro-rata dos salários recebidos, bem como destinados à prestação de socorro; e
- vinte (20) por cento restante capitalizados em um fundo comum (capital social) inalienável, indivisível e indissolúvel. Este capital em caso de liquidação da sociedade não é repartido entre os sócios,

mas é legado a outra associação, de preferência do mesmo ramo de produção.

O retorno das sobras líquidas do exercício proporcionalmente às operações realizadas pelo associado, hoje incorporadas a muitas das legislações cooperativistas, inclusive à brasileira, creio ter sido uma das heranças deixadas por este precursor francês. Por outro lado, a indivisibilidade de seu fundo comum, hoje é conhecida por Fundos de Reserva e FATES que possuíam e possuem características eminentemente sociais.

Como estas associações possuíam uma existência perene, se bem que a qualquer momento era permitido a um associado entrar e sair (princípio da porta aberta), o fundo comum não poderia jamais ser dividido entre os associados, e no caso desta ser dissolvida, este passaria integralmente para outra organização semelhante e, preferencialmente, do mesmo ramo da dissolvida.

Philippe Buchez dava grande importância a esse “fundo indivisível, indissolúvel e inalienável”, pois via nele a forma de se evitar que estas associações, constituídas em benefício geral dos trabalhadores, se convertessem em empresas particulares a serviço de determinados grupos de associados. Esta preocupação o induziu a propor que tais sociedades não pudessem emprestar a trabalhadores não associados por um período superior a um ano, entretanto uma vez transcorrido este tempo, admiti-lo-ia como novo membro.

Com o objetivo de sanar um dos maiores obstáculos que se opunha à constituição destas associações, bem como para gerir os recursos do fundo comum, Buchez propôs a criação de um “Banco do Estado do Trabalho” que teria por escopo a concessão de créditos iniciais e necessários (compra de matéria-prima, instrumentos, local de trabalho, etc) e também previa o recebimento de uma possível contribuição filantrópica para fortalecer os recursos (capital) destes bancos e por conseguinte dos trabalhadores.

Quando se referia aos trabalhadores das grandes fábricas, preconizava que os mesmos não podiam adotar posturas semelhantes às dos trabalhadores artesãos na imediata solução de seus problemas. Propôs que os mesmos se organizassem em “sindicatos” ou “conselhos” integrados por

representantes de trabalhadores e patrões, presididos por um comissário ou delegado do governo, que tomaria a seu cargo a fixação dos salários, as tarefas educativas, de previsão e de arbitramento. Em parte, as idéias de Buchez têm um pouco de filosofia da co-gestão.

Do ponto de vista prático, Philippe Buchez colaborou na organização de duas associações cooperativas que aplicaram as suas idéias, uma no ramo artesanal de marcenaria (fábrica de móveis – 1832) e a outra no ramo artesanal de joalheria (1834). A primeira, por vários motivos, não conseguiu uma existência por muito tempo, porém a segunda chegou a contar com cerca de oito filiais espalhadas pela cidade de Paris e sobreviveu durante cerca de trinta (30) anos, era denominada “*Association Dês Bijouteries em Doré*”.

Na prática, poucas realizações nos foram legadas por Buchez, porém seu trabalho doutrinário alcançou considerável difusão e influência. Vale a pena lembrar, que este autor caracterizou adequadamente as Cooperativas de Trabalho, bem como enunciou com respeito a elas diversas normas que até hoje vêm sendo aplicadas. Outra marcante contribuição que Buchez legou são alguns de seus princípios que regiam e regem atualmente o cooperativismo no mundo, tais como:

- organizações democráticas;
- destino dos excedentes a fins comuns;
- distribuição de parte dos excedentes entre os associados proporcionalmente ao movimento de cada um; e
- na dissolução, o destino do patrimônio para outra entidade do próprio movimento, senão um princípio, porém uma prática muito usada e incorporada inclusive na legislação brasileira.

Também não se pode esquecer de que foi Philippe Buchez que pela primeira vez em toda a economia mundial considerou a forma existencial diretamente ligada ao retorno pro-rata do trabalho realizado.

Para se concluir, deve-se assinalar um aspecto importantíssimo que não existiu em nenhum outro precursor nem mesmo em Robert Owen, nem sequer em Fourier, trata-se do capital social. Isto traduz que a produção, ou seja, o trabalho deve constituir o capital, este é fruto do trabalho e, como tal, inalienável

porque é coletivo e vindo de fora, como as comunidades owenistas ou os falanstérios, onde são paralelas ao trabalho e ao talento e não fruto do trabalho.

**Jean Joseph Charles Louis Blanc** (1812-1882) - Natural da França, historiador, jornalista, orador feroso, agitador político e homem de ação, de idéias cooperativistas mais realistas que a de seus predecessores e contemporâneos. É considerado o principal teórico do "Socialismo de Estado". Contribuiu significativamente para o desenvolvimento e popularidade na França das Cooperativas de Trabalho. Alguns autores o qualificam como o agitador que conduziu os operários à Revolução de 1848 e imprimiu à questão social o matiz de questão operária, caráter que muitos consideram unilateral (MLADENATZ, 2003, p. 64 -71).

Condenou suas idéias em uma simples e pequena obra intitulada "*L'Organisation du Travail*", editada em 1839 em Paris, a qual alcançou grande divulgação, sendo por inúmeras vezes reeditada face ao interesse despertado no público. Esta sua obra é posteriormente explorada por Marx nas teses de concentração capitalista e da proletarização crescente.

Inspirando-se, de alguma maneira, nos ideais do Conde de Saint-Simon, de Charles Fourier, de Philippe Buchez, de Simondo Sismondi e de outros, Louis Blanc procurou demonstrar que todos os males econômicos eram provenientes da idoneidade do regime e poderiam reparar-se mediante o regime oposto, ou seja, o da associação. Porém, não baseou seu sistema na formulação de grupos de produção para as pequenas indústrias ou artesanato, tal como o fizera Philippe Buchez, senão na consecução de "Oficinas de Trabalho" ou "Oficina Social" ou "Atelier Social". Estas eram compostas por trabalhadores do mesmo ramo de produção e de moralidade indiscutível.

Louis Blanc advertia que com a criação das "Oficinas de Trabalho" seriam necessárias grandes inversões de capitais e que estes não deveriam ser oriundos das poupanças dos trabalhadores. Face a este problema, deveria ser feito um apelo ao Estado, que deveria pôr em movimento um sistema de empréstimos estatais reembolsáveis e normas legislativas adequadas. Por outro lado, também assinalava que a intervenção estatal somente se faria presente nos

primeiros momentos, ou seja, no arranque do empreendimento, quando então o Estado nomearia diretores, mestres e contramestres. Quando os associados já se conhecessem mutuamente, os cargos seriam preenchidos por eleições.

Dentro das limitações de capital disponível, poderiam ingressar no “Atelier Social” todos os obreiros de um mesmo ramo industrial que pudessem oferecer garantias morais.

Sustentou Louis Blanc diferentes conceitos quanto à soma de salários dos trabalhadores associados, pois recomendava que fossem salários iguais ou um bem que se estabelecesse na proporção de suas necessidades. Os capitais, por seu turno, percebiam um interesse por prazo determinado, porém este com o tempo desapareceria. Os lucros dos empresários corresponderiam aos trabalhadores. Com respeito a este aspecto, Louis Blanc propunha que os benefícios produzidos anualmente, após serem retiradas as previsões necessárias para pagamento dos empréstimos estatais, seriam divididos em três partes, a saber:

- uma parte se distribuiria entre os trabalhadores associados;
- outra parte destinada a socorrer idosos, enfermos e inválidos e, em casos excepcionais, aliviar crises que pudessem afetar outras indústrias; e
- por fim, a parte restante serviria para constituição de um fundo comum indivisível, destinado a prover de ferramentas os novos associados, bem como proporcionar vida efêmera às empresas comunais.

As idéias de Louis Blanc sobre as “Oficinas Sociais” integram-se com outros conceitos fundamentais, tais como o do “Direito ao Trabalho”. De acordo com esta, a sociedade deveria facilitar a cada um de seus membros a instrução (educação) bem como os elementos necessários ao trabalho para que os associados pudessem desenvolver livremente suas habilidades. Esta seria uma das maneiras de conseguirem que a liberdade de direito se transformasse em liberdade de fato, pois somente assim o grosso da população se libertaria da submissão a que estavam submetidos, frente às pessoas mais ricas e instruídas.



Louis Blanc também preconizou a criação de associações para a reorganização do comércio, do crédito e da agricultura. Particularmente esta idéia ensejou a criação de “Armazéns Estatais” para os artigos de consumo de primeira necessidade. Nestes, os produtores colocavam (entregavam) seus produtos em troca recebiam um “Recibo de Depósito” transferível por endosso. Aconselhava a formação de associações agrícolas apoiadas pelo Estado. E também regidas por normas semelhantes às que se aplicassem às associações dedicadas às atividades industriais.

Louis Blanc considerava suas “Oficinas Sociais” como células de um novo sistema econômico, o qual se chegaria pelo seguinte processo: inicialmente a capacidade (concorrência) das “Oficinas de Trabalho” com as empresas particulares; numa segunda etapa, a absorção de empresas particulares pelas “Oficinas de Trabalho” espontaneamente; numa terceira etapa a constituição de uma “Oficina Central de Trabalho”, na qual se agrupariam as “Oficinas de Trabalho”, de um mesmo ramo de negócio; por fim então a solidariedade de todas as indústrias que permitiriam prevenir as crises econômicas.

Como maior representante da Doutrina do Socialismo de Estado, Louis Blanc se declarou partidário da nacionalização das ferrovias, minas, bancos e companhias de seguro.

A “Oficina Nacional de Trabalho” que fundou em Paris, em 1848, para a efetivação de suas teorias reformistas, logo logrou êxito. Agrupou cerca de dois mil membros e tinha por finalidade a fabricação de uniformes para a Guarda Nacional. Instalada na antiga Prisão de Clichy, bem como serviu de exemplo para mais de uma centena de associações de trabalhadores urbanos.

Como tribuno de grandes recursos, tomou parte ativa na Revolução Francesa de 1848, chegando mesmo a integrar o Governo Provisório. Nesta época, chegou a aplicar parcialmente suas idéias acerca das “associações”, do “direito ao trabalho” e da “organização do trabalho”. Por diversos fatores circunstanciais de caráter político aliados às dificuldades naturais do sistema, provocaram um lamentável fracasso. Nessa oportunidade, Louis Blanc tingiu seu movimento associativista com uma tonalidade política até então desconhecida, e da qual daí por diante não se tem livrado. Foi obrigado a exilar-se na Inglaterra,

Ihe sendo permitido voltar ao seu país somente depois da queda de Napoleão III, ocorrida em 1870.

Para assegurar o direito ao trabalho, foram organizadas, pelo governo francês imediatamente, “Oficinas Nacionais”, porém a opinião pública confundiu então esta terminologia com as “Oficinas Sociais” propostas por Louis Blanc. Na realidade, estas se constituíam em verdadeiras cooperativas de trabalho e as “Oficinas Nacionais”, então concebidas pelo governo, não passavam de simples organizações assistenciais mantidas pelo Estado e destinadas a proporcionar emprego aos desocupados. As “Oficinas Nacionais” realizavam preponderantemente trabalhos de terraplanagem e foram sempre dirigidas por adversários das idéias de Louis Blanc, e que estavam vivamente interessados em provocar o fracasso das idéias deste precursor.

Não obstante, convém lembrar que na mesma época também foram fundadas na França outras associações semelhantes às modernas “Cooperativas Obreras de Produção”. Particularmente, diversas oficinas para a fabricação de uniformes militares, correarias e fábricas de fiar que produziam trabalhos por encomenda das autoridades públicas, alcançaram considerável êxito. Em 1849, o número destas associações chegava a uma centena, porém circunstâncias políticas, escassez de pedidos, erros esta sairia (oriundas) da falta de experiência precipitaram as suas dissoluções de modo que, em 1855, somente nove (09) destas ainda sobreviviam.

A influência de Louis Blanc sobre o Movimento Cooperativo em geral, e particularmente sobre o “Cooperativismo de Trabalho” resulta incontestável. A sua atuação e o enraizamento popular de suas idéias se deve em grande parte, hoje em dia, ao grande surto por que passa este segmento cooperativista, tanto na França como em muitos outros países, inclusive o Brasil. Louis Blanc estabeleceu as seguintes idéias sobre associação:

- distribuição dos benefícios proporcionados pela empresa comum, na proporção das atividades desenvolvidas pelos associados;
- retribuição ao capital mediante um interesse limitado; e
- necessidade do poder público em certos casos de proporcionar às cooperativas uma ajuda inicial de caráter temporário, até que estas se desenvolvessem por si sós.

Escreveu vários panfletos e livros dentre os quais destacaram-se, “*Organisation du Travail*”, publicado em 1840 e “*Droit au Travail*”, publicado em 1848, nos quais debateu e divulgou suas concepções político-econômicas sobre a organização e o direito do trabalho, ambas obtiveram a mais ampla repercussão.

As bases de seu socialismo são amplas e a todos os homens, sem exceção, cabem iguais direitos à vida, ao trabalho, ao bem-estar, direitos que o regime de livre concorrência conserva somente para um pequeno número de privilegiados. Criticava a livre concorrência por eliminar as empresas fracas, esmagadas pelas mais fortes, bem como os produtores independentes, reduzindo-os a simples assalariados e criava condições para o estabelecimento de monopólios.

Com as idéias dos principais Precursores do Cooperativismo acima apresentados, tem-se um quadro amplo sobre a base filosófica em que se assenta este Movimento Social. Contudo, não está este quadro completo, pois não há dúvida de que muitos outros filósofos e cientistas sociais também contribuíram para o engrandecimento e divulgação do Ideário Cooperativista.

Assim, a seguir, apresentar-se-ão alguns outros idealizadores do cooperativismo que são merecedores de destaque, também como Precursores do Cooperativismo.

### 2.2.2 Outros precursores

**P. C. Plockboy** - juntamente com o inglês John Beller (1654-1725), e antecedendo a Robert Owen, Charles Fourier e aos demais Precursores tanto da Escola Inglesa quanto da Francesa, propuseram um sistema de “Associações Livres” que os revestiam de diversos caracteres cooperativistas. Plockboy nasceu na Holanda e posteriormente radicou-se na Inglaterra. Em 1659, publicou sob o pseudônimo de Peter Cornelius Van Zurickzee, uma obra na qual demonstrava toda a sua preocupação na obtenção do bem-estar das pessoas de baixa renda, bem como a melhor organização de seu trabalho, mediante a formação de livres associações econômicas. Esta tinha por título “Ensaio sobre um processo para tornar felizes os pobres desta nação e os de outros povos, reunindo um certo

número de homens competentes em uma pequena associação econômica, ou pequena república, onde cada um terá sua propriedade e poderá, sem ter recorrido à força, ser empregado no gênero de trabalho para o qual se sinta mais apto. O meio de livrar esta nação e as outras, não apenas dos preguiçosos e dos maus, mas também das pessoas que procuram e encontram o meio de viver às expensas do trabalho dos outros”. (GAYOTTO, 1976, p. 19-20). Como anexo, publica um convite para esta associação ou pequena república.

Segundo Plockboy, deveriam ser constituídos pequenos grupos ou “Pequenas Repúblicas” que abrigassem quatro categorias de trabalhadores, a saber: agricultores, artesãos, pescadores, marinheiros e os mestres em ciências e nas artes. Deveriam ser respeitadas a propriedade privada e a herança. Os membros destas “Pequenas Repúblicas” deveriam não apenas aportar seu trabalho, como também suas terras, seu dinheiro e outros bens os quais seriam levados a crédito dos mesmos. Caso o associado resolvesse retirar-se da propriedade, seus bens lhe seriam devolvidos, e este não receberia qualquer tipo de interesse.

Um grupo de “patronos” deveria constituir um fundo destinado à construção de dois grandes edifícios, um na cidade que deveria abrigar aproximadamente trinta (30) famílias, onde estariam instaladas lojas de todos os tipos e ramos, um outro no interior, mais vasto e espaçoso que servisse como centro de produção e imóvel de habitação. Para uma efetiva integração, os produtores primários seriam trocados pelos secundários e vice-versa, sendo que desta maneira se teriam atividades de produção e consumo englobadas. Os membros trabalhariam seis (06) horas por dia para a produção em comum; mas os operários contratados trabalhariam doze (12) horas e poderiam, caso tivessem interesse, tornar-se associados também. Os melhores entre os operários seriam escolhidos para contra-mestres. Através deste sistema, Plockboy propunha-se a alcançar que a produção se realizasse com um custo mais baixo que os das demais empresas particulares, que o abastecimento em comum determinaria uma redução no preço dos artigos, que o trabalho dos associados seria facilitado, e que seriam estabelecidos vínculos mais estreitos entre as tarefas dos setores primário e secundário.

Ao expor suas idéias, estas estavam impregnadas de alguns caracteres e normas fundamentais adotados pelo cooperativismo moderno, já que preconizavam a formação de associações voluntárias as quais deveriam organizar empresas baseadas no esforço pessoal e na ajuda mútua das pessoas interligadas por necessidades comuns, bem como preconizavam direção democrática do grupo. Afirmava Plockboy,

que os homens de negócio (de fora) debatem-se continuamente entre o desespero e a esperança, enquanto que em nossa associação todos prosseguem confiantes no seu trabalho. Enquanto que os industriais (de fora) oprimem seus operários impondo-lhes trabalhos pesados e dando-lhes salários reduzidos, entre nós dá-se o contrário: o lucro do empresário será empregado para o benefício e para a recreação do operário (GAYOTTO, 1976, p. 10).

Segundo Plockboy,

os resultados de seu projeto inicialmente seriam sentidos em função de a agricultura e a indústria estarem intimamente ligadas em função de uma hegemonia coletiva. Esta idéia hoje reaparece entre os dirigentes cooperativistas do mundo contemporâneo, por se tratar de um cooperativismo integral com a finalidade de satisfazer às necessidades dos associados. Plockboy afirma não temer a concorrência dos comerciantes particulares, porque as vantagens que oferece a organização cooperativa, em grande escala, possibilitam a produção de um melhor mercado que as empresas privadas. Além do que a cada final de semestre se distribuía o excedente, o que permitiria a cada associado dar esmolas aos pobres, presentear amigos (GAYOTTO, 1976, p.12).

Especificamente, em termos práticos, houve uma colônia inspirada em suas idéias, organizada em Nova Holanda na América do Norte, sendo porém dissolvida em 1664 por ordens das autoridades britânicas. Assim sua obra é baseada praticamente em idéias.

**John Bellers** (1645-1725) - Bellers era um Quaker (seita religiosa de puritanos ingleses, cujos membros denominavam-se a si mesmos “Filhos da Luz”), seu plano assemelhava-se ao de P. C. Plockboy ao preconizar uma reforma econômica baseada na organização de associações de trabalho. Em 1695, na Inglaterra, publicou um trabalho intitulado “Proposição para a

criação de uma Associação de Trabalho de todas as Indústrias úteis e da Agricultura”. Este sistema de organizações também é conhecido por “Sistema Bellers” e baseia-se em “Colônias Cooperativas de Trabalho”, ou “Colégios Industriais” (*College of Industry*). Os Colégios Industriais se propunham à união da indústria e da agricultura, o que permitia um tratamento mais racional e intensivo da terra, bem como uma melhor utilização das forças de trabalho.

John Bellers procurou envolver tanto a produção quanto o consumo, pois se propunha a alcançar, por intermédio de suas associações, a integração entre os setores industriais e agrícola. Porém, estas associações deveriam abranger um maior número de membros (trezentos e três mil aproximadamente), e a produção destas associações deveria ser superior as suas necessidades. O excesso de produção obtido deveria ser comercializado com pessoas estranhas com o objetivo de serem obtidos benefícios. Estas operações viabilizariam o desenvolvimento dos colégios, bem como proporcionariam capitais para novas inversões. Por outro lado, ofereciam vantagens de ordem econômica à economia individual, pois eram suprimidos os lucros dos intermediários e das indústrias inúteis, as despesas com lojas de vendas, com honorários advocatícios e outros. Além destas vantagens, são reduzidas as despesas de aluguel, de aquecimento, de cozinha, de abastecimento de víveres, tendo em vista que os trabalhadores associados receberiam suficientes meios para subsistência, excluindo-se retribuições em dinheiro.

Observa-se que John Bellers somente admitia retribuição ao capital como forma de atraí-lo. Os lucros eram calculados no fim do ano e repartidos entre os depositantes na proporção do capital aportado por cada um deles. Aos operários associados assim como aos contramestres e aos empregados não associados, não se pagaria nenhuma remuneração em dinheiro.

Bellers destacava a importância do fator trabalho, pois preconizava a abolição total do dinheiro da vida interna da associação, porquanto o primeiro constituía a verdadeira e única riqueza da nação, base para a riqueza geral e também o principal fator educativo.

Assim como Plockboy, John Bellers também contribuiu para a formação da concepção cooperativista moderna ao expor, em seus trabalhos, algumas características e normas fundamentais do cooperativismo, já que

propunha a formação de associações voluntárias, que deveriam organizar-se em empresas econômicas baseadas nos seguintes tópicos:

- a idéia bem desenvolvida do “*self-help*” (auxílio mútuo que tem as massas necessitadas da população, em prol da realização de uma vida mais humana);
- a realização desse “*self-help*” pela associação de pequenas forças econômicas, formando assim associações livres;
- economias coletivas constituídas por essas associações (as funções econômicas dos membros, em conexão com a produção e o consumo, se obtêm em comum por meio de uma empresa econômica);
- estrutura democrática dessas associações (na direção e na administração das empresas, tomam parte todos os associados que elegem os dirigentes efetivos);
- supressão dos intermediários (não são úteis na engrenagem da vida econômica); e
- relações orgânicas entre a indústria e a agricultura, entre a produção e o consumo.

**Edward T. Graig** (1804-1894) - Discípulo de Robert Owen, seu nome se vincula especialmente quando em 1830 é organizada a Colônia Integral de Ralahine, situada no Condado de Clare, na Irlanda. Para a sua efetivação Graig contou com o apoio de Vandeleur, rico proprietário da localidade e que também era partidário das idéias Owenistas. Nessa colônia, os trabalhadores associados pagavam uma taxa de arrendamento ao proprietário do terreno e um interesse pelo capital alheio posto à disposição da comunidade. O trabalho era realizado em comum, e os salários eram os correntes na comunidade, porém não se pagava em espécie e sim por “bônus” que podiam ser trocados por artigos nas lojas da colônia. Uma vez resgatado (pago) o valor do terreno e dos bens recebidos, projetava-se substituir o salário pela participação nos benefícios comuns. Esta experiência experimentou notável êxito e trouxe prosperidade para uma zona açoitada anteriormente pela pobreza e criminalidade, porém fatores

adversos e alheios à organização obrigaram-na a dissolver-se em 1833, motivada principalmente porque Vandeleur perdia toda sua fortuna no jogo, tendo então de ser vendida a propriedade e dissolvida a comunidade.

**William Thompson** (1785-1833) - De origem irlandesa, expôs em 1824 suas idéias em livros intitulados “Estudo sobre os Princípios de Distribuição da Riqueza mais apropriada à Felicidade Humana”, e um outro em 1827 intitulado “Recomendações sobre a concordância entre o capital e o trabalho”, por fim em 1830 lança a sua terceira obra e que tinha por título “Indicações Práticas para o Rápido e Econômico Estabelecimento de Comunidades”.

Este precursor chegou muito cedo a interessantes conclusões sobre temas econômicos e sociais, bem como sofreu influência de Robert Owen e de Jermy Bentham, \* Como estes não aconselhavam a expropriação das riquezas existentes, salvo a organização de novas formas de empresas, nas quais os homens poderiam trabalhar em seu próprio benefício, além de poderem desfrutar integralmente do produto de seu suor.

**Michel Derrion** (1802-1850) - Discípulo de Saint-Simon, de Charles Fourier e de Willian King, proclamou a força do consumidor como única alternativa de os trabalhadores empreenderem reformas significativas. Em 1835, secundado por Joseph Reynier, fundou em Lyon (França) uma organização de abastecimento conhecida por “*Lé Commerce Véridique et Social*”, inspirada nas normas de seu Mestre Charles Fourier, ancestral das Cooperativas de Consumo na França. Nestas, as mercadorias eram vendidas a preço fixo e à vista, além de exercer uma constante atenção quanto à qualidade dos produtos. Os benefícios proporcionados pela empresa eram divididos em quatro partes, a saber:

---

\* Jermy Bentham (1748-1832) filósofo, jurista e economista inglês, principal representante do utilitarismo. Escreveu diversas obras, entre as quais “*An introduction to the principles of morals and legislation*” (1789), que teve grande influência na reforma de prisões e leis do Século XIX.



- para os consumidores, proporcionalmente ao volume de compras realizadas pelos mesmos;
- para os aportadores de capital;
- para as obras de bem comum; e
- para os empregados e trabalhadores do empreendimento.

Derrion aplicou, pois, o Princípio Cooperativo da distribuição dos excedentes aos associados na proporção de suas operações. Longe de fixar um interesse limitado ao capital, preferiu sustentar como Fourier a tese da retribuição do capital mediante uma proporção dos benefícios da empresa. Também era partidário do sistema da porta aberta (Princípio da Adesão Livre), princípio que até hoje é adotado, além do da participação dos associados consumidores na direção e controle da entidade comum. Este também é hoje um dos Princípios adotados e conhecidos por Gestão Democrática.

O empreendimento idealizado por Michel Derrion chegou a contar com várias sucursais, porém ao cabo do terceiro ano de seu funcionamento foi vítima de ataques dos comerciantes locais, bem como caiu em descrédito junto às autoridades que em 1838 declararam seu negócio ilícito e de finalidades obscuras, ordenando sumariamente seu fechamento.

Logo após ter cerrado suas atividades em Lyon, Michel Derrion tentou uma expedição com cerca de duzentas (200) famílias, que tinham por objetivo fundar uma colônia fourierista no Brasil, porém fracassou além de ter perdido a vida e a sua fortuna.

**Etienne Cabet** (1788-1856) - Socialista francês, por intermédio de suas obras destacou na França os sentimentos de altruísmo e da convenção moral dos indivíduos. Suas idéias foram expressas num romance intitulado "*Voyage en Icarie*", publicado em 1840, no qual ele sugeria a organização de colônias autônomas, com base nas normas em grande parte, similares às propiciadas por vários pensadores contemporâneos.

Em 1848, fundou nos Estados Unidos da América, na cidade do Texas e posteriormente em Ilinois, uma colônia que apesar dos entraves

enfrentados funcionou durante meio século, o qual desapareceu por volta de 1898.

**Pierre Leroux** (1798-1871) - Partidário das idéias de Saint-Simon, de Rousseau e de Charles Fourier, exerceu considerável influência sobre o pensamento francês em meados do século dezenove. Expressou suas idéias humanitárias e uma fé absoluta na associação das pessoas em comum, tendo como propagador destas seu livro "*La Humanité*", publicado em 1840, o qual constituiu uma base espiritual sólida para o cooperativismo.

**Victor Prosper Considérant** (1808-1893) - Socialista francês, que em muito contribuiu para na França difundir as idéias de Charles Fourier, chegando para tanto a editar o Jornal "*La Phalange*". Publicou entre 1834 e 1844 um livro em três tomos intitulado "*La Democratie Pacifique*", em 1834/38 a obra intitulada "Destinée Sociale", e em 1847 "*Principes du Socialisme*". Promoveu a formação de uma "Escola Societária", além de 1854, no território do Texas, ter instalado uma colônia fourierista de efêmera duração. Durante a Revolução Francesa de 1848, questionou a consagração do direito ao trabalho, além de ter exercido considerável influência na criação das primeiras cooperativas de consumo na França.

**Johann Heinrich Pestalozzi** (1746-1827) - Célebre educador suíço de Nenhorf e Iverdon e uma das maiores figuras da história da pedagogia. Adepto das idéias de Rousseau, acentuou a importância do contato com a natureza e defendeu um ensino baseado na experiência. Manteve estreitas relações com os maiores nomes do Movimento Cooperativo mundial em sua época, tais como Robert Owen, William King, Giuseppe Mazzini, além de outros.

Os princípios pestalozzianos básicos repousam na confiança em si mesmo, na ajuda mútua, nas relações com o vizinho, na organização familiar da comunidade.

Com efeito, em 1783, expôs diversas normas cooperativas, bem como aconselhou a realização de atividades econômicas sem propósitos de lucro e destacou a importância do esforço próprio com o objetivo do bem-estar coletivo. Sua mais notável obra foi um conto moral que alcançou na época, grande difusão. Este tinha por título “Leonardo e Gertrudes”, em que descrevia os esforços cooperativos realizados pelos habitantes de uma aldeia para obter sua reabilitação moral e econômica. Por outro lado, antecipou-se na organização das futuras cooperativas escolares quando realçou a necessidade de evitar o isolamento e educar os homens dentro de uma comunidade viva, na convicção de que estes representam anéis em uma grande cadeia que constitui a humanidade.

**Giuseppe Mazzini** (1805-1872) - Político revolucionário e escritor italiano após pertencer por breve tempo aos Carbonários, fundou uma organização própria com o programa de libertar a Itália do domínio estrangeiro e criar uma República Federativa. Perseguido, exilou-se e ligou-se a grupos radicais de outros países da Europa. Em 1848, voltou a Milão e liderou a sublevação vitoriosa contra os austríacos. Em 1842, dirigiu-se para Roma e, juntamente com Garibaldi, derrubou o Governo Papal, proclamou a República e fez parte do triunvirato que governou a cidade. Com a restauração do poder papal pelas tropas francesas em 1850, foi obrigado de novo a exilar-se. Sua influência decresceu gradualmente à medida que o movimento pela unificação da Itália passou a ser liderado pela Casa de Savoia e por seu líder político Cavour. A formação do Reino da Itália sob a hegemonia do Piemonte (1861) deixou-o na obscuridade, mas suas idéias republicanas e federativas reviveram após a II Guerra Mundial. Foi grande promotor do cooperativismo italiano.

**Pierre Joseph Proudhon** (1809-1865) - Teórico social francês, precursor e inspirador do anarquismo. Proveniente de uma família pobre, conquistou sua educação por meio de bolsas de estudo e trabalhou como gráfico. O início de sua fama chegou com de seu livro “*Qu’Est-Ceque la Propriété?*” escrito em 1840, no qual respondia à pergunta título com a seguinte frase, e que

se tornou célebre: “a propriedade é roubo”. Preconizava uma sociedade em que a propriedade fosse distribuída entre indivíduos livres que cooperassem espontaneamente, sem a necessidade de um governo central.

Este autor aconselhou a formação de associações livres que se ocupassem da produção e do consumo. Em 1843, trabalhou em Lyon e uniu-se aos naturalistas, defendeu a gestão das fábricas por associações de trabalhadores que deveriam unir-se espontaneamente em federações. Tentou suprimir os defeitos e excessos do direito de propriedade, para tanto se mostrava partidário dos conceitos mutualistas e federativos, contudo sempre expressou respeito às entidades cooperativas.

Vários são os tratadistas que afirmam e reconhecem que Proudhon elogiou as cooperativas de trabalho, mesmo quando as considerou incapazes de resolverem por si mesmas todos os problemas econômicos.

Propiciou a formação de cooperativas de consumo com o propósito de regularizar o mercado, suprimir o ágio, bem como determinar um preço mais adequado para as mercadorias. Em 1848, aconselhou a criação de uma instituição denominada “Banco do Povo”, destinada a fornecer crédito gratuito, porém fracassou. Também expôs suas idéias as quais possuem hoje vinculação com as cooperativas de crédito, de seguro e de serviços. Sua influência também pode ser encontrada no sindicalismo e no radicalismo francês. Escreveu ainda: “Filosofia da Miséria”, em 1846; “Sobre o Princípio Federativo”, em 1863 e “*Theorie de là Propréte*”, em 1865. Seus principais seguidores foram: Mikhail Bakunin, russo (1814-1876), que escreveu “Deus e o Estado”, em 1882, e o Príncipe Pedro Kropotkin (1842-1921), também russo, cuja obra principal se denomina “A Conquista do Pão”, publicada em 1888.

**Claude Henri de Rouvroy** (1760-1825) - Conde de Saint-Simon (título nobiliárquico) filósofo francês, um dos principais expoentes do socialismo utópico. Defendia a criação de um Estado organizado racionalmente por cientistas e industriais. Preocupado com as condições de vida da classe operária, reivindicava a formação de uma meritocracia, a emancipação feminina, a nacionalização das industriais e a abolição do direito de herança.

Em 1817, escreveu “*L’Industrie*”, na qual apresentava a miserável situação em que se encontravam os trabalhadores, bem como propunha uma reforma geral da sociedade, a qual porém não deveria ser por meio de revoluções e sim pela modificação jurídica e moral do Estado. Propunha que não apenas a propriedade da terra fosse comum, mas também a propriedade de todos os meios de produção deveriam estar nas mãos do Estado (instrumentos agrícolas, máquinas, sementes, etc) pois não adiantaria os indivíduos disporem de terra, se não tivessem meio de fazê-la produzir.

Sua doutrina ficou conhecida como “industrialismo” ou “saint-simonismo” e teve muitos adeptos na França da época, tais como Fourier, Blanc, Buchez dentre outros. A Doutrina Socialista de Saint-Simon se encontra condensada em seu livro “*Du Système Industriel*”, publicado em 1821.

Este capítulo arrola os principais Precursores do Ideário Cooperativista no mundo, apresenta as idéias, a obra e as principais experiências que se desenvolveram na Inglaterra e na França, principalmente, em alguns outros países.

Comprova-se, mais uma vez, a presença do ideário cooperativista em inúmeros trabalhos de filósofos e cientistas sociais, que direta ou indiretamente está presente no Movimento Cooperativista atual.

Assim, este capítulo encerra a análise da evolução da idéia cooperativista no mundo. Embora não se apresentem diretamente as críticas sobre as idéias e as obras aqui discutidas, fica, no entanto, evidente seu significado também para o Movimento Cooperativista no Brasil.

### 3 - COOPERATIVISMO DE CRÉDITO

Com a mecanização da indústria, nascia a classe dos trabalhadores urbanos, assalariados, ao mesmo tempo em que se promovia o desemprego em massa, além de um imenso êxodo das áreas rurais, e, conseqüentemente, se promovia a aceleração da miséria e do desajustes sociais. Pode-se até ser efetuado um paralelo entre essa época histórica com o momento atual, em que mais uma vez, diante de um novo patamar tecnológico, os agentes econômicos se reorganizam e, portanto, provocam, novamente, em uma escala ainda maior, as desigualdades sociais.

Mas, naquela época, ou seja no Século XIX, reagindo às condições inadequadas de sobrevivência, os trabalhadores lançaram as primeiras sementes do cooperativismo moderno na Inglaterra (Cooperativa dos Pobros Pioneiros de Rochdale – 1844). Contemporânea ao Movimento Inglês, que atuava no segmento de consumo, surge, na Alemanha a partir de 1850, a primeira Cooperativa de Crédito, fundada por Schulze-Delitzsch.

Logo a seguir, com uma estrutura um pouco diferente das Cooperativas de Redito (quase sempre urbanas), apareciam os Bancos Cooperativos na Alemanha, fundados por Friedrich Wilhelm Raiffeisen, em 1862, que atendiam principalmente à área rural, sucedendo às Caixas de Socorro.

O Cooperativismo de Crédito surgiu para combater as relações desiguais de troca e de financiamento às atividades que penalizavam sobremaneira os produtores rurais e trabalhadores urbanos. Junto à necessidade de se extirpar esse mal era preciso criar uma ordem mais justa, que priorizasse a concessão de crédito mais compatível com a realidade dessas pessoas e que, principalmente, tivesse como foco central o ser humano.

Assim, uma das prioridades do crédito cooperativo era garantir a melhoria da qualidade de vida das pessoas e proporcionar o progresso das famílias. Em outras palavras, independentemente do crédito, há uma postura humana, social e educativa. Por conseguinte, a essência do Cooperativismo de Crédito inclui uma sólida e ativa participação, além de permitir à sua estrutura descentralizada operar democraticamente.

### 3.1 Na Alemanha – Berço do Movimento

#### Hermann Schulze

Hermann Schulze, nascido em Delitzsch, na Alemanha, em 1808, é considerado o iniciador e realizador do Movimento Cooperativista no seu país. Formou-se em direito em Leipzig, fez estágio de magistratura em diversas localidades, vindo a ser juiz em sua própria cidade. Também foi notável homem público, tendo exercido as funções de Prefeito e de Deputado pela sua cidade.

Na qualidade de membro da Assembléia Nacional alemã, sua grande preocupação eram as dificuldades sofridas pelos industriais, comerciantes e trabalhadores em geral, em razão da exploração a que estavam submetidos.

Foi durante a fome dos anos 1846 e 1847 que ele teve oportunidade de rever seus sentimentos filantrópicos e seu excepcional talento de organizador, pois ao conhecer de perto a vida e as necessidades dos seus concidadãos, passou a preocupar-se em minorar-lhes os sofrimentos por meio de organizações de auxílio mútuo, tendo sido suas primeiras tentativas de caráter cooperativo realizadas em 1849, na sua cidade natal.

Pondo em prática suas idéias altruístas, organizou, de início, em Delitzsch, uma pequena Caixa de Socorro para atender prioritariamente os casos de doença ou de morte.

A primeira instituição de crédito criada por Schulze trazia algumas das características de outras instituições de créditos fundadas em Berlim, graças a donativos ou empréstimos sem interesse das classes ricas. Mas Schulze, na cooperativa de crédito, introduziu o pagamento de um juro pelos empréstimos concedidos pela sociedade e a acumulação de um fundo por meio de depósitos. Não tardou, porém, que ele introduzisse o sistema de um capital próprio, formado de partes sociais subscritas e realizadas pelos sócios, assim como o princípio da responsabilidade solidária, como reforço deste capital.

As instituições fundadas por Schulze não tinham caráter beneficente, como outras até então, existentes. Elas se baseavam na idéia de “*self-help*”, do auxílio próprio. Para alcançar o seu fim, elas precisavam de um capital importante formado pelos próprios associados e também de um fundo de reserva

constituído de percentagens tiradas das sobras ou benefícios realizados pela sociedade.

Suas características principais estão ligadas à sua atividade de atendimento da classe média urbana (artesãos, comerciantes e pequenos patrões). Contudo, este modelo de cooperativa não tem o caráter fechado de organização profissional e permite a participação de todas as categorias econômicas.

Não tardou que na Alemanha, principalmente entre as populações urbanas, se verificasse um intenso movimento do Sistema Schulze, para o que muitos concorreram também seus livros sobre associações para artesãos e operários alemães e sobre sociedades populares de crédito e economia.

Os maiores sucessos do Sistema Schulze foram, sem dúvida, os que alcançaram os Bancos Populares, Cooperativas de Crédito e Economia destinados a amparar o trabalho dos pequenos industriais, artesãos e pequenos comerciantes, que sofriam particularmente com a falta de crédito barato, sendo forçados a pagar juros altos. De fato, com o estabelecimento dessas cooperativas de crédito, não tardou que se verificasse uma baixa das taxas de juros em diversas regiões do País.

No começo de suas atividades, seu programa era vasto e avançado, este procurou alcançar, como última etapa, a Cooperativa de Produção Industrial. Para o estabelecimento de grandes empresas, como o exigia o desenvolvimento da vida econômica, Schulze/Delitzsch achava que os artesãos deviam renunciar ao seu trabalho isolado e grupar-se em associações de produção dirigidas pelos próprios operários.

Com o tempo, porém, Schulze renuncia à construção de um Sistema Cooperativo completo, torna-se realista e se contenta com a realidade positiva do momento.

O auxílio mútuo e a educação entre os cooperados são a sua base mais importante, entretanto, estas duas bandeiras recusavam o auxílio do Estado ou que tivesse caráter filantrópico.



## **Friedrich Wilhelm Raiffeisen**

Nasceu em 1818 na Renânia, Alemanha, sendo o sétimo filho dos nove de um agricultor. Ficou órfão de pai muito cedo e não pôde continuar seus estudos depois de ter concluído a escola primária. Teve de assumir todos os encargos familiares após o falecimento de seu pai, pois era o filho homem mais velho.

Sua instrução foi-lhe dada pelo pastor protestante de sua comuna, durante as horas em que os trabalhos do campo lhe permitiam uma folga. Esses dois fatos se devem, em grande parte, à formação dos elementos fundamentais de sua atividade, quais sejam o espírito religioso e o amor à agricultura.

Em sua juventude, trabalhou no campo, sentia-se muito preocupado ao observar lavradores com grandes dificuldades por falta de crédito.

O problema era sempre o mesmo, o homem explorando o homem, nunca conseguindo bons preços para a sua produção pelo domínio e pela ganância dos comerciantes que adquiriam suas mercadorias por preços muito abaixo do mercado.

Aos vinte e sete anos foi eleito Prefeito de Weyerbusch, ocasião em que começou a revelar seus dotes de organizador. Durante o inverno de 1847/48 toda a região foi assolada pela fome e Raiffeisen organizou o abastecimento das famílias e se ocupou da fabricação de pão, para o qual estabeleceu dois preços, um para os ricos e outro para os pobres. Com o estabelecimento dessa padaria, o preço do pão baixou em toda a região.

Esse fato deu o quê pensar a Raiffeisen e quando foi transferido para Flammersfeld, no ano seguinte, fundou, com alguns habitantes abastados, a Sociedade de Socorro de Flammersfeld para auxílio aos agricultores necessitados. A responsabilidade dos associados era solidária por um determinado capital e a atividade principal da sociedade era dirigida contra o comércio usuário de animais. A sociedade comprava animais e os cedia aos agricultores contra um pagamento módico, a longo prazo, geralmente de cinco anos.

Mas, com a verificação de que o agricultor tinha ainda muitas outras necessidades e não podia satisfazê-las, a sociedade começou a dar créditos em

dinheiro. Para obter os fundos necessários, anexou-se a ela uma caixa de economia para receber depois. Assim, a caixa de socorros transformou-se numa instituição de crédito e economia.

Em Heddesdorf, para onde se transferiu em 1854, Raiffeisen fundou uma Caixa de Socorros que logo foi substituída por uma Sociedade de Crédito, com a denominação de Caixa de Empréstimos (Darlekassen-Verein), denominação até hoje utilizada, denominação que passou a designar as Cooperativas de Crédito do tipo Raiffeisen.

O êxito alcançado pela Cooperativa de Heddesdorf levou Raiffeisen a criar Caixas de Crédito e Economia em muitas outras localidades. A princípio, o seu desenvolvimento foi muito lento. Aliás, em um de seus escritos, o qual posteriormente tornou-se um livro, ele afirmava: “aqueles que crêem que pela introdução das cooperativas se poderia criar de um só golpe um estado de cousas melhor, se enganaram gravemente” (GAYOTO, 1976, p. 23). Pois ele achava necessário preparar o espírito e educar os sentimentos para que a obra cooperativa pudesse produzir, no futuro, as verdadeiras flores e os verdadeiros frutos.

A Cooperativa de Crédito e Economia do tipo Raiffeisen obedece ao princípio da responsabilidade solidária e ilimitada; é fundada sem capital e seus associados não recebem dividendos. O excedente vai inteiramente para o Fundo de Reserva que é indivisível em caso de dissolução da sociedade.

As funções são gratuitas. Os que aceitam a direção da sociedade devem pôr-se a serviço da comunidade que os elegeu. A idéia do auxílio próprio não exclui, nas Cooperativas de Raiffeisen, o primeiro princípio de que ele partiu: ou seja, o auxílio ao próximo nas sofrimentos, o que constitui um mandamento cristão. Sendo que toda a sua obra se acha impregnada desse sentimento.

Porém, cedo, percebeu que não seria o assistencialismo a forma mais adequada para resolver a situação de miséria dos pobres da Alemanha, e que “a esmola dada a um homem válido, poderia ser uma afronta à sua dignidade humana” (THENÓRIO FILHO, 2002, p. 99).

Chegou a esta conclusão porque suas sociedades em nada haviam contribuído para diminuir o abismo que separava os ricos dos pobres.

Então, ele mudou radicalmente o seu sistema. Suas Cooperativas de Crédito passaram a ser homogêneas e destinadas principalmente ao meio rural. Trabalhadores do campo, assalariados ou pequenos proprietários, aprenderiam o valor da poupança regular e o segredo da força, escondidos no auxílio mútuo.

Por estranha coincidência, no mesmo ano em que Raiffeisen fundava sua primeira Cooperativa de Crédito ou Caixa Rural, em 1848, Marx e Engels lançavam na Europa o “Manifesto do Partido Comunista”, conclamando o proletariado de todo o mundo a se unir, não para a cooperação, mas sim para a luta de classes.

Levando em consideração os exemplos e da ampla educação, priorizavam a formação moral dos associados e o senso de responsabilidade, preparando-os para responderem de modo solidário e ilimitado relativamente às obrigações contraídas pela cooperativa.

### **Wilhelm Haas**

Nascido em 1839 em Darmstadt e falecido em 1913, Haas iniciou sua atividade cooperativa em 1872, com a fundação em Friedberg de uma Cooperativa de Crédito para abastecimento de artigos necessários à agricultura, que ele classificou de “Cooperativa de Consumo”, e que corresponde à Cooperativa de Compras em Comum. (BRAUMANN, 1988)

A cooperação agrícola desenvolveu-se muito no Hesse, mas tomou aí um caráter diferente da de Newied, onde foi organizada sob a influência direta de Raiffeisen. Isso se explica pelo fato de já existirem no Hesse, quando Raiffeisen iniciou sua campanha, muitas Caixas Econômicas públicas, que satisfaziam em grande parte as necessidades de crédito dos pequenos agricultores. Assim, enquanto em Newied fundavam-se principalmente Cooperativas de Crédito e Economia (Caixas Rurais), no Hesse a atividade cooperativa se desenvolveu sobretudo no terreno econômico principalmente na parte de compras em comum (abastecimento),. Não quer isso dizer, entretanto,

que aí não se tivessem fundado também muitas cooperativas de Crédito do tipo Raiffeisen.

Já em 1873, Haas compreendeu a necessidade de centralização e convocou para uma deliberação nesse sentido os representantes das cooperativas de abastecimento. Decidiu-se então a fundação de uma “União das Cooperativas de Abastecimento Agrícola” no Hesse, a qual passou a funcionar como um armazém por atacado.

Quando foi realizado o Congresso de Hamburgo, em 1883, foi constituída a União das Cooperativas Agrícolas alemãs, a qualtem por sede a cidade de Darmstadt e da qual Haas foi eleito presidente. Essa União, em 1930, veio a fundir-se com a União das Cooperativas do tipo Raiffeisen, tornando-se a mais poderosa União de Cooperativas da Alemanha.

Ele fundou em 1904 a primeira escola cooperativa para preparar o pessoal necessário às cooperativas agrícolas.

Haas era dotado de um espírito muito prático e liberto de qualquer tipo de dogmatismo. Quando da realização do Congresso de Darmstadt em 1890, apresentou uma série de recomendações apenas, sem nunca falar em normas rígidas, pois ele era da opinião de que se deveria deixar as federações e Centrais, assim como as Cooperativas Singulares (locais), com liberdade de ação.

O Sistema Haas situa-se entre os de Raiffeisen e o de Schulze-Delitzsch. Como o primeiro recomendava área de ação restrita e o grupamento das cooperativas locais em Federações. Recomendava, entretanto, a fundação de cooperativas com capital próprio, por meio de subscrição de quotas partes pelos associados, mas sem chegar aos exageros de Schulze. Assim como este achava que as operações deveriam ser realizadas de acordo com as regras técnicas das empresas econômicas e distanciava-se de Raiffeisen, sobrepondo o caráter econômico da ação cooperativa ao seu caráter ético e cristão.

Mais tarde, reconhecendo a grande importância que a insistência de Raiffeisen, quanto aos sentimentos cristãos, tinha no Movimento Cooperativo rural, principalmente para as Cooperativas de Crédito, abrandou um pouco sua hostilidade e sempre que o caráter ético e o amor cristão ao próximo podiam servir a seus fins, ele nada objetava a esses princípios de Raiffeisen.

Por fim em 1930, decidiu-se a fusão das organizações das Cooperativas Centrais de Agricultores alemães dos tipos Raiffeisen e Haas. Sendo que Wilhelm Haas exerceu na Alemanha uma notável influência sobre as organizações cooperativas.

### **3.2 Na Itália**

#### **Luigi Luzzatti**

A influência dos Sistemas Schulze-Delitzsch e Raiffeisen fez-se sentir também na Itália, onde naturalmente sofreram algumas modificações para atender às necessidades de adaptação ao meio em que iriam desenvolver-se as cooperativas.

Surgiram assim, na Itália, os Sistemas Luzzatti e Wollemborg, que tiveram grande desenvolvimento nos meios rurais e entre as classes médias das cidades.

Luigi Luzzatti foi um homem culto, professor universitário e político conhecido. É tido como o criador do Cooperativismo de crédito italiano. Foi de acordo com o modelo de Schulze que ele fundou os primeiros Bancos Populares nas cidades de Lodi e Milão no ano de 1865. Não tardou que o exemplo fosse imitado, o que deu nascimento a uma poderosa organização sob o seu impulso.

Para Luzzatti as cooperativas, mesmo não possuindo um capital de vulto como base do crédito, deveriam conseguir créditos bancários ou com particulares, atrair depósitos, etc; desde que soubessem criar à sua volta uma atmosfera moral de confiança. Como lema para os seus bancos populares, lançou a máxima de “converter em capital a honestidade”.

Embora partidário da responsabilidade solidária, à época, verificou que esse princípio não seria facilmente implantado na Itália, por isso não o forçou de início.

Assim como Raiffeisen preconizava de a gratuidade administrativa. Não excluía sistematicamente o auxílio do Estado, no que se afastava de Schulze. Foi também o iniciador de um instituto central de crédito com a

participação do Estado e da cooperação, tendo em vista o auxílio financeiro às empresas cooperativas.

A respeito são suas as seguintes palavras, pronunciadas num discurso proferido na abertura do Congresso Internacional de Cooperativismo realizado na cidade de Cremona em 1907:

nos consideramos o cooperador armado do seu poder individual, multiplicado pela associação, como o exército da paz social, que se move em primeira linha nas grandes batalhas e obtém as grandes vitórias; o Estado é como um exército de reserva que, em certas circunstâncias e em presença de determinados acontecimentos, coloca-se por si mesmo na primeira fila para ganhar o combate social, e retira-se novamente para a retaguarda (BASEVI, 1952: 90).

### **LEONE WOLLEMBORG**

Italiano de Pádua, seguiu de perto a linha de Raiffeisen na organização do seu sistema. Tendo começado as suas atividades em 1883, quando fundou uma Cooperativa de Crédito na aldeia de Loreggia que, pelos resultados apresentados, alastrou-se rapidamente pelo Estado italiano.

O seu sistema é muito aproximado das características do de Raiffeisen. Porém num ponto, Wollemborg afastou-se de Raiffeisen: ele não deu às suas cooperativas o mesmo caráter ético-religioso que as distinguiu das de Raiffeisen.

Acentuou como função primordial das cooperativas a concessão de créditos para a produção, ainda que também recomendava a realização pelas mesmas de operações diretas de provisões de créditos necessários para a exploração agrícola, sempre que tais operações fossem realizadas a pedido dos associados e não implicassem em risco para a cooperativa.

As caixas rurais fundadas por Wollemborg podiam fornecer artigos necessários à agricultura, a pedido de associados, mas ele recomendava que essas operações fossem feitas com muito cuidado, e que, quando as apresentassem, ainda mesmo que a sombra de um risco, os diretores não as deveriam realizar.

As áreas limitadas levaram Wollemborg à centralização, e em 1888 ele fundou na cidade de Pádua uma Federação de Cooperativas de Crédito. Mais tarde, esta Federação foi reconstituída na cidade de Roma (1908).

Wollemborg é autor de um trabalho intitulado “As Caixas Cooperativas de Empréstimo”, editado em 1844, e por muitos anos o mesmo editou também uma Revista intitulada “A Cooperação Rural”.

### **3.3 No Canadá**

#### **Alphonse Desjardins**

Foi um destacado jornalista, nascido na Província da fala francesa de Quebec, em 1854.

Alphonse Desjardins idealizou a constituição de uma Caixa Popular com características próprias, baseadas porém nos modelos preconizados por Raiffeisen, Schulze-Delitzsch e Luzzatti.

Desjardins objetivava a promoção de um ideal coletivo, que viesse atender aos anseios dos canadenses de origem francesa, desvirtuados de sua vocação rural pela pressão que sofriam, com o sistema financeiro agressivo e desumano da época.

Procurava evitar que se impusessem condições abusivas aos trabalhadores, empregados, profissionais liberais e de um modo geral a todos quantos percebessem algum tipo de remuneração limitada, quando solicitavam um empréstimo com o fim de fazer frente a determinados gastos repentinos e de um valor considerável em relação a seus recursos.

Desjardins estudou Cooperativismo de Crédito por vários anos em distintos lugares da Europa; adaptando o Sistema Raiffeisen às necessidades do Canadá, e em 1900, na cidade de Levis/Quebec, fundou a primeira Cooperativa de Poupança e Crédito (Credit Unions), as denominava de Caixas Populares.

Em seu discurso “As Caixas Populares”, proferido durante o Congresso da Juventude, realizado em Quebec, em junho de 1908, mostrou Desjardins como alguns operários de Delitzsch, guiados por Schulze, conseguiram fundar e dirigir um Banco Popular para atender às suas necessidades, ou como

camponeses famintos, orientados por Raiffeisen, chegaram a criar a primeira Caixa Rural, para obter crédito agrícola acessível a eles (PINHO, 1984).

Do Canadá, a idéia migrou para os Estados Unidos da América. Em 1908, Desjardins foi convidado por Edward A Filene e por Roy F. Bergengren para ir a Boston/Massachusetts a fim de colaborar na redação da primeira lei reguladora das Cooperativas de poupança e Crédito, a qual foi sancionada em 1909, naquele Estado Norte Americano. (Roby, 2001)

Além das dificuldades iniciais de falta de recursos, o governo do Canadá recusava-se a votar uma lei específica para o Cooperativismo de Crédito, pressionado que estava naquela época pela Câmara de Comércio e pelos Bancos Comerciais. Porém, importante papel desempenhou a Igreja Católica nesse movimento, com o auxílio de suas paróquias, que passaram a fomentar e abrigar as primeiras cooperativas de crédito.

A partir de 1930, o Movimento Desjardins multiplicou-se no Canadá em quantidade e em diversificação de objetivos, desde as famosas Caixas Populares até as poderosas agroindústrias e as sólidas Cooperativas de Seguros Gerais.

Esta notável figura histórica é de grande importância para o Cooperativismo de Economia e Crédito Mútuo brasileiro porque o seu modelo também serviu de base para a implantação do Movimento no Brasil, importado que foi de seu país, via Estados Unidos da América e adaptado às nossas realidades em 1960.

Diante desse quadro histórico, inicia-se a implantação de Sociedades Cooperativas. Seu crescimento é muito dificultado no início do Século XX, pela Primeira Guerra Mundial. Mesmo assim, as Cooperativas se desenvolvem, e passaram a ter papel relevante no atendimento às populações dos países do hemisfério norte, principalmente.

Ao fim da II Guerra Mundial, muitos países europeus passaram a se basear na captação de poupança pelas Cooperativas de Crédito, poupança em grande parte oriunda do meio rural, fato que é determinante para a retomada do desenvolvimento dessas nações, tanto para o financiamento à agropecuária quanto para a própria indústria. O soerguimento do meio urbano e industrial desses países foi, em grande parte, promovido pelas Cooperativas de Crédito.



Com isso, o Movimento Cooperativista volta a se expandir, consolidando-se, definitivamente, na década de sessenta (PENIDO, 2002).

De 1960 aos dias atuais ocorre uma diversificação dos serviços das Cooperativas de Crédito. Hoje, em diversos países do mundo, essas entidades financiam inúmeros empreendimentos, inclusive públicos, habitação, prestam serviços na área de seguros, dentre outros.

Ressalte-se de que a expressividade que o crédito rural alcançou em certos países não se constituiu em obstáculo para que o crédito urbano se estruturasse e se desenvolvesse de forma própria, direcionando, inclusive, recursos ao campo e a obras de infra-estrutura (PENIDO, 2002).

Hoje, expoente do Sistema de Crédito Cooperativo, a Alemanha é conhecida como o berço do segmento. Parte integrante da comunidade financeira, o sistema alcançou com rapidez um alto padrão tecnológico. Os Raiffeisenbanks, chamados Bancos Universais, totalmente desenvolvidos, oferecem uma gama de serviços comerciais, inclusive corretagem em Bolsa de Valores, apesar de serem originalmente Cooperativas de Crédito Rural. Além deles, existem também os Volksbanks, cooperativas conhecidas como Bancos Populares, de ação mais dirigida à área urbana.

Na Alemanha, os Bancos Cooperativos funcionam sem restrições ou privilégios, competindo diretamente com os bancos comerciais e com o Sistema de Caixas Econômicas pertencentes aos municípios. Atualmente, a Federação de Bancos Populares e dos Bancos Raiffeisen Alemães, com sede na cidade de Bonn, é a instituição máxima das Cooperativas de Crédito no País. Para se ter uma tênue idéia do significado do Sistema Cooperativo de Crédito alemão, o País em 2002 contava com aproximadamente 18 milhões de pessoas associadas e 30 milhões de correntistas, numa população de cerca de 90 milhões de habitantes. O volume de recursos movimentado pelas Cooperativas de Crédito representou mais de 20 % do volume movimentado por todo o mercado financeiro alemão (PENIDO, 2002).

De um modo geral, o Cooperativismo de Crédito está muito desenvolvido em toda a Europa. Na Itália é aberto e funciona como banco; na Áustria é bem organizado e segue o modelo alemão; na Holanda é bem estruturado, e também responde por expressiva parcela do movimento daquele

país, além de, dentro do mais amplo sentido cooperativista, manter agências de apoio aos países em desenvolvimento; na França, o Cooperativismo de Crédito encontra-se consolidado, sendo o seu maior expoente o *Banque Credit Agricole*, que figura em sexto lugar na lista dos bancos estabelecidos.

Em alguns países da Ásia, a situação não difere muito, com o cooperativismo alcançando bons resultados na Índia e grande expressividade no Japão. Nos Estados Unidos e Canadá, o cooperativismo buscou inspiração nos Sistemas Alemão e Italiano e manteve, porém, certas características próprias. No entanto, atualmente, tanto nos Estados Unidos quanto no Canadá, a participação do Sistema Cooperativo de Crédito na economia é expressiva. No Canadá, de cada três habitantes um é associado a uma instituição Cooperativa de Crédito.

Apenas a título de ilustração final, dentre os cinquenta maiores Sistemas Bancários do mundo, quatro são cooperativos, a saber: Alemanha (DG-Bank), Holanda (RABOBANK), França (*Crédit Agricole*) e Japão.

## 4 O SISTEMA DE CRÉDITO COOPERATIVO NO BRASIL

O Cooperativismo é o instrumento pelo qual a sociedade se organiza para resolver diversos problemas relacionados ao seu dia-a-dia.

No Brasil, encontram-se iniciativas Cooperativistas em diversos ramos de atividade econômica, tais como: serviços públicos, crédito, eletrificação e telefonia rural, trabalho, saúde, consumo, transporte, turismo, educação, habitação, mineração, produção, etc.

Destaca-se, em vários dos segmentos do Cooperativismo, o fato de as Cooperativas serem compostas por associados que desempenham, ao mesmo tempo, o papel de proprietários das empresas cooperativas e usuários dos produtos e serviços por elas oferecidos. Esta prerrogativa gera um alto grau de fidelidade e integração do cliente com a entidade que lhe presta serviço.

O Cooperativismo é forte em todas as sociedades desenvolvidas e organizadas. Tem atuação destacada em países tais como, Alemanha, Holanda, França, Itália, Japão, Canadá e outros.

O Cooperativismo de Crédito no Brasil surgiu no início do Século XX, ligando-se as primeiras experiências de implantação do crédito cooperativo no país às tentativas iniciais de desenvolvimento da agricultura brasileira, quando alguns precursores começaram a idéia de que somente com a ajuda do cooperativismo se poderia fomentar e organizar nossa produção agropecuária.

Apenas dois anos após a fundação da primeira Cooperativa de Crédito das Américas, em Quebec, no Canadá, foi constituída a primeira Cooperativa de Crédito no Brasil, em 28 de dezembro de 1902, na localidade de Linha Imperial, Município de Nova Petrópolis, Rio Grande do Sul, por iniciativa do Pe. Jesuíta Theodoro Amstadt, grande conhecedor dos problemas dos agricultores de origens alemã e italiana de então, graças às muitas viagens feitas pelo interior. Conhecedor da experiência alemã do modelo de Friedrich Wilhelm Raiffeisen (1818-1888) que aqui implantou, com enorme sucesso. Na seqüência da primeira, Amstadt criou diretamente mais catorze outras cooperativas de crédito entre 1902 e 1923, enquanto isto, entre 1923 e 1938 foram fundadas mais vinte e seis cooperativas de crédito. Após sua morte, surgiram mais quinze

cooperativas de crédito, sendo no total cinqüenta e cinco que diretamente ou indiretamente estiveram sob a influência deste pioneiro do cooperativismo de crédito rural.

Esse modelo aplicava-se, preferencialmente, junto a pequenas comunidades rurais ou pequenas vilas. Fundamentava-se na honestidade de seus cooperados e atuava basicamente junto aos pequenos produtores rurais. Não dava importância ao capital dos associados.

Toda a movimentação financeira era feita por depósitos, que recebiam uma pequena remuneração. Admitia que qualquer pessoa nele depositasse suas economias. Com as sobras eventualmente apuradas, criava reservas para enfrentar, com mais segurança, momentos de incerteza.

Esse segmento do cooperativismo conseguiu um grande desenvolvimento no Rio Grande do Sul e Santa Catarina, desde a sua implantação, chegando inclusive a dispor de uma Cooperativa Central em cada Estado, com mais de setenta cooperativas singulares filiadas.

O Cooperativismo de Crédito, com exceção das Cooperativas de Crédito Mútuo (Dejardins), definiu lenta e implacavelmente. Suas datas fatídicas são, entretanto, um pouco anteriores: até 1960 floresceram no Brasil Cooperativas de Crédito de dois tipos Raiffeisianas, Luzzatianas e de Crédito Rural. As Caixas Rurais Raiffeisen, de responsabilidade ilimitada, encontraram habitat propício no Rio Grande do Sul, entre os imigrantes alemães, em que foram implantadas desde 1902. Chegaram a constituir uma poderosa Central, que reuniu mais de sessenta caixas associadas no início dos anos de 1960.

No final dos anos vinte do Século XX, um segundo modelo de Cooperativas de Crédito também por aqui aportou. Ainda pelas mãos da Igreja Católica, e desta vez por leigos que, ao participar de um Congresso Mariano em Roma, conheceram o modelo desenvolvido pelo Italiano Luigi Luzzatti (1841-1927). Por influência de imigrantes italianos, apareceram também Cooperativas de Crédito do tipo Luzzatti, principalmente nas Regiões Sul e Sudeste do Brasil, difundindo-se depois para outras regiões do País.

Por outro lado, as Cooperativas de Crédito do tipo Luzzatti difundiram-se inicialmente por influência de imigrantes italianos radicados em São Paulo e nos Estados sulinos, espalhando-se depois pela Região Nordeste. Sendo

sua aceitação muito ampla devido à preferência pelo sistema de responsabilidade limitada.

Diferenciava-se do modelo alemão pelo fato de exigir um pequeno capital social, quando da admissão de qualquer cooperado e ter como público preferencial os assalariados, os artesãos e os pequenos empresários, comerciantes ou industriais.

Enquanto as Cooperativas de Crédito do tipo Raiffeisen eram de responsabilidade ilimitada, solidária e pessoal de todos os associados pelos compromissos da sociedade, com ausência de capital social e individualidade entre os associados, de quaisquer sobras positivas, as Cooperativas de Crédito do tipo Luzzatti eram de responsabilidade limitada ao valor da cota parte que o associado se obrigou a realizar.

Em 1904, surge em Pernambuco a Caixa Agrícola Cooperativa por iniciativa do Engenheiro Correia de Brito, dando assim início ao cooperativismo de crédito no Nordeste. No período entre 1923 a 1925, as Inspetorias Agrícolas dos Estados da Paraíba e Alagoas criaram as primeiras Caixas Raiffeisen e Bancos Luzzatti da região. Logo a seguir, a experiência foi repetida no Rio Grande do Norte e no Ceará. Esses esforços, portanto, iniciaram-se no Nordeste com pouco ou um certo atraso em relação à Região Sul, porém o pioneirismo do cooperativismo do nordeste não foi suficiente para evitar as grandes distorções da agricultura na região e do próprio aspecto social das pessoas envolvidas no setor.

Entre as décadas de trinta e meados da década de cinqüenta, estima-se que foram criadas cerca de 1.200 cooperativas desse modelo, as quais alcançaram um bom estágio de desenvolvimento. Seu único e grande pecado foi o de não ter buscado a verticalização e de não ter criado um antídoto para uns poucos aventureiros que, particularmente nos grandes centros, buscaram tirar proveito em benefício próprio.

Ambos os tipos, porém, foram quase que totalmente liquidados pelas restrições impostas pela Reforma Bancária (Lei Nº 4.595/64) e pelas normas da Política Financeira do Governo Federal. Em apenas quatro anos após a edição desta Lei, as Caixas Rurais Raiffeisen reduziram-se a tão somente quinze e em 1981, restavam somente duas (02). Das Cooperativas de Crédito do tipo Luzzatti somente vinte e cinco (25) delas encontravam-se em funcionamento nesta época.

Um terceiro e último modelo desse segmento aportou por aqui em fins dos anos cinquenta. Também trazido por influência da Igreja Católica, contou com a colaboração e apoio decisivo de Dom Helder Câmara, na época Bispo Auxiliar do Rio de Janeiro. A responsabilidade total pela sua implantação coube à Sra. Maria Thereza Rosália Teixeira Nunes, e foi graças à sua garra, seu espírito de luta e sua visão de solidarismo que o Modelo Desjardiano, criado pelo canadense Alphonse Desjardins (1854-1920), aqui teve condições de fixar suas raízes, pois naquela fase de vida brasileira o Cooperativismo de Crédito já não dispunha de uma vida tranqüila.

Essa pioneira, nascido no Rio de Janeiro, participou de um curso realizado na Universidade de São Francisco Xavier, em Antigonish, Canadá, onde se apresentava o cooperativismo como um instrumento de promoção humana. Estava entusiasmada com a idéia porque percebia que os programas que vira no Canadá e nos Estados Unidos poderiam ser um caminho de melhoria do bem-estar e do conforto das classes assalariadas. Por outro lado, estava informada com as providências governamentais que enfraqueciam, cada vez mais, as poucas Cooperativas de Crédito Rural e Luzzatti que ainda restavam.

Em 1960, foram traçadas as primeiras diretrizes do Crédito Urbano, por meio de um Estatuto padrão, prevendo que os principais objetivos das Cooperativas seriam a economia sistemática, créditos por finalidade, desenvolvimento econômico-financeiro, educação permanente, promoção humana, o capital a serviço do homem e cada sócio um voto.

Em março de 1960, foi fundada a primeira Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo, no estilo do Sistema Desjardins, que recebeu o nome de PAX, a qual foi constituída por elementos ligados às obras Assistenciais da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro. A esta surgiram mais três formadas por empregados da Refinaria Piedade, da Cia Federal de Fundação e a última pelos associados do Círculo Operário da Leopoldina.

A fase inicial caracterizou-se por uma enorme dificuldade, tendo em vista a falta de empenho governamental no disciplinamento da autorização de funcionamento, culminando com o Decreto Nº 1.503 de novembro de 1962, que sobrestou o registro desse modelo de cooperativa. Somente após a Lei Nº 4.595, de 1964, que reformulou o Sistema Bancário e a conseqüente criação do Banco

Central do Brasil foi possível a reativação do sistema, ainda assim com muitos entraves.

Já as Cooperativas de Economia e Crédito Mútuo, inspiradas no Modelo Desjardins, representaram um novo caminho para o Cooperativismo de Crédito brasileiro. E polarizaram as simpatias do Banco Central do Brasil porque atendiam às necessidades mais prementes dos trabalhadores, contribuindo para elevar o salário real e diminuir as tensões sociais (em especial as oriundas do congelamento salarial, nas fases mais duras contra a inflação). Inicialmente implantadas nas Regiões Sudeste e Sul, onde era maior a concentração operária, no início do ano de 1960, já no ano seguinte se federalizaram criando a Federação Leste Meridional das Cooperativas de Economia e Crédito Mútuo - FELENE.

A partir da década de oitenta, o Cooperativismo de Crédito no Brasil toma novos rumos. No início da década, restavam tão somente quinze Cooperativas de Crédito, inclusive a pioneira. Desconsiderando os relevantes serviços prestados ao longo de décadas por essas entidades, o Governo Federal preferiu editar uma série de impeditivos operacionais e de expansão.

Tomando-se por exemplo o período de 1983 a 1985, marcado pela maior recessão que a economia brasileira já registrou, aliada cruelmente aos mais altos índices inflacionários, o Sistema Cooperativo de Economia e Crédito Mútuo teve a capacidade para no mesmo período, integralizar o capital a uma taxa média de 10 % ao mês. Nenhuma empresa capitalista neste período foi capaz de semelhante façanha.

Mas apesar do beneplácito governamental, também as Cooperativas de Economia e Crédito Mútuo sofreram a limitação de rígida regulamentação oficial, que cerceia suas operações ao estrito financiamento dos associados, proibindo-lhes qualquer função complementar; dificulta sua difusão nas pequenas cidades ou vilas e nas zonas rurais; impede a adoção de taxas de correção monetária (como na época foi feita para as Cadernetas de Poupança), o que provoca a deterioração inflacionária da capacidade operativa dos fundos e, o desinteresse dos cooperados pelos juros pagos aos depósitos a prazo fixo, além de afugentar os depósitos voluntários.

Pinho (1984, p. 32-45) lamenta que esse enorme esforço não tenha merecido, das lideranças que conduziram o sistema, a atenção redobrada, o que fez com que esse esforço hercúleo fosse jogado pela janela e levado pelo vento, pois a corrosão inflacionária não somente anulou todo o esforço, como ainda causou o encolhimento do sistema.

À medida que se desenvolveu o Cooperativismo de Crédito, acentuou-se a preferência pelas cooperativas de responsabilidade limitada do tipo Luzzatti e Desjardins, enquanto que as Cooperativas de Crédito do tipo Raiffeisen somente encontraram ambiente nas áreas de colonização alemão (Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná).

As Cooperativas do tipo luzzattianas, igualmente taxadas de desvirtuamento de sua finalidade cooperativa e severamente fiscalizadas, tiveram seu total reduzido sem que novas cooperativas recebessem autorização oficial para funcionar.

Diante dessa situação, as Cooperativas de Economia e Crédito Mútuo passaram a significar o único caminho para o Cooperativismo de Crédito Brasileiro, pois não apresentavam as alegadas deturpações do tipo luzzattiano e não exigiam a rigorosa tradição associativa do tipo raiffeiseano. Por outro lado, apresentavam ainda a vantagem de atender às necessidades mais prementes dos trabalhadores dos principais centros urbanos, bem como contribuíram para diminuir as tensões sociais e melhorar o salário real dos operários.



TABELA 01 - Cooperativas de Crédito Brasileiras 1940 - 1990

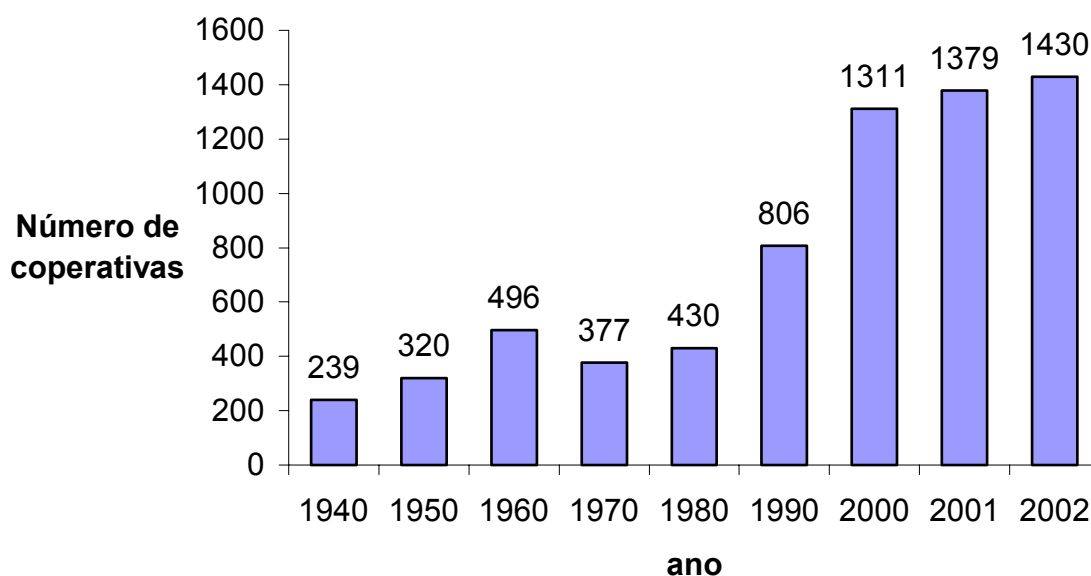
<i>Regiões</i>	<i>1940</i>	<i>1950</i>	<i>1960</i>	<i>1970</i>	<i>1980</i>	<i>1990</i>
Sul	51	54	92			160
Sudeste	84	122	177	330	359	451
Nordeste	102	139	217	40	62	51
Norte	2	5	5	7	9	10
Centro Oeste	---	---	3	---	---	44
<b>B R A S I L</b>	<b>239</b>	<b>320</b>	<b>494</b>	<b>377</b>	<b>430</b>	<b>716</b>

Fonte: OCB/BACEN

O conjunto das Cooperativas de Crédito apresentou um crescimento nas três primeiras décadas e então, a partir da década dos anos setenta as mesmas apresentam um declínio, sendo que na década dos anos oitenta as mesmas voltam a se recuperar, porém sem chegarem aos valores de 1960.

Mas o Cooperativismo Brasileiro é esperançoso em tudo o que acredita, com especial destaque para o povo gaúcho que viu desaparecer sumariamente suas Cooperativas Raiffeisen, as conhecidas Cooperativas de Crédito Rurais, de um momento para outro, por ação enérgica e intervencionista do Banco Central do Brasil.

Aquele povo patricio, que traz nas veias as garras da tradição inclusive cooperativista, herdada de seus antepassados europeus, não mediu esforços e nem sacrifícios para fazer renascer das próprias cinzas como um fênix os seus ideais rudemente sepultados.

**Gráfico 1 - Cooperativas de Crédito**

Fonte: BACEM

Com efeito, se recuarmos aos números do ano de 1982, poder-se-á verificar que o Sistema de Cooperativas de Crédito tinha uma presença extremamente tímida a algumas poucas unidades que sobreviveram graças apenas ao ímpar idealismo de alguns abnegados, ou seja, 24 Cooperativas Luzzatti, 345 Cooperativas de Crédito Mútuo e 89 Cooperativas Rurais.

Das 518 Cooperativas de Crédito em funcionamento em dezembro de 1984, segundo a OCB, vinte e duas (22) eram do tipo Luzzatti, cento e doze (112) eram do tipo Crédito Rural e trezentas e oitenta e duas (382) eram de Economia e Crédito Mútuo, as quais possuíam respectivamente 88.739 associados, 129.801 associados e 447.792 associados. Estas faturaram conjuntamente Cz 886.702,52 (oitocentos e oitenta e seis mil setecentos e dois cruzados e cinqüenta e dois centavos) por meio de receitas provenientes de juros sobre empréstimos e outras receitas. Também, no conjunto geraram 836 empregos.

A existência da “conta movimento” do Tesouro Nacional junto ao Banco do Brasil, que garantia à agropecuária brasileira fluxo abundante de recursos a taxas altamente subsidiadas, não justificava a procura de qualquer outro caminho alternativo, já que os empréstimos fluíam com natural facilidade e a

custos bastante baixos. Também para a área urbana, particularmente aos micro e pequenos empresários, o Governo mantinha linhas de crédito sobremodo atraentes no tocante a custos e prazos, tudo a inibir, pois, movimento mais forte para o desenvolvimento do crédito cooperativo no Brasil.

Entretanto, a partir do referido ano de 1986, quando o então Ministro da Fazenda Dílson Funaro extinguiu a aludida “conta de movimento”, o panorama sofreu radical mudança: as Cooperativas de Crédito, que então somavam pouco mais do que 200 (duzentas), já em 31.12.1995 eram 814 com aproximadamente 546.000 associados, número esse que, contadas tão somente as vinculadas à Centrais, em dezembro de 1998 eram 1.090 envolvendo cerca de aproximadamente 527.624 participantes, com depósitos totais (à vista e a prazo) na casa de R\$1.5 bilhões e Patrimônio Líquido de R\$949 milhões, segundo o Banco Central do Brasil.

TABELA 02 - COOPERATIVAS DE CRÉDITO E BANCOS COOPERATIVOS –  
BRASIL 1994 - 2003

<i>TIPOS DE COOPERATIVAS</i>	<i>1994</i>	<i>1995</i>	<i>1996</i>	<i>1997</i>	<i>1998</i>	<i>1999</i>	<i>2002</i>	<i>2003</i>
CENTRAIS DE CRÉDITO	---	---	12	21	25	26	30	38
CRÉDITO LUZZATTI	16	15	15	14	13	13	13	13
CRÉDITO RURAL	382	402	368	360	366	384	398	951
CRÉDITO MÚTUO	548	563	561	620	684	760	794	454
<b>Sub total (*)</b>	946	980	956	1.015	1.088	1.183	1.235	1456
BANCOS COOPERATIVOS	---	---	1	2	2	2	2	2
<b>Total de Instituições</b>	946	980	957	1.017	1.090	1.185	1.237	1458

FONTE: CADINF – DEORF/COPEC

(\*) - Nos anos de 94 e 95, o número de cooperativas indicado inclui instituições em funcionamento e autorizadas a funcionar. Nos outros seguintes, os dados incluem somente as cooperativas em funcionamento

As normas disciplinares da criação das Cooperativas de Crédito, antes extremamente restritivas, ganharam razoável abertura com a Resolução

CNM Nº 1.914, de 12 de março de 1992, normas essas que, por distintos processos de revisão por distintos Grupos de Trabalho, visando adequá-las ao momento histórico pelo qual o País vem passando, deram origem à atual Resolução CMN Nº 3.106 de 25 de JUNHO de 2003.

A instalação de Bancos Cooperativos, até então vedada por nossas autoridades monetárias, passou a ser administrada pela Resolução CMN Nº 2.193, de 31 de agosto de 1995, do Banco Central, abertura de que resultou a existência, hoje de dois Bancos Cooperativos em funcionamento: o BANSICREDI e o BANCOOB.

Atuando no Brasil desde 1902, o Cooperativismo de Crédito em dezembro de 2002 era composto por 794 Cooperativas de Crédito Mútuo, 398 Cooperativas de Crédito Rural e 13 Cooperativas de Crédito Luzzatti, totalizando 1.237 unidades espalhadas pelo Brasil. Com os Postos de Atendimento ao Cooperado, conta com 2.100 pontos, os quais operam com aproximadamente 1.000.000 de associados, detendo, aproximadamente, 1,5 % do mercado nacional de intermediação financeira.

O Cooperativismo de Crédito chegou ao Brasil, trazido da Europa pelo suíço Padre Theodoro Amstad (S.J.), com o objetivo de reunir as poupanças das comunidades de imigrantes e colocá-las a serviço do seu próprio desenvolvimento. Conforme Rambo (1981, p. 54), foi em Linha Imperial, Município de Nova Petrópolis no Rio Grande do Sul, que o Padre Amstad, precursor, lançou as formas reais do Cooperativismo de Crédito Rural na reunião da Sociedade de Agricultores Rio-Grandenses (Bauernverin), e a seguir, constituiu formalmente a primeira Cooperativa de Crédito, em 28 de dezembro de 1902, nos moldes das Caixas Raiffeisen, idealizadas por Friedrich Wilhelm Raiffeisen.

Não foram bem sucedidas três (03) iniciativas tomadas anteriormente, duas (02) no Estado do Paraná e uma (01) no Estado de Pernambuco.

Impulsionada pela obstinação de seu precursor, a idéia do Cooperativismo de Crédito se materializou em mais de sessenta instituições espalhadas pelo interlã do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Constituídas sob a denominação de Caixas União Popular Raiffeisen, essas organizações

tornaram-se representativas no financiamento das atividades das comunidades interioranas colonizadas por imigrantes europeus, especialmente na década dos anos cinquenta.

Em 1º de março de 1906, no Município de Lajeado (RS), foi constituída a primeira Cooperativa de Crédito do Tipo Luzzatti no Brasil, denominada Caixa Econômica de Empréstimo de Lajeado. Esta cooperativa continua em atividade, sob a denominação de Cooperativa de Crédito de Lajeado.

A convite de uma plêiade de brasileiros que durante os anos cinquenta coordenavam o Cooperativismo de Economia e Crédito Mútuo no Brasil, em 1959 recebemos a visita do Cooperativista porto-riquenho Carlos Matos, então Vice-Presidente da CUNA Mutual (*Credit Union National Association*), a maior Cooperativa de Seguros na época no mundo, com sede na cidade de Madison, Wisconsin, USA, a fim de estudar a viabilidade de sua implantação no Brasil.

O resultado destes estudos foram favoráveis e em 1961 eram constituídas as quatro (04) primeiras Cooperativas de Economia e Crédito Mútuo de empregados de empresas, com a ajuda inicial da Federação das Cooperativas de Crédito de Illinois/USA e da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB.

Para o fortalecimento e integração do Movimento, sempre foi considerada indispensável a criação da respectiva Federação juntamente com as quatro primeiras Cooperativas de Crédito.

Assim, em 03 de agosto de 1961 com o entusiasmo e determinação do grupo inicial, é fundada a Federação Leste Meridional das Cooperativas de Economia e Crédito Mútuo, sendo que o mesmo sempre foi tolerado pelo Banco Central do Brasil, por ser fechada e limitada dentro de uma empresa.

Inspiradas em Desjardins, as Cooperativas de Economia e Crédito Mútuo brasileiras são sociedades de pessoas e não de capital. Ou, para repetir a expressão de seu idealizador, nelas a individualidade do associado domina e não o montante de sua contribuição. O objetivo principal da Cooperativa de Crédito Mútuo é educativo e, ao mesmo tempo, econômico.

A Confederação Brasileira das Cooperativas de Crédito – CONFEBRAS, criada em 01 de novembro de 1986, veio substituir a Federação

Leste Meridional de Cooperativas de Crédito, que durante seus vinte e cinco anos de existência apresentou uma trajetória marcada pelas iniciativas de difusão do movimento e de preparação de dirigentes e quadro social.

A CONFEBRAS reunia em dezembro de 2002 cerca de 400 Cooperativas de Crédito (singulares), nove Centrais de Crédito e aproximadamente 541 mil associados em todo o País (CONFEBRAS, 2002).

No início dos anos sessenta, vimos que os desmandos eram generalizados, pois era comum encontrarmos Cooperativas de Crédito sendo colocadas à venda como se fossem bancos, eram outras, verdadeiras dinastias administrativas, de pai para filho, perpetuando-se no poder, parentes na administração para vantagens pessoais e familiares; outras, ainda constituídas unicamente com a intenção de captar recursos na praça e em seguida, desaparecerem com a mesma rapidez com que foram criadas. Sendo o caso mais famoso o da Cooperativa de Crédito da cidade de Itabira em Minas Gerais (PINHO, 1984).

Este episódio foi a gota d'água para que, em 12 de novembro de 1962, o então Presidente da República João Belchior Goulart, pelo Decreto Nº 1.503, mandasse suspender "*sine-die*" a criação e o registro das Cooperativas de Crédito em todo o território nacional, porque os órgãos encarregados de fiscalizarem não tinham estrutura adequada para coibirem as atividades desastrosas de muitas Cooperativas de Crédito dos tipos Luzzatti e Raiffeisen, bem como as Seções de Crédito de Cooperativas Agrícolas.

Com o advento da Revolução de Março de 1964, o Estado brasileiro chamou para si a função de promover o desenvolvimento econômico, cujo projeto implicava profunda reforma do Sistema Financeiro Nacional, no qual as Cooperativas de Crédito, embora integrantes, albergadas pela Lei Nº 4.595/64, Lei da Reforma Bancária, tiveram parte das suas funções atribuídas a instituições financeiras de propriedade do Estado e, com relação às demais, lhes foi restringido o espectro operacional. Diante da nova ordem econômica, em que caberia ao Estado o financiamento subsidiado do desenvolvimento agropecuário e industrial, as Cooperativas de Crédito deixaram de ser um instrumento e foram submetidas a restrições operacionais que levaram sua absoluta maioria ao processo de liquidação.

Com a Reforma Bancária (Lei Nº 4.595/64) e as normas da Política Financeira do Governo Federal, o Cooperativismo de Crédito Brasileiro começou a decair. As cooperativas do tipo Raiffeisianas foram consideradas organizações sem viabilidade, e tiveram de se reestruturar, fato que resultou no desaparecimento de mais da metade das mesmas em pouco tempo (PINHO, 1980).

Já as cooperativas do tipo Luzzattianas, igualmente taxadas de desvirtuamento de sua finalidade cooperativa, e severamente fiscalizadas, tiveram seu número total reduzido sem que novas cooperativas recebessem autorização oficial para funcionar (PINHO, 1980).

A partir de 1964, as Cooperativas de Crédito Mútuo foram as únicas autorizadas a funcionar pelo Banco Central, enquanto as demais Cooperativas de Crédito foram eliminadas completamente pela Reforma Bancária (Lei Nº 4.595/64) e pelas normas financeiras do Governo Federal.

Um ano após a sua promulgação, e com o apoio de um incessante trabalho, mais de duas mil Cooperativas de Crédito e Bancos Cooperativos tiveram os seus registros e autorizações de funcionamento cassados e conseqüentemente encerradas as suas atividades.

Posteriormente, com o advento do Decreto-Lei Nº. 59 de 21 de novembro de 1966, revogando o Decreto Nº. 22.239/32, regulamentado pelo Decreto Nº 60.597 de 19 de abril de 1967, a disciplina começou a tomar forma. Este Decreto provocou intensa repulsa do Movimento Cooperativo pelo seu exagerado sistema de controle estatal.

Posteriormente, numa outra investida no início dos anos setenta, novas cassações e fechamentos da maioria das Cooperativas de Crédito Rural do tipo Raiffeisen, principalmente no Rio Grande do Sul. Um dos motivos alegados pela fiscalização, além de outras irregularidades (contabilidade atrasada, associados não pertencentes ao meio rural, etc), segundo notícias daquela época, era o regime de dinastia presidencial adotado, ou seja, a presidência da cooperativa sempre ficava na mesma família.

As Cooperativas de Economia e Crédito Mútuo também passaram pelos rigorosos crivos da fiscalização do Banco Central do Brasil, porém nenhuma delas foi fechada em razão de irregularidades insanáveis.

Segundo Thenório Filho (2002, pg 131)

dois foram os fatores que muito influenciaram para que o crédito mútuo também não tivesse sido cruelmente massacrado pela fiscalização, como ocorreu com os outros tipos de cooperativas de crédito: a comprovada e reconhecida honestidade de propósitos de seus administradores, e a solidariedade incondicional da Federação Leste Meridional das Cooperativas de Economia a Crédito Mútuo, no sentido de dar-lhes assistência técnica e educativa visando corrigir a tempo virtuais problemas de forma, perfeitamente sanáveis.

No início dos anos oitenta, quando o modelo econômico de forte participação do Estado-empresa dava seus primeiros sinais de enfraquecimento também sinalizava a exaustão das fontes de financiamento subsidiado, especialmente ao setor agropecuário, o que causava forte impacto no equilíbrio econômico e financeiro das Cooperativas Agropecuárias. A Federação das Cooperativas de Trigo e Soja - FECOTRIGO, no Rio Grande do Sul, na figura de seu Vice-Presidente, encampou a idéia de construir um sistema alternativo de financiamento aos produtores rurais, objetivando minorar os efeitos das transformações que já se anunciavam.

Para alcançar tal objetivo, o novo precursor buscou inspiração nos modelos de financiamento agropecuário dos países europeus, nos quais novamente as Cooperativas de Crédito aparecem como principais instituições financeiras a serviço das comunidades.

A partir de então e com o apoio das Cooperativas Agropecuárias, sob a liderança da FECOTRIGO, foi iniciado o renascimento do Cooperativismo de Crédito Rural com os remanescentes do antigo Sistema Raiffeisen. Em 27 de outubro de 1980, foram reunidas as Cooperativas de Crédito remanescentes, num total de nove, e constituída a Cooperativa Central de Crédito do Rio Grande do Sul Ltda – COCECRER, patrocinada pelas nove (9) Cooperativas de Crédito remanescentes, que teriam como objetivo primeiro, evitar o processo de liquidação das suas filiadas, reorganizar o sistema e discutir com o Banco Central do Brasil um projeto de reformulação dos normativos aplicáveis a essas instituições. Sem demora, e antes que o exercício social de 1980 findasse, foram constituídas mais quatro (04) Cooperativas de Crédito Rural no Rio Grande do Sul.



Nascia a partir deste fato, no Rio Grande do Sul, o primeiro Sistema de Crédito Cooperativo, atualmente SICREDI-RS que tinha como premissa básica a idéia sistêmica de organização, na qual o processo de integração horizontal e vertical, entre entidades de primeiro (Cooperativas Singulares), segundo (Cooperativas Centrais) e de terceiro (Confederações e Bancos Cooperativos) graus, tornava interdependentes estas organizações, projeto que irradiou pelos principais Estados da Federação, deu suporte ao novo Cooperativismo de Crédito Brasileiro e mereceu sua homologação pelas autoridades na edição das novas normas próprias de regência.

Bem organizadas e devidamente orientadas por esse novo modelo, começaram a surgir dezenas de cooperativas de crédito rural, autônomas e independentes, mas vinculadas às cooperativas de produção agrícola existentes naquele Estado sulino, bem como em Santa Catarina e no Paraná.

Por outro lado, em 1981, as Cooperativas de Crédito Rural conceberam o Sistema Integrado de Crédito Rural Cooperativo – SICREDI, o qual inicialmente era composto pelo conjunto das Cooperativas de Crédito Rural do País, integradas horizontalmente, com as Cooperativas de Produção Agropecuária e verticalmente, em Cooperativas Centrais de Crédito Rural, de nível estadual ou supra-estadual e em uma instituição financeira, em nível nacional, adotando nomenclatura e procedimentos padronizados, ainda que respeitadas as peculiaridades locais.

Os anos noventa tiveram início com o fechamento do Banco Nacional de Crédito Cooperativo – BNCC. Este fato significou um duro golpe no funcionamento das Cooperativas de Crédito. Em diversos momentos, o BNCC aparece no cenário do cooperativismo brasileiro. A história do BNCC começa em 1934, quando o Ministério da Agricultura criou a Caixa de Crédito Cooperativo, que em 1966 seria transformada no BNCC – uma sociedade anônima com participação majoritária e administração do Governo Federal.

A sua liquidação significou um baque forte para a maioria das Cooperativas e já demonstrava a necessidade de uma entidade financeira de cúpula.

Em nível nacional, o SICREDI foi inicialmente representado pelo Banco Nacional de Crédito Cooperativo – BNCC, em nível estadual o mesmo foi

estruturado por uma COCECRER e em nível operacional pelas Cooperativas de Crédito Rural Regional – CREDI, com área de ação paralela à da Cooperativa de Produção Agropecuária com a qual estava integrada.

Ao iniciar a década de noventa, três estados estavam mais desenvolvidos no Cooperativismo (Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná). O Rio Grande do Sul, naquela época, já possuía, inclusive, uma rede informatizada que ligava todas as Cooperativas Singulares com a Central. Esta, por sua vez, se ocupava de manter o controle geral da liquidez do sistema, desenvolvia tarefas de inspeção e auditoria e de formação de pessoal das cooperativas associadas. Logo, Goiás, Minas Gerais, Espírito Santo, São Paulo e Rio de Janeiro também procuraram uma melhor organização do conjunto de suas Cooperativas.

Em agosto de 1955, foi autorizada a criação de Bancos Comerciais com a participação exclusiva de Cooperativas de Crédito singulares e centrais. A autorização para a criação de bancos Cooperativos foi um passo importante para a consolidação do Sistema.

Foi durante a segunda metade da década dos anos noventa, quando as autoridades monetárias reformularam as normas de regência, aumentando o espectro operacional das Cooperativas de Crédito e autorizando a constituição dos Bancos Cooperativos, que nasceu o Banco Cooperativo SICREDI S. A. – BANSICREDI (26 de março de 1996), o primeiro Banco Cooperativo privado brasileiro, cuja função era unir as Cooperativas de Crédito de quatro Estados (Rio Grande do Sul, Paraná, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul) que hoje integram o Sistema SICREDI, para ter acesso a produtos e serviços bancários vedados às Cooperativas de Crédito pela legislação vigente e administrar, em maior escala, os seus recursos financeiros.

A estrutura organizacional do Banco Cooperativo SICREDI S. A. é composta por aproximadamente 120 Cooperativas de Crédito as quais possuem cerca de 650 Postos de Atendimento Cooperativo (PAC), além de quatro (4) Cooperativas Centrais, um Banco Cooperativo e uma Confederação. Também fazem parte uma Corretora de Seguros (CORSECOOP), uma Administradora de Cartões (BCCARD) e uma Empresa de Informática (REDESYS).

Além do Banco Cooperativo SICREDI S. A. (26 de março de 1996), o qual atualmente cobre quatro Estados da Federação, também encontramos o Banco Cooperativo do Brasil S. A. – BANCOOB (21 de julho de 1997), o qual foi concebido sobre bases conceituais, estruturais e filosóficas sólidas e profundas. Na sua criação, os debates envolveram a participação de diversas lideranças do Cooperativismo de Crédito, que posteriormente se integraram para constituir o BANCOOB.

A articulação e integração dos diversos Sistemas Cooperativos de Crédito Regionais que pretendiam criar o BANCOOB culminaram na institucionalização do SICOOB – Sistema das Cooperativas de Crédito integrantes do BANCOOB. Utilizando este Sistema agem hoje, coordenadamente, dezesseis (16) Cooperativas Centrais para um universo de 755 Cooperativas de Crédito (Singulares), as quais possuem em funcionamento 1433 Postos de Atendimento Cooperativo (PAC), atendendo a aproximadamente 918.000 associados e um Banco Cooperativo.

Os Bancos Cooperativos criados a partir de 1995 (BANCOOB e BANSICRED) são de inspiração européia – nos quais, em vários países respondem pela quase integralidade dos investimentos na agricultura – reúnem características peculiares que os habilitam a cumprir em plenitude a tarefa que a eles foi confiada pelo Poder Público. Trata-se de instituições financeiras de capital privado, em que as acionistas são as Cooperativas de Crédito, sendo o controle exercido pelas Centrais dessas mesmas entidades associativas.

Em 21 de julho de 1997, foi publicada pelo Banco Central do Brasil a Carta Patente que autorizou o funcionamento do Banco Cooperativo do Brasil – BANCOOB, constituído por catorze (14) Cooperativas Centrais de Crédito, concentrando essas suas operações nos Estados do Pará, Paraíba, Bahia, Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

As Cooperativas, por sua vez, são de propriedade de trabalhadores de diferentes categorias e atividades econômicas, da cidade e do campo, com um substancial contingente formado por mini e pequenos produtores rurais e assalariados.

Distribuídas por todo o País, as Cooperativas de Crédito Rural, cujos associados são agricultores, estão presentes em aproximadamente 1.300 municípios, devidamente estruturadas com pontos de atendimento, sendo as únicas instituições financeiras em expressivo número de localidades, notadamente nas mais remotas. Com essa ampla rede distribuidora, a custos módicos e suportáveis, e com agilidade sempre reclamada, tendo em vista sua proximidade com os mutuários, é que os Bancos Cooperativos atendem aos produtores rurais em suas necessidades de crédito.

Tanto os Bancos Cooperativos como as Cooperativas de Crédito Rural são instituições de caráter bancário, autorizadas a operar e assiduamente fiscalizadas pelo Banco Central do Brasil, constituindo-se, pelo modelo de gestão adotado - funcionamento em sistemas integrados (Bancos – Centrais – Cooperativas Singulares) -, exemplos de eficiência e de solidez no setor. As relações com o mercado financeiro público e privado indicam perfeita sintonia e reciprocidade, não se contabilizando quaisquer pendências relativas a obrigações assumidas, especialmente na esfera de captação de recursos para atendimento de suas finalidades sociais.

Apesar de terem sido criadas a partir de 1926, as Cooperativas de Alto Bela Vista (Concórdia), Mondai, São Carlos e de outros municípios do Oeste de Santa Catarina, efetivamente são consideradas fundadas no ano de 1932, sob a denominação de Caixa Rural União Popular Porto Novo (então distrito de Chapecó e atualmente município de Itapiranga), alterada anos mais tarde sua denominação para Cooperativa de Crédito Rural de Itapiranga Ltda, cuja atuação tem sido das mais benéficas para os agricultores daquele município. Porém, caindo, no entanto, nas mesmas restrições impostas pela Reforma Bancária de 1964, assim como as suas congêneres de todo o País. No entanto, apesar destas restrições e óbice, a mesma nunca deixou de funcionar até a presente data.

Já o Cooperativismo de Crédito Urbano ou Mútuo, cujo objetivo é o de despertar nas classes trabalhadoras das cidades, o espírito de poupança e a obtenção de condições próprias de crédito, não teve um desenvolvimento muito amplo em Santa Catarina, onde surgiu em 1951 com a fundação da Cooperativa

de Crédito Organizações Hering, em Blumenau, ao reunir aproximadamente 14.000 associados, todos empregados do referido Grupo.

Em Santa Catarina, o Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil – SICCOOB/SC contava, em dezembro de 2003, com três (03) Cooperativas Centrais, com sessenta e sete (67) Cooperativas de Crédito, sendo trinta e uma (31) rurais, trinta e duas (32) urbanas e uma do tipo Luzzatti com um total de cento e vinte e nove (129) Postos de Atendimento Cooperativo - PAC. Esse universo, na atualidade abrange aproximadamente 48 % dos municípios catarinenses, nos quais assiste a mais de 80.000 associados, em busca de alternativas para a melhoria sócio-econômica dos meios produtivos e da própria comunidade envolvida.

A Cooperativa Central de Crédito de Santa Catarina – SICCOOB/SC/Central, em junho de 2000, sentindo uma grande deficiência na formação de seus quadros diretivos criou a Escola de Dirigentes e Executivos do SICCOOB, a qual surgiu para suprir as necessidades constantes de capacitação profissional para dirigentes, funcionários e associados do Sistema.

TABELA 03 - COOPERATIVAS DE CRÉDITO E CENTRAIS EM SANTA CATARINA 1980 - 2003

TIPOLOGIA	ANO					
	1980	1985	1990	1995	2000	2003
COOPERATIVAS DE CRÉDITO LUZZATTI	01	01	01	01	01	01
COOPERATIVAS DE CRÉDITO RURAL	01	08	17	27	32	31
COOPERATIVAS DE CRÉDITO MÚTUO	01	01	04	10	26	31
COOPERATIVAS CENTRAIS DE CRÉDITO	--	01	01	02	02	03
<b>TOTAL</b>	03	10	23	39	61	66

Fonte: OCESB/SICCOOB-SC

Depois de 1980, com o restabelecimento do Cooperativismo de Crédito iniciado no Rio Grande do Sul, as lideranças cooperativistas de Santa Catarina despertaram para as possibilidades do reerguimento do Sistema, sob a

coordenação da Organização das Cooperativas no Estado de Santa Catarina – OCESC e com o apoio das Cooperativas Agropecuárias, iniciaram os estudos e, já no final de 1984, haviam sido constituídas cinco (05) de “CREDIS”, assim como o enquadramento da pioneira de Itapiranga.

A sobrevivência de pequenos e médios enquanto profissionais autônomos no capitalismo competitivo somente é possível se eles reunirem as condições imprescindíveis para um trabalho sob o regime de economia de escala. A economia de escala compreende a redução de vários custos, dentre os quais o do dinheiro.

A UNIMED do Brasil e as suas Cooperativas singulares (1º Grau), em várias regiões, no final da Década de Oitenta, contavam com o respeito comunitário, quanto à sua organização e movimentavam significativa parcela dos recursos econômicos de suas respectivas áreas geográficas de atuação. Em suma, já haviam conquistado a escala para o aproveitamento dos recursos financeiros próprios e poder para exigir dos bancos melhores condições de crédito.

O resultado prático, em última análise, é a redução dos custos financeiros da cooperativa, viabilização financeira de projetos de base material e técnica, projetos de cunho social e a assistência financeira destinada às necessidades pessoais dos cooperados.

Presentes as condições propícias à inclusão do cooperativismo de crédito, abria-se o caminho para a implantação do princípio cooperativista nas operações financeiras.

Um minucioso projeto de constituição de Cooperativas de Economia e Crédito Mútuo foi então elaborado, tendo por escopo a experiência exitosa da UNIMED Vale das Antas (RS), onde os cooperados haviam formado uma Cooperativa de Crédito, a qual vinha obtendo bons resultados.

Em 1990, o Presidente da UNIMED do Brasil criou uma Coordenadoria de Cooperativas de Crédito, cuja função era a de incentivar as Cooperativas Singulares a criarem suas próprias Cooperativas de Crédito.

Em um curto lapso de tempo, foram surgindo UNICRED's no Rio Grande do Sul, Paraíba, Mato Grosso, Minas Gerais, que possibilitaram a formação da UNICRED do Brasil.

Em um aspecto, contudo, o Cooperativismo assemelha-se às demais iniciativas empresariais. Não havendo, por parte de seus administradores, ética, competência, honestidade, diligência, estratégia entre outros elementos fundamentais para a boa gestão de seus negócios, ela fracassa.

Consciente disso e à vista da natureza das suas atividades, o Cooperativismo de Crédito se destaca na observância dos princípios da boa gestão empresarial, o que é fortemente exigido pelo mercado em que atua e pelo Banco Central do Brasil, seu órgão normatizador e fiscalizador. Seus dirigentes – cada vez mais – são cuidadosamente escolhidos e treinados. No Cooperativismo de Crédito, o profissionalismo é um requisito fundamental.

As Cooperativas de Crédito são parte integrante do Sistema Financeiro Nacional, enquadráveis, portanto, às normas que o regem.

As Cooperativas de Crédito têm as mesmas obrigações e sofrem, nas eventualidades adequadas, as mesmas sanções que as demais instituições financeiras. Diferenciam-se, no entanto, dos bancos comerciais, no tocante aos privilégios a estes outorgados. Contudo, estas dificuldades operacionais do sistema têm origem no tratamento dispensado pelo Banco Central do Brasil.

Se for verdade que as Cooperativas de Crédito se igualam em gênero, na sua forma de constituição e de funcionamento administrativo, é também correto afirmar que elas têm profundas diferenças operacionais de conteúdo social.

Após um longo processo reflexivo de análise do seu comportamento no passado, o Cooperativismo de Crédito renasceu em bases mais seguras e com uma proposta firme que o possibilita identificar, ainda no nascedouro, qualquer desvio que possa prejudicá-lo no seu desenvolvimento.

Esse fato tem permitido ao longo destes anos a, apesar dos percalços vividos pela economia brasileira no mesmo período, um bom nível de desenvolvimento, apesar das enormes dificuldades que tem encontrado, principalmente as legislativas.

No Brasil, o Cooperativismo de Crédito está ensaiando a sua expansão, mesmo com pequena representatividade econômica e política.

Apesar de ter espaço garantido na Constituição (Art 5º - XVIII - “a lei apoiará e estimulará o cooperativismo e outras formas de associativismo” e Art

174 § 2º), o Sistema não está ainda totalmente estruturado, devido à falta de uma maior unidade, de lideranças mais coesas e, principalmente, do descrédito das autoridades governamentais, sobretudo da esfera econômica. Apesar disso, pode-se observar positivamente o atendimento aos mini e pequenos produtores rurais e aos trabalhadores urbanos, por intermédio das Cooperativas de Crédito Urbano e Rural, que têm buscado otimizar os recursos em favor do próprio homem que os gera. O caminho a percorrer, porém, ainda é longo e árduo.

Mesmo com sua fragilidade político-econômica, o Sistema de Crédito Cooperativo vem prestando serviços inestimáveis aos seus associados (PENIDO, 2002).

Através da ajuda mútua e a solidariedade, o segmento de Crédito Cooperativo poderá, com certeza, tirar produtores rurais e trabalhadores urbanos da situação de marginalizados provocada pelos tradicionais sistemas de crédito do País. Para que a integração e o desenvolvimento do Cooperativismo de Crédito alcance todos os segmentos, é fundamental que haja uma conscientização maior em relação ao que ele representa, além de um trabalho permanente de aperfeiçoamento do Sistema.

O segmento das Cooperativas de Crédito no Brasil tem se estruturado em grandes sistemas, integrados por Cooperativas de Crédito Singulares (1º Grau), Cooperativas Centrais de Crédito, Confederações de Cooperativas de Crédito e Bancos Cooperativos. Os principais Sistemas existentes são: o Sistema de Crédito Cooperativo – SICREDI, ligado ao Banco Cooperativo SICREDI S. A. – BANSICREDI; Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil – SICCOB, ligado ao Banco Cooperativo do Brasil S. A. – BANCOOB; o Sistema de Cooperativas de Economia e Crédito Mútuo de Médicos do Brasil, ligado à UNICRED e o Sistema Nacional de Cooperativas de Economia e Crédito Solidário - CRESOL.

O Sistema Cooperativista de Crédito no Brasil em dezembro de 2003 se encontrava estruturado com dois (02) Bancos Cooperativos, sendo um do tipo múltiplo e o outro comercial, quatro (04) Confederações, uma (01) Federação, trinta e oito (38) Cooperativas Centrais e hum mil quatrocentos e dezoito (1.418) Cooperativas Singulares, somando mais de 1.500.000 de associados diretos.



Dentre as Cooperativas de Crédito singulares, o segmento de Cooperativas de Crédito Mútuo é majoritário, representando cerca de 67 % do total das instituições; 32% são de Cooperativas de Crédito Rural e 1 % são as Cooperativas do Tipo Luzzatti ou de livre admissão de associados.

Segundo o “Relatório da Evolução do Sistema Financeiro de 2002” do Banco Central do Brasil, em volume de operações de crédito, a participação das Cooperativas de Crédito dentre as instituições bancárias saltou de 0,44 % em 1955 para 1,94 % em dezembro de 2002, ou seja, apresentou um significativo crescimento médio de participação relativa quanto às operações de crédito do Setor Bancário em cerca de 24 % ao ano. Já em termos absolutos, entre 1995 e 2002, o Patrimônio Líquido total do segmento cooperativista de crédito cresceu de 507,16 %, as operações de crédito cresceram 495,85 %, os ativos cresceram 1.549,78 % enquanto os depósitos cresceram 862,32 %.

## 5 A NATUREZA DOS PRINCÍPIOS COOPERATIVOS

Atualmente o termo “cooperação” e seu adjetivo “cooperativo” encontram-se espalhados pelos quatro cantos da Aldeia Global. O aumento de seu uso parece ter origem no ramo americano do idioma inglês, além de sua rápida difusão, especialmente porque o uso deste idioma nas comunicações internacionais amplia-se a cada dia. O referido vocábulo, como usualmente é empregado, significa “ato ou efeito de cooperar”, da maneira que seja e para tanto, não tem um significado muito preciso.

Convém antes de mais nada referir-se algumas idéias acerca do significado de alguns termos:

- **Cooperar** significa trabalhar simultânea ou coletivamente com outras pessoas na busca por um objetivo comum. A palavra “Cooperar” deriva etimologicamente da palavra latina ‘*cooperari*’, formada por ‘*cum*’ (com) e ‘*operari*’ (trabalhar).
- **Cooperação** é o método de ação pelo qual indivíduos ou famílias com interesses comuns constituem um empreendimento no qual os direitos de todos são iguais e a sobra alcançada é repartida somente entre os associados, na proporção de sua participação na atividade societária. É a forma de trabalho que, no mesmo lugar em equipe, trabalha-se planejadamente, no mesmo processo de produção ou em processos distintos. Em sentido lato significa: ato de unir e coordenar meios e esforços de cada um para a realização de uma atividade comum, visando alcançar um resultado procurado por todos.
- **Cooperativa** é a associação de produtores, fabricantes, trabalhadores ou consumidores que se organizam e administram empresas econômicas, com o objetivo de satisfazerem uma variada gama de necessidades. Em outras palavras, pode-se enunciar que é uma associação de produtores, fabricantes e consumidores para partilhar sobras que, de outra forma, iriam

para intermediários. “São associações de pessoas, que reciprocamente se obrigam a contribuir com bens ou serviços para o exercício de uma atividade econômica, de proveito comum, sem objetivo de lucro” (OCB, 1994). “É uma sociedade de pessoas que se unem, voluntariamente, para satisfazer aspirações e necessidades econômicas, sociais e culturais comuns, por meio de uma empresa de propriedade coletiva e democraticamente gerida” (MACPHERSON, 1995).

- **Cooperativismo**, “é uma doutrina que tem como objetivo a solução de problemas sociais por meio da criação de comunidades de cooperação, formadas por indivíduos livres que realizam a gestão da produção e participariam igualmente dos bens produzidos” (TUDO, 1977). Já a Organização das Cooperativas Brasileiras o define como:

“um movimento que busca constituir uma sociedade justa, livre e fraterna, através da organização social e econômica da comunidade, em bases democráticas, para atender suas necessidades reais, remunerando adequadamente o trabalho de cada um dos seus cooperados”.

Por fim, entendo de que o Cooperativismo é uma doutrina, um sistema, um movimento ou simplesmente uma atitude ou disposição, que considera as cooperativas como uma forma ideal de organização das atividades sócio-econômicas da humanidade e, em consequência, aconselha, propicia ou se esforça praticamente para lograr a difusão e consolidação da mesma.

- **Cooperado**, segundo Figueiredo (2000, p. 51)

“é o trabalhador rural ou urbano, profissional de qualquer atividade sócio-econômica, que se associa para ativamente participar de uma cooperativa, assumindo responsabilidades, direitos e deveres que lhe são inerentes, ao integralizar o seu capital de acordo com o estatuto social da cooperativa”.

Quando o empregamos com um significado mais preciso, e em particular, para referir-se a certas técnicas de trabalho conjunto, esta é a

característica de um gênero completo de organizações sociais e econômicas conhecidas por “cooperativas”, as quais estão presentes em todos os rincões do Planeta Terra.

As entidades que atualmente conhecemos com a denominação de cooperativas surgiram na Europa, em fins do Século XVIII, como uma reação popular de defesa frente às situações de injustiça e abuso derivados das condições imperantes.

O ambiente sócio-econômico da época se caracterizava pelas seguintes circunstâncias:

- escassa intervenção do Estado nas atividades econômicas;
- predominância das doutrinas individualistas;
- significativa evolução tecnológica a qual determinou a Revolução Industrial;
- desumanas condições de trabalho impostas no início da Revolução Industrial;
- desumanas condições gerais de vida;
- situação de absoluto desamparo da maioria da população frente aos intermediários.

Devido a estas situações tão afligentes, os setores mais modestos da população, que eram ao mesmo tempo os setores mais numerosos, buscaram soluções baseadas na associação de esforços para compensar assim, a debilidade individual de seus componentes com a força de seu número.

Mediante associação, procuraram não somente a satisfação mais imediata de suas necessidades materiais, senão também a consecução de ideais já expressos por numerosos pensadores da época, acerca de uma vida mais justa e solidária.

Frente à intermediação supérflua, à adulteração de produtos, à usura e outros males existentes, a reação das pessoas afetadas consistiu, em estabelecer empresas adequadas, mercê da associação de seus esforços e recursos. Para satisfazer por si próprio suas legítimas necessidades, os indivíduos criaram as cooperativas, suas próprias empresas, assumindo os riscos e gozando das vantagens, com base em normas de organização e funcionamento

e buscaram realizar ideais de igualdade, solidariedade, justiça, equidade, liberdade e educação.

Também podemos destacar que o Movimento Associacionista teve manifestações nos campos trabalhista, político e sócio-econômico, dando lugar, neste último caso, ao aparecimento das modernas Organizações Cooperativas. Não podemos deixar de destacar que, diversos tipos de cooperativas, destinadas a servir a distintas necessidades da população, surgiram nesta época por toda a Europa simultaneamente.

A aristocracia medieval havia sido substituída no poder por uma nova classe, a dos empresários, proveniente de uma transformação total da concepção humana do trabalho profissional, em parte, devido à influência do protestantismo, ela era dotada de um sentido valorativo próprio.

Com a introdução de novas técnicas nos campos agrícola e industrial, veio a classe dos empresários dispor em breve prazo de um adversário mortal, a nascente classe proletária. A migração dos campos para as cidades, por força da introdução de maquinaria na agricultura, fez aumentar o já elevado volume de mão-de-obra disponível nelas existente.

Faltava apenas uma experiência triunfante para a bola de neve iniciar a descida. Colhendo uma idéia daqui, outra dali, conseguiram os Pobros Pioneiros de Rochdale em 1844 organizar um todo coerente, resistente às investidas de todos os que viam na cooperação um perigo para o “*status quo*”.

Foram vinte e oito (28) os fundadores da Cooperativa “*Rochdale Society of Equitables Pioneers*”, operários na sua quase totalidade; ressalta-se no entanto, que havia entre eles uma mulher. Rochdale, arrabalde industrializado de Manchester, Condado de Lancashire, viu assim nascer o moderno cooperativismo. A instalação, em *Toad Lane* (Beco dos Sapos) da pequena loja tinha por objetivo tirar o maior proveito dos magros salários que auferiam os associados, permitindo-lhes assim, dispor de algum capital para a sua empresa de produção.

Quando da criação da Cooperativa dos Pobros Pioneiros de Rochdale, o seu prodigioso Estatuto previa a organização do empreendimento baseado em princípios, ao qual todos deveriam aderir. Por Princípios

Cooperativos entende-se: os postulados morais de onde derivam as regras fixadas pelo costume cooperativo.

Cooperação, Cooperativas, Cooperativismo se referem ao trabalho conjunto de acordo com princípios fundamentais que, quem participa deve estar de acordo em cumpri-los.

Definir os Princípios Essenciais à Cooperação não é um mero exercício acadêmico. Representa em si mesmo um problema prático, por exemplo, para o legislador. Como a Cooperação se difunde pelo mundo e os distintos governos apreciam as suas vantagens como um dos componentes de seus sistemas econômicos nacionais, então deve existir alguma forma de previsão legal, assim como qualquer outro tipo de associação dedicada ao comércio, à indústria, aos bancos, etc.

Que classes de associações ou empresas lhes devem ser assegurado o reconhecimento como cooperativas perante a lei, receber sua proteção, conferir-lhe personalidade jurídica, assim como todos os demais direitos ou privilégios adicionais os quais o governo crê sejam convenientes outorgar-lhes.

Portanto, é indispensável uma definição, não apenas para destacar a Associação Cooperativa dos outros tipos de associações econômicas que trabalham também sobre princípios diferentes, bem como para prevenir que empresas espúrias pretendam obter reconhecimento cooperativo, para poderem usufruir de possíveis privilégios destinados às genuínas.

O verdadeiro êxito da cooperação e que por não dizer do cooperativismo a sua difusão ao longo dos tempos no mundo, assim como a inevitável tendência das instituições em assegurar sua própria sobrevivência ao aceitar as condições do meio, pois conspiram para aumentar o risco de que seus princípios sejam mal entendidos, mal interpretados, diluídos ou desnaturalizados. Assim foi em cada período da história do Movimento Cooperativo.

À medida que experimentava o sucesso e se tornava cada vez mais conhecido na Europa, o Sistema da Cooperativa de Consumo de Rochdale, já por mais de cem anos, não poucas organizações se foram concebidas por pseudos cooperadores, os quais propugnavam alguns dos princípios formulados pelos Pioneiros, enquanto negavam outros ou adicionavam ainda alguns que não haviam sido propugnados pelos Pobros Pioneiros. Essas sociedades que não

reparavam seus erros a tempo fracassaram em virtude de múltiplas causas: restrição para associar-se, descuido para com os aspectos relativos à educação, débeis órgãos democráticos, desacordos religiosos e políticos, etc.

Por fim, para constituir-se em autênticas cooperativas estas devem estar organizadas e funcionar com base nos princípios ou normas fundamentais cooperativas. É necessário reconhecer que estes Princípios ou Normas não são de caráter absolutamente imutável, porém devem manter no essencial, sua vigência ao longo dos anos e são objetos de reconhecimento praticamente universal.

As raízes dos Princípios Cooperativos têm como berço a *Rochdale Society of Equitables Pioneers*, os quais fizeram parte do projeto que os animava o qual não foi objeto de qualquer proclamação solene, pois limitou-se tão somente a impregnar os estatutos da nova organização. Os seus trinta e quatro (34) artigos revelaram uma minuciosa atenção quanto ao funcionamento da cooperativa e à articulação dos seus órgãos, tornando nítida a democraticidade interna e a proeminência da Assembléia Geral.

Os Princípios que vieram a ser difundidos por todo o mundo não estavam explícitos, mas sim implícitos pela de sua presença ao longo dos artigos do Estatuto. Combinando sabiamente uma grande sensibilidade perante os problemas práticos que no dia-a-dia tinham de enfrentar com uma generosa carga utópica, os Pioneiros estabeleceram um conjunto de regras que muito veio a contribuir para o desenvolvimento do fenômeno cooperativo.

Recorda-se, no entanto, que a importância irrecusável da iniciativa dos Pobros Pioneiros de Rochdale não pode ser confundida com o nascimento ou a fundação do cooperativismo moderno. Na verdade, sendo este o desabrochar organizativo consciente de uma prática social latente, que ao longo dos tempos não deixou de ter afloramentos concretos, embora esporádicos, certamente se compreende que, nas décadas anteriores ao aparecimento dos Pobros Pioneiros de Rochdale, ele tenha sido prenunciado por uma série de tentativas congêneres.

Ainda em 1760, foram criadas, em Woolwich e Chatham, as primeiras cooperativas, identificadas como “pré-rochdaleanas”, as quais remontam ao Século XVIII. Em Ambelakia, na Grécia, foi constituída uma cooperativa em 1780, e os exemplos multiplicaram-se: Áustria (Viena) em 1794;

França (Falanstério de Fourier) em 1799; Itália (Osoppo) em 1806; Estados Unidos (South Treton) em 1810; Polônia (Hrubiesow) em 1816; Suíça (Genebra) em 1837; Espanha (Madrid) em 1838; México (Orizaba) em 1839; Guiana (Vitória) em 1839; Venezuela (Caracas) em 1842, dentre outras (VERDIER, 1973, p. 7).

Todas as experiências cooperativistas anteriores são, aliás, um elemento determinante para se poder compreender Rochdale. Foi um tempo de grande precariedade, de múltiplas tentativas falhadas, de uma enorme mortalidade cooperativa. O exemplo mais relevante pode encontrar-se no grande surto de cooperação “owenista” ocorrido, na Inglaterra nos anos trinta do Século XIX. A uma espantosa irradiação, sucedeu um impressionante declínio.

Sabendo-se que os Pioneiros de Rochdale estavam longe de ser indiferentes à Doutrina de Robert Owen vê-se bem que os Princípios Cooperativos inicialmente foram, além do mais, parâmetros dirigidos à correção de práticas anteriores. Representaram, é certo, um olhar ambicioso e sonhador, apontando para o futuro, mas não deixaram de ser uma demarcação nítida em face de experiências que os precederam. E valorizar a raiz dos Princípios Cooperativos implica necessariamente não esquecer quem eram os Pobros Pioneiros de Rochdale, com que futuro sonharam, que erros queriam evitar. À partida, torna-se também claro que eles não tinham um horizonte limitado à cooperativa de consumo, embora, na prática, em larga medida, a ela se tivessem confinado.

Com visão profética, Os Pobros Pioneiros de Rochdale interpretaram a necessidade de educar os sócios de sua empresa cooperativa desde o início, apesar de não estar claro como uma regra básica do Primeiro Estatuto da Sociedade a educação cooperativa. Logo os iniciantes trataram de organizar uma biblioteca pública e alguns cursos, os quais eram impartidos entres os pioneiros e cobriam as mais variadas gamas culturais. Por outro lado, já na reformulação de 1845 e 1854 de seu Estatuto, os Pioneiros incluíram e ampliaram a sua visão concernente à educação.

A notoriedade dos Princípios de Rochdale seria limitada durante algumas décadas. O Movimento Cooperativo percorria o segmento inicial da sua trajetória, no quadro de uma forte interação com outras componentes do Movimento Operário, o que se somando ao caráter difuso da explicitação dos



princípios e à própria fluidez da atividade cooperativa, torna compreensível esse relativo apagamento.

Foram expostos pela primeira vez de forma sistemática pela Cooperativa dos Pobros Pioneiros de Rochdale em 1844, os Princípios Cooperativos, Que com a aproximação do Congresso de fundação da Aliança Cooperativa Internacional – ACI em 1895, pelo que isso representava no campo da cooperatividade e pelo que viria a suscitar, tornaram-se mais ostensivos. Não foi estranha a esse ressurgimento a publicação da história dos *Equitables Pioneers of Rochdale* da autoria de Georges Jacob Holyoake, acontecida em 1888. Mas foi nos anos noventa, através com a ajuda de todas as vicissitudes que precederam a constituição da ACI, que os princípios voltaram à ordem do dia (WATKINS, 1970, p. 25).

Nascida em 1895, a ACI ocupar-se-ia naturalmente dos Princípios Cooperativos, primeiro para decidir quem podia ser admitido como membro, mais tarde, com ambições mais amplas. As profundas modificações produzidas no comércio e na indústria mundial, em quase um século de criação da Cooperativa de Rochdale, fizeram com que deixasse de haver uma unanimidade de compreensão e interpretação dos Princípios Cooperativos, cuja consequência foi a, realização da primeira grande revisão de seus conteúdos.

A partir de 1919, começou a ACI a procurar fixar um conjunto de princípios com validade universal a partir das Regras de Rochdale, desencadeando um longo debate o qual se prolongou, com maior ou menor relevo, ao longo de pelo menos uns vinte anos, e acabaria por conduzir à formulação de 1937 em Paris.

Henri Desroche (1988, p. 21) ao percorrer a evolução dos Princípios Cooperativos fala em sete etapas, a saber:

- 1844, como ponto de partida;
- 1892, processo que levaria a criação da ACI;
- 1930/1934, grande debate inconclusivo dos Congressos em Viena e Londres;
- 1937, primeira formulação elaborada pela ACI, XIV Congresso em Paris;

- 1966, para sublinhar a instituição dos Princípios Cooperativos, tal como vigoraram até o Congresso de 1995;
- 1980, para destacar o debate, realizado no Congresso em Moscou, em torno do Relatório de Alexander F. Laidlaw, para refletir em torno das Cooperativas para o Ano 2000 e em;
- 1984, para chamar a atenção quanto ao Relatório Daneau, apresentado no XXIV Congresso em Hamburgo, no sentido de reavaliar os fins das cooperativas e a adequação a esses fins dos meios de que dispõem.

Porém, a estas sete etapas, preconizadas por Desroche, podemos agregar mais uma, cuja base é o Congresso do Centenário da Aliança Cooperativa Internacional ocorrido em Manchester, Inglaterra no ano de 1995, e no qual os Princípios foram novamente atualizados à luz do novo desenho de cenário internacional. Porém, deste leque de pontos de referência, os processos que merecem maior atenção são os que conduziram as duas vertentes dos Princípios Cooperativos que até hoje foram formalmente adotadas pela ACI.

O primeiro destes dois processos foi desencadeado no Congresso da ACI, realizado em Viena, em 1930. A *Fédération Nationale Française des Cooperatives de Consommation* apresentou um memorando como suporte de uma Resolução no qual expressava: “O Congresso da Aliança Cooperativa Internacional solicita ao Comitê Central para designar uma comissão especial para pesquisar as condições em que são aplicados os Princípios de Rochdale nos diversos países e para, eventualmente, os tornar mais precisos”.

No XIV Congresso da ACI, realizado em Londres, a Comissão apresentou um Relatório em que propunha um elenco de sete princípios, quatro dos quais básicos ou obrigatórios, enquanto os três restantes deviam ser encarados mais como métodos de ação e de organização que como verdadeiros princípios. Entre os quatro primeiros, contavam-se: a adesão livre; o controle democrático; o retorno com base nas compras; e o juro limitado ao capital. E entre os três princípios secundários ou recomendados, eram: a neutralidade política e religiosa; a venda à vista; e o desenvolvimento da educação.

Henri Desroche (1988, p. 27) lembra que além desses sete Princípios Cooperativos, quatro outros foram considerados controversos ou

supérfluos, os quais foram: indivisibilidade e inalienabilidade do ativo; comércio exclusivamente com os associados; adesão voluntária; e venda a preço de mercado.

Perante a notória ausência de consenso, o Relatório foi devolvido à Comissão para uma nova reavaliação, de modo a ser novamente apresentado e apreciado pelo XV Congresso da ACI, o qual se realizou na cidade de Paris. Dentre os aspectos que suscitaram dúvidas, alguns eram verdadeiramente nucleares, como aconteceu com a idéia de que os Princípios propostos eram somente adequados para Cooperativas de Consumo.

O XIV Congresso da ACI, segundo Villaseñor (1984, p. 37), passou para a história porque evidenciou a necessidade de um fundamento doutrinal comum no Sistema Cooperativo, mas também porque demonstrou que, ainda que todos fossem iguais, havia nítidas diferenças que não podiam ser deliberadamente cerceadas.

No Congresso de Paris, em 1937, a oposição à fórmula de 1934 esbateu-se. Houve algumas vozes energéticas contra o Princípio da Neutralidade Política, especialmente das delegações da União Soviética e da Grã-Bretanha. Apesar disso e com pequenas alterações em relação à proposta apresentada em 1934, o elenco de Princípios apresentado pela Comissão no Congresso de Paris foi aprovado e recebeu tão somente dois votos contra (WATKINS, 1970, p. 220)

Comentados globalmente o sentido e a repercussão dos Princípios Cooperativos aprovados pelo Congresso da Aliança Cooperativa Internacional, Henri Desroche (1988, p. 30) escreveu:

Durante três dezenas de anos, o Movimento Cooperativo Internacional viverá assim com a base neste septuário mais ou menos normativo. Ter-se-á visto a famosa nomenclatura traduzida em todas as línguas e afixada nas lojas, nas oficinas, nas aldeias ou salas de reuniões de vários continentes. Era cômoda. Sabia-se que era suficientemente elástica para não se formalizar. Simbolizava uma plataforma internacionalista.

Alguns anos após, tem-se a eclosão da Segunda Grande Guerra Mundial, a qual se seguiu uma lenta e dolorosa recuperação mundial e donde resultou uma profunda alteração geopolítica do cenário mundial. Surge então a Guerra Fria, a qual agudizou-se no decurso dos anos cinqüenta. No quadro de

um impetuoso processo de descolonização, novos países surgiram no concerto das nações. Quando a Aliança Cooperativa Internacional chegou ao Congresso de Bournemout, no ano de 1963, um quarto de século já havia decorrido desde o famoso Congresso da ACI, realizado em Paris, parecia ter-se gerado um mundo diferente, alias muito diferente daquele que existira em 1937.

A pressão da realidade sobre os Princípios Cooperativos foi, por isso, naturalmente muito intensa.

Daí, não foi difícil o acolhimento positivo de uma proposta formulada pelo delegado soviético A. P. Klimov, no sentido de o Congresso aprovar uma resolução destinada a instituir uma Comissão encarregada de realizar um amplo estudo e de propor reformulação, se necessário, aos Princípios Cooperativos. No essencial, ela partia da idéia de que se Princípios existentes haviam sido concebidos, condicionados pelo contexto capitalista, quando o Movimento Cooperativo se viera a desenvolver, afinal em diferentes matizes de Sistemas Econômicos (WATKINS, 1970, p. 340-345).

A Comissão deveria resolver quais os Princípios Cooperativos que:

- 1º - conservaram sua atualidade e importância;
  - 2º - devem ser modificados e de que maneira para potenciarem a persecução das tarefas do Movimento Cooperativo; e
  - 3º - perderem a sua importância e serem substituídos por outros
- (WATKINS, 1970, p. 346).

O reexame de toda esta problemática, que assim se levou por diante, incidiu no essencial sobre a perenidade da formulação de Paris, avaliando a sua eficácia, à luz da prática cooperativa, sopesando críticas, sugestões e experiências dos cooperadores dos mais variados países. Para tanto, a Comissão realizou uma ampla consulta a distintas estruturas integradas na Aliança Cooperativa Internacional. Não foi, portanto, uma mera diligência teórica de doutrinadores e especialistas, limitados as suas próprias idéias, mas um árduo trabalho de síntese e de teorização, radicado numa vasta prática, a cujos múltiplos aspectos procurou a Comissão ser sensível (ACI, 1968, p. 8).

No Congresso da ACI, realizado em Viena no ano de 1966, apesar da sua heterogeneidade, a Comissão viria a apresentar um Relatório unanimemente aceito pelos seus membros. Salientando a complexidade da

tarefa que lhe fora atribuída, considerando como necessárias essenciais pela frente os mesmos problemas fundamentais que haviam sido detectados trinta anos antes, embora sob outra forma e com menos urgência, quais sejam:

- 1º - o de manter a autonomia do Movimento Cooperativo perante os Partidos Políticos e os Governos;
- 2º - corrigir a tendência para transigir nos Princípios com o fim de obter vantagens comerciais;
- 3º - tornar claras as diferenças essenciais entre as autênticas cooperativas e outras empresas que imitavam os seus métodos; e
- 4º - sublinhar a necessidade fundamental de manter atualizado o Sistema Democrático e Educativo do Movimento (ACI, 1968, p. 13).

Concluindo os seus comentários introdutórios de enquadramento, a Comissão tentou deixar bem clara a amplitude do Projeto Cooperativo, lembrando que ele não se repercute apenas na esfera limitada dos cooperadores, já que tem também como finalidade promover o progresso e o bem-estar da humanidade. E reforça a importância desta idéia dizendo:

“é este objetivo que diferencia a Cooperativa da empresa econômica comum, e que justifica que seja testada não só do ponto de vista de sua eficiência comercial, mas também pela sua contribuição para os valores sociais e morais que elevam a vida humana acima do que é puramente material e animal” (ACI, 1968, p. 17-18).

E é precisamente nesta atmosfera eminentemente humanista que se radica a recusa da Comissão em estabelecer graus de validade que levem a distinguir entre a energia vinculativa dos vários princípios. Cada um é essencial, tão importante quanto os restantes, de observância obrigatória, permanente e universal (ACI, 1968, p. 18). Deste modo, ficaram fixados, em Viena, em 1966, seis princípios com idêntica força normativa:

- 1º - Adesão livre;
- 2º - Administração democrática;
- 3º - Juros limitado ao capital;
- 4º - Destino dos excedentes;
- 5º - Desenvolvimento da educação; e
- 6º - Intercooperação.

O elenco do que a Aliança Cooperativa Internacional considera serem os Princípios Cooperativos está até a presente data bem determinado. No entanto, não há um verdadeiro consenso universal, mesmo depois do Congresso realizado em Manchester/Inglaterra, quer quanto à sua força normativa, quer quanto ao seu verdadeiro sentido. E a partir daí, por via indireta, acaba por se potenciar a heterogeneidade das posições doutrinárias, tornando-se algo fluido o seu conteúdo e chegando-se a pôr em causa o seu próprio elenco, com a multiplicação das propostas parcelares, sem contudo se conseguir chegar a qualquer alternativa consistente.

Na verdade, grande parte das posições que se diferenciam do conjunto de Princípios adotados e preconizados pela ACI aceitam o seu significado global, os valores e objetivos que os animam, mas contestam a sua formulação ou o plano em que se materializam. Outros, todavia, situam a sua discórdia na não adoção em 1966 de alguns dos Princípios que haviam sido consagrados no Congresso de 1937, ou que já então haviam sido esquecidos, embora fizessem parte do universo rochdaleano.

Fauquet (1949, p.117-118) alertou para os riscos de um economicismo cooperativo, bem como mencionou a necessidade de radicar noutras motivações os Princípios Cooperativos, para acrescentar: “por Princípios Cooperativos entendo não as regras fixadas pelo costume cooperativo, mas os postulados morais de onde essas regras derivam”. A seguir o referido autor, dá a conhecer esses Princípios: “o Movimento Cooperativo, dados os princípios de liberdade, democracia, de responsabilidade pessoal e de entre ajuda que estão na base das suas atividades, tem direitos especiais para afirmar a sua concordância com os solenes apelos ao respeito pela dignidade humana”.

Desse modo, fica implícito nesta posição de que Georges Fauquet não encarava como verdadeiros os Princípios que a Aliança Cooperativa Internacional havia adotado em 1937. Neste, o mesmo via “regras fixadas pelo costume cooperativo”, vindo mais tarde a completar sua proposta quando defendeu que, neste plano se poderiam identificar duas regras fundamentais em correspondência com os dois elementos, um de caráter social e outro econômico, de que é composta qualquer instituição cooperativa. (1949, p. 30)

Portanto, para G. Fauquet, o Sistema Normativo de cooperação era constituído por quatro Princípios, encarados como postulados morais (liberdade, democracia, responsabilidade pessoal e entre ajuda) e por duas Regras, originadas no costume cooperativo (de igualdade e de proporcionalidade).

Em 1976, Maurice Colombain, em um trabalho publicado pela Organização Internacional do Trabalho, retoma a perspectiva de G. Fauquet, que expressamente invoca, quer quanto o sentido à atribuir aos Princípios Cooperativos, quanto ao fato de propor um elenco estruturado a partir da visão dualista do fenômeno cooperativo. Nesse trabalho, M. Colombain propõe que se instituem somente cinco Princípios, sendo dois para a vertente associativa, dois para a vertente empresarial e um vocacionado para potencializar os efeitos dos outros.

Os Princípios de Solidariedade e o de Igualdade (porta aberta ou um homem um voto) seriam para o campo do associativismo. A empresarialidade cooperativa traduzia-se, por seu lado, no Princípio da Gestão de Serviço (base moral que a distingue da empresa com fim lucrativo) e no da Eqüidade (proporcionalidade). Como cimento para o arcabouço final e também dinamizador do sistema, propunha o Princípio do Desenvolvimento da Educação.

Maurice Colombain não defendia que este Princípio fosse uma condição básica de adesão para a ACI, e sim, uma condição de boa aplicação dos outros quatro Princípios enumerados. Disto não se deve inferir a sua subalternidade, já que para ele a educação e cultura cooperativa mais que meras condições de prosperidade, são o contexto que permite a fecundidade dos outros Princípios (1976, p. 15-17).

É uma perspectiva claramente consoante com a visão rochdaleana do cooperativismo, que Colombain situa na “revolta lúcida e refletida contra a economia do lucro e a dominação social” (1984, p. 18). É numa síntese conclusiva na qual procura mostrar essa consonância escrevendo:

na aventura dos Pioneiros, havia a ambição, de uma ação solidária (1º Princípio) e de um esforço de aperfeiçoamento humano (5º Princípio), de criar um regime econômico e social sem exploração (3º Princípio), onde os homens fruirão direitos iguais e terão obrigações iguais (2º Princípio), partilhando eqüitativamente (4º Princípio) os encargos e os resultados da atividade comum. (1976, p. 18)

No Colóquio de Liège realizado em março de 1966, por iniciativa do *Institut des Études Coopératives de Paris*, Roger Saint-Alary apresentou o significativo relatório sobre “Problemas e Dificuldades de Aplicação das Regras de Rochdale nos Diferentes Movimentos e para cada Forma de Cooperação”. Propôs que esses Princípios se desdobrassem em dois grandes grupos:

A - Regras de Autenticidade Cooperativa e

B - Regras de Política Cooperativa.

Entre as primeiras incluiu o controle democrático, a repartição dos excedentes de acordo com o volume das operações, o juro limitado ao capital, a adesão livre e a dupla qualidade. Entre as segundas, referiu-se à neutralidade política e religiosa, à integração e ao estímulo à educação.

Na sua exposição Saint-Alary, avaliou o grau de aceitação das diversas regras mencionadas, tendo excluído, pelo fato de considerar totalmente ultrapassado, o Princípio relativo à “aquisição dos bens, a dinheiro e à vista”. Procurou hierarquizar a sua importância, de modo a contribuir para que o Congresso da ACI, que se realizaria em Viena meses depois, não cortasse ou suprimisse nada de essencial. Em última instância, concluía, sustentando que antes de tudo devia valorizar-se o Princípio do Controle Democrático, porque era ele que se constituía no denominador comum de todas as cooperativas. (1967, p. 353-379)

Durante o debate no Colóquio de Liège, acerca do Relatório apresentado por Roger Saint-Alary, George Lassarre defendeu a existência de quatro categorias de Princípios. Num plano superior ao de todas as outras colocou “a noção de dupla qualidade de membro e de utente”, por entender que ela era “a própria definição da cooperação”, devendo ser “o próprio corpo da empresa cooperativa”. Depois, no plano imediato, situou “o Princípio da Autenticidade Cooperativa” que “deviam ser juridicamente aplicáveis”. No terceiro nível, incluiu “deveres imperiosos”, dentre os quais citou a educação, a solidariedade, a integração e a informação aos associados. Na última categoria de Princípios, ele integrou o que denominou de “conselhos”, de natureza igual à dos Princípios não obrigatórios propostos no Congresso de 1937.

Uma perspectiva crítica à formulação de 1937 que mais cedo adquiriu consistência foi a do Sacerdote Católico Felipe Blais, a partir de



Quebec/Canadá, que na década seguinte difundiu a sua visão dos Princípios Cooperativos, especialmente no meio das Caixas de Crédito Popular (Bancos Cooperativos). Dividiu-os em três blocos. A Educação, por si só, corresponderia ao primeiro. No segundo, situou os Princípios de Base, sem cujo cumprimento nenhuma organização cooperativa poderia ser considerada como tal (adesão livre, controle democrático, juros módicos ao capital e o do retorno das sobras aos associados). No terceiro, incluiu os métodos cooperativos (neutralidade; aquisição de bens a dinheiro e à vista e o da integração). (1984, p. 79-80)

Esta visão crítica era como Blais via no essencial, a defesa da conservação de todos os Princípios Rochdaleanos mais ou menos difundidos no Movimento Cooperativo e da sua repartição em três blocos. A Filosofia Rochdaleana não foi realmente posta em causa.

Menos pressa à formulação da ACI, foi à posição do cooperativista norte americano Emory Bogardus, que, sem se demarcar da linha tradicional de Rochdale, optou por um elenco de pendor claramente mais abstrato e mais estruturante. Sustentou a importância de sete princípios: democracia, voluntariedade, autonomia, equidade, mutualidade, universalidade e evolução. Para além destes Princípios, E. Bogardus destacou a importância da educação que encarou, no entanto, como uma categoria diferente, já que se refere principalmente aos métodos que devem aplicar-se para pôr em prática os sete Princípios. (1958, p. 20)

Em "*Co-operative Principles – today & tomorrow*", W. Watkins adota uma abordagem muito semelhante à de E. Bogardus. Destacando bem a diferença entre as Regras de Rochdale, cujo valor aliás salienta, e os verdadeiros Princípios Cooperativos, defendendo a existência de seis, os quais considera essenciais: associação ou unidade, economia, democracia, equidade, liberdade e educação. A este conjunto de Princípios, W. Watkins acrescenta o Princípio da Responsabilidade ou Função que considerava implicitamente consagrado pela prática cooperativa à qual é indispensável (WATKINS, 1986, p. 14 - 25).

Também uma perspectiva digna de menção é a do belga Rodolfo Rezsohazy, que articula métodos e Princípios numa ótica diferente da habitual e que adota como eixo de sua proposta o Princípio do Auto-emprego. (1984, p. 101 -152)

Na verdade para ele, os Princípios são fatores de fecundidade e de eficácia do Método Cooperativo e entre os que o orientam inclui: auto-emprego, democracia, liberdade, propriedade, retribuição, auto-planificação e educação. Porém, nem todos os Princípios estavam no mesmo plano. O auto emprego para ele era o Princípio fundamental, de onde derivavam todos os outros valores do Sistema Cooperativo. Em virtude deste, podia-se considerar a Empresa Cooperativa como uma organização na qual os seus membros são, ao mesmo tempo, empresários e utentes ou trabalhadores, e onde os fins podem ser os de criar, procurar ou oferecer bens de serviço ou de crédito. Entre os outros Princípios, o da Educação lhe é atribuído um especial relevo (REZSOHAZY, 1984, p. 115 e ss).

Para Rezsóhazy (1984, p. 114), Método Cooperativo é “um conjunto de técnicas orientadas para traduzir em fatos os objetivos de uma doutrina social”. Propondo um repensar à luz da realidade cooperativa, um reexame radical das suas perspectivas, o cooperativista espanhol Joaquim Mateo Blanco reflete em torno dos valores e dos princípios: “de cada Princípio derivam os valores, ou melhor, a cada valor corresponde um Princípio, ainda que haja valores que não estejam expressos”. (1988, p. 71)

Tomando como ponto de referência os Princípios aprovados pela ACI em 1966 no Congresso de Viana, para aqueles Princípios, Mateo Blanco estabeleceu um enunciado de valores a que cada um deles corresponde.

A título de exemplo, eis alguns dos valores que para Mateo Blanco (1988, p. 71) correspondem a cada um dos seis Princípios:

- |                      |   |
|----------------------|---|
| - Adesão Livre       | justiça e<br>solidariedade;                                   |
| - Gestão Democrática | democracia,<br>participação,<br>igualdade e<br>liberdade;     |
| - Juro Limitado      | antiusura,<br>Generosidade,<br>fraternidade e<br>ajuda mútua; |

- Distribuição das Sobras      companheirismo,  
apoio mútuo,  
auto-exigência,  
supressão das classes e  
criação do empresário trabalhador;
- Estímulo à Educação      aspiração do saber,  
aperfeiçoamento pessoal e técnico,  
acesso à cultura e  
proselitismo;
- Intercooperação      planetarismo,  
humanismo,  
utopia,  
movimento,  
desejo de alterar as estruturas  
sociais,  
domínio cooperativo da economia.

E procurando fundir o essencial desses valores numa síntese que assinale o verdadeiro horizonte cooperativo, Mateo Blanco (1988, p. 71) escreveu:

a aspiração coletiva a uma vida melhor, à felicidade e à justiça, ao aperfeiçoamento das estruturas sócio-econômicas, ao estabelecimento de novos estilos de vida e relação, à paz, à defesa da natureza, à sede inextinguível de saber e de melhoria do ser humano, um novo humanismo cooperativo, são definitivamente os valores que se encerram nas aspirações que integravam as intenções dos Pioneiros, dos reformadores sociais do Século XIX, no momento crucial da aparição das cooperativas, e em certo sentido devem levar-nos a completar a mensagem rochdaleana com os contributos posteriores dos cristãos sociais, de Raiffeisen, da Doutrina Social da Igreja e de outros diversos esforços procedentes das mais diversas origens como pode acontecer com o Gandismo Hindu ou com o ecologismo não politizado.

Para além do seu conteúdo e do seu mérito intrínseco, esta perspectiva, enraizada na idéia de que cada Princípio traduz uma síntese de valores, em vez de sustentar que cada valor se materializa num leque de Princípios, corresponde a uma via de esclarecimento fecunda que haverá de ser explorada. Na verdade, as respostas de sentido inverso, por mais aliciantes que

possam parecer, deixam por equacionar sequer o problema da sua aplicabilidade prática. Esta se mostra, à partida, em melhores condições para o enfrentar, até porque não abandona o plano já testado dos Princípios aprovados no Congresso da ACI em 1966.

Em um artigo publicado em 1966, pouco antes do Congresso da ACI em Viena, Sérvulo Correia (1966, p. 137), tratadista de origem portuguesa, considerou superados os Princípios de Rochdale, propondo a sua substituição por um conjunto de princípios Gerais da Cooperação. Entendia ele, que esses eram os elementos específicos da cooperatividade, sublinhando que, uma vez “normatizados num estatuto jurídico, deveriam estes assumir o caráter de Princípios Gerais de Direito em matéria de cooperação”. Destacou quatro: o da solidariedade ativa; o da igualdade; o da empresa de serviços mútuos; e o da ação educativa.

Do próprio elenco e no conteúdo dos Princípios propostos, pode-se notar a influência de M. Colombain. Ao explicar o sentido do Princípio da Empresa de Serviços Mútuos, Sérvulo Correia lembra que:

certos autores, na esteira de Fauquet, qualificam a Empresa Cooperativa como uma empresa de serviços, pois que a prestar serviços aos empresários se destina, contrapondo-a deste modo à empresa capitalista, empresa de lucro, isto é, que se consagra à obtenção de um lucro a repartir pelos empresários. (1966, p. 143)

Mais tarde, quando os Princípios Cooperativos saíram do Congresso de Viena, Sérvulo Correia revelou-se próximo as posições assumidas pelo mesmo.

Recordem-se dois exemplos. Primeiro, Paul Lambert, quando sustentou que deviam ser incluídos entre os Princípios de Rochdale, além do elenco da formulação de 1937:

“a pureza e qualidade dos produtos; a venda ao preço de mercado; a adesão voluntária; a devolução desinteressada do ativo líquido, em caso de dissolução da sociedade; a atividade dirigida a servir o interesse dos seus membros; e a aspiração de conquistar e cooperativizar a organização econômica e social do mundo”. (1975, p. 57)

Quanto à importância relativa dos vários Princípios, Lambert (1975, p. 58) destacou o Princípio da Democracia como o fundamental da cooperação, por permitir distinguir a empresa cooperativa da capitalista e ser aplicável a todos os ramos.

Não divergiram muito desta posição Alicia e Bernardo Drimer, ao acrescentarem os seguintes Princípios aos da Reformulação de 1966:

o da neutralidade política e religiosa; o da venda a pronto pagamento; o da pureza e exatidão no peso e medida dos produtos; o da realização de operações exclusivamente com os associados; o da venda a preços correntes ou de mercado; o do destino desinteressado do saldo patrimonial no caso de dissolução da cooperativa; o da expansão constante; e o da coincidência com os interesses gerais da comunidade. (1975, p. 131 ss)

O cooperativista alemão Hans Münkner (1986, p. 11 ss), brinda-nos com uma proposta extremamente rica nas virtualidades de irradiação conceitual. Ele parte da existência de um sistema de idéias, no qual se pode detectar três áreas, conjugadas entre si harmonicamente e repartidas em dois planos que se articulam entre si. Deste modo, o Sistema Cooperativo estaria integrado por uma área de idéias gerais, outra de Princípios Cooperativos e uma terceira de métodos cooperativos práticos.

É na interpenetração das duas primeiras que são gerados os verdadeiros Princípios Cooperativos, ou em outras palavras, a força e a realidade dos Princípios prendem-se com as idéias básicas em que os mesmos se assentam.

Münkner (1986, p. 14 - 19) enuncia como idéias gerais: “a autopromoção; a solidariedade; a democracia; a economia; a liberdade; a equidade, o altruísmo e o avanço social”. Estas idéias materializam-se num conjunto de princípios que as refletem de uma maneira nítida e intensa. A autopromoção e a solidariedade impregnam diretamente três Princípios, a saber: “autopromoção baseada na solidariedade; promoção dos interesses econômicos dos aderentes através das relações especiais de serviço entre as empresas ou as famílias dos aderentes e a empresa cooperativa, e a identidade de proprietários, clientes e usuários da empresa cooperativa”. À idéia de democracia corresponde a “administração e controle democráticos”; à de economia, a “eficácia econômica

da empresa cooperativa, avaliada pelos efeitos na promoção... dos membros”. A idéia de liberdade combina com os Princípios da “adesão livre” e de “gestão democrática”. Por seu turno, o da equidade corresponde ao Princípio da “distribuição das sobras”, enquanto que o do altruísmo se prende ao da “ativa cooperação entre as cooperativas, nos planos local, nacional e internacional”. Por último, a idéia de avanço social liga-se à “promoção da educação”.

Hans Münkner enumera quatro dezenas de métodos práticos cooperativos, referenciados por grupos a cada um dos princípios. Por exemplo, o Método “um homem um voto” estaria ligado ao Princípio da Administração Democrática; o das “transações com terceiros não membros em caso de necessidade” relaciona-se diretamente com a Eficácia Econômica; o método da “remuneração estritamente limitada ao capital investido” com o Princípio da Distribuição das Sobras.

Nenhuma das áreas em causa se pode verdadeiramente subalternizar pois, os Princípios Cooperativos constituem um Sistema de idéias abstratas deduzidas pelos cooperadores das suas próprias experiências práticas. Para o cidadão médio é, no entanto, difícil, ou mesmo impossível, utilizar essas idéias abstratas como linhas de orientação para ações concretas como cooperador. Isto ocorre porque os cooperadores estão interessados, em primeiro lugar, em conhecer os métodos de ação, as políticas e as regras práticas que estão conforme os Princípios Cooperativos. As regras práticas variam segundo as necessidades, as condições sociais, econômicas e políticas existentes. (MÜNKNER, 1986, p. 21)

Na verdade, como afirmou Münkner (1986, p. 91): “essas idéias revelaram-se no passado como as linhas orientadoras mais apropriadas para aqueles que prosseguiram o objetivo de criar organizações eficazes de autopromoção baseadas na solidariedade dos seus aderentes”.

Mas é o conjunto que dá a exata medida da sua importância, do seu significado e da sua eficácia:

são esses Princípios no seu conjunto que constituem o conceito de base da ação cooperativa. Não é possível considerar esses Princípios como idéias isoladas que podem ser estruturadas independentemente uma das outras. Devem antes se considerar como integrando um sistema de idéias, no qual cada Princípio individual é completado e/ou limitado pelos

outros e assume por isso um conteúdo específico como Princípio Cooperativo (Münkner, 1986, p. 91).

Esta diversidade de perspectivas sobre os Princípios Cooperativos mostra bem a fluidez e a importância da área em causa, além de evidenciar os aspectos nucleares de um problema e os mais importantes eixos de um debate.

Da controvérsia em torno dos Princípios Cooperativos, ativada na década de trinta, resultou a sedimentação, ao longo do tempo, de um conjunto de argumentos críticos que sustentavam a caducidade desses Princípios, os quais evoluíram em torno de quatro vertentes ou eixos.

A partir do primeiro, eles são vistos como respostas a um tipo de capitalismo liberal que há muito deixou de existir, conforme Saint-Alary (1967, p. 350). Num eixo temático não muito distante do anterior são encarados como produto de um contexto europeu, de uma cultura social e tecnologicamente específica, o que os torna inadaptáveis a realidades sociais diferentes. Noutros casos, alega-se a sua impregnação pela lógica de um só dos ramos, qual seja o do consumo, o que tolhe a sua vigência fora dele segundo Colombain (1976, p. 07). Por fim, salienta-se o enraizamento dos Princípios de Rochdale nas cooperativas de 1º Grau (Singulares), o que suscitaria a sua inaplicabilidade às de grau superior, conforme os tratadistas Rosembuj (1988, p. 76) e Böök (1992, p. 234).

Neste tipo de trabalho, não cabe uma apreciação crítica detalhada deste conjunto de argumentos quer por ser talvez a síntese daquilo a que a ACI tem procurado responder ao longo do processo de reforma dos mesmos, sendo por isso ilusório ou prematuro escarpelizá-los em profundidade, quer porque muito do que poderia ser dito acabará por ressaltar, indiretamente, o que vai ser escrito. Mas podem, apesar disto, ser tecidas algumas considerações genéricas, que ajudem a fazer uma idéia mais clara do que esta em causa.

Saliente-se que alguns dos argumentos mais comuns, entre os que sustentam a caducidade dos Princípios de Rochdale, partem de uma visão incompleta da realidade ou valorizam acriticamente as aparências.

Deve-se recordar que os Princípios Cooperativos, atualmente reconhecidos pela ACI, estão longe de ser uma reprodução fixista e acrílica de

qualquer conjunto de regras produzidas em Rochdale no Século XIX. Na verdade, quer nos anos trinta, nos anos sessenta e nos anos noventa do Século XX, a tradição de Rochdale passou pelo crivo de três exigentes processos de reexame e reflexão. Como se pode depreender, qualquer dos três processos esteve longe de traduzir uma visão limitada e unilateral. E mais do que isso, somente no termo do primeiro deles, em 1937, é que verdadeiramente se passou a dispor de uma listagem formal dos Princípios Cooperativos, devidamente reconhecida como tal.

Desse modo, tudo o que, sendo originário de Rochdale, ainda hoje subsiste, foi considerado atual, quer em 1937, quer em 1966, quer em 1995. Nestes três processos, repercutiram-se experiências de muitas cooperativas exteriores ao Ramo do Consumo e participaram Movimentos de todos os continentes. Os cooperativistas que os lideraram tinham origens diversificadas e não se circunscreveram ao mero conjugar de elaborações teóricas. Houve uma significativa auscultação dos Movimentos Cooperativos, cujos resultados contribuíram para as formulações que vieram a ser adotadas.

Portanto, o que verdadeiramente está em causa é saber-se como pôde resistir a mais de um século e meio o essencial da proposta dos Pobros Pioneiros de Rochdale, tendo-se estendido, ainda por cima, a todos os ramos e bem como alargado a sua esfera de ação por todo o mundo.

Conforme Watkins (1986, p. 12) uma resposta a esta questão implica uma avaliação global do período fundador do cooperativismo moderno. Mas o que aqui importa salientar é que a durabilidade dos Princípios em causa aconselha grande prudência na sua reformulação. Como sublinhou o mesmo autor, as Regras de Rochdale foram não apenas objeto de sucessivos debates, mas foram também submetidas a mais de um século e meio de experiências práticas, tendo revelado claramente as suas virtudes e tornado evidentes os riscos inerentes ao seu abandono precipitado.

Já se pode observar que ela era, em primeiro lugar, flexível, dado ter atravessado três exigentes reformulações, sem se descaracterizar, sem perder o cerne da sua identidade.

Basta reparar, por exemplo, como Maurice Colombain, em seu artigo “*Dês Règles de Rochdale aux Principes de la Cooperatiòn*”, publicado em 1976 na



Revista Informations Coopératives, embora mostre que os Princípios adotados pela ACI em 1937, nem reproduzem todos os originários de Rochdale, nem a eles se limitam, não põe em causa a matriz rochdaleana da formulação da ACI.

Em segundo lugar, como resulta dos seus próprios estatutos, a Cooperativa dos Pobros Pioneiros de Rochdale foi concebida, a partir de um Projeto Cooperativo polivalente e integrado, embora na prática tenha funcionado principalmente a cooperação de consumo, tendo daí advinda quase toda a sua notoriedade. Ou seja, os Princípios implícitos no projeto inicial eram componentes de um projeto cooperativo global e não de um projeto para uma Cooperativa de Consumo.

Na verdade, pode-se depreender, que estão em confronto duas leituras da Saga dos Pioneiros. Uma isola a sua prática cooperativa na área de consumo que, predominantemente ancorou os Princípios numa espécie de circuito fechado. Outra insere a prática dos Tecelões de Rochdale no seu próprio projeto, no qual ressoa ainda o utopismo owenista e o encara num contexto global de emergência do movimento operário assim como procura compreender os Princípios no quadro desta visão de conjunto.

Em terceiro lugar, a experiência de Rochdale não foi apenas uma construção de fundadores iluminados. A sua indesmentível criatividade foi alimentada pelas experiências falhadas de muitas iniciativas congêneres precedentes. Alertados para o risco inerente a vários caminhos seguidos, souberam escolher o que se viria a mostrar como o mais fecundo. Ao sentido global e estratégico que os animava, somaram-se diversos tipos de problemas práticos que tiveram que evitar.

Conforme citar Fauquet (1949, p. 24), por exemplo, como fracasso do surto de cooperativismo owenista, na Inglaterra, nos anos trinta do Século XIX, contribui para a afirmação dos Princípios da Adesão Livre (porta aberta), do Retorno pro-rata das Operações e o das Vendas a Dinheiro (pronto pagamento), em contraponto as experiências fracassadas. De fato, as cooperativas owenistas eram fechadas, não praticavam o retorno e administravam a venda a crédito.

Por fim, os Princípios de Rochdale inscreviam-se numa dinâmica social de superação do capitalismo no seu todo e era essa lógica profunda que incorporavam. Traduziam também, é certo, críticas a aspectos pontuais,

respostas a acertos conjunturais do sistema, ânimo para enfrentar questões particulares, mas estavam impregnados por valores diferentes dos que legitimavam o capitalismo. Globalmente, essencialmente, não refletiam uma imagem positiva do capitalismo, não aderiram à sua lógica.

Mesmo que esta lógica extra-capitalista não seja subjetivamente assumida por todos os cooperadores, ela impregna objetivamente o sentido da prática cooperativa. Entre outras vozes convergentes, pode-se recorrer a Georges Lasserre (1967, p. 295) “a concepção cooperativa da empresa é, em primeiro lugar, uma recusa radical do capitalismo, de qualquer privilégio ou soberania aos detentores de títulos de capital enquanto tais”. Ou como também se expressou Roger Ramaekers (1985, p. 252) ao afirmar no mesmo sentido, que nas cooperativas “a detenção do capital não é a fonte de poder, nem de lucro”, também acrescentou que “o projeto cooperativo é um projeto de contra-sociedade, anticapitalista e anti-estatista”.

Parece, pois, poder relativizar-se a consistência dos eixos críticos que sustentam a caducidade dos Princípios Cooperativos, em virtude de os ligarem a uma fase inicial do capitalismo, bem como dos que os consideram excessivamente presos à lógica da cooperação de consumo. Do mesmo modo, também não é convincente o contraponto entre um conjunto normativo novecentista de que os Princípios seriam uma espiral evolutiva da sociedade que irremediavelmente o tornaria caduco, já que se pode verificar que o conjunto normativo, em causa, foi atualizado por três vezes no Século XX. Todavia, revelam-se como questões mais consistentes as que giram em torno da problemática dos Princípios nas cooperativas que não de primeiro grau e das dificuldades de adequação em contextos culturais extra-europeus, marcados por um significativo atraso de cunho econômico.

Uma visão muito próxima da que acaba de se expor, vamos encontrar também no ponto de vista de Georges Lasserre em um texto apresentado pelo mesmo durante o Colóquio de Liège, em 1966, sob o título “Significado Econômico e Moral das Regras de Rochdale”. No entanto, mais importante e esclarecedor, é seguir no pensamento deste autor, pois é na abordagem que o mesmo apresenta os Princípios Cooperativos, fundamentalmente, como resposta às práticas anticooperativas consideradas

como as a serem mais importante a serem proscritas. É que com extrema simplicidade estar-se-á, talvez, desse modo, a identificar o cerne dos objetivos perseguidos, o verdadeiro sentido dos Princípios Cooperativos.

Lasserre (1965, p. 426) elege como objetivo primordial “tapar todas as fissuras por onde o lucro capitalista ou de intermediários possa insinuar-se numa cooperativa”, para o que enumera “um certo número de práticas claramente anticooperativas que devem ser claramente condenadas”, podendo as entidades prevaricadoras perder o direito de se assumirem como cooperativas e de aderirem às respectivas cooperativas de graus superiores. Este também enumera, quatro tipos de comportamento anticooperativos, a saber: “benefícios atribuídos ao capital para além de um juro normal”; “voto proporcional ao capital”; “número de membros inextensível”; e “partes susceptíveis de serem cedidas com mais-valia para os societários”.

Também numa perspectiva convergente com a de G. Lasserre, tem-se a do cooperativista belga Roger Ramaekers (1985, p. 244), o qual ainda aproxima-se mais do essencial, quando sustenta de que “a cooperação é uma prática que põe em causa não só o fundamento, mas também o exercício do poder económico e a devolução do lucro, tal como eles existem habitualmente na grande maioria das empresas privadas e públicas”.

Na verdade, ficar-se-á longe de uma compreensão plena da problemática gerada pelos Princípios Cooperativos. Dificilmente se pode percorrer com segurança o caminho para os reformar ou readaptar, se não é dada a importância devida aos seus objetivos, aos fins que verdadeiramente lhes dão sentido.

Não é difícil poder constatar que se tem privilegiado outras linhas de pesquisa. Ou se têm conduzido os processos de reflexão em torno de uma análise textual que procura com minúcia detectar-lhes o conteúdo, aquilo que na verdade dizem, ou se têm questionado a sua qualidade, o tipo de normatividade que incorporam, o seu grau de relevância prática; ou se tem procurado, depois de reduzir a regras práticas o contributo de Rochdale, retirar daí os valores de que foram expressão, para então radicar a identidade cooperativa, numa operação conceitual em circuito fechado. Nesta perspectiva, há uma certa ilusão de neutralidade perante as forças sociais e as opções político-ideológicas que se

confrontam, como se de uma fenomenologia cooperativa fechada sobre si própria fosse possível extrair a imagem nítida dos valores últimos.

Todavia, o que verdadeiramente pode situar adequadamente os Princípios Cooperativos é a clarificação do objetivo global que os suscitou e os objetivos parcelares que estiveram por trás de cada um deles.

Este exame do sentido dos Princípios Cooperativos somente poderá ser fecundo, se eles forem encarados como aspectos de uma afirmação social que se manifestou no quadro de uma perspectiva de combate e de emancipação, em face do capitalismo. Porém, não se deve esquecer o que o anticapitalismo da cooperatividade não pode ser entendido como uma batalha política ou mesmo ideológica, assumida explícita e conscientemente por todos os cooperadores, ou sequer por todos os seguimentos da cooperação. O mesmo tem, fundamentalmente, de ser encarado como uma marca genética estruturante da origem e da prática cooperativa. Esta identidade íntima do cooperativismo não tem a mesma força em todos os ramos, em todas as conjunturas, em todos os países, podendo mesmo diversificar-se no âmbito de cooperativas idênticas. Uma das suas expressões mais notórias é, precisamente, a formulação de tradição rochdaleana dos Princípios Cooperativos.

Em síntese, o sentido dos Princípios Cooperativos é o de instruírem o quadro de uma resistência ao capitalismo, a alguns de seus aspectos ou a algumas das suas conseqüências, que se materializarão numa atividade de tipo empresarial, exercida em consonância com a tradição democrática do movimento operário, de modo a suscitar uma lógica não lucrativa, subalternizando assim o papel do capital em busca de uma relação aberta com a sociedade, que exclua a indiferença perante os seus problemas gerais.

Na apreciação das vias de reformas possíveis, não se deve começar por uma avaliação de desajustamentos e imperfeições pontuais, ou por lhes questionar o nível de normatividade. Sem esquecer essas questões, é preciso inicialmente saber se o cooperativismo pretende manter a sua herança genética anticapitalista ou se vai render-se completamente à lógica do sistema, deixando de lhe resistir. No decorrer das controvérsias ao longo dos discursos doutrinários, esta dicotomia não se revela, normalmente, com tanta clareza. O fundo da

questão, que aqui se procurou tornar mais ostensivo, é muitas vezes oculto sob problemas parcelares.

A partir deste ponto, dever-se-á ver se a manutenção da cooperatividade pode harmonizar-se com um maior protagonismo do capital, bem como se a fidelidade à matriz cooperativa é compatível com a ruptura das regras democráticas, ou com o indiferentismo social. Por outro lado, há que reconhecer que paira a sombra de um dilema, como lapidarmente afirmou o cooperativista italiano Walter Briganti (1988, p. 34): “quanto mais a empresa cooperativa se aproxima da empresa capitalista à procura de eficácia, maior é o risco de perda da sua especificidade ou identidade; e quanto mais se tente manter a sua especificidade a sua origem histórica mais deixa de se desenvolver a sua eficácia”.

Para alguns autores tais como Rosembuj (1988, p. 72) e Böök (1992, p. 224), o cooperativismo tem de se adaptar a uma evolução, em que o capitalismo se revela como um caminho cada dia mais triunfante. Porém, há outras vozes, aparentemente menos realistas, mas eventualmente mais sutis ou menos sensíveis à superfícies dos fenômenos, que vêem as coisas de outro modo.

Segundo escreveu Aranzadi (1988, p. 25)

estamos, portanto, num momento histórico em que, além da legitimidade dos valores cooperativos, que temos querido defender nos últimos anos, hoje as empresas capitalistas estão a recorrer para sobreviver ao incremento da importância dos valores. Daí que considere que não só devemos perder a fé nos nossos valores, mas temos de os potenciar. Enquanto outros os estão procurando, seria triste que nós abandonássemos a essência desses princípios.

Este relevo atribuído ao sentido geral dos Princípios vem sublinhar uma idéia base da formulação do Congresso de 1966, qual seja, “os Princípios Cooperativos formam um sistema e são inseparáveis” (ACI, 1968, p. 62), apoiando-se e reforçando-se uns aos outros. Portanto, pode ser extremamente melindroso equacionar qualquer alteração num dos Princípios sem avaliar a sua repercussão no sistema como um todo e na aplicação de cada um dos outros.

Todas as evidências nos levam à lógica de que, em Viena em 1966, a ACI abandonou a existência de dois níveis no conjunto dos Princípios quanto à

força vinculativa. Foi propositadamente afastada qualquer hierarquia que implicasse graus de obrigatoriedade diferenciados. Porém, por outro lado, não se deve concluir, no entanto, que a paisagem deste sistema de regras é rigidamente uniforme. Pelo contrário, a importância relativa dos Princípios Cooperativos é, não apenas variável de ramo para ramo, como de conjuntura para conjuntura. No seu todo eles estão articulados, mas não ocupam posições relativas forçosamente estáveis.

Um problema que permanece em aberto, nem sempre explicitamente equacionado, é o da sua qualificação em sede pré-jurídica, da sua caracterização lógica. É um problema de contornos aparentemente fluidos, mas cuja solução pode contribuir para lhes clarificar o conteúdo e aguçar o sentido, abrindo caminho a uma qualificação jurídica não artificial, nem constrangedora da prática cooperativa.

Num primeiro plano, o problema evoluiu em torno de três conceitos básicos que entre si se articulam, ora tendendo a completar-se, ora parecendo competir entre si. Conforme Böök (1992, p. 11 e ss), Lasserre (1965, p. 339) e Watkins (1986, p. 10), trata-se dos conceitos de “princípios”, de “valor” e de “regras”. Na verdade, o âmago da questão está em saber se a mensagem de Rochdale é um feixe de regras, um leque de princípios ou um repositório de valores, tendo estes uma conexão mais forte com a ética e a configuração mais abstrata, em contrapartida têm as primeiras maior proximidade com o quotidiano e o compromisso mais direto com a eficácia prática.

Como se pode constatar, ao percorrer-se as posições de vários autores sobre o elenco e o conteúdo dos Princípios Cooperativos, há uma significativa variedade entre elas. Não somente optam diversificadamente para cada um dos três conceitos referidos como apresentam propostas em que eles aparecem às vezes, conjugados; simultaneamente, variam muito o grau de fidelidade quanto às formulações emanadas pela ACI. A fidelidade pode ser avaliada a partir de dois parâmetros: qualificação das normas da ACI e respectivo conteúdo. Em qualquer dos casos é possível detectar vários graus de fidelidade à proposta da ACI.

Este ângulo de análise dos Princípios Cooperativos ganhou especial importância a partir da linha de reflexão proposta por Georges Fauquet,

posteriormente desenvolvida e aperfeiçoada, entre outros, por Maurice Colombain e Georges Lasserre.

Lasserre procurou fundamentar, sugestivamente, a sua preferência pela qualificação como regras, e não como princípios, da proposta de Rochdale, sustentando que: “um Princípio é uma afirmação fundamental de ciência ou de moral, de onde decorrem, por uma conexão lógica, quer uma série de leis científicas, quer um conjunto de regras de conduta, de equidade, de direito. As Regras de Rochdale não são princípios”. Já para Fauquet, princípios não são regras fixadas pelo costume cooperativo, mas os postulados morais de onde essas regras derivam.

Em concreto, transparece das colocações dos diversos autores ao longo do debate de que a problemática em análise se desdobra em duas vertentes, a saber:

- a - quanto às formulações da ACI, discute-se se são princípios ou regras;
- b - quanto ao futuro, o debate envolve, além dos princípios e das regras, os valores da cooperatividade, assim como o tipo e grau de conjugação que deverão ter numa futura formulação e a sua textualização adequada.

Mirando para a formulação da Aliança Cooperativa Internacional de 1966 e confrontando-a com os conceitos de princípios, regras e valor, adotados por distintos dicionários, inclusive filosóficos, consta-se ser grande a dificuldade em atingir uma posição pacificamente consensual, de tal modo é muito difícil fazer corresponder o texto da ACI aos distintos conceitos de regra ou princípio, assim como conceber como poderia vir a assumir, no futuro, a exclusiva qualidade de repositório de valores.

Será mais cauto ver no texto de 1966 da ACI um conjunto de fórmulas normativas que, a correspondência a um conjunto de princípios, os quais incorporam implicitamente os valores básicos da cooperatividade e explicitam as regras consideradas como indispensáveis para a salva-guarda dos objetivos a que se dirigem.

Desse modo, deve-se distinguir bem o plano do debate de idéias e da reflexão em torno delas, no qual tem todo o cabimento pensar conjugadamente

em valores, princípios e regras de atuação, do plano da textualização final, em que se trata de alcançar uma fórmula capaz de traduzir a combinação ideal dos três vetores.

O perfil de regras de atuação prática e dos valores é bem mais fácil de fixar que o dos princípios. Eventualmente, os valores tenderão a transcender o espaço cooperativo, sendo apenas específica a sua combinação. Os princípios serão uma concretização específica de valores, circunscritos à zona da cooperatividade.

Watkins (1986, p.7), um dos cooperadores mais proeminentes de nossos tempos, em um de seus últimos livros, efetuou um importante aporte, quando referiu-se aos Princípios Cooperativos no presente e no futuro. Depois de pontualizar que qualquer posição pode constituir-se em uma questão de princípios se não estivermos dispostos a pactuar sobre a mesma, chegando a afirmar que os Princípios formulados e referendados pela ACI:

deveriam ser mais apropriadamente serem denominados de Regras Práticas que, aplicadas eficientemente e de boa fé, assegurariam de que uma entidade preservará o seu caráter cooperativo e, se não for exitosa em suas operações, pelo menos evitará algumas das causas mais comuns de fracasso.

Reforçando as suas idéias, agrega o autor britânico de que deva ser feita uma distinção entre Regras e Práticas por um lado e Princípios por outro. As Regras Práticas podem tanto ser convenções e usos, assim como as reformulações estritas e precisas nos Estatutos Sociais, são métodos mediante os quais os Princípios são praticados, e estão sujeitos a variações de acordo com o tempo e as circunstâncias. (1986, p. 9)

Então para Watkins (1986, p. 13), os Princípios são: “as idéias gerais que inspiram e governam a aplicação da técnica cooperativa de organização social” e agrega que “essas idéias resultam de uma argumentação indutiva a partir da experiência de realidades sociais fundamentais e universais”. Os Princípios são comuns a todas as formas de cooperação em todos os lugares e em todos os tempos. Sua observância efetiva é a prova do caráter genuíno das instituições cooperativas e a garantia de uma eficiente prática cooperativa.



Os Princípios integram os Estatutos da ACI, vindo a assumir-se como critério de autenticidade cooperativa que acabava por distinguir entre as entidades que poderiam e as que não poderiam ser admitidas na organização. Em segundo lugar, numa valência que em muitas circunstâncias apenas dificilmente se distingue da anterior, eles funcionaram, no interior de alguns Movimentos Cooperativos, como diretivas económicas, técnico-administrativas ou políticas, como uma função de orientação. Esta função dos Princípios é especialmente relevante em contextos cooperativos pouco desenvolvidos, como o caso da África.

Em terceiro lugar, um processo diversificado, inspirou diversos legisladores nacionais, haja vista terem concebido o Regime Jurídico das Cooperativas em conformidade com os Princípios da ACI, quer sendo, além disso, expressamente integrados na ordem jurídica. Por fim, numa perspectiva próxima da anterior, eles serviram, por vezes, de critério para determinar os pressupostos a que o Estado ligava as medidas de fomento cooperativo, tornando-se o seu cumprimento pelas cooperativas condição necessária para se beneficiarem de certas medidas de política cooperativa.

Georges Fauquet (1949, p. 30) qualificou como “costume cooperativo” o “conjunto de regras que regem as instituições cooperativas”, nas quais evidentemente inseria os Princípios de Rochdale. Esta posição foi defendida durante uma conferência proferida em Genebra para estudantes da Faculdade de Ciências Económicas e Sociais. E sustentando este ponto de vista, ainda acrescentou:

a expressão *costume cooperativo* é justificada pelo fato de as instituições cooperativas terem adotado as suas regras essenciais fora de toda a intervenção do legislador. É ulteriormente, e em datas relativamente recentes, que num número crescente de países as regras estabelecidas pelo costume cooperativo foram introduzidas na legislação.

Na verdade, os Princípios Cooperativos adquirem uma força jurídica própria somente quando são incorporados, direta ou indiretamente na ordem jurídica por um preceito legal que lhes homologou o sentido. Deve, no entanto, salientar-se que eles não são pura matéria extra-jurídica que apenas ascende ao direito por força de um ato formal de juridificação. São regras que decidem da

possibilidade de uma estrutura organizativa pertencer à ACI, com validade potencialmente universal, em paralelo ao âmbito da Aliança Cooperativa Internacional e nessa medida exercer uma macro influência junto aos legisladores e aos poderes do Estado. Mas são também regras que vão conformando o perfil e a vida das organizações cooperativas, exercendo uma multiplicidade de micro influências condicionadoras da atividade legislativa, pois ao impregnarem a identidade cooperativa integram a materialidade que o legislador tem que reconhecer como fato quando legisla a propósito dela. Por isso, somente pelo simplismo se pode encarar como linear a questão da qualificação jurídica dos princípios.

A partir do XXIX Congresso Cooperativo Internacional de 1988, em Estocolmo (Suécia), a Aliança Cooperativa Internacional se propôs não apenas reconsiderar e adotar uma nova formulação para os Princípios Cooperativos, assim como especificar os valores cooperativos, com bases espirituais que justificassem e orientassem o funcionamento das entidades cooperativas, além de adotar uma definição para as cooperativas e aprovar uma carta ou declaração sobre o Movimento Cooperativo para o Século XXI.

O tema “Valores Básicos do Cooperativismo” foi o assunto principal do Congresso da Aliança Cooperativa Internacional realizado em 1988. Na oportunidade, foi criada uma Comissão Internacional de Especialistas para analisar os princípios básicos do cooperativismo, à luz dos novos desafios aos cooperativistas e às cooperativas para aquele momento, bem como para os anos que viriam. Esta Comissão, apresentou suas conclusões e sugestões ao XXX Congresso da ACI realizado em outubro de 1992 na cidade de Tóquio (Japão). O Objetivo final era o de que tais conclusões servissem de base e apoio, como serviram a um estudo amplo e completo, propondo as mudanças necessárias ao Congresso da Aliança Cooperativa Internacional, que se realizou em 1995, na cidade de Manchester, Inglaterra.

Em 1992, no XXX Congresso da Aliança Cooperativa Internacional, celebrado em Tóquio (Japão), o cooperativista sueco Sr Sven Ake Böök, pertencente ao Movimento Cooperativista Sueco, e que havia presidido o Comitê de Consultores preparou e apresentou o resultado de seus estudos, como um Informe que foi levado à discussão e que fundamentou suas propostas de

mudança em aspectos sociais, políticos, geo-econômicos e históricos, analisando as transformações que ocorreram no cenário mundial, principalmente entre os países industrializados. Tendo como parâmetro o crescimento das cooperativas em tamanho e especialização, sem dispor de estruturas de níveis secundário e terciário, muitas delas colocaram em questionamento os valores tradicionais, especialmente a respeito dos modelos de capitalização. Este Informe, posteriormente, transformou-se no livro *“Co-operative Values in a Changing World”*.

Por outro lado, nas décadas de 1960 e 1970 do século passado, muitos países recém independentes (República Cooperativa da Guiana), escolheram o cooperativismo como via para a sua emancipação sócio-econômica e confiaram às cooperativas a tarefa de cumprir as suas estratégias de desenvolvimento. Situações desta natureza estão ainda em estágio de desenvolvimento e à procura permanente de formas viáveis de atuação, notadamente no que se refere às relações mais adequadas entre elas e o Estado. Nos países recém emancipados, da antiga União Soviética, a via cooperativa está de volta a um ponto inicial, propondo nova identidade político-social na transformação dessas nações.

Sven Ake Böök colocou em seu Informe alguns aspectos relativos ao futuro, num mundo em transição. Os países altamente industrializados – considerava ele - estão se aproximando do estágio da pós-industrialização; os países mais desenvolvidos estão entrando num estágio de desenvolvimento no qual os sistemas políticos e as economias planejadas pelo Estado parecem remanescentes da História, substituídos que foram pelos sistemas políticos e econômicos pluralistas. Não seria exagero, ponderava o Informe, dizer que “estamos vivendo um período da história caracterizado por mudanças radicais para a humanidade”.

Em busca de um denominador comum, capaz de contemplar a variedade de contextos e necessidades do Movimento Cooperativista, num mundo em que as condições básicas da humanidade começavam a se tornar globais ou cada vez mais conectadas, Böök considerava uma possível solidariedade global, que fosse, efetivamente, o somatório desses outros valores básicos.

Nessa perspectiva, o Informe do cooperativista sueco Sven Ake Böök apresenta três pontos essenciais, a saber:

- a – conclusões sobre os Princípios Básicos tradicionais do cooperativismo;
- b – recomendações sobre os valores globais para o futuro; e
- c – recomendações sobre as abordagens destinadas à revisão dos Princípios da Aliança Cooperativa Internacional aprovados no Congresso de Viena em 1966.

Assim, o Informe propõe, com vistas ao futuro, o desenvolvimento de duas categorias de Princípios como fundamentais para a estruturação teórica desses novos conceitos:

- a – Princípios cooperativos básicos – os quais devem expressar claramente a essência universal do cooperativismo, com fórmulas próximas dos Valores Básicos Primários (idéias, ética e princípios); e
- b – Práticas cooperativistas básicas (regras) – devem expressar as práticas básicas, as quais devem ser adequadas e cooperativamente aceitáveis pela sociedade contemporânea. Precisam ser consistentes com os Princípios Cooperativistas Básicos e expressar, porém, a sua essência de forma mais concreta e seletiva.

A Aliança Cooperativa Internacional já havia aprovado em duas ocasiões anteriores reformulações ou adequações universais dos Princípios Cooperativos, uma em 1937 (Paris) e a outra em 1966 (Viena). Quais foram os motivos ou razões que induziram a ACI a estudar e consagrar uma nova formulação ou Reformulação?

Procurar-se-á interpretar alguns dos mais importantes motivos surgidos sobre tudo em razão das profundas modificações acontecidas no cenário econômico-social mundial durante estes quase trinta anos que transcorreram desde a última reformulação realizada:

a) observa-se que alguns tipos de organizações cooperativas experimentaram, durante os últimos anos, consideráveis dificuldades e retrocessos em seu desenvolvimento (cooperativas de consumo), enquanto outros tipos de cooperativas apresentaram uma certa estagnação em suas operações. Estas constatações preocuparam o mundo cooperativo e levaram muitos cooperativistas a se indagarem acerca dos problemas;

b) dentro das novas características econômico-financeiras que atualmente predominam no cenário mundial e, em particular, frente aos processos de liberalização e de globalização da economia, as cooperativas se viram freqüentemente obrigadas a competir com poderosos adversários, que, com freqüência, possuem caráter multinacional assumindo muitas vezes posições monopolistas ou oligopolistas;

c) em muitos casos para poderem competir com as grandes empresas globalizadas, as cooperativas procuraram também se converter em grandes empresas por intermédio de processos de expansão e integração cooperativa. Porém, ao procurarem competir de igual para igual com as grandes corporações, utilizando-se dos mesmos métodos se viram afetadas por alguns inconvenientes, particularmente o gigantismo e a tecnocracia e conseqüentemente uma declinação na participação dos associados, donos ou fornecedores na vida de sua respectiva entidade;

d) as atividades sócio-econômicas, ultimamente, vêm sendo afetadas por bruscos e transcendentais avanços científicos e tecnológicos em distintos campos, tais como nas telecomunicações, na informática, na robótica, na biotecnologia, na genética e em muitas outras as quais compõem a chamada III Revolução Industrial ou a Era Pós Industrial. Estes determinaram profundas alterações nos métodos de produção e de distribuição, também fizeram com que as cooperativas sentissem a necessidade de se adaptarem a estas profundas alterações científico-tecnológicas para não ficarem atrasadas e a certa altura de seu desenvolvimento suplantadas

pelas concorrentes. Daí perguntar-se se por ventura alguns de seus problemas não são conseqüências de tais câmbios e particularmente na necessidade de empregarem mais capitais;

e) por fim, a identidade cooperativa pareceu estar ameaçada, em muitos aspectos em maior ou menor grau não somente pelas exigências tecnológicas e financeiras, bem como pelos problemas do gigantismo, da tecnocracia e da escassa participação dos associados, senão também, por critérios excessivamente pragmáticos e conjunturais que podem levar a confundir as cooperativas com outras entidades de natureza diversa.

As necessidades de melhorar as fontes de financiamento para as cooperativas, particularmente para aquelas mais afetadas, fizeram com que muitos estatutos destas, e em alguns casos novas legislações e ou reformulações legislativas aplicadas às cooperativas, introduzissem dispositivos que parecem transgredir os Princípios Cooperativos consagrados pela Aliança Cooperativa Internacional em sua reformulação de 1966.

Estes foram alguns dos principais motivos que determinaram na primeira metade dos anos noventa a preocupação dos cooperativistas por delinarem a verdadeira identidade cooperativa, em especial, por formular uma definição a mais precisa e correta desta entidade, bem como estabelecer um adequado enunciado para os Princípios Cooperativos.

Em 1992, no XXX Congresso da Aliança Cooperativa Internacional, celebrado em Tóquio (Japão), houve a designação do cooperativista canadense Professor Dr. Ian McPherson, da Faculdade de Humanidades da Victory University da British Columbia, para que o mesmo desse prosseguimento aos estudos apresentados pelo cooperativista sueco Sven Ake Böök. Este teve a colaboração de um grupo de trabalho, que considerou o tema dos valores bem como outros temas propostos, e em 1995, no XXXI Congresso da Aliança Cooperativa Internacional, realizado em Manchester (Inglaterra) apresentou o correspondente relatório.

O tema inicialmente considerado foi o da “Declaração da ACI sobre a Identidade Cooperativa”, o qual abrangeu uma definição sobre cooperativas e uma formulação de seus valores e princípios. E, como segundo tema, “As

Cooperativas e o Desenvolvimento Humano Sustentado”, o qual analisava, entre outros aspectos, a função das cooperativas, sua dimensão econômico-social e sua preocupação com a comunidade e meio ambiente.

No tocante ao primeiro tema, qual seja “Identidade Cooperativa”, foi aprovada a seguinte definição para Cooperativas:

é uma associação autônoma de pessoas que se unem, voluntariamente, para satisfazer necessidades comuns e aspirações econômicas, sociais e culturais, através de uma empresa de propriedade coletiva e democraticamente controlada. (MACPHERSON, 1995)

Esta definição propugnada de cooperativas a partir de 1995 pela Aliança Cooperativa Internacional está indubitavelmente correta, pois a mesma contém diversos aspectos conceituais e fundamentais preconizados pelos tratadistas cooperativistas, porém mesmo assim a mesma ainda se apresenta insuficiente, porque:

- a) não estão nesta definição suficientemente claras e explícitas as diferenças entre cooperativas e os outros tipos de sociedade; e
- b) seria necessário agregar também ao conceito os aspectos de esforço próprio e o de auto-ajuda na primeira parte da mesma.

Quanto aos “Valores Cooperativos”, foi aprovada a seguinte definição, MacPherson (1995):

as cooperativas se baseiam nos valores de auto ajuda, responsabilidade próprias, democracia, igualdade, solidariedade e equidade. De acordo, com a tradição de seus fundadores, os membros das cooperativas crêem nos valores éticos de honestidade, transparência, responsabilidade social, acessibilidade e preocupação para com terceiros.

Os Valores Cooperativos são bases espirituais que justificam a orientação e o funcionamento das cooperativas, sendo imutáveis, porém, podem ser expostos a partir de distintos pontos de vista bem como diferentes enquadramentos classificatórios, e que seriam igualmente corretos.

Por fim, o Congresso da Aliança Cooperativa Internacional em 1995, assim definiu “Princípios Cooperativos” como: “linhas orientadoras através das quais as cooperativas põem seus valores em prática”.

Os Princípios Cooperativos são normas práticas que, fundamentadas nos valores cooperativos e aplicados na forma de um sistema, caracterizam em uma determinada época as cooperativas de todo o mundo e permitem diferenciá-las dos outros tipos de empresa.

A aplicação dos Princípios Cooperativos é, efetivamente, o que tem configurado em todo o mundo o caráter cooperativo, e tais princípios foram quase que unanimemente incorporados às diversas legislações nacionais aplicáveis a este tipo de organização. (KLAES, 1982)

A Aliança Cooperativa Internacional, ao considerar suas três formulações já realizadas (1937, 1966 e 1995) sempre procurou elevar essas normas práticas à categoria de Princípios Cooperativos ou Normas Cooperativas Fundamentais adaptadas às condições sócio-econômicas vigentes e estabeleceu, ao mesmo tempo como requisito necessário para a filiação dessas entidades cooperativas a ACI.



**QUADRO 01 - CONGRESSOS DA ALIANÇA COOPERATIVA INTERNACIONAL**

PARIS 1937	VIENA 1966	MANCHESTER 1995
1 – Adesão Livre	1 – Adesão Livre	1 – Adesão Voluntária e Livre
2 – Gestão Democrática	2 – Gestão Democrática	2 – Gestão Democrática pelos Membros
3 – Retorno “Pro-Rata” das Operações	3 – Distribuição das Sobras	3 – Participação Econômica dos Membros
4 – Juros Limitado ao Capital	4 – Taxa Limitada de Juros ao Capital	
-----	-----	4 – Autonomia e Independência
5 – Vendas a Dinheiro	-----	-----
6 – Desenvolvimento da Educação em todos os Níveis	5 – Constituição de um Fundo para a Educação dos Cooperados e do Público em Geral	5 – Educação, Formação e Informação
-----	6 – Ativa Cooperação entre as Cooperativas em todos os Planos	6 - Intercooperação
7 – Neutralidade Política Racial e Religiosa	-----	-----
-----	-----	7 - Interesse pela Comunidade

Fonte: ACI

Não cabe senão reconhecer a prudência com que a Aliança Cooperativa Internacional soube guiar os estudos relativos à declaração sobre “Identidade Cooperativa”, a qual foi aprovada durante o XXXI Congresso Cooperativo Internacional em Manchester, e que contém um novo enunciado dos Princípios Cooperativos.

A formulação aprovada, em 1995, conta com sete Princípios, dos quais o terceiro de Manchester (Participação Econômica dos Membros) passa a contemplar os conteúdos do terceiro (Distribuição das Sobras) e quarto (Taxa Limitada de Juros ao Capital Social) princípios aprovados em 1966 (Viena) e Paris (1937).

Esta nova formulação contém em seu primeiro (Adesão Voluntária e Livre), segundo (Gestão Democrática pelos membros), quinto (Educação, Formação e Informação) e sexto (Intercooperação) princípios, conceitos análogos aos considerados respectivamente pelos Princípios enunciados em 1937 (Paris) e 1966 (Viena), salvo pequenos ajustes de nomenclatura. Porém, agrega dois novos Princípios os quais passam a ser o quarto (Autonomia e Independência) e o sétimo (Interesse pela Comunidade).

As considerações de tais princípios ou normas fundamentais nunca deixaram de ser contempladas desde 1844, como Princípios basilares do Cooperativismo. Dentre eles, sempre tem sido mantido o Princípio relativo ao “desenvolvimento e à promoção da educação, à formação e informação”.

Dos sete Princípios aprovados pelo Congresso Internacional de Cooperativas de 1937 em Paris, quatro foram considerados como principais, pois abarcavam os aspectos do associativismo e econômico e três complementares, dentre os quais encontramos o Princípio da Educação.

Já no Congresso Cooperativo Internacional de 1966, em Viena, o Princípio da Educação ascendeu a condição de fundamental, o que no Congresso de 1995 em Manchester na Inglaterra foi ratificado.

Não podemos deixar de lembrar a afirmação de Paul Lambert em sua obra “*La Doctrina Cooperativa*”, na pág. 326, quando afirma “que o Princípio da Educação é desconhecido como tal pôr importantes historiadores e comentaristas tais como Charles Gide entre outros”, porque o mesmo não estava

expresso claramente no Primitivo Estatuto, elaborado pelos Pioneiros em 1844, senão o mesmo aparece somente no Estatuto de 1854.

O que não cita Paul Lambert nem os outros tratadistas é de que George Jacob Holyoake, em *“Historia de Los Pioneros de Rochdale”*, no XV Capítulo, atribui a Brearly a idéia de agregar esta regra. Porém, Florencio Eguia Villaseñor, em *“Los Principios del Cooperativismo”*, concorda com Holyoake.

## 6 EDUCAÇÃO COOPERATIVA

Em quase todos os encontros, seminários e outros eventos, nos quais se discutem a problemática atual do Cooperativismo mundial, brasileiro e catarinense, a carência de recursos humanos capacitados para as funções diretivas, gerenciais e operacionais, aliada à baixa conscientização dos associados das cooperativas, em relação ao papel econômico-político e social que estas organizações representam no contexto da sociedade, são apontados como problemas prioritários que entram o desenvolvimento harmônico e acelerado das cooperativas.

Em seu caráter de entidades sócio-econômicas, as cooperativas satisfazem diversas necessidades de seus associados mediante serviços de distribuição, colocação da produção, trabalho, educação, etc. Estas são, na atualidade, apreciadas em todos os países do mundo, com efeito, baseadas no esforço próprio e na ajuda mútua dos seus associados e regidas por normas conhecidas como “Os Princípios de Rochdale”, as cooperativas são consideradas como um dos meios mais eficazes para o aperfeiçoamento do sistema democrático dos processos econômicos, da melhoria das condições de vida e do bem-estar geral das sociedades.

As entidades que atualmente são conhecidas com a denominação de cooperativas, surgiram na Europa, em fins do Século XVIII, como uma reação popular de defesa frente às situações de injustiça e abuso derivados das condições imperantes.

O ambiente sócio-econômico da época se caracterizava pelas seguintes circunstâncias:

- escassa intervenção do Estado nas atividades econômicas;
- predominância das doutrinas individualistas;
- significativa evolução tecnológica a qual determinou a Revolução Industrial;
- desumanas condições de trabalho impostas no início da Revolução Industrial;
- desumanas condições gerais de vida; e

- situação de absoluto desamparo da maioria da população frente aos intermediários.

Devido a estas situações tão afligentes, os setores mais modestos da população, que eram ao mesmo tempo os setores mais numerosos, buscaram soluções baseadas na associação de esforços para compensar assim, a debilidade individual de seus componentes com a força de seu número.

Mediante associação, procuraram não somente a satisfação mais imediata de suas necessidades materiais, senão também a consecução de ideais já expressos por numerosos pensadores da época, acerca de uma vida mais justa e solidária.

Frente à intermediação supérflua, à adulteração de produtos, à usura e outros males existentes, a reação das pessoas afetadas consistiu em estabelecer empresas adequadas, mercê da associação de seus esforços e recursos. Para satisfazer por si próprios suas legítimas necessidades, os indivíduos criaram as cooperativas, suas próprias empresas; assumiram os riscos e gozaram das vantagens com base em normas de organização e funcionamento além disto, buscaram realizar ideais de igualdade, solidariedade, justiça, equidade, liberdade e educação.

Também se pode destacar que o Movimento Associacionista teve manifestações nos campos trabalhista, político e sócio-econômico, dando lugar neste último caso ao aparecimento das modernas Organizações Cooperativas. Não se pode deixar de destacar que diversos tipos de cooperativas, destinadas a servir a distintas necessidades da população, surgiram nesta época por toda a Europa simultaneamente.

A aristocracia medieval havia sido substituída no poder por uma nova classe, a dos empresários, proveniente de uma transformação total da concepção humana do trabalho profissional, em parte, devido à influência do protestantismo, ela era dotada de um sentido valorativo próprio.

Com a introdução de novas técnicas nos campos agrícola e industrial, veio a classe dos empresários a dispor em breve prazo de um adversário mortal, a nascente classe proletária. A migração dos campos para as cidades, por força da introdução de maquinaria na agricultura, fez aumentar o já elevado volume de mão-de-obra disponível nelas existente.

Faltava apenas uma experiência triunfante para a bola de neve iniciar a descida. Colhendo uma idéia daqui, outra dali, conseguiram os Pobros Pioneiros de Rochdale em 1844, organizar um todo coerente, resistente às investidas de todos os que viam na cooperação um perigo para o *status quo*.

Foram vinte e oito (28) os fundadores da Cooperativa “Os Pobros Pioneiros de Rochdale”, operários na sua quase totalidade e havia entre eles uma mulher. Rochdale, arrabalde industrializado de Manchester, Condado de Lancashire, viu assim nascer o moderno cooperativismo. A instalação em *Toad Lane* (Beco dos Sapos) da pequena loja tinha por objetivo tirar o maior proveito dos magros salários que auferiam os associados, permitindo-lhes assim, dispor de algum capital para a sua empresa de produção.

Quando da criação da Cooperativa dos Pobros Pioneiros de Rochdale, o seu prodigioso Estatuto previa a organização do empreendimento baseado em princípios, ao qual todos deveriam aderir. Que se entende por Princípios Cooperativos? Regras obrigatórias a observar pelas cooperativas? Regras consuetudinárias? Meras regras de índole prática?

Devem os Princípios Cooperativos ter aplicação universal? Não serão as condições históricas, econômicas, sociais e culturais, técnicas e políticas, diferentes de país para país, óbice à sua aplicação uniforme?

Quais são os Princípios Cooperativos? Os da Aliança Cooperativa Internacional inspirados em Rochdale? Os decorrentes da experiência prática do Movimento em cada país? Por Princípios Cooperativos, entende-se: os postulados morais de onde derivam as regras fixadas pelo costume cooperativo.

Cooperação, Cooperativas, Cooperativismo se referem ao trabalho conjunto de acordo com princípios fundamentais, portanto quem participa deve estar de acordo em cumpri-los.

Chamam-se Princípios Cooperativos, a um conjunto de regras de funcionamento as quais devem se submeter às Sociedades Cooperativas para serem consideradas como tal, tanto frente às diversas legislações que as regulam em cada país, bem como pelos Organismos Internacionais que se encarregam de cuidar e de certa forma reuni-los sob a forma de Organizações, Federações de Cooperativas e que voluntariamente desejam aderir ou filiar-se à Aliança Cooperativa Internacional. Este é um organismo não governamental dos mais

antigos que se conhece em atividade, o qual é reconhecido e está inscrito na Organização das Nações Unidas, na categoria de Membro Classe “A”.

Estes princípios procedem, em sua maioria do ideário das reformas sociais propugnadas pelos pensadores utópicos do final do Século XVIII e início do XIX , tanto da Inglaterra como da França. Correspondem a diversos autores e a seus ensaios que objetivavam por resolver a profunda crise apresentada com o aparecimento da Revolução Industrial.

Definir os Princípios essenciais à Cooperação não é um mero exercício acadêmico posto que representa em si mesmo um problema prático, por exemplo, para o legislador. Como a Cooperação se difunde pelo mundo e os distintos governos apreciam as suas vantagens como um dos componentes de seus sistemas econômicos nacionais, então deve existir alguma forma de previsão legal, assim como qualquer outro tipo de associação dedicada ao comércio, à indústria, aos bancos, etc. Sabe-se também que em muitos países, o tema cooperativismo também faz parte de suas Constituições Nacionais no que se refere aos artigos nelas inseridos (Portugal – Art. 61, 82, 89, 96 a 101; Itália; Índia; Brasil – Art. 5º, 146, 174, 187, 192 e 199).

Por fim, para constituir-se em autênticas cooperativas estas devem estar organizadas e funcionar com base nos princípios ou normas fundamentais cooperativas. É necessário reconhecer que estes princípios ou normas não são de caráter absolutamente imutáveis; porém devem manter no essencial sua vigência através dos anos e são objetos de reconhecimento praticamente universal.

Com visão profética, Os Pobros Pioneiros de Rochdale interpretaram a necessidade de educar os sócios de sua empresa cooperativa desde o início, apesar de não estar claro como uma regra básica do Primeiro Estatuto da Sociedade a educação cooperativa (Art. 1º), logo os iniciantes trataram de organizar uma biblioteca pública e alguns cursos os quais eram impartidos entre os pioneiros e cobriam as mais variadas gamas culturais. Foi em 1849, que a Sociedade dos Pioneiros organizou o primeiro núcleo de educação com a denominação de Departamento de Educação. Por outro lado, já na reformulação de 1845 e de 1854 (Art. 42) de seu Estatuto, os Pioneiros incluíram e ampliaram a sua visão concernente à educação.

O tema biblioteca sempre gozou de uma excepcional simpatia por parte dos associados da Cooperativa dos Pobros Pioneiros de Rochdale. Já em 1853, por proposta de um antigo associado, Sr. John Brierley, foi sugerido que 2,5 % das sobras líquidas anuais da Sociedade fossem dedicados à educação. Esta idéia foi aprovada e desde então faz parte dos Estatutos da Sociedade. Deve-se, por fim, ressaltar que esta sábia tomada de decisão ficou conhecida como “Regras de Ouro”. Esta Regra contribuiu para o progresso moral e intelectual de todos os cooperados, bem como preservou a Sociedade do perigo de ver seus Princípios empregados erradamente ou destruídos por pessoas sem base ou mal informadas (HOLYOAKE, 1975, p. 93-100).

Expostos pela primeira vez de forma sistemática pela Cooperativa dos Pobros Pioneiros de Rochdale em 1844, os Princípios Cooperativos foram, a partir da criação em Londres, da Aliança Cooperativa Internacional, em 1895, estudados e debatidos pela entidade que agrupa as cooperativas em nível mundial em sucessivos Congressos Internacionais, os quais aprovaram as reformulações dos mesmos a partir de 1937 (Paris), 1966 (Viena) e 1995 (Inglaterra).

Na Europa agitada durante a metade dos anos trinta, parece como se os cooperadores desejassem queimar etapas para consolidar a base da unidade do sistema. Por ela, a Comissão da Aliança Cooperativa Internacional trabalhou ativamente para poder apresentar um Informe mais ponderado e completo possível, o qual merecesse atenção e aprovação dos congressistas. No XV Congresso da Aliança Cooperativa Internacional, celebrado dois anos antes da II Guerra Mundial e com a Espanha debatendo-se em uma grande guerra civil, foi aprovada a primeira reformulação dos Princípios Cooperativos.

O texto do Informe do Comitê da Aliança Cooperativa Internacional não foi publicado pela Aliança, porém somente o Sr. Watkins forneceu à época, um resumo do trabalho aprovado.

Os Princípios Cooperativos, de 1937, que regeram o Movimento Cooperativo durante aproximadamente vinte anos e que foram anos importantes para a recomposição do Movimento Cooperativo, devido à II Guerra Mundial, à Guerra Fria, à reconstrução da Europa e do Japão bem como à descolonização,



permitiram ao Movimento Cooperativo uma expansão e penetrabilidade em todos os regimes políticos e em todos os países.

As profundas modificações produzidas no comércio e na indústria mundial, em quase um século de criação da Cooperativa de Rochdale, fizeram com que deixasse de haver uma unanimidade de compreensão e interpretação dos Princípios Cooperativos o que aconselhou a realização de primeira grande revisão de seus conteúdos.

As considerações de tais princípios ou normas fundamentais nunca deixaram de ser contempladas desde 1844, como Princípios basilares do Cooperativismo. Dentre eles sempre tem sido mantido o Princípio relativo ao “desenvolvimento e a promoção da educação, da formação e da informação”. Senão vejamos:

- 1937 Paris/França

Promoção da Educação - um imperativo absoluto para todos os tipos de cooperativas, pois o mesmo objetivava a valorização do homem;

- 1966 Viena/Áustria

Estímulo à Educação - todas as cooperativas devem tomar providências para promover a educação de seus membros, empregados, dirigentes e do público em geral, nos princípios, métodos e técnicas, tanto econômicos como democráticos da cooperação.;

- 1995 Manchester/Inglaterra

Educação, Formação e Informação - as cooperativas devem promover a educação e a formação de seus membros, dos representantes eleitos, dos dirigentes e dos trabalhadores de forma que estes possam contribuir, eficazmente, para o desenvolvimento das suas cooperativas. Informar o público em geral – particularmente os jovens e os líderes de opinião – sobre a natureza e as vantagens da cooperação.

Dos sete Princípios aprovados pelo Congresso Internacional de Cooperativas de 1937 em Paris, quatro foram considerados como principais, pois

abarcavam os aspectos do associativismo e econômico (adesão livre; controle democrático; distribuição das sobras e interesse limitado ao capital), e três complementares (neutralidade política e religiosa; vendas à vista e promoção da educação), dentre os quais encontramos o Princípio da Educação.

Já no Congresso Cooperativo Internacional de 1966, em Viena, o Princípio da Educação ascendeu a condição de fundamental, o mesmo, no Congresso de 1995 em Manchester na Inglaterra foi, ratificado.

Não se pode deixar de lembrar a afirmação de Paul Lambert em sua obra *“La Doctrina Cooperativa”*, página 326, quando afirma “que o Princípio da Educação é desconhecido como tal por importantes historiadores e comentaristas tais como Charles Gide entre outros”, porque o mesmo não estava expresso claramente no Primitivo Estatuto, elaborado pelos Pioneiros em 1844, entretanto, ele passa a aparecer no Estatuto de 1854 (Art. 42).

O que não cita Paul Lambert, nem os outros tratadistas é que Georges Jacob Holyoake, em *“Historia de Los Pioneros de Rochdale”*, no XV Capítulo, página 94, atribui a Briarly a idéia de agregar esta regra. Porém, Florencio Eguia Villaseñor em *“Los Principios del Cooperativismo”* concorda com Holyoake.

A Cooperativa é uma associação de pessoas (físicas e jurídicas), mas ela também é uma empresa econômica (Art. 3º e 4º – Lei Nº 5.764/71). Por isto, diz-se que a cooperativa tem dupla natureza. Como associação, a cooperativa reúne pessoas que têm interesses comuns. Nesta associação, todos os associados têm os mesmos direitos e deveres definidos em seu estatuto.

Os princípios fundamentais das sociedades cooperativas, inseridos na Lei Nº 5.764/71, encerram a obrigação assumida pelos associados, de contribuírem com bens ou serviços para o exercício de uma atividade econômica, de proveito comum, sem objetivo de lucro (Art. 3º da Lei Nº 5.764/71). O enunciado do artigo terceiro, por conciso e claro, deixa patente que os fundadores e posteriores aderentes de uma cooperativa, no ato de sua constituição ou ingresso, assumem solenemente a obrigação de contribuir para que ela desenvolva suas atividades. Sem essa colaboração, que constitui o fulcro do sistema, torna-se impossível à sociedade a execução dos serviços a que se propõe.

Para os menos versados, a Lei N° 5.764/71 revela-se também de cunho educativo, ao afirmar que a cooperativa exerce atividade econômica: ela é uma empresa e que terá por objetivo a eficácia. O que a distingue fundamentalmente é que esta não objetiva o lucro, vale dizer, embora movimente riquezas, ela não aufera renda, que é a finalidade perspicua das sociedades mercantis, nas quais constitui o principal escopo. A cooperativa pode movimentar uma grande massa de recursos quando realiza suas operações de prestação de serviços aos associados, mas esta grande movimentação não constitui sua receita.

A receita da cooperativa é constituída apenas pelas contribuições que os associados lhe fazem (Art. 80) para atender as suas despesas, sendo limitadas exclusivamente ao volume das despesas sociais. Quando excederem às necessidades, o saldo ou superávit constitui as sobras líquidas que são devolvidas aos associados na proporção das suas contribuições.

Por outro lado, seguindo os cânones doutrinários, a Lei N° 5.764/71 em seu Art. 4° enumera as características da sociedade cooperativa. Define-a como sendo uma sociedade de pessoas e assim o diz com propósito de distingui-la das sociedades comerciais que se conceituam como organizações de capital lucrativo. É um corolário do segundo Princípio Cooperativo, “Gestão Democrática pelos Membros”, isto é, cada membro tem igual direito de voto (um membro um voto) em Assembléias Gerais, sem levar em consideração o valor de sua cota capital. Um dos principais dogmas do cooperativismo sobre o qual se assenta todo o sistema.

Se em outras empresas a participação nas decisões e nos resultados é mais ou menos permitida, conforme a conveniência da própria empresa, na cooperativa a participação é exigida pelo próprio modelo, pois nela os cooperados são os donos, trabalhadores, usuários e fornecedores. Sem essa participação efetiva dos cooperados, não existe cooperativa legítima. Quanto mais consciente e responsável à participação, tanto mais eficiente será a empresa cooperativa.

Uma das características mais “*sui generis*” da empresa cooperativa encontra-se na Integração de Identidade de ao menos duas das posições possíveis: dono ou sócio, usuário ou cliente, fornecedor e trabalhador.

Na cooperativa, são idênticos os que possuem a empresa (donos) e os que fazem uso dos seus serviços ou de suas instalações (usuários). Esta identidade é intencional, quer dizer, os sócios (donos) da cooperativa põem seu capital à disposição da empresa cooperativa com o objetivo de produzir um serviço que eles, os donos, necessitam, assumindo então, a função de usuário.

A característica pela qual a cooperativa se distingue das outras associações resulta das expectativas dos sócios. No entanto, a empresa capitalista e a cooperativa diferenciam-se fundamentalmente uma da outra quanto às aspirações dos donos associados.

Enquanto nas demais empresas o proprietário visa obter lucro, na cooperativa o objetivo é a contribuição recíproca de bens e serviços de proveito comum. Para tanto, os sócios trazem o seu capital para que a empresa cooperativa assegure a venda de seus produtos, a aquisição dos bens de consumo ou de insumos para possibilitar a produção em comum. O interesse dos membros de uma cooperativa orienta-se primordialmente para um serviço: uma empresa cooperativa somente deve procurar excedentes na medida em que deles necessitar para assegurar, a longo prazo, a produção de serviços aos membros.

Deste fato se explica a estrutura singular da cooperativa, segundo a qual os associados são os donos da empresa e ao mesmo tempo, os usuários de sua própria empresa.

Na empresa capitalista e estatal existe apenas uma relação organizacionalmente pré-determinada e assegurada, ou seja, a relação entre a direção da empresa e o dono ou donos. Na cooperativa, ao contrário, caracteriza-se por dupla relação. Nesta, existem portanto, duas relações organizacionalmente pré-determinadas.

Que significado tem a Integração Identificadora para o trabalho diário da cooperativa? Teoricamente significa que os associados podem impor seu interesse em um serviço determinado, uma vez que são, ao mesmo tempo, donos e usuários da empresa cooperativa.

Para conseguir que essa participação dos cooperados seja consciente e responsável existe apenas uma alternativa: um permanente processo de Educação e ou Capacitação Cooperativista. Por esse motivo, a

Educação/Capacitação é um direito inalienável do quadro social e não um assunto a ser analisado quanto à sua conveniência ou não para a cooperativa.

O que se constata cada vez mais é que a Educação/Capacitação é o melhor respaldo para a administração de qualquer cooperativa, pois somente com a participação consciente e responsável de todo o quadro social, a cooperativa adquire estabilidade e se desenvolve num processo autogestionado.

Para cumprir a sua função social e econômica no contexto desenvolvimentista regional, nacional e internacional é necessário que a cooperativa estabeleça procedimentos educacionais adequados ao seu sistema de finalidades, adaptados às particularidades das comunidades cooperativistas, e, principalmente, orientados para a formação de cooperadores.

A Educação Cooperativista deve colocar à disposição do movimento o instrumental cultural, científico e tecnológico criado pelo mundo moderno (ensino à distância, *internet*, etc.), respeitando o conhecimento e as experiências populares, a fim de obter um aumento significativo dos bens e serviços gerados pela ação da cooperativa.

A Educação/Capacitação Cooperativista é um processo permanente de desenvolvimento integral e cooperativo das pessoas, ensejando a autocapacidade para a geração de conhecimento e de poder, de viabilizar condições de progresso, formando um verdadeiro conjunto orgânico, em que as diferenças individuais são úteis para o desenvolvimento do próprio grupo.

É a educação o mais importante dos Princípios Cooperativos? Muitos não têm obstaculizado em afirmar categoricamente que sim, ao concebê-la como um meio de formar a sociedade-empresa e fazer dela um instrumento de superação humana. Deste modo, a educação cooperativa tanto é um meio, quanto a concepção de um fim. Em todo o caso, a educação é necessária em toda a atividade humana e no cooperativismo, por ser eminentemente um ato humano, não podendo estar ausente, ou então deixará de ser cooperativismo.

Sem a educação não se pode compreender nem aplicar nenhum dos outros Princípios Cooperativos, e desta maneira a mesma deixará de ser. A adesão sem educação ou estará ausente em absoluto, ou se converterá em um gregarismo de conveniências; a democracia será tirana, oligárquica ou

demagógica; a empresa, com seu capital, seus serviços e suas operações se tornará em mais um negócio como tantos outros; os excedentes se converterão em uma melhor expressão do “homem, lobo do homem”, e a integração estará ausente acarretando o isolamento, a competição e o antiooperativismo, porém não a solidariedade humana que o cooperativismo pretende implantar em todo o mundo.

Por isso, a importância da educação, alheia a outros negócios do meio sócio-econômico em que vivemos, é que levou a Aliança Cooperativa Internacional - ACI a recomendar a adoção como um Princípio Básico para o Cooperativismo, a partir de 1937, a Educação Cooperativa. No Congresso Internacional de Cooperativismo, realizado em Paris naquele ano, a ACI textualmente afirmou:

As Cooperativas devem destinar e aplicar fundos para a educação de seus sócios, dirigentes, empregados e do público em geral, a base dos princípios e técnicas da cooperação, tanto nos aspectos econômicos quanto nos democráticos.

Segundo o Relatório elaborado pelo Professor Doutor Alex F. Laidlaw, da Universidade de San Francisco Javier, em Antigonish/Canadá, apresentado durante o XXVII Congresso da Aliança Cooperativa Internacional em 1980, sob o Título “As Cooperativas no ano 2000”, o mesmo nos apresenta uma série de considerações com respeito à questão do abandono do papel educativo.

O Relatório da ACI (1981, p. 103 – 111) nos afirma que é geralmente aceito que o abandono de seu papel educativo, por parte do Movimento Cooperativo, se generaliza cada vez mais e se pode dizer, sem risco de nos enganarmos, que a maioria dos sistemas cooperativos, com exceção de alguns países do terceiro mundo, devem se reconhecer culpáveis dessa acusação.

Em numerosas cooperativas, o setor educativo é sempre um fogo de palha: grande movimentação e interesse no início e abandono crescente com o decorrer do tempo. Enquanto a empresa comercial progride adentrando na idade da cibernética, a educação cooperativa continua na idade da pedra.

Conforme Laidlaw:

poucas são as cooperativas que podem dizer que a verba destinada a esse setor se equipara em volume ao crescimento dos negócios e são também raras aquelas que podem dizer que suas atividades educativas têm a mesma importância que tiveram há trinta anos atrás. Há um esforço gigantesco para fazer face à amortização do patrimônio material, sem que se ocupe minimamente com a depreciação de um outro patrimônio, ou seja, o da capacidade humana! As gerações novas de associados ficarão assim na impossibilidade de compreender o que representa a cooperativa e as razões profundas e primeiras que levaram ao seu aparecimento. Goethe afirmava: “não se pode ter o que não se compreende. (1981, p. 107)

Conforme o Relatório da ACI, não se pode negar que a educação cooperativa sofreu muito pelo fato de ter sido entregue aos cuidados de funcionários administrativos, pois ela em tudo se afasta de sua atividade costumeira. A responsabilidade primordial da educação deve ser do Conselho de Administração e é a ele que os serviços de educação e seus funcionários deveriam prestar diretamente as contas. A educação é uma função particular que um presidente, muito atarefado, poderia delegar a um outro membro eleito do Conselho/Diretoria. Entendendo-se que cabe ao Conselho de Administração e ou Diretoria a responsabilidade primordial de aprovar as disposições em favor das atividades de formação e educação, não de maneira aleatória, mas sob a forma de uma atividade avançada e contínua, além de proporcionar e dotar o setor de um orçamento permanente. No século dezanove, o economista J. S. Mill assim se manifestou: “a educação é desejável para toda a humanidade, e ela é uma necessidade vital para as cooperativas.”

Conclui o Relatório de 1980, elaborado pelo Professor Laidlaw, que o panorama não era tão desencorajador. O abandono do papel educativo não era um fenômeno geral, e há uma parcela delas, em todos os países, em que os programas de ensino e formação, concebidos com imaginação, continuam dando frutos sob a forma de uma organização dinâmica, de dirigentes competentes e de membros bem informados.

Devido a dois fenômenos sociais surgidos no último quartil do século passado, de um lado, a crescente competitividade econômica tanto entre os países como entre os blocos econômicos e do outro lado a globalização do mundo moderno – donde as entidades são cada vez maior transnacionais – se

tem dado uma atenção cada vez mais à questão da educação como um ator de significativa importância neste processo.

Durante os anos sessenta se outorgou uma atenção toda especial para a educação como se esta fosse um veículo que deveria acelerar a modernização. Este foi um período de muitas críticas e desilusões ao modelo vigente, porém a partir dos anos oitenta ganha corpo a visão de uma educação como uma ferramenta para impulsionar economicamente os países tornando-os mais competitivos. Apesar de os anos oitenta ter sido caracterizado como a “Década Perdida”. Já nos anos noventa, estivemos frente a um processo aberto, em plena construção vinculado às necessidades vitais da vida cotidiana, orientado na busca da democracia de base, como um tipo de educação para a diferença, para permitir a expressão das pessoas e dos grupos, orientada ao propósito de construir a vida, gerar conhecimentos para a vida e de buscar satisfações para tais necessidades.

Por outro lado, é difícil vaticinar quais serão as características do recém iniciado Século XXI. Pode-se, compreender que ao final do Século XIX, nem os mais lúcidos dos pensadores foi capaz de prever acontecimentos tais como as duas guerras mundiais, o uso da energia nuclear, a chegada do homem à lua, a queda do Muro de Berlim, o desenvolvimento da robótica e da informática ou a globalização mundial via *internet*.

Sem considerarmos que o processo de aceleração das mudanças, pelo qual vem passando e vai passar a humanidade, é cada vez mais vertiginoso. Qualquer análise que seja feita no atual momento e que não queira cometer erros será tão somente um tímido intento de vislumbrar o futuro. Atualmente, nada é capaz de prever com certeza o que se sucederá no futuro.

Com base em uns cem números de estudos sobre cenários e indicadores que a atual realidade apresenta pode-se estabelecer que o Século XXI poderá ter as seguintes características:

- mundo globalizado e intercomunicado;
- mundo eletrônico;
- mundo individualista;
- o mercado como o principal mecanismo das atividades econômicas;



- com permanentes mutações tecnológicas e sociais;
- uma sociedade das organizações;
- uma sociedade da informação;
- com dinheiro eletrônico; e
- donde o curso econômico básico será o saber.

A sociedade do Século XXI, a “Sociedade Pós-Capitalista” como a denomina Drucker (1993), é:

ao mesmo tempo uma sociedade do saber e uma sociedade das organizações, uma dependendo da outra, contudo, diferentes quanto aos conceitos, pontos de vista e valores. A maioria das pessoas instruídas exerceram seu saber como membro de uma organização; portanto, deverão que estar preparadas para viver e trabalhar simultaneamente em duas culturas: a “mental”, que se concentra nas idéias e a do “administrador”, que se concentra nas pessoas e no trabalho. Os intelectuais necessitam da organização como ferramenta, e os gestores vêem o saber como um meio para conseguir um fim dos resultados organizacionais.

Quanto ao contexto brasileiro e latino americano, quiçá também catarinense tenderá a ter todas as características acima já listadas, porque estes são partes de um mundo globalizado, e como tal, sofrem as influências das grandes correntes da política e da economia mundial.

Por outro lado, podemos distinguir alguns aspectos regionais ou locais mais específicos que podem nos permitir uma visão mais sutil, tais como:

- panorama político;
- panorama econômico; e
- panorama social.

Diante destas três grandes vertentes de cenários, os problemas centrais pelos quais deverão enfrentar a sociedade, o poder público e por não dizer as cooperativas, são:

- a marginalização;
- a exclusão;
- a pobreza; e
- a desigualdade.

Por conseguinte, as tarefas centrais, primordiais e prioritárias nas quais a Educação Cooperativa deve se preocupar para poder alavancar um melhor desenvolvimento serão:

- abrandar e reduzir a pobreza;
- aumentar a oferta de emprego produtivo e com uma remuneração adequada;
- incentivar o progresso técnico e a competitividade; e
- reduzir as diferenças sociais.

De um modo geral, a educação mais recente tem recebido uma prioridade como mecanismo de modificações econômico e sociais tendo em vista que a mesma pode trabalhar com o Princípio da Justiça Distributiva. Quer dizer, se pode outorgar-lhe sem dificuldade a aqueles que a solicitam. Este princípio de justiça distributiva é de muito mais fácil implementação que quando comparado a outro princípio de justiça redistributiva, a qual implica em quitar algo a alguém para outro. Mudanças sociais através da justiça redistributiva tais como Reforma Agrária e Urbana apresentam muito mais controvérsia e conflitos.

Atualmente, os Sistemas Educativos tendem a buscar, oficialmente pelo menos, não somente outorgar educação massiva e conhecimentos úteis senão também uma educação que promova e inclusive gere a justiça social. Este último objetivo nos leva a refletir sobre a diferença entre igualdade e eqüidade. O termo “igualdade” é utilizado na educação para refletir a situação em que os alunos são tratados de igual maneira: recebem a mesma qualidade de ensino e desfrutam de locais físicos, de textos escolares, de materiais didáticos, etc., na mesma proporção. O termo “eqüidade” é empregado para refletir a necessidade de atuar com justiça. Na eqüidade, há uma dimensão ética no sentido de igual acesso ou oportunidade, a qual é muitas vezes insuficiente para poder promover a justiça social. Além disso, a justiça social é definida como uma situação onde os iguais – o que é utópico ou certamente impossível – senão como uma situação na qual os destinos ocupacionais, de vida, de ingresso, de oportunidades de vida em geral não são pré-determinados, ou seja, dependem das habilidades e interesses individuais.

Ao se falar em igualdade na área educativa, deve-se levar em consideração quatro formas que não são necessariamente níveis, a saber:

- igualdade no acesso ou na oportunidade de participar da escola e da universidade;
- igualdade no alcance escolar, quer dizer, obter o mesmo número de anos de estudo;
- igualdade nos conhecimentos escolares; e
- igualdade nos benefícios que são obtidos na sociedade pela educação, tais como prestígio, ingresso, etc.

O conceito de equidade se destaca por sua preocupação em conseguir uma igualdade de resultados. Sua lógica é a seguinte: já que historicamente grupos menos privilegiados não podem competir nas mesmas condições, estes necessitam de oportunidades ou intervenções especiais ou adicionais. Na prática, isto implica no uso de recursos e processos diferentes a fim de que estes grupos possam verdadeiramente se beneficiar. Em outras palavras, a distribuição igual de recursos não é suficiente. Por exemplo: oferecer livre acesso nas universidades para jovens com pouco ou reduzido nível de escolaridade, quase que se pode garantir que o mesmo não obterá êxito. Para proporcionar-lhe um real acesso à educação superior, será necessário ajudá-lo também por intermédio de mecanismos tais como recursos suplementares que melhorem a sua deficiência referente aos conhecimentos básicos ou bolsas para que os mesmos não tenham que trabalhar e possam ser estudantes em tempo integral.

O conceito de equidade não pode assegurar igualdade de resultados, porém pode sim fortalecer a possibilidade de que os resultados alcançados possam ser iguais. O propósito da equidade é o de minimizar as desvantagens sobre as quais o indivíduo não tem controle. A equidade, pode ter circunstâncias específicas, mas não tem fórmulas padronizadas, senão relativas.

Não é sem razão que Johannes Gutenberg se destacou nas analogias do último milênio. A partir de 1455, quando inventou o tipo móvel e imprimiu o primeiro livro - a Bíblia - , a democratização do conhecimento, propiciada pela impressão em escala, foi um agente de transformação em todo o mundo. Àquela época, a Europa tinha cinquenta milhões de habitantes, dos quais apenas oito milhões eram alfabetizados. A ampliação da oferta de livros decorrente dos tipos móveis estimulou a leitura e por que não dizer a educação.

Dois anos após a primeira venda, numa Feira em Frankfurt, na Alemanha, foram comercializadas aproximadamente duzentas Bíblias de Gutenberg e o número de europeus alfabetizados já chegava a dezessete milhões.

Há séculos a educação tem sido um verdadeiro caminhar: é o caminhar de uma viagem, na qual, em níveis, trajetória e extensões variáveis, o homem passa continuamente de um estado da natureza para uma situação de cultura. Esta viagem da educação compreende tudo o que fazemos associada à capacitação dos homens.

Porém, inicialmente, seria de bom alvitre recordar o que alguns tratadistas entendem por educação, para a qual recompilei algumas definições bastante difundidas.

*Experientia docet* (a experiência ensina), diziam os Romanos. Platão concebia a educação como uma “necessidade de dar ao corpo e à alma toda a beleza de que seja sucessível”. Quintiliano opinou que “a educação consiste em fazer do educando um ser humano o menos imperfeito possível”. Herbert Spencer afirmou o seguinte: “o ideal da educação consiste em obter uma cabal preparação do ser humano, dentro de um sentido perfeito para que se desenvolva em toda a sua amplitude”. Modernamente, a educação pode ser definida como “um processo pelo qual as novas gerações se apropriam dos bens culturais da comunidade local, nacional e internacional para alcançar seu pleno desenvolvimento humano integral”, quer dizer sua humanização. A vida educa, dizia J. H. Pestalozzi, grande pedagogo suíço, repetindo a afirmação dos Romanos com algumas diferenças.

Cada uma destas definições ou conceitos requereria uma vasta explicação, porque os termos querem dizer mais do que aparentemente expressam. Em todo caso, vale ressaltar que a educação é uma aquisição de conhecimentos teóricos ou técnicas para ilustrar a inteligência ou a adoção de novos hábitos ou condutas de vida que modelarão a vontade.

A própria palavra educação é etimologicamente indicativa, já que se deriva de Ex: fora e Dúcere: levar, conduzir, com a qual se expressaria como arte e ciência de sacar o ser humano de onde se encontra para levá-lo a um novo estrato, mais elevado individual e socialmente. Em outras palavras: “educação é

um processo pelo qual se procura desenvolver as potencialidades das pessoas e integrá-las na comunidade social a que pertençam” (TUDO, 1977, p. 456).

Gromoslav Mladenatz, com grande clarividência, foi quem primeiro destacou a importância da moderna relação pedagógica com o cooperativismo em sua obra “*Historia de las Doctrinas Cooperativas*”, quando se refere à atuação na Suíça da Escola de Johann Heinrich Pestalozzi e Fellenberg, os quais são considerados os iniciadores do Cooperativismo Helvético.

Desta maneira, qualquer que seja a definição adotada para o termo educação, esta sempre implicará em uma mudança, um crescimento, um desenvolvimento. Seja porque se tenha adquirido conhecimentos, destrezas ou novas habilidades, ou porque tenhamos melhorado a nossa conduta por meio de novos hábitos positivos. A educação, se é, sempre perseguirá o ser mais, apesar de uns poucos deformarem a sua imagem por terem mais. Por isso, raras vezes se pode chegar à exploração, ao furto, à corrupção, meios pelos quais se poderá obter riquezas materiais, porém não se estará educando.

No cooperativismo, o ser mais é um imperativo. Porque não basta a associação pela associação, senão para algo definido como é a superação humana com os demais. Tampouco basta a empresa ser boa, ela deve ser considerada um meio. Não basta ter recursos financeiros, pois estes servem para resolver muitas necessidades. Se o cooperativismo permanecer como um negócio, é um pobre negócio, embora possa reunir um considerável volume de recursos, porque não se trata de criar porcos ou outro tipo qualquer de animais, que em determinada época serão encaminhados para o abatedouro. No negócio cooperativo se espera muito mais, e isso pode ser obtido somente quando se promove uma educação integral da pessoa humana.

Quando se estuda, mesmo que superficialmente a educação, é imprescindível que se faça uma análise dos seguintes aspectos:

- o sujeito da educação;
- o conteúdo da educação; e
- o método educativo.

Todos eles deverão ter como pano de fundo o ser humano, porém nas reformulações dos Princípios Cooperativos de 1966 e 1995, no tocante ao

Princípio da Educação pode ser encontrada esta preocupação por parte da Aliança Cooperativa Internacional.

Esta interpretação da ciência da educação e do cooperativismo deu-se ao longo dos tempos desde a criação da primeira cooperativa, modernamente têm aparecido novos e modernos conceitos inovadores relativos ao ensino, tais como a formação permanente, a educação de adultos, de maneira tal que acabaram redundando no aparecimento das Escolas de Freinet e Prevost na França, a qual se pode estender até Paulo Freire no Brasil, pelo menos na fase inicial.

As estruturas cooperativas constituem-se a base mais eficiente de qualquer operação de desenvolvimento de recursos humanos a partir da animação, por colocar os cooperados em estado de autoconsciência, auto-organização e autodesenvolvimento.

Assim, as cooperativas tanto despertam como preparam os cooperados para colaborarem ativamente na execução dos planos desenvolvimentistas, estabelecidos pelos Poderes Públicos. E, concomitantemente, atuam e atuarão como agências de aplicação dos Planos de Desenvolvimento, quer locais, regionais, setoriais, nacionais ou globais.

No último quartil do século passado, quando era discutido o problema real das possibilidades do homem terceiro mundista de melhorar a si mesmo e de progredir por si mesmo, dois principais caminhos foram considerados:

- a promoção dos recursos humanos no contexto dos Planos de Desenvolvimento, com todas as medidas de combate ao analfabetismo, às doenças, à pobreza, à baixa qualidade habitacional além de outras medidas de formação do potencial humano de alto nível, etc; e
- o desenvolvimento do homem por si mesmo, pelo despertar de suas próprias potencialidades, caminho que foi cada vez mais ampliado graças às inúmeras contribuições de estudos nacionais e internacionais das ciências sociais e do comportamento humano.

Estes dois caminhos acima indicados, isto é, o desenvolvimento econômico planejado e o desenvolvimento do homem por meio de suas

potencialidades acabaram por fundirem-se numa disciplina simultaneamente teórica e prática, cujo campo ficou conhecido por Desenvolvimento de Comunidade.

O processo de Desenvolvimento de Comunidade é fundamentalmente educativo. Tudo mais é secundário e deve realizar-se como um reflexo, não como resultado final. Mas é sobretudo um processo educativo, que ultrapassa o ensino meramente formal, porque enfoca os resultados do ensino em relação às necessidades da vida cotidiana. Ou seja, o Desenvolvimento da Comunidade é essencialmente um desenvolvimento humano (BIDDLE, 1967).

No contexto do desenvolvimento da Comunidade se encontram os albos da animação cooperativista como um conjunto de técnicas educativas, destinadas principalmente a:

- integrar o cooperativista na sua comunidade e fazê-lo compreender que é um ser humano indispensável e capaz e não uma simples peça de uma ampla engrenagem que, na maioria das vezes, o mantém submisso e despersonalizado;
- reconstituir as células sociais, segundo as exigências e as rápidas modificações de nossa época, com cooperativistas cada vez mais conscientes de suas responsabilidades e também de sua capacidade; e
- devido as suas características de serem sociedades de pessoas, de base rochdaleana, que têm por fim precípua prestar serviços econômicos e sociais sem objeto de lucro.

Por outro lado, não se pode esquecer do Padre Moisés Coady no Canadá, o qual foi o criador do Método do Círculo de Estudos, assim como alguns cooperativistas argentinos, tais como: Emilio Bottini, María Argentina Gómez Ullía e María Vargas de Ferrante

As idéias de Pestalozzi alcançaram difusão mundial devido às relações de um seu discípulo, Emmanuel von Fellenberg que em 1799, em Holwyl, concebeu a “Província Pedagógica”. Suas idéias e a de seu maestro chegaram através de correspondências que manteve Fellenberg com todos os pré-cooperativistas e reformadores sociais de seu tempo, tais como; Victor Aimer e

Huber ambos na Alemanha; William King, Robert Owen e E. T. Graig na Inglaterra; e com os discípulos de Charles Fourier na França. Com todos estes manteve permanente contato, chegando alguns até a estudar ou realizar pesquisas em seu Instituto. Guisepe Manzini, também seu discípulo, foi introdutor do cooperativismo na Itália e Grundtving na Dinamarca.

Deduz-se, então de que educação e a cooperação são idéias que têm caminhado unidas no processo reformador da sociedade nos últimos tempos.

O desenvolvimento da educação deixou de ser um Princípio acessório ou facultativo em 1966, para passar a ocupar um lugar idêntico ao dos outros cinco, na formulação que a Aliança Cooperativa Internacional adotou em Viena. Passou a ter o conteúdo resultante do seguinte texto:

todas as cooperativas devem tomar providências para a educação dos seus membros, empregados e dirigentes, e público em geral, nos princípios e técnicas, tanto econômicas como democráticas da cooperação.

Na sua concisa simplicidade, o texto da ACI não se limita a uma indicação genérica da necessidade de as cooperativas para autenticidade serem consideradas como autênticas e, terem que promover a educação. Desde logo, assinala expressamente o âmbito que deve ter: internamente, há de dirigir-se não somente aos empregados e dirigentes, mas a todos os membros; no plano externo, potencialmente, é seu destinatário o público em geral. A educação cooperativa não poderá deixar de incorporar uma componente técnica, mas envolve necessariamente também uma vertente doutrinária, devendo incidir, quer nos aspectos empresariais da vida cooperativa, quer nos aspectos associativos. E para frisar que se está longe de pretender emitir um mero voto piedoso, a Aliança Cooperativa Internacional fala num dever de tomar providências.

Pelo contrário, o desenvolvimento da educação implica uma estratégia, uma complexa planificação e articulação das medidas e tarefas, em suma, uma política.

A importância decisiva da educação para o desenvolvimento cooperativo há muito que é reconhecida pela doutrina. E no Sistema Cooperativo,



ela é vista como condição de aplicabilidade dos outros Princípios e como fator de sua vigência e eficácia.

A Comissão da Aliança Cooperativa Internacional viu neste desenvolvimento da educação “o Princípio que na verdade torna possível a observância e a aplicação efetiva dos outros...”. E também sublinhou que:

em última instância estes Princípios encaram o espírito da cooperação, que deve ser reativado e renovado, cada vez que uma nova geração sucede aos seus predecessores nos trabalhos do Movimento. Esta reativação e esta renovação dependem mais do que tudo do cuidado e da constância com que em cada época se mantenha aceso o facho da educação. (ACI, 1968, p. 60)

Carlos Torres (1983, p. 89) também exprime idêntico ponto de vista, recorrendo a uma sugestiva metáfora: “tem-se defendido justamente em várias ocasiões que este Princípio é a base do cooperativismo. Se este for imaginado como uma pirâmide, aquela surgirá como a sua base. Por isso, o Princípio da Educação é de há muito conhecido como “Regra de Ouro do Cooperativismo”.

Mas, estar-se-á na verdade perante um dos vetores da própria autenticidade cooperativa, ou apenas perante um dever político que está contente com a eficácia, mas não com a autenticidade? No decorrer do histórico Colóquio de Liège/França, realizado uns meses antes do Congresso da ACI de 1966, no qual participaram renomados cooperativistas de diversos países para discutirem os Princípios Cooperativos, prepararam assim o Congresso de Viena, quando o eminente e destacado cooperativista belga Roger Ramaekers foi claro e incisivo:

falou-se de educação, disse-se que é um dever. É um imperativo ou trata-se de uma regra política? Contrapõe-se-lhe uma regra de autenticidade: é o que nós somos. Creio que somos o que fizemos e tornamo-nos no que fizemos. Acho paradoxal dizer que uma cooperativa é autêntica quando não pratica a educação; ela só o passa a ser quando leva à prática a educação. (1967, p. 381)

O Colóquio contou também com um conjunto de várias palestras, dentre as quais podemos destacar a de Paul Lambert sobre o tema “O histórico das Regras de Rochdale”, a de Georges Lasserre sobre “A Significação Econômica e Moral das Regras de Rochdale”, e um conjunto de informes

produzidos por onze federações e instituições cooperativas francesas sobre a aplicação das Regras de Rochdale. O Professor Roger Saint-Alary também apresentou um trabalho sobre o tema e que levava o seguinte título, “Problemas e Dificuldades da Aplicação das Regras de Rochdale nos Distintos Movimentos e para cada Classe de Cooperativa”.

Também aconteceram mais duas outras palestras uma de Maurice Colombain y André Hirschfeld sobre “A Aplicação das Regras Cooperativas nos Países em vias de Desenvolvimento” e outra de Mijail Vuchkovich sobre “A Aplicação das Regras Cooperativas nos Países Socialistas”, as quais somente foram apresentadas e por falta de tempo não foram discutidas.

Poucos meses depois, no Relatório da Comissão da Aliança Cooperativa Internacional, a educação era encarada com o mesmo destaque, o seu interesse essencial para o movimento era afirmado sem equívocos, destacando-se como era importante, não apenas o que se aprendia, mas também como se aprendia. A Comissão salientava: “o conceito cooperativo de educação é um processo que dura toda a vida” (ACI, 1968 p. 57). A educação cooperativa deve ser uma educação permanente, alertada para a possibilidade de a cooperativização do processo educativo lhe abrir novos horizontes.

Há uma cultura cooperativa a suscitar idéias, princípios e experiências a difundir, e uma formação técnica a assegurar. A cultura cooperativa há de resultar da própria doutrina, mas não pode deixar de se alimentar duma cuidada visão própria dos problemas empresariais e das questões que se prendem com a participação dos indivíduos nas estruturas associativas. Na sua máxima ambição, não pode deixar de incorporar uma pedagogia ativa própria que vai de um conteúdo inovador à cooperativização do processo educativo.

O Relatório produzido pela Comissão da Aliança Cooperativa Internacional, em 1966, a qual estudou a reformulação dos Princípios Cooperativos também propunha, em linhas gerais, um amplo panorama de como era interpretado e de como deveria ser levada a cabo a Educação Cooperativa. Este aspecto, inicia com um parágrafo o qual procura relacionar o valor pedagógico e a sua relação educativa com a cooperação.

Florêncio Eguia Valaseñor, em “*Los Principios Del Cooperativismo*” página 197, assim se expressa:

não é uma mera coincidência de que tantos Pioneiros e dirigentes eminentes da cooperação também tenham sido excepcionais educadores populares.

A seguir, foram esboçados os conteúdos e formas de serem como levar a cabo a Educação Cooperativa, assinalando que, inicialmente, a mesma deva ser variada e não tão acadêmica. Considera que a ação cooperativa é uma forma de ensino em si mesma e também preconiza que, no mundo moderno, está cada vez mais impossível serem limitados os conhecimentos daqueles que os recebem na mais tenra idade, já que a educação, segundo a ótica cooperativa é um processo que tem início porém não tem fim, pois a mesma dura toda a existência do ser humano.

No cooperativismo, ser melhor é um imperativo. Porque não basta a associação pela associação, senão para algo definido como seja a superação humana em relação aos demais. Tampouco basta a empresa ser excelente, ela deverá ser considerada como um meio. Não basta ter dinheiro somente, se bem que serve para solucionar muitas necessidades. O cooperativismo, se circunscreve somente aos negócios, é um pobre negócio. No negócio cooperativo, se aspira muito mais, o qual somente pode ser obtido com o auxílio da constante educação e capacitação do ser humano.

Ao estudarmos sumariamente a educação, é imprescindível ocuparmo-nos, pelo menos de três elementos fundamentais, a saber: o sujeito da educação; o conteúdo da educação e o método educativo. Todos estes deverão ter como ponto de partida o ser humano.

Como se pode depreender, o Princípio Cooperativo da Educação transcende a história assim como também existe uma relação constante e não apenas rochdaleana entre a educação e a cooperação. Decididamente, o mesmo tem ficado relegado na maioria das cooperativas ao seu próprio destino, qual seja o de não ser levado muito a sério, por falta ou ausência de uma melhor preparação e capacidade dos dirigentes em compreender a sua importância e validade, além da constante alegação da falta de recursos financeiros para tal.

Algumas cooperativas se utilizam do expediente de conceder bolsas de estudo para os filhos de seus associados mais carentes para que os mesmos sigam estudando, outras vezes realizam viagens de estudo, etc. Quando existem programas cooperativistas, os mesmos invariavelmente são realizados com aportes financeiros de agências governamentais ou de fundações internacionais. Neste caso, então são realizados seminários, simpósios, encontros ou cursos, na maioria das vezes para dirigentes, técnicos e muito pouco para associados. Esta capacitação geralmente é a dotrinária e não ideológica.

O sujeito da educação é o ser humano, sejam crianças, jovens, adultos ou idosos, porque a educação tem um início e jamais termina, salvo com a morte da pessoa. Ela é um processo que está presente durante toda a existência do ser humano, ou seja, toda a sua vida, se bem que há pessoas que afirmem de que já não estão mais para aprender.

O sujeito da educação é o homem com todas as suas prerrogativas, suas capacidades e limitações, com sua faculdade para discernir, argumentar, amar e para destruir em alguns casos, face a distorções que possa cometer. Entretanto, o homem é o ser mais importante da criação, apesar de imperfeito e carregado de necessidades. Necessidades fisiológicas tais como a alimentação, a proteção e o lazer, e podemos acrescentar a da segurança para poder sobreviver além de necessidades mais elevadas tais como as da propriedade, auto-estima e autorealização, como as classificou Maslow.

Precisamente porque o ser humano sabe que é possuidor destas necessidades, que é imperfeito e limitado; porém também que é susceptível de aperfeiçoar-se porque tem valores que podem ser melhorados hodiernamente, e que aceita e escolhe, não apenas viver em sociedade com seus semelhantes, senão formar outras sociedades secundárias que melhor o ajudem nos casos específicos. Desta forma, uma cooperativa, pode proporcionar mudanças indispensáveis, dependendo do tamanho da carência do cooperado, ou se for possível, superior à mesma.

Na cooperativa esse homem é o sócio, guardada as devidas ressalvas, igual em natureza a todos os demais sócios. É uma pessoa humana com todas as suas características. Porém, além de ser membro de uma sociedade para a qual decidiu voluntariamente pertencer para se superar, é

também dono de uma empresa econômica dirigida democraticamente (um homem um voto) e responsável pelos serviços oferecidos, bem como sabedor dos destinos desta sociedade empresa, da qual é o princípio e fim, objetivo e meio, dono, usuário e fornecedor.

A educação do sócio, trabalhador, usuário ou fornecedor de uma cooperativa é um dever constante e permanente da mesma. Embora aparentemente não seja possível se ver tangivelmente os resultados imediatos, ela é dispendiosa e necessita gradualmente cada vez mais de uma soma de recursos financeiros mais significativos, ainda que ao final nos pareça que tudo foi em vão. Na grande maioria das vezes o sócio é lento, mal agradecido e apenas faz e diz o que lhe convém, vive a reclamar de seus direitos. é indolente e descuidado frente as suas obrigações, ou a quase tudo que se deseje e lhe solicite. Pois é do sócio que se deve esperar, o mais rápido possível, aportes econômicos, embora o mesmo seja sensível quanto a sua economia, ou a uma maior participação nas assembléias e na direção de sua cooperativa. É mais fácil dar do que dar-se.

Uma boa medida para a educação do sócio, dono, usuário ou fornecedor é convencê-lo que este deve realizar todas as suas operações/transações somente com a sua cooperativa, tal como quando exerce a responsabilidade democrática ao eleger os dirigentes, aprovando seus relatórios assim como delegando-lhe autoridade, porém sem abdicar da mesma. Há muito o que fazer com e para os sócios, porque eles são a própria cooperativa.

Esse homem, sujeito da educação, com todas as suas características e atributos, é também dirigente e sócio da cooperativa. Nem mais nem menos. Porém ao ser eleito passa a ter uma faculdade adicional ao receber dos demais companheiros uma fração a mais de autoridade para administrar, e deve estar consciente que administrar uma cooperativa é sinônimo de servir.

O dirigente deve exercer adequadamente suas funções diretivas face a estes aspectos, o mesmo deverá necessitar de uma formação/educação mais especializada, bem melhor do que a dos demais associados tendo em vista estar investido de funções tomadoras de decisão. Para tanto, necessita conhecer bem a cooperativa a qual administra, tanto nos aspectos econômicos quanto nos técnicos. Estes não devem ter prevalência um sobre o outro, pois a sociedade

empresa poderá ser afetada e conseqüentemente seus donos, usuários, fornecedores e trabalhadores.

O dirigente deve ser capacitado para compreender que não deve abusar do poder que lhe foi conferido, usurpando faculdades que não lhe foram delegadas, desconsiderando os empregados, os sócios em geral, assim como os outros dirigentes. O mesmo deve educar-se para administrar em equipe e não pessoalmente, ainda que seja o Presidente, porque a responsabilidade é colegiada e não deve ser exercida ditatorialmente. Deve educar-se para informar sempre que oportuno, deve ser moderador e opor-se a todo o tipo de divisionismo, separatismo ou sectarismo ou seja a qualquer tipo de anti-cooperativismo. Deve educar-se para saber melhor usar todo o seu tempo disponível e suas energias em benefício de seus companheiros. Mesmo depois de ter deixado o cargo de dirigente, ele deve continuar a ser um grande apoiador e incentivador, sem almejar qualquer tipo de privilégio como conseqüência de sua retidão quando dirigente. Assim se pode forjar um dirigente servidor, o qual será um verdadeiro mandatário. Os outros serão caciques, oportunistas e exploradores dos demais, de seus irmãos de causa, embora não esperem deles senão que o chamem de Senhor Presidente.

Este homem, sujeito da educação, também pode ser o empregado da cooperativa, o qual pode vir a ser uma excelente alavanca para a eficiência dos serviços prestados, já o burocrata mercenário desafia com as suas atitudes seus superiores, fere a estrutura hierárquica, a ordem administrativa e a democracia cooperativa. O empregado está em permanente contato com os sócios, dos quais é muito conhecido e por esta razão projeta a imagem da cooperativa. Do modo como agem os empregados, podemos deduzir e classificar a cooperativa, pelo que eles a fazem na prática.

O empregado deve ser encarado como um técnico da cooperativa, deve ser um sujeito frio e calculista em sua área de competência, sendo por uns temido e por outros admirado. Deve ser um gerador e disseminador de inovações, como também poderá ser um óbice para a alteração de medidas quando necessárias. É um personagem que representa a continuidade da organização, tendo em vista ser o dirigente temporário, porém o empregado permanece na organização e cada dia mais o mesmo se consolida. O dirigente

pode ser um sujeito, muitas vezes por capricho de uma eleição, porém o empregado normal deve permanecer por um período de tempo mais longo. Este deve fazer de seu emprego ou posto de trabalho uma carreira, uma profissão na cooperativa, ou seja, um meio de vida permanente.

Deve-se ter muito cuidado com o empregado de uma cooperativa. Se não o introduzirmos totalmente nela, em seu espírito, em sua doutrina, em seus métodos e em seus objetivos o mesmo poderá distorcê-la intencionalmente. Um bom empregado, bem conduzido, poderá fazer com que uma cooperativa que esteja com problemas administrativos, técnicos, possa incrementar a oferta de seus serviços, e desta maneira superar a crise. Por outro lado, também pode acontecer um agravamento da sua crise, tendo em vista que a técnica utilizada pelo empregado não era a mais adequada para a cooperativa. Também podemos nos deparar com uma resistência por parte do empregado haja vista o mesmo ser possuidor de grau universitário e o dirigente não. Quer dizer, devemos ter muito cuidado ao selecionar um empregado.

Deve ser selecionado para ser empregado em uma cooperativa o que de melhor exista disponível na comunidade, porém o mesmo deve ser capaz de ser conduzido e se deixar dirigir. Do contrário, deverá renunciar o mais breve possível, antes que possa produzir algum estrago.

O empregado deve ser disciplinado e não servil. Deve ser fiel aos seus princípios mais do que à conveniência de uma remuneração, porém deve ser merecedor do respeito de seus superiores e hierárquicos, os quais não negligenciaram em convertê-lo em seu discípulo porque muito aprendeu em seu posto de trabalho. O empregado deve estar consciente de que quem obedece jamais se engana, por outro lado, quem manda pode se enganar e voltar a mandar. Isto não quer dizer que o empregado seja um autômato. O mesmo não deve de nenhuma maneira se rebelar contra seus superiores, deverá sim sempre procurar o diálogo. Se seus princípios estão sendo ultrajados, o melhor é que o empregado deixe a cooperativa. Porém, se o mesmo tem razão dentro das normas da cooperativa, sempre haverá a possibilidade de alguém o escutar ainda que tenha de alterar parcialmente as suas idéias e argumentações.

O empregado tem o direito a uma remuneração justa, porém deve ganhá-la. Em contrapartida, o trabalhador deve realizar suas atribuições não

apenas pelo salário, senão também pelo desejo de poder servir, face a ter uma oportunidade privilegiada no cooperativismo de poder ajudar aos demais sem desprezo, contribuindo para implementar um novo mundo, tendo em vista que o atual é um tanto opressor e injusto.

Por fim, o sujeito da educação cooperativa também é o público em geral, ou seja, aquelas pessoas da comunidade que não participam da adesão democrática da cooperativa, porém, de alguma maneira, possuem um escasso conhecimento sobre a mesma, embora, em muitos dos casos, a ignorem, apesar de poderem ser potenciais associados ou empregados. A cooperativa, em seu trabalho educativo, não pode e não deve ignorá-los, deve se projetar sobre os mesmos, influenciando-os inicialmente por intermédio de uma variada gama de informações de cunho geral, criando desta maneira um ambiente propício à adesão dos mesmos, além de ampliar o seu respeito e aqueles que a apóiem.

O público em geral deve conhecer o espírito cooperativo, sua doutrina de serviço, sua filosofia de trabalho, bem como sua estrutura democrática, para que todas as pessoas que possam necessitar de algum tipo de serviço proporcionado pela cooperativa, possam ser potenciais candidatos a se associar à mesma em igualdade de condições com os demais.

Uma cooperativa que desenvolve um bom trabalho educativo para o público em geral crescerá lenta e progressivamente, apesar das crises que lhe batam à porta. Motivada pelo seu corpo associativo e de colaboradores ou quiçá por alguma autoridade externa, a mesma também é respaldada pelo trabalho realizado na área educativa e poderá obter frutos de boa qualidade no futuro. Pois, desta maneira pode-se concluir que a educação da comunidade também pode ser verdadeiramente conveniente.

O segundo elemento importante é o **conteúdo da educação**, ponto essencial depois de serem definidos os sujeitos. O conteúdo da educação deve tratar do que se pretende ensinar e o que devem conhecer os sujeitos dela. Não se pode realizar um trabalho educativo sem um prévio conhecimento valioso e que sirva para conseguir as mudanças pretendidas.

Nas cooperativas, o conteúdo da educação deverá cobrir tanto fatores endógenos quanto os exógenos da mesma, ou seja, a cooperativa em sua composição interna e externa com todas as suas características.



Trabalhadores, donos, usuários, fornecedores, diretores e empregados como também o público em geral devem conhecer a natureza tanto da cooperativa quanto do cooperativismo no tocante a sua filosofia doutrinária - os princípios cooperativos - e também a parte técnica de como deve operar e ser operada essa sociedade empresa ambivalente. Os princípios sociais e empresariais do cooperativismo devem ser temas determinantes do conteúdo da educação cooperativa, porque ao conhecê-los, assimilá-los e vivenciá-los é possível que sejam obtidas as modificações desejadas por uma organização humana diferente das demais. O domínio desta é uma ferramenta que possibilita ao cooperado descobrir uma nova técnica, muito parecida com a empregada em outros locais, porém não totalmente igual.

Os conteúdos da educação cooperativa são as normas vigentes, as quais devem ser refletidas e interpretadas para um bom cumprimento das mesmas, já que elas devem estar expressas nos seus estatutos, regulamentos, acordos e declarações imperativas, os quais são a espinha medular da essência da cooperativa para benefício dos associados e de suas comunidades.

Também deve fazer parte do conteúdo da educação cooperativa a estrutura interna da cooperativa, tanto nos aspectos relativos aos órgãos diretivos, como às assembleias, ao conselho de administração ou da diretoria, ao conselho fiscal, aos comitês ou a qualquer outro tipo de órgão diretivo, e também quanto às estruturas operacionais que dão suporte para a execução dos distintos serviços. Outro aspecto também fundamental da educação cooperativa diz respeito à estrutura orgânica que partindo dos sócios e passando pela cooperativa vai até às centrais, federações, confederações até chegar aos níveis internacionais. Organismos estes que se iniciam em nível de primeiro grau (cooperativas singulares), pois conformam e representam o Sistema Cooperativo Internacional. Cada um destes estratos tem sua estrutura específica, sua organização de serviços própria e a todos os membros do Sistema Cooperativo convém conhecê-la para poder estar verdadeiramente integrado.

Este aspecto é reconhecido pela Lei N° 5.764/71 como Integração Federativa e concretiza-se pela possibilidade da criação de cooperativas de segundo grau (federações e centrais), de terceiro grau (confederações), além de organizações estaduais (OCEs) e nacional (OCB).

Embora o Art. 105 da Lei N° 5.764/71 use o termo “representação” apenas para conceituar uma das entidades em foco, sabe-se que, genericamente, consideradas todas elas têm a mesma função e não apenas a organização da cúpula nacional.

Não obstante à indistinção estabelecida na lei entre central e federação em nível de segundo grau, verifica-se em nível de terceiro grau que a confederação aparece como única modalidade. Cabe ainda mencionar, enquanto persistir a coexistência das duas modalidades em nível de segundo grau, a Integração Federativa Operacional estará a par da Representativa.

Transcendendo da Integração Federativa passamos para a dimensão da Integração Internacional. Esta dimensão desde os primórdios do cooperativismo já apresenta algumas experiências concretas. Eis que existem organismos, tais como a Aliança Cooperativa Internacional, fundada em 1895 e com sede em Genebra; a Organização das Cooperativas das Américas, em Caracas/Colômbia, dentre outras.

Mas a Integração Internacional não opera apenas por intermédio destas entidades. Contudo também operacionalmente. As transações entre cooperativas de um país e as de outro são outro exemplo. As formas podem variar, sendo as mais conhecidas talvez as “*joint ventures*”. A Intercooperação pode também produzir resultados a este nível.

O conteúdo da educação cooperativa também deve plasmar os conhecimentos relativos aos direitos e as obrigações dos sócios para com a sociedade. Se estes são desconhecidos, não podemos demandar uns sem o cumprimento dos outros. Desta maneira, o sócio da cooperativa participa da mesma simplesmente como um cliente, o mesmo não pode ser considerado como dono, usuário, fornecedor ou trabalhador. O membro de uma cooperativa deve ter pleno conhecimento de cada um dos serviços ofertados pela mesma. Os procedimentos para obtê-los, assim como os requisitos para poder beneficiar-se pessoalmente dos mesmos, sem qualquer tipo de detrimento ou dano a cooperativa. Esta educação deve conduzir o sócio para que o mesmo use plenamente sua cooperativa e não faça operações com seus concorrentes, porque de outro modo não houve mudança de postura. Seria o mesmo que dizer

que o associado acendeu ao mesmo tempo um vela para Deus e outra para o diabo.

A Aliança Cooperativa Internacional, em seus trabalhos, quando se refere ao conteúdo da educação cooperativa, praticamente centra seu enfoque em dois conceitos fundamentais os quais parecem inicialmente incompletos, porém são fundamentais. Fala dos “aspectos econômicos e dos democráticos”, com os quais procura englobar todo o espectro da cooperativa tanto como sociedade, quanto como empresa, ou seja, a dimensão econômica e a social. Porém, a primeira objetiva a eficiência e a segunda, a estabilidade. Portanto, refere-se à adesão com seus valores de liberdade e de voluntariedade e o caráter democrático como responsabilidade da sociedade que cria uma empresa não com o objetivo de lucro econômico, mas sim para usufruir de seus serviços. A Aliança sempre reiterou, em seus trabalhos sobre educação cooperativa, a necessidade da educação para que se possa obter uma democracia real e não um vão desejo.

O conteúdo da educação cooperativa não pode se olvidar dos elementos exógenos da cooperativa. Estes não estão no ar, senão imersos em uma comunidade, em um país bem como numa sociedade viva e atuante. O sócio, o dirigente e o empregado de uma cooperativa, assim como o público em geral estão sujeitos a um conjunto de leis que, de algum modo, os atende e lhes afetam. Existe uma realidade macroeconômica que inicialmente deve ser conhecida para que posteriormente possa ser aperfeiçoada. Existe uma história rica em valores e acontecimentos marcantes, como também fatos não tão positivos e que todavia tiveram ou ainda têm repercussão. Existe uma cultura com variadas raízes em função do caldeamento de raças, com as quais o cooperativismo tem o compromisso de engrandecer e consolidar no futuro. O mesmo deve ser tratado com o proveito de uma série de instituições tais como a família, a escola, o trabalho, a religião, a política, o bem-estar social, as agrupações civis e profissionais, os costumes, etc., já que as mesmas compõem a nacionalidade e a pátria. Todas elas devem ser matéria ou assuntos para a educação, e em cada momento oportuno, a cooperativa deve reconhecer e tratar estes assuntos ilustrativa e formalmente. Negligenciando estes temas, não estar-se-á tomando o homem na plenitude de sua integridade, ou seja, não o estaremos considerando como pessoa humana.

A cooperativa pode e deve completar o trabalho educativo da família, da escola, dos grupos sociais, dos seus sócios porque o conteúdo da educação é amplo e ambicioso. Pode chegar inclusive ao aperfeiçoamento profissional e pessoal dos sócios, com o objetivo de melhorar a sua condição de vida. Por fim, nossa educação ocidental está orientada para o ter, mais que para o ser. Talvez seja por isso que o homem se ache cada vez mais infeliz. O conteúdo da educação cooperativa pode e deve sintetizar tudo aquilo que é humano e a isso deve aspirar à cooperativa

Já com relação ao **método educativo**, o mesmo deverá responder a seguinte indagação: como fazer a educação? Porém, sobre este tema muito pouco ou quase nada é encontrado escrito, apesar de encontramos muitos textos produzidos sobre metodologia, educação ativa, técnicas para educação de crianças e adultos. A educação antes de mais nada é uma arte, uma criação pessoal, além de ser uma ciência.

Cada cooperativa, com base no seu desenvolvimento e na sua experiência, pode encontrar a melhor maneira de como realizar um trabalho educativo para os seus associados, colaboradores e para o público em geral. Em todo o caso, o melhor é elaborar um programa como pauta de ação permanente. Apoiar esse programa com recursos financeiros próprios e suficientes, e com a consciência de que a educação não é um custo, mas sim um investimento de longo prazo.

O programa cooperativo deve ser elaborado sob a supervisão do Conselho de Administração e ou Diretoria, por ser este órgão o que deva promover e realizar a coordenação de todos os serviços. Nele deverão ser incluídos todos os sujeitos da educação, assim como também todos os conteúdos progressiva e sistematicamente. Também não é imprescindível que se crie um Instituto de Educação Cooperativa específico, com de salas de aulas, corpo docente próprio e uma ostentação à vista. Porém, é conveniente institucionalizar a educação para que se reconheça a mesma um grau ou nível em distintos sujeitos ou conteúdos. O sistema de ensino aprendizagem oficial pode servir como um modelo na sistematização de uma cooperativa.

Uma vez elaborado o programa, o qual deve ser atualizado pelo menos uma vez ao ano, convém delegá-lo sob a responsabilidade de um

executor. Muitos se opõem de que esta responsabilidade seja mais uma das tarefas de um gerente geral ou superintendente, porém se desejarmos resultados palpáveis, o melhor é que o seja. Isto não quer dizer que o gerente geral ou superintendente realize pessoalmente o programa e desenvolva todas as atividades nela compreendida, senão que delegue para uma pessoa ou a uma equipe para cada uma das partes do programa. Por exemplo, uma pessoa ou equipe terá o encargo de elaborar as informações para os potenciais associados; outra a preparar de determinados temas de interesse geral ou específico; e assim sucessivamente. Desta maneira, será possível abranger todo o espectro da educação tanto para os dirigentes, associados e para o público em geral.

Como se pode depreender, o problema da educação é mais uma questão de método, de alocação de recursos porém, é, sobretudo um problema de tomada de decisão. Para alguns, é um problema de não querer dar início à mesma, de querer correr quando apenas somente se pode engatinhar. Em algumas poucas cooperativas, as pessoas encarregadas da educação, na prática, se convertem em curingas na organização: às vezes estão a desempenhar tarefas de encarregados de pagamentos e recebimentos, de diretores ou procuradores, de organizadores de rifas ou festas, muitas vezes é mandada para um cargo vago a fim de tapar uma lacuna temporariamente. Porém, na prática, nada faz e quando consegue realizar algo deixa muito a desejar.

O encarregado da educação deve contar com o apoio irrestrito do gerente geral e do Conselho de Administração e ou Diretoria. O mesmo deve tomar em suas mãos o programa e executar os passos pertinentes para colocá-lo em prática, valendo-se de todo o tipo de recursos ao seu alcance, tais como: os econômicos, os financeiros, os materiais, os quais devem ser paulatinamente ampliados, principalmente, os humanos que são inquestionavelmente os mais importantes.

A educação cooperativa pode e deve valer-se de publicações ainda que modestas, de cartazes, de panfletos, de pequenos folhetos, da compra de livros para a formação de uma biblioteca, de programas na mídia, da organização de eventos culturais – festivos e educativos, como também da promoção de seminários, de ciclos de estudo, de grupos de estudo e de trabalho, etc.. Porém, o mais adequado, simples e de baixo custo, são os grupos de estudo ou de

trabalho sobre temas importantes e sempre atuais. A educação não é uma moeda que tenha somente uma face, pois educando e educador formam uma unidade complementar. Ninguém ensina a ninguém, porém ninguém aprende sozinho.

Os recursos financeiros aportados para a educação não podem e não devem ser destinados para outros objetivos, muito menos para cobrir déficits de outras rubricas. Caso isso ocorra, a longo prazo serão colhidos frutos inadequados. Quando a cooperação não se apóia na educação a mesma tende a falecer mais hoje ou mais amanhã. Tomara que para a educação se possa dispor em média de um encarregado para cada cem associados, por exemplo. Com um programa lógico, viável e estimulante.

Numa cooperativa, o método educativo é facilitado enormemente quando se pode contar com uma forma de educação baseada na educação de adultos. Verdadeiramente, toda a cooperativa deve ser contemplada com uma ferramenta educativa. Deste modo, é altamente educativa a realização de assembléias, com todos os seus momentos do antes, do durante e do depois de sua celebração. Tudo o que nela acontece possui um caráter ilustrativo e formativo. Propicia a postulação de responsabilidades e exige a participação consciente e inevitável.

A economia deve ser promovida de modo sistemático e regular como um método educativo e com um objetivo. Ao ser a mesma realizada, principalmente quando ela é solicitada para que se deposite um determinado valor, este significa um esforço e não uma sobra.

Educativos também devem ser os empréstimos ou adiantamentos obtidos na cooperativa ou pela da mesma, porque isto representa o esforço comunitário baseado na premissa da ajuda mútua solidária. Desta maneira, o associado deve empregá-lo bem, com o objetivo de poder superar-se e não como prodigalidade porque o obteve facilmente. Este possui um interesse, ainda que modesto, e deve ser devolvido integralmente e nas datas apazadas tendo em vista que outros associados estão aguardando por seu turno, pois também têm problemas a resolver.

Tudo em uma cooperativa deve ter um cunho educativo. Tais como analisar um informe, emitir um voto, desempenhar um cargo de acordo com o

referido nível, solicitar demonstrativos financeiros claros aos dirigentes, etc.. Assim será e é possível se obter crescimento, elevação da estrutura e se estará educando para ser uma pessoa mais humana.

Pobres dos dirigentes, dos empregados e dos sócios em geral que depreciarem a educação nas cooperativas. Estes estarão desperdiçando uma excelente oportunidade de crescimento. Estes estão ficando somente com o negócio, o qual por maior que seja, não é mais que uma parte, um meio. Estão orientando mal os seus companheiros. Podem apresentar mil desculpas, porém não serão apenas desculpas. A educação não apresenta resultados rápidos e objetivos, por isso, muitos são contrários e chegam a afirmar que se gasta muito e não acontecem mais do que simples reuniões ou papéis. Também argumentam que o importante é devolver ao sócio, trabalhador, fornecedor e ao usuário um bom retorno e que é os bens materiais, as máquinas, os equipamentos e os edifícios são mais importantes que os resultados proporcionados pela educação.

Pobres de espírito são aqueles que não dão a importância devida à Educação Cooperativa. À vista disso, é melhor que eles se transfiram para outro tipo de empresa, pois a luta do homem contra o homem não deve acontecer dentro nem na cooperativa, haja vista esta exigir solidariedade, adesão, democracia social e econômica

A Educação Cooperativa também deve abranger as limitações do quadrilátero cooperativo. Deste modo, o planejamento da educação cooperativa deve expandir-se no sentido das quatro direções, qual sejam: educação para os sócios, para os administradores para os técnicos e para o público conforme já preconizava o Informe da Comissão sobre os Princípios Cooperativos de 1966 (p. 81). Estes quatro aspectos dependem de diferentes programas, os quais devem ser ajustados caso a caso, conforme a ocasião. Tudo coordenado por um amplo programa comum. A administração, o volume e a repercussão dos programas devem constituir-se objeto de pesquisas sociológicas em matéria de Educação Cooperativa.

Ao longo da história desenvolvimentista da Educação Cooperativa encontram-se quatro grandes Escolas Cooperativas, a saber:

- a iniciada com a Cooperativa dos Pobros Pioneiros de Rochdale em 1844, e que segue funcionando até a presente data, como inicial fonte de valores;
- a de Frederico Guilherme Raiffeisen, cujo principal fundamento são suas experiências pessoais de 1847 e 1864, como prefeito e governador;
- a da Escola de Nîmes, elaborada por Charles Gide (Catedrático da Faculdade de Direito da cidade de Nîmes/França em 1884 e de Professor de Cooperação na Sorbone até 1939), com base nos Princípios Rochdaleanos; e
- a de Antigonish/Canadá, iniciada pelo Padre Moises Coady, na Universidade de São Francisco Xavier entre 1910 e 1920, inspirada nos aspectos construtivos, deixando de lado os combativos, da Encíclica *Rerum Novarum*.

George Davidovic, ao fazer uma pesquisa nos anos setenta, conseguiu compilar diferentes Centros Universitários de Educação Cooperativa em nível mundial. Apesar do alcance desta, foi possível comprovar que o lugar ocupado pelo ensino do cooperativismo no nível de terceiro grau naquela época ainda era modesto, como hoje o é também.

Vários são os institutos universitários especializados, os quais se têm fixado na tarefa da educação técnica e social, ou seja, a dos sócios, a dos administradores, a dos técnicos e a dos empregados das sociedades cooperativas. Podemos citar em nível internacional a *Ecolé de Nîmes*, *Collège Cooperatif* de Paris, Instituto de Estudos Cooperativos da *Universitat Münster*, *Escuela de Administración Cooperativa* da Colômbia, etc..

O relevo da educação no Sistema dos Princípios não esgota, no entanto, todo o seu significado em termos de cooperatividade. Ela pode, de certo modo, considerar-se como a moderna reedição do proselitismo vigente na época conformadora; um proselitismo cujos afloramentos mais comuns o tempo amorteceu. Hoje, é o caminho mais consistente para que o universo cooperativo se comunique com o meio social envolvente e uma das áreas mais susceptíveis de potenciar a legitimação social das cooperativas.



O proselitismo cooperativo, a propaganda dos valores que ela incorpora, bem como a legitimação social que desta resulta não podem deixar de ser alimentados por outras fontes. No entanto, é aqui que se situa um dos focos mais eficazes, em ambos os aspectos. É claro, que se está a pensar em dinâmicas realmente relevantes, com as quais não têm qualquer semelhança.

Também o Informe da Aliança Cooperativa Internacional (p.83-84), relativo aos novos enfoques a serem dados aos Princípios Cooperativos, apontava ao final para a possibilidade de ser criado um Centro Supranacional de Educação Cooperativa em nível mundial, qual seja uma Universidade Cooperativa Internacional, sonho de muitas gerações de cooperativistas desde Totomianz até Lazszo Valko passando por Henry Desroche. Este seria “um centro de educação ou instituto de capacitação cooperativista, com pessoal necessário para preparar dirigentes capazes, com professores recrutados entre os mais eminentes professores e educadores cooperativistas a nível mundial, capazes de orientar para um acelerado desenvolvimento da cooperação em nível internacional”. Porém, nada do que havia sido proposto acabou acontecendo, salvo alguns tímidos projetos que acabaram caindo no esquecimento, sem chegarem a causar qualquer impacto.

Durante o XXVI Congresso da Aliança Cooperativa Internacional, realizado em Paris, em 1977, o Professor Henry Desroche apresentou um projeto com o objetivo de ser criada a Universidade Cooperativa Internacional - UCI, o qual segue até a presente data sem plasmar uma realidade de muitos cooperativistas, apesar dos esforços levados a cabo em todo os quadrantes cooperativos em nível mundial. Porém, sob os auspícios de um grupo de diversos países ligados ao Colégio Cooperativo de Paris (associação sem fins lucrativos e destinada à formação em matéria de desenvolvimento cooperativo e associativo) foi finalmente fundada em 1978 a Universidade Cooperativa Internacional.

Segundo Haubert (1986, p. 119), a Universidade Cooperativa Internacional é considerada uma Universidade plena, embora concomitantemente seja considerada também uma Universidade alternativa. A UCI, por outro lado, não é uma instituição universitária propriamente dita segundo o modelo tradicional, senão ela é uma rede de intercâmbio de estudantes, professores, pesquisadores, etc., assim como também um centro que organiza colóquios de

estudo. A mesma está dividida em redes, sendo uma francesa, uma canadense, uma africana, uma para a África Negra, uma para a África francófona do norte e uma para a América Latina.

A experiência de Colégio Cooperativo se estendeu por toda a França, assim como se espalhou também para outros países tais como o Canadá e o Senegal dentre entre outros. Em 1978, estes diferentes grupos decidiram se federar em uma Universidade Cooperativa Internacional. A UCI é uma organização não governamental, filiada à Aliança Cooperativa Internacional, e que também colabora com a UNESCO (Programa SYTWELL) e com a Organização Internacional do Trabalho (MATCON Projetc).

A existência de algumas agências educativas operando na Ásia e África de uma Escola Cooperativista na Gran Bretanha, assim como os seminários internacionais organizados pela Aliança Cooperativa Internacional acabaram propiciando a criação de um organismo especializado em educação cooperativa, o qual ficou conhecido por AGITCOOP, enquanto os projetos de elaboração e a criação de materiais educativos com valor didático adequado para as populações das áreas menos desenvolvidas ou em desenvolvimento ficaram sob a responsabilidade da Aliança Cooperativa Internacional e da Organização Internacional do Trabalho. O mais importante destes projetos foi o MATCOM Project – *Material and Techniques for Cooperative Management Training*. Estes não foram suficientes para consagrar a implantação da educação cooperativa em todos os âmbitos e em todos os níveis propugnados pelo enunciado do Princípio da Educação.

O MATCOM Project foi criado em 1978 pela Oficina Internacional do Trabalho, e contou com um financiamento e posterior suporte da *Swedish International Development Authority* – SIDA. Em sua terceira fase (1984-1986), o mesmo também contou com um financiamento conjunto dos governos da Dinamarca, Finlândia e Noruega.

Este trabalhava em parceria com organizações cooperativas e centros de treinamento encarregados de realizar a capacitação e o aperfeiçoamento dos recursos humanos envolvidos no cooperativismo em diversas regiões do mundo. O MATCOM Project desenhava, preparava e produzia os materiais necessários, assim como desenvolveu toda uma metodologia de

suporte para o treinamento e a capacitação de cooperativas. Participou também da realização de versões destes materiais, adaptadas às necessidades particulares de cada país. Por outro lado, também oferecia assistência para o aperfeiçoamento de métodos de formação cooperativa e para a formação de formadores.

O MATCOM Project teve sua sede no Centro Internacional de Viena, Áustria, a sua ação nos países em desenvolvimento se fazia presente através de uma rede de Agentes Nacionais ou Internacionais de Enlace. E na América Latina, chegaram a operar aproximadamente cinco destes em nível internacional e uns quinze em nível nacional, inclusive um no Brasil.

Em 1985, os materiais de Formação MATCOM, para cooperativas de consumo, de trabalho e agrícolas já haviam sido traduzidos e adaptados para aproximadamente trinta línguas nacionais e vernáculas.

Por outro lado, também não podemos esquecer de salientar a experiência da ALCECOOP – Associação Latino-americana de Centros de Educação Cooperativa, a qual procurou e procura reunir desde 1976 os centros e institutos educativos latino-americanos de educação cooperativa, tanto do próprio Movimento como também ligados às Universidades públicas ou privadas. ALCECOOP também tem funcionado como um grupo de trabalho da Organização das Cooperativas da América (OCA). Esta demonstrou tão somente a necessidade de sua existência e capacidade de sobrevivência com os escassos recursos financeiros de que dispunha e dispõe, porém não conseguiu lograr o que mais havia se proposto a perseguir, qual seja o desenvolvimento de seu ambicioso projeto, por falta fundamentalmente de um significativo apoio financeiro do próprio Movimento Cooperativo latino-americano, quiçá também das Universidades.

Algumas legislações, em nível internacional, dispõem, em seus artigos, da obrigatoriedade de se ter fundos para as mais diversas finalidades, inclusive a educacional. Geralmente é uma percentagem para fazer frente às despesas, sendo que na legislação brasileira ele é de 5 % das sobras líquidas (Art. 28, inciso II da Lei N° 5.764/71), este percentual deve cobrir as despesas técnicas, educacionais e sociais concomitantemente, sem definir claramente o *quantum* para cada atividade.

Por fim, falar em educação supõe-se, inicialmente, estabelecer alguns parâmetros bem como alguns conceitos principais, os quais nos permitiram poder entender a real capacidade da educação em contribuir para a implementação das respostas aos desafios assinalados. A seguir, listamos algumas proposições:

- entender a educação como um processo de diálogo permanente e criativo;
- o diálogo, submetido a certas regras chama-se sistema de comunicação mediante o qual se possa satisfazer a dedicação fundamental do homem: conhecer as relações das coisas, analisá-las e medi-las;
- compreender e compartilhar os fenômenos humanos, bem como transferir para os demais seus conhecimentos e compreensões;
- a melhor instituição de ensino é aquela que possa produzir um diálogo livre e direto;
- os professores, com o auxílio de pesquisa, ensino e aprendizagem, podem produzir novidades e transmiti-las usando as formas mais adequadas desde a direção até os funcionários e colaboradores mais simples, não se olvidando também do público externo;
- se a visão de mundo tanto natural quanto cultural tem se alterado ao longo do tempo cada vez mais célere, se os limites e horizontes do conhecimento não apenas têm-se expandido senão modificado seu sentido e significado e, ao mesmo tempo, tem-se produzido uma transformação social e econômica e não se operam no mesmo ritmo as modificações pedagógicas no corpo docente, nos métodos e nas metas, verificar-se-ão profundas contradições e angústias, as quais se manifestaram em desajustes entre a educação e seus resultados, entre os ideais anunciados e os efetivamente alcançados. Em suma, uma frustração e uma decepção.

Desta maneira, pode-se, sem sombra de dúvida, quase que afirmar que para o atual e mediano futuro necessitamos nas cooperativas de um tipo de educação que privilegie:

- uma educação na qual se conjugue a especialização com a cultura geral;
- uma educação que ofereça uma explicação do mundo em que vivemos e uma compreensão dos caminhos do homem;
- uma educação para compreender as permanentes mudanças;
- uma flexibilidade na educação; uma educação que possibilite um cosmopolitismo cada vez mais ativo e determinante;
- uma educação que possa tornar o homem cada vez mais cosmopolita, embora o mesmo deva continuar a ser capaz de compreender e dialogar com os membros de outras sociedades;
- uma educação que possibilite uma ação integrada entre equipes de trabalho, em que especialistas se ponham em contato com outros especialistas para realizarem tarefas em conjunto;
- uma educação que seja, ao mesmo tempo, científica, tecnológica e humanista;
- uma educação que prepare o homem; que lhe dê compreensão de seu tempo; que lhe permita falar e escrever corretamente; que lhe crie o hábito da solidariedade e responsabilidade; que lhe permita entender o cosmo em que vive e o mundo humano que convive; que lhe permita ter acesso e uso dos recursos da natureza e da tecnologia que estão a sua disposição;
- uma educação que o ensine a aprender;
- uma educação que o permita compreender o saber;
- uma educação que forme pessoas instruídas as quais sejam capazes de enfrentar novas exigências e responsabilidades; e
- uma educação que forme pessoas capazes de aplicar seu saber no presente e de usá-lo para modificar o futuro.

A raiz dos Princípios Cooperativos está em Rochdale, e o projeto que os animou não foi objeto de qualquer proclamação solene, limitou-se a impregnar os Estatutos da nova organização.

Os Princípios que viriam a ser difundidos por todo o mundo não se assumem como tais por meio de um elenco explícito, mas quase todos marcam a sua presença.

O conhecimento seguro do sentido e conteúdo dos Princípios Cooperativos, tal como a ACI os concebe hoje, é uma condição necessária para se percorrer sem equívocos o caminho da sua eventual e permanente atualização. Acima de tudo, a base da cooperação é o membro, cujos interesses e necessidades devem sempre traduzir-se nos objetivos e nas atividades das organizações cooperativas, as quais devem estar alicerçadas no Princípio da Educação, Formação e Informação.

Todas as cooperativas devem tomar providências para a educação dos seus membros, empregados, dirigentes e do público em geral, nos princípios e técnicas tanto econômicas como democráticas da cooperação.

A educação, formação e informação cooperativa não poderão deixar de incorporar uma componente técnica, mas envolver necessariamente também uma vertente doutrinária, que incida tanto nos aspectos empresariais da vida cooperativa, quer nos aspectos associativos.

Pelo contrário, o desenvolvimento da educação implica uma estratégia, uma complexa planificação e articulação das medidas e tarefas, em suma, uma política. Pois a importância decisiva da educação para o desenvolvimento cooperativo há muito que é reconhecida pela doutrina.

Roger Ramaekers, em "*Analyse critique des Principes Coopératifs*" a página 381, é claro e incisivo:

... falou-se de educação, disse-se que é um dever. É um imperativo ou trata-se de uma regra política? Contrapõe-se-lhe uma regra de autenticidade: é o que nos somos. Creio que somos o que fizemos e tornamo-nos no que fizemos. Acho paradoxal dizer que uma cooperativa é autêntica quando não pratica a educação; ela só passa a ser quando leva à prática a educação.

Por fim, o conceito cooperativo de educação é um processo que dura toda a vida, pois a educação cooperativa deve ser uma educação permanente, alertada para a possibilidade de a cooperativização do processo educativo lhe abrir novos horizontes. Pois, o relevo da educação no Sistema dos Princípios não esgota, no entanto, todo o seu significado em termos de cooperatividade.

O cooperativismo sempre foi considerado como a terceira via para o desenvolvimento entre os modelos sinalizados pelo capitalismo e pelo socialismo.

Em 03 de setembro de 1998, através da Medida Provisória Nº 1.715, que posteriormente foi substituída pela de Nº 1.781, e em 11 de março de 1999 pela Medida Provisória Nº. 1.781-7, foi criado o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP), que tem por objetivo organizar, administrar e executar em todo o território nacional o ensino e a formação profissional, desenvolvimento e promoção social do trabalhador em cooperativas e dos cooperados. Infelizmente, o mesmo ainda não contempla as Cooperativas de Crédito.

## 7 EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA

Hoje, num mundo em que a tecnologia renova-se em velocidade fulminante e que a informação é o mais importante diferencial das empresas, organizações e indivíduos, o problema essencial indicado por Georges Friedmann há cinquenta anos, no seu livro “Aonde vai o trabalho humano”, continua a desafiar a sociedade humana, agora potencializada pela competitividade da globalização. Nesse contexto, a educação, genericamente, torna-se o paradigma essencial. Esta afirmação também é referenciada, categoricamente, pelo economista norte americano Robert B. Reich, Ex-Secretário do Trabalho no primeiro mandato de Bill Clinton, considerado um dos mais influentes pensadores modernos sobre o futuro do trabalho e responsável pela recuperação do nível de empregos em seu país. Reich, professor catedrático da Universidade de Harvard, sempre deixou claro que a educação, e a constante reciclagem e o aperfeiçoamento dos profissionais são fatores essenciais no contexto da nova configuração do mercado de trabalho.

Essa questão crucial tem preocupado estudiosos e organizações internacionais. Em 1993, quando a globalização e as transformações periféricas suscitadas se manifestavam de forma contundente, a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Cultura e a Educação) constituiu a Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI. A missão do colegiado era exatamente a de delinear a missão dos educadores e do ensino de maneira geral na passagem do milênio, considerando, basicamente, a internacionalização das economias e a necessidade de democratizar o conhecimento para reduzir as desigualdades.

O grupo foi liderado pelo francês Jacques Delors, Ex-Presidente da Comissão Européia. As conclusões, conhecidas como Relatório Delors, foram apresentadas em 1996. O texto reconheceu o ensino como direito fundamental do homem, o que se constituiu em um avanço conceitual importante para o novo século. Em outro segmento, contudo, indicou que, mais do que nunca, é necessário buscar respostas eficientes para pôr fim à antiga angústia do homem profissional diante do avanço ininterrupto e cada vez mais veloz das tecnologias e do conhecimento.



É por isso que o ensino à distância tem avançado geometricamente em todo o mundo. Afinal, é a única forma capaz de conciliar a necessidade da educação continuada com a falta de tempo e as dificuldades cada vez maiores de um profissional estar fisicamente presente em uma sala de aula. Hoje, a tela do computador é uma sala de aula mundial, infinita, na qual é possível se fazer cursos de alto nível. Até pouco tempo atrás, fazer qualquer curso exigia alguns meses de exílio em uma ala residencial de campus universitário e o desembolso de considerável volume de recursos financeiros.

As tecnologias de informação e, mais recentemente, a WEB constituíram-se a chave para o Século XXI explicitada pelo Relatório Delors. Ou seja, são as ferramentas que viabilizam a eficácia e qualidade dos novos modelos de educação à distância. Dentre todas as virtudes e problemas, a rede mundial de computadores assume papel fundamental ao ampliar o acesso ao conhecimento, que se transforma no centro da competitividade e na principal riqueza da sociedade contemporânea.

São enormes o crescimento e a diversidade da educação à distância – no número de tipos de indivíduos que aprendem fora das salas de aula tradicionais, na variedade dos que prestam esse serviço e na faixa e efetividade das novas tecnologias que servem como ferramentas de ensino. A educação à distância está se tornando cada vez mais global, criando uma enorme quantidade de novas alianças graças à associação de instituições educacionais tradicionais com empresas, governos e organizações internacionais para oferecer e utilizar o ensino à distância.

A tecnologia é um dos principais fatores que contribuem para a dramática transformação do ensino à distância. Embora o uso da tecnologia no ensino à distância não seja novo – o rádio e a televisão têm sido usados efetivamente por mais de quarenta (40) anos – os satélites e a *Internet* estão transformando o mundo em uma arena educacional sem fronteiras, beneficiando tanto os cidadãos antes atendidos insatisfatoriamente quanto aos empresários da educação. Segundo Potashnik e Capper (1998) muitos países em desenvolvimento ainda têm acesso limitado a essas tecnologias recentes, mas novos e vultosos investimentos em telecomunicações e sistemas de informação melhorarão dramaticamente esse acesso.

## 7.1 Usos e Objetivos

A educação à distância é usada em grande variedade de ambientes e para uma ampla faixa de objetivos. As universidades a usam para aumentar o número de estudantes que têm acesso à sua educação superior; às empresas, para aprimorar as habilidades de seus trabalhadores e mantê-los a par das tecnologias que avançam rapidamente; os indivíduos, para o seu próprio desenvolvimento profissional e para melhorar as oportunidades de sua carreira e os governos, para proporcionar treinamento em ambiente de trabalho a professores e outros trabalhadores, para melhorar a qualidade da escolaridade primária e secundária e para levar a instrução a áreas rurais remotas que de outra maneira dificilmente seriam atingidas.

Várias tecnologias têm sido usadas para o ensino à distância, mas os cursos por correspondência impressa têm sido a continuação a ser o mecanismo predominante de entrega nos mundos desenvolvido e em desenvolvimento. A impressão é ainda a tecnologia mais barata e, mesmo que os custos de disseminação por meio de alta tecnologia venham a cair abaixo daqueles das artes gráficas, levará algum tempo antes que muitos países montem a infra-estrutura adequada.

No ambiente universitário, algumas instituições oferecem apenas educação à distância, enquanto outras fornecem a educação à distância e aquela convencional. As que oferecem apenas ensino à distância são conhecidas como “universidades abertas”, e a maioria delas segue o modelo da *Open University* do Reino Unido. Mega-universidades são grandes universidades abertas, que matriculam mais de cem mil estudantes por ano; o total combinado de matrículas chega a dois milhões e oitocentos mil alunos. As onze mega-universidades, segundo Daniel (1996), em sua forma, foram criadas no último quarto do Século XX, no esforço de atender à demanda reprimida na educação superior. Somente a China produz mais de cem mil formados ao ano por meio da educação à distância, e mais da metade dos noventa e dois mil profissionais de engenharia de tecnologia conseguiram seus títulos por meio da educação à distância.

Se bem que muitas universidades convencionais também oferecem a oportunidade de ensino à distância há algum tempo, muitas outras estão começando agora a atuar nesta área, em grande parte porque se sentem incapazes de atender à demanda crescente pela educação superior. A *Johns Hopkins University* dos EUA, por exemplo, oferece um Curso de Gestão de Atendimento usando vídeo e tecnologia de computador como parte de seu programa de certificado “Empresa Médica”. A *Duke University* oferece o MBA Executivo Global, para estudantes da Europa e América Latina, usando tecnologia que permite que eles se comuniquem e façam os trabalhos do curso.

Estruturas inteiramente novas estão sendo criadas para aproveitar o potencial da *Internet* e de outras tecnologias no sentido de aumentar o acesso e melhorar a qualidade da educação superior. Assim, universidades virtuais – universidades sem paredes que usam a *Internet* e satélite para ministrar os seus cursos – permitem que recursos de ensino, bibliotecas e até mesmos laboratórios sejam compartilhados por pessoas e organizações espalhadas pelos mais diversos locais.

Lançada em 1989, a Universidade Virtual do Instituto de Tecnologia de Monterrey no México é um consórcio de aproximadamente treze (13) universidades. Seus cursos são ministrados por meio de uma combinação de textos impressos e transmissões televisivas ao vivo e pré-gravadas, sendo a comunicação entre o Instituto de Tecnologia e os estudantes facilitados por meio de computadores.

Com o apoio do Banco Mundial, foi criada uma universidade virtual também na África. Este empreendimento foi motivado pelo número de matrículas excepcionalmente baixo, pela falta de materiais didáticos, por programas ultrapassados e pelos níveis praticamente inexistentes de pesquisa nas universidades da África.

Por outro lado, um número cada vez maior de empresas está usando a educação à distância como uma maneira efetiva em função dos custos de oferecer atualização profissional a seus empregados. A *Hewlett-Packard*, por exemplo, criou instalações de ensino de alta tecnologia que possibilitam transmissões televisivas para os seus empregados em mais de cem (100) locais na Europa e nos Estados Unidos. Mas outras empresas estão recorrendo a

organizações externas, para ministrar cursos de desenvolvimento profissional a seus empregados. Além disso, muitos indivíduos estudam por conta própria em suas próprias casas para conseguir títulos universitários ou para melhorar seu rendimento profissional – tendência que aumentará à medida que mais pessoas ganharem acesso à *Internet*.

O aprimoramento de professores e instrutores é uma das aplicações mais importantes da educação à distância, sobretudo em países em via de desenvolvimento, em que muitos professores e instrutores não estão suficientemente treinados ou são sub-treinados, segundo Potashnik e Capper (1998). Nesses países, o treinamento do professor ou instrutor mediante o uso da educação à distância deve ser uma das mais altas prioridades. Embora a maior parte da educação à distância para professores e instrutores utilize material impresso e se destine a treinar professores e instrutores.

A educação à distância é, muitas vezes, usada para melhorar a qualidade da escolaridade primária e secundária, bem como ministrar instrução aos alunos em áreas rurais mais remotas. Provavelmente, o exemplo mais difundido e conhecido de ensino à distância destinado a crianças é o “*Sesame Street*”, produzido pela *Children’s Television Workshop* de Nova Iorque.

Em muitos países, as crianças e os jovens que vivem nas áreas mais remotas não têm acesso ao curso completo oferecido a seus pares nas áreas mais populosas.

O rádio, em mão única, tem sido largamente usado para melhorar a qualidade educacional desde o início dos anos setenta (70), especialmente na África, Ásia e América Latina. Em razão do custo geralmente baixo e da ampla disponibilidade de aparelhos de rádio - mesmo nas áreas mais remotas -, esta tecnologia perde apenas para o impresso em economia e amplitude de uso na educação à distância. A instrução interativa por rádio (IIR) usa a transmissão por rádio unidirecional para ministrar o ensinamento baseado em atividades, que envolve a presença do “professor ou instrutor de rádio” para comunicar a aula, integrando a lição com atividades que levem os estudantes a responderem a perguntas, cantar canções e fazer deveres práticos. Estas atividades ocorrem durante pausas cuidadosamente programadas, com o professor ou instrutor da aula servindo de facilitador. Os programas de IIR são usados geralmente para

suplementar a instrução ministrada pelos professores de sala de aula, que não recebem treinamento adequado e dispõem de recursos limitados de ensino.

## 7.2 A Sua Efetividade

À medida que a educação à distância amplia seu alcance e usa novas ferramentas de entrega do ensino, as preocupações sobre a sua efetividade tendem a crescer. Os programas de educação à distância ainda carecem de credibilidade em muitos países e os estudantes que fazem esses cursos, muitas vezes, sentem dificuldades em obter o reconhecimento dos seus esforços. Até mesmo uma universidade altamente conceituada como a *Open University* do Reino Unido teve dificuldade em conseguir o reconhecimento inequívoco da qualidade de seus programas, que acabaram sendo praticamente equiparados aos cursos oferecidos por instituições convencionais do ensino superior no Reino Unido:

Segundo Potashnik e Capper (1998), numerosos estudos foram realizados para avaliar a efetividade da educação à distância, embora se deva ainda pesquisar o treinamento ministrado via *Internet* no que diz respeito aos benefícios da comunicação *on line* com os estudantes. Mais de setenta (70) anos de pesquisa sobre cursos por correspondência impressa documentaram coerentemente a sua efetividade em comparação com os cursos ministrados em ambientes convencionais de sala de aula. A maioria dos estudos sobre instrução por rádio mostram que os alunos se beneficiam do ensino por rádio e que os benefícios aumentam na proporção do seu uso. Pesquisa sobre o uso de pacotes de treinamento para computador dirigido a adultos e atingindo uma ampla faixa de ambientes constatou, de forma consistente, que aqueles que aprendem à distância, por meio de computadores, aprendem tão bem ou melhor do que os que aprendem nas salas de aula tradicionais, e em alguns casos aprendem mais rapidamente e a um custo substancialmente menor do que estes últimos (CAPPER, 1990).

O ensino à distância difere do ensino convencional primariamente no isolamento e na maior autodisciplina requerida de seus estudantes. Devido a essas características, é crucial assegurar que o ensino à distância proporcione

apoio adequado aos alunos, bem como interatividade. Atualmente, o tipo e o grau de apoio oferecidos aos alunos à distância variam amplamente.

A variabilidade se deve, em grande parte ao aumento dos custos associados com a prestação do apoio e isto faz com que as instituições mais preocupadas com a geração de renda ofereçam aos alunos menos apoio que o necessário. Na tentativa de conter as alevadas taxas de evasão, boa parte das pesquisas sobre a educação à distância, hoje, se concentra na identificação das causas da não conclusão e nas estratégias para reduzir a desistência.

Conquanto os programas de educação à distância tenham a reputação de serem bem mais efetivos em relação aos custos, o estudo tem mostrado que isso é verdade somente nos casos em que as matrículas alcançam níveis elevados em relação aos gastos e às taxas de conclusão, segundo Potashnik e Capper (1990).

Segundo os autores acima referenciados, os dois principais fatores que influenciam a efetividade em função do custo dos programas à distância são o número de alunos matriculados e o grau de apoio que lhes é fornecido. Quanto maior o número de alunos matriculados, menor o custo por aluno por curso; mas esta relação funciona em sentido inverso para o custo por aluno na prestação dos serviços de apoio ao aluno, custo que varia na proporção das matrículas. A oferta de um número limitado de cursos também ajuda a manter os custos baixos, uma vez que o desenvolvimento do curso muitas vezes é consideravelmente mais caro para a educação à distância do que para os cursos tradicionais.

Impressos, áudio-cassetes e televisão educativa (aulas) são tecnologias de menor custo para pequenos números de estudantes, enquanto o rádio requer pelo menos uns mil alunos para custos unitários compatíveis. A conferência por computador é uma abordagem de baixo custo capaz de propiciar interatividade entre professores e alunos, mas transmissões interativas ao vivo e vídeos conferências são ainda tecnologias de custos mais elevados, independentemente do número de alunos matriculados, conforme Bates (1995).

### 7.3 Tendências e Desafios

Embora a educação à distância tenha mais de vinte e cinco (25) anos de existência e a sua eficiência em várias situações esteja mais que comprovada, a introdução da tecnologia e a sua aplicação cruzando fronteiras globais introduzem novas tendências, questões e desafios. Como, julgar a qualidade de um certificado obtido via *Internet*? Quando a tecnologia deve ser usada? E qual a melhor tecnologia? Devem os países e organizações usar programas oferecidos por instituições estrangeiras em vez de desenvolver os seus próprios? Estas e muitas outras questões são enfrentadas pelas autoridades e pelos estudiosos da área de educação no mundo todo.

Os empregadores e as universidades estão hoje atraindo membros para o seu quadro de pessoal e estudantes de todos os cantos do mundo. Conseqüentemente eles enfrentam novos desafios na avaliação do trabalho realizado durante o curso e dos graus universitários obtidos em instituições desconhecidas. A certificação é tipicamente controlada pelos países individuais, mas a globalização da educação à distância criou um desafio totalmente novo na certificação do ensino. Assim, surgiu a Aliança Global para a Educação à Distância (AGEI) que foi formada com a nobre missão de criar um certificado e um processo de revisão para a educação ministrada nos distintos países.

A globalização levanta outras questões para os países. Assim, a transmissão de programas educativos e informativos a partir do exterior aumentou os temores sobre a contaminação de culturas e valores. A concorrência entre fornecedores locais e estrangeiros de educação é outra questão. Embora normalmente a concorrência seja boa para o consumidor, pois muitas vezes melhora a qualidade e baixa os preços, sendo que as instituições locais tipicamente resistentes à concorrência estrangeira.

Tomar decisões corretas de investimento em matéria de tecnologia é um importante desafio enfrentado por autoridades e planejadores educacionais. As novas tecnologias oferecem opções para expandir a oportunidade educacional e melhorar a sua qualidade, mas decisões incorretas sobre o uso ou não de tecnologia ou que tipo de tecnologia usar podem sair caras e frustrar o êxito de um programa de educação à distância. Infelizmente, as informações necessárias

para esta tomada de decisão são limitadas. Deve-se ter o cuidado de evitar que a novidade da tecnologia oriente decisões relativas ao modo de entrega mais apropriado dos programas de educação à distância, sobrepondo-se às decisões mais importantes relativas ao currículo e à qualidade da instituição.

Os programas de educação à distância precisam de planejamento e gestão financeiros sólidos para assegurar a sua sustentabilidade. Em muitos casos, nos países em desenvolvimento, as empresas descobrem que não haverá recursos para dar continuidade a programas de educação à distância depois que terminarem os fundos de doadores, donde advêm a importância de que o investimento inicial seja acompanhado de financiamento adequado para gastos recorrentes.

#### **7.4 O aprendizado com recursos da Internet**

Já há algum tempo, a utilização dos recursos de informática na educação, formação e informação tem se afastado das discussões puramente teóricas tornando-se realidade. Os recursos tecnológicos vêm ocupando espaços variados nas empresas públicas e privadas, ainda que, na maioria das vezes, de maneira pouco definida ou meramente promocional, como aspecto valorizador em mensagens institucionais. Todavia, não parece restar dúvidas sobre o potencial desta forma de ensino.

Apesar disso, o emprego de novas tecnologias na educação, formação e informação tem sido recebido, muitas vezes, com alguma reserva. A preocupação se fundamenta no receio de que não haja um compromisso entre a nova tecnologia e os objetivos pedagógicos da escola tradicional, supondo-se que soluções como estas sejam como um elixir universal, capaz de solucionar todas as mazelas da educação, formação e informação. O computador deve ser considerado um elemento auxiliar de ensino, formação e informação que, devido às suas características, tem um grande poder de motivação que, sem dúvida, é um elemento importante no processo de aprendizado moderno.

A estrutura de ensino e formação de modo geral é um tanto precária,



não tendo condições de acompanhar cada vez mais as exigências do mercado de trabalho, ou mesmo a própria evolução dos diversos temas constantes dos currículos das escolas de ensino de segundo e terceiro graus, muitas das vezes defasadas da realidade, ou obsoletas tecnologicamente e didaticamente, como observa Ferreira (1999, p. 2),

Vemos por exemplo profissionais que estão se formando com uma bagagem que na sua grande maioria não será aplicada ao mercado atual, sendo que estes mesmos profissionais terão dificuldades de serem absorvidos pelo mercado, o qual vive uma constante evolução (obrigatória pela competitividade dos dias de hoje) que não foi acompanhada no decorrer da educação deste novo profissional.

John Mayo, Presidente dos Laboratórios Bell AT&T, citado por Paldês (1998), estima que os conhecimentos adquiridos por um acadêmico nos anos de estudo de nível superior ser-lhe-ão úteis apenas no primeiro ano de vida profissional, estimando ainda que, durante sua carreira, terá que se adaptar a mudanças de cerca de quatro novos paradigmas. Isto significa dizer que cada vez mais o aluno tem que estar preparado para aprender, deve ainda estar apto a acompanhar as transformações na velocidade em que elas ocorrem, sendo necessário estar capacitado a aplicar a seletividade na sua coleta, dada a quantidade e velocidade com que elas são disponibilizadas pelos diversos meios de comunicação.

As instituições de ensino, na grande maioria das vezes, são consideradas centros de excelência nos campos do ensino, da formação, da pesquisa e da extensão, e deveriam estar preparadas para fazer em face de essa nova realidade. O computador esta chegando às escolas de todos os níveis, e esta chegada é diariamente documentada pela mídia, logo, não se pode alegar desconhecimento do fato. Mas o computador, não é a primeira ferramenta a tentar romper as barreiras erigidas pela didática tradicional e entrar na sala de aula. É um recurso a mais que se apresenta, tal como o livro impresso, a televisão, o vídeo, etc.

A adoção de novas tecnologias no ensino não deve ser considerada uma rendição a um milenarismo tecnológico (PALDÊS, 1998), na qual se pondera

que a velha escola terminou e que os meios de comunicação de massa vão resolver os problemas da educação, formação e informação. Também não se pode rejeitá-la prioristicamente, pois é necessário verificar se e como a tecnologia está satisfazendo os objetivos de educação, formação e informação, dentro de um conceito no qual a tecnologia existe para auxiliar o ensino e não para substituir o professor ou instrutor, pura e simplesmente.

De fato, necessita-se eliminar, nas discussões sobre o uso de tecnologia ou recursos computacionais na educação, formação e informação, a suspeita de que esta tecnologia chega às escolas ou centros de formação sem objetivos claros e definidos, servindo tão somente como instrumento de *marketing*, modismo ou competição entre os mesmos, na guerra pela conquista de novos espaços no mercado.

A Rede *Internet* é mais um recurso que se apresenta, pois pode funcionar como um fórum para discussão de temas específicos, o qual desenvolve habilidades de pensamento, suas estruturas lógicas e a capacidade de comunicação dos alunos. Mas, de que forma se pode considerar o ensino pela *Internet* como um meio apropriado de ensino? Há que se considerar, inicialmente, o que se pode obter por ela e que os demais meios de comunicação não oferecem.

A *Internet* oferece vídeos, mas não de forma tão completa ou rápida como vídeo cassete, televisão ou CD-ROM; permite interação pessoal em tempo real, mas não tão bem como o telefone ou a vídeo-conferência. Finalmente, apresenta informação escrita, mas não da mesma forma como os livros impressos, já que, como define Peraya (1994), um livro impresso é bem diferente de um livro eletrônico. A primeira diferença está em que os livros são fisicamente palpáveis, têm certos aspectos característicos, como capa, tamanho e espessura. As páginas, se situam à direita e à esquerda do leitor, que tem uma precisa noção do ponto onde está, perto do começo ou do fim. Podendo inclusive acrescentar anotações ou marcações próprias. Em um livro eletrônico, todos estes aspectos são perdidos: a página da *Internet* não tem as limitações de uma página física, como padrão A4, tendo o tamanho que se imaginar. Assim, todo o texto pode ocupar apenas uma página, movendo-se pela tela exibindo-o para visualização à

medida que é lido, com as linhas superiores sendo eliminadas para que mais linhas possam ser inseridas na parte inferior da tela.

Se, por um lado, a *Internet* não oferece a qualidade dos diversos meios de ensino que estão disponíveis, por outro a sua adoção traz vantagens em relação aos demais tipos e mídias, que, no entendimento de McManus (1995):

a ) em primeiro lugar, ela combina as vantagens dos demais tipos, por exemplo, ela nos apresenta recursos de som e de vídeo melhor que qualquer livro, é mais interativa que qualquer videocassete e, finalmente pode reunir pessoas dispersas geograficamente de forma mais barata; e

b) a segunda vantagem é que, indubitavelmente, a *Internet* é o recurso que apresenta a maior quantidade e diversidade de informações em todo o mundo atual, sendo perfeitamente possível incorporar em seu curso toda informação disponível na rede. Por exemplo, se estiver projetando um módulo para o ensino em Administração de Cooperativas, pode-se incluir *links* para outras organizações cooperativas ou centrais e ou federações, *sites* com informações sobre as mais variadas técnicas administrativas ou filosofias, *links* para *sites* contendo modelos de estrutura. Estes tipos de acesso imediatos a informações e recursos não são possíveis em qualquer dos tipos de mídia existente, e isso é realmente, segundo o autor uma grande vantagem.

A *Internet* combina interatividade com fotos, áudio, vídeo e texto impresso. Utiliza *hiperlinks* para reforçar conhecimentos ou apresentar explicações; permite que sejam efetuadas avaliações *on line*. Enfim, a *Internet* representa um novo conceito em tecnologia; a livraria em seu posto de trabalho, o dicionário na ponta de seus dedos, o áudio em seus ouvidos. Não há nada que possamos ver ou ouvir que não possa estar disponível na da *Internet*, como destacam Lee, Groves e Stephens (1966). Pode-se também acrescentar a sala de aula.

## 7.5 Características da Educação via Internet

Não obstante todos os aspectos favoráveis à *Internet* como meio de divulgação de cursos, é necessária uma reflexão adicional sobre as características da educação via *Internet*. Em Lee, Groves e Stephens (1996), pode-se encontrar a afirmativa de que a *Internet* provê uma oportunidade para que os professores e instrutores ensinem melhor ao permitir que eles utilizem uma série de métodos para a educação, formação e informação, em vez do velho padrão de apresentação um para muitos, além de alcançar muito mais alunos que uma simples sala de aula. Em termos simples, a *Internet* permite uma maximização da aprendizagem, como afirma Someck, citado por Lee et al (1996), e enfatiza que a mesma ocorre tanto pelo aumento da qualidade da aprendizagem quanto pelo aumento da quantidade de aprendizagem.

Dentro da mesma senda, encontramos Peraya (1994), existe uma nova visão (desenvolvida a partir de 1974), que é substancialmente influenciada pelas ciências sociais e cognitivas, segundo a qual o Sistema Educacional está agora mais focado na aprendizagem, em lugar do tradicional foco no ensino. O conhecimento passa a ser considerado como socialmente construído pela ação, comunicação, informação e reflexão bem como envolve os aprendizes (lernalers). Graças a esta visão, os professores e instrutores estão cada vez mais se transformando em conselheiros, gerentes e facilitadores de aprendizagem, em vez de simplesmente provedores de informação. Necessariamente a educação, formação e informação à distância estarão envolvidas nesta evolução, conforme Bates (1977).

As implicações para a educação, formação, informação e a capacitação são imensas: o aprendizado pode ser, independente de tempo e lugar, além de disponibilizado em qualquer estágio da vida pessoal. O contexto de aprendizado será tecnologicamente muito mais rico, os aprendizes ou alunos terão acesso não somente a uma grande quantidade de mídias, como também uma grande quantidade de fontes de informação (Peraya, 1994, p. 4), o que levará a uma verdadeira “opulência comunicacional”, segundo o autor.

## **08 DESCRIÇÃO, ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DAS INFORMAÇÕES**

O mundo encontra-se em rápido processo de transição, da sociedade industrial para a sociedade da informação. A informação tem sido apontada como a principal fonte de poder. As instituições também vêm passando por um processo de reorientação e reestruturação, em busca de respostas para satisfazer as necessidades e expectativas dessa nova sociedade.

Ao mesmo tempo, o mundo dos negócios vem passando também por um acelerado processo de transição, da Era da Produção em Massa para a Era da Produção com o foco no atendimento das necessidades dos clientes, que passam a ocupar uma posição de destaque com vantagens próprias e necessidades específicas. Neste contexto, o fluxo da informação foi invertido e realiza-se no sentido consumidor/distribuidor/indústria/produtor. Assim, a filosofia de oferta de produtos ou serviços passa para a filosofia de atendimento de demanda, impondo-se um novo ritmo de organização da cadeia produtiva, a partir de mudanças nos padrões de consumo.

Em todos os setores e subsetores da sociedade, a informação caminha a passos largos, muitas vezes, numa velocidade que vai além da imaginação humana. A necessidade de conhecimento fez e faz com que as pessoas e as instituições buscassem e busquem mais e mais fontes diversificadas de informações. Entretanto, para que se tenham informações consistentes é preciso construir uma base de dados ou sistema de informações seja econômica, política, social, financeira, ambiental, tecnológica, dentre outras, pautadas de fundamentos, de métodos e de procedimentos que possibilitarão a formação da base e o sustentáculo dos resultados alcançados.

A informação está presente na vida hodierna das pessoas, independentemente da sua faixa etária, seja na criança, no jovem, no adolescente ou no idoso. No trabalho, em casa, na rua, na escola, no clube, enfim, em todo e qualquer lugar que se esteja e a qualquer momento, nos defrontamos com um

mundo carente de informações que precisa ser abastecido, gerando mais e mais conhecimento.

Os agentes tomadores e formadores de opinião deverão caminhar demandando e ofertando produtos e serviços, independente de espaço físico e de tempo, uma vez que neste campo não existem fronteiras e os diversos meios de comunicações, tais como jornal, televisão, *internet*, telefone, etc., fazem parte e influenciam no dia-a-dia do indivíduo.

Se hoje quase não existem limites em nossa capacidade de gerar informação, há, no entanto, um limite claro em nossa possibilidade de transformar a informação ou as informações em objeto prático de uso e de proteção na vida das pessoas. É essencial que sejam desenvolvidas pesquisas para que se conheça o tipo ou tipos de informação desejada pelo tomador de decisão e a forma como é ou será utilizada no processo administrativo. Não se pode mais desenvolver modelos sem este pressuposto.

Um sistema de informação bem construído deve ainda atender às metas diferenciadas de seus usuários e dar respostas úteis e precisas nas diversas áreas de atuação. Lembrando, também, que o usuário deverá estar consciente da importância do conjunto de informações disponibilizadas, tendo participação ativa na sua implementação.

Para exercer suas funções com eficiência, por exemplo, o administrador necessita ter disponível uma maior quantidade de dados e melhores procedimentos de processamento para transformá-los em informação e assim aperfeiçoar suas habilidades analíticas na melhor utilização das informações na tomada de decisão.

A inovação é hoje a base da competitividade para qualquer produto ou organização. O valor agregado, que permite a manutenção das cotas de mercado, é constantemente exposto a risco por parte da concorrência, atualmente, global. A principal arma de que as empresas dispõem para a defesa contra a perda de competitividade é a inovação. Portanto, tanto nos países industrializados quanto nos em desenvolvimento, a inovação é o fator determinante do sucesso.

Todavia, por mais eficaz que seja o processo de inovação, é necessário que as empresas e pessoas possam ter acesso à informação mais

recente das últimas fronteiras do conhecimento e possam reagir rapidamente a estímulos e oportunidades externas.

Além disso, o pressuposto principal do processo de inovação defende que vários atores possam interagir num ambiente em que se maximize o fluxo de informações aproveitáveis, de contato interdisciplinares e informais entre pesquisadores e administradores, de disponibilidades logísticas, de organização e de serviços especializados para tornar disponíveis ao empreendedor (Cooperativas de Crédito) todas as modernas armas para defender a sua competitividade e enriquecer, proteger e valorizar o *know how* tecnológico.

As Cooperativas de Crédito assim como as demais organizações, hoje, para serem fortes, sólidas, eficientes e competitivas no mercado globalizado, precisam munir-se de diversas ferramentas de trabalho, tendo como pano de fundo a informação, considerada vital para a solidificação de seu empreendimento, não podendo estar dispersas, além de serem abrangentes em suas diversas fontes disponíveis.

Por outro lado, a atualidade está marcada por uma série de transformações paradigmáticas de ordem bem mais significativa que as vividas no passado, por conseguinte, muitas vezes, há a necessidade de uma reeducação profissional.

O mercado de trabalho nunca foi muito constante pelo contrário, a única coisa que se pode considerar como constante em relação a ele é o fato de estar sempre em processo de transformação.

Porém, isso se intensificou ainda mais por se estar atravessando um período de significativas alterações sócio-econômicas. O mercado encontra-se extremamente turbulento e inseguro. Muitos dos segmentos experimentam uma forte e impiedosa crise, enquanto outros simplesmente degustam o sabor da propriedade. As organizações necessitam acompanhar, ou melhor, se adaptar às novas tendências para manterem-se vivas e competitivas. E assim, vivemos a era das famosas fusões, incorporações, as reestruturações dos sistemas produtivos e gerenciais, os novos processos de gestão, os grandes enxugamentos, dentre outros movimentos.

Em conseqüência disso tudo, profissões e áreas de trabalho de todos os tipos vêm passando por profundas reformulações. Tornou-se difícil

apontar para um determinado setor que não tenha sido afetado por toda esta Revolução Tecnológica. De uns tempos para cá, se pode observar um grande número de empregos que vêm simplesmente desaparecendo devido ao surgimento de elaborados processos tecnológicos. A automação e o controle dos negócios *on line*, por exemplo, pulverizaram milhares de cargos administrativos e de mão-de-obra repetitiva como em um passe de mágica.

Em contrapartida, muitas funções que vêm sobrevivendo a estas mudanças tornaram-se mais elaboradas, demandando um outro tipo de perfil e de qualificação profissional. É o caso das modernas secretárias que, hoje em dia, necessitam ter conhecimentos e habilidades que eram encontrados apenas nos profissionais de alto nível executivo num passado não muito distante.

Esta alteração de conteúdo do trabalho vem ocorrendo com a maior parte das profissões que, cada vez mais, precisam lidar com a tecnologia como instrumento de uso diário. O próprio computador, que há poucos anos ficava trancado nos centros de processamento de dados (CPDs), aos cuidados de uma plêiade de programadores, tornou-se uma ferramenta indispensável e pode ser encontrado sobre a mesa de uma grande parcela dos trabalhadores.

Os novos profissionais do Século XXI devem ter conhecimentos mais abrangentes, utilizando-se mais dos seus cérebros e menos da sua força bruta. Necessitam ocupar postos de tomada de decisões, muitas vezes, chegando a participar ativamente dos negócios como assessores ou esquecem as antigas funções de desempenho de tarefas rotineiras. O conhecimento aplicado ao trabalho humano é, na atualidade, uma realidade incontestável e quem não acompanha as exigências deste mercado pode se considerar pronto a ser excluído.

Toda esta demanda por um trabalhador mais preparado não poderia ser diferente, afinal, se as tecnologias estão impregnadas nas empresas e em tudo que nos cerca, é claro que a mão-de-obra do novo milênio deve ser bem mais qualificada para o uso intensivo de informações de ponta.

Mas ao nosso redor, infelizmente, encontra-se a dura realidade. Uma enorme quantidade de profissionais já não se enquadra mais nas exigências de qualificações necessárias para que possam fazer parte das empresas e do mercado de trabalho desta nova era. E isso se agrava ainda mais nos países



menos desenvolvidos como no caso do Brasil, em que a educação e o conhecimento não são prioridades, ou não são oferecidos com a seriedade que se faz necessária.

Por outro lado a Cooperativa Central de Crédito de Santa Catarina – SICCOOB/SC ao encerrar o seu Exercício Social de 2004, contava em seu quadro de filiadas com quarenta e duas (42) Cooperativas (28 Cooperativas Rurais Singulares, duas (02) Cooperativas Rurais de Segundo Grau e catorze (14) Cooperativas Urbanas Singulares) e mais quatro (04) Cooperativas Urbanas Singulares conveniadas, as quais congregavam um total de 127.407 associados.

Estas contam com um total de cento e oitenta e sete (187) Postos de Atendimento, entre Agências e Postos de Atendimento Cooperativo (PAC's). Deste total cento e vinte (120) são referentes às Cooperativas Rurais (30 Agências e 90 PAC's) e sessenta e sete (67) referiam-se às Cooperativas Urbanas (16 Agências e 51 PAC's).

Para que se possa manter a empregabilidade na Era da Informação, é importante destacar que, quando ocorrem alterações na relação capital-trabalho, a geração formada pelos antigos valores sociais sofre violentamente com a crise. Na Era da Revolução Industrial, por exemplo, a fabricação mecanizada causou os mesmos sintomas e efeitos sociais que a Revolução do Conhecimento vem nos causando na atualidade. Durante esta marcante passagem histórica, o desemprego e o despreparo do trabalhador para integrar o mercado emergente foram também alvo de preocupações em larga escala.

Mas se nesses momentos, por um lado, empregos de todos os tipos entram em declínio, tornam-se obsoletos ou simplesmente desaparecem, por outro surgem novas e mais elaboradas vertentes de aplicação para o trabalho humano. Entretanto é preciso educar, treinar, informar, ou melhor, preparar os profissionais para as demandas que emergem naturalmente durante estes movimentos sociais.

As tecnologias podem até estar eliminando alguns tipos específicos de empregos, porém sempre haverá aplicações para o trabalho humano, posto que máquinas não têm e nunca terão capacidade de sentir, criar, inovar nem julgar.

Ao analisar bem o cenário ao longo dos últimos tempos no campo do trabalho, pode-se observar a emergência de uma diversidade de profissões voltadas para o conhecimento. Se as empresas vêm exterminando com algumas funções repetitivas, por intermédio dos tão famosos e temidos movimentos de *downsizing*, paralelamente, percebe-se o crescente número de admissões de trabalhadores ligados ao mundo das informações como os estrategistas, consultores, executivos de desenvolvimento, profissionais liberais, dentre outros.

Para alguns setores considerados como os mais promissores, a crise simplesmente não existe. Já no caso em que os trabalhadores são substituídos pelas máquinas automatizadas, também estes podem ser aproveitados em outras etapas do processo produtivo, principalmente àquelas relacionadas à prestação de serviços. Contudo, para isso, é preciso investir em processos de treinamento e desenvolvimento adequados.

Assim, o SICOOB-SC Central precisa, impreterivelmente, requalificar a sua força de trabalho, bem como a de suas quarenta (40) filiadas e das quatro (04) conveniadas, as quais perfazem um contingente de aproximadamente setecentos e dezenove (719) funcionários das filiadas e vinte sete (27) do SICOOB-SC Central, diante das transformações que estão ocorrendo em nossa sociedade.

Os empregos ainda existem e não estão apenas por toda à parte, mas se encontram em forma de cargos mais elaborados que exigem um perfil e novas atribuições funcionais.

Em face deste cenário desafiador, o Governo do Estado de Santa Catarina, que o colocava e o coloca como guardião dos interesses da sociedade a quem serve, que é o de ser o principal animador das novas estratégias, que resultem para o desenvolvimento sócio-econômico, o qual precisa ser harmônico e sustentável. Em um ambiente cada vez mais globalizado e de acelerada evolução tecnológica, este desafio assume cada vez mais uma importância crucial. Obrigando as nossas empresas e instituições a tornarem-se cada vez mais eficazes e eficientes para poderem garantir a qualidade de vida que merece o povo. Para tanto, a tecnologia e a inovação assumem um papel fundamental para as empresas e instituições as quais têm dado importante contribuição ao País.

Foi em Santa Catarina que surgiu, em 1986, a primeira Incubadora no Brasil (hoje denominada CELTA), o primeiro Condomínio Empresarial Tecnológico (a ACATE) e a primeira Rede Estadual de acesso à *Internet* de alta velocidade, a Rede de Ciência e Tecnologia – RCT.

O Governo do Estado de Santa Catarina ao longo destes anos tem investido fortemente para que este setor se desenvolva. O primeiro ponto forte da ação do governo é a **inclusão**. Seja a inclusão do cidadão na sociedade do conhecimento por meio do acesso à educação e do acesso à *Internet* via RCT (em salas públicas de acesso, universidades, escolas, hospitais, museus, etc), seja a inclusão de empresas por meio do crédito facilitado, de incubadoras, do apoio à participação em feiras, e de outras iniciativas.

O segundo ponto é a **parceria**, com destaque para os centros de geração de conhecimento, em especial as universidades e o setor produtivo. Por meio de apoio à pesquisa e inovação, para geração de novos produtos e serviços em Institutos de Base Tecnológica com focos temáticos específicos (envolvem laboratórios associados oriundos das Universidades Catarinenses e Incubadoras Empresariais) e Estruturas Empresariais Inteligentes.

A atual Rede Catarinense de Ciência e Tecnologia – RCT2, teve início em 1995 a partir de um Protocolo celebrado, à época, entre o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, com a interveniência do Ministério da Ciência e Tecnologia, das Secretarias de Estado de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, de Educação e do Desporto, da Saúde, e do Desenvolvimento Rural e Agricultura, além da Universidade Federal de Santa Catarina, da Universidade do Estado de Santa Catarina, da Universidade Regional de Blumenau, da Universidade do Sul de Santa Catarina, da Fundação Universidade Regional de Joinville, da Fundação Educacional Unificada do Oeste de Santa Catarina, da Fundação Universidade do Contestado, da Fundação Educacional do Extremo Sul Catarinense, da Associação Catarinense das Fundações Educacionais, da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão de Santa Catarina, da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina, do Serviço de Apoio à Pequena e Média Empresa e das Telecomunicações de Santa Catarina.

Esta extensa e representativa relação de entidades catarinenses acordou um Protocolo de Cooperação, qual seja o de estabelecer um programa de cooperação técnica na área de informação científica e tecnológica. Um ano após o acordo, os primeiros frutos foram colhidos haja vista as primeiras conexões experimentais terem sido configuradas.

Em razão da estratégia adotada de iniciar a rede pela conexão das Instituições de Ensino Superior - IES, criando não somente pólos multiplicadores, denominados “Pontos de Presença – POP”, mas também irradiadores da inteligência e do domínio tecnológico, foi possível deflagrar um processo de rápida implantação da rede.

A evolução tecnológica foi incorporada à rede quando, no ano de 2000, ao levar em consideração uma exposição de motivos, a Fundação de Ciência e Tecnologia – FUNCITEC foi autorizada a proceder a modernização das velocidades de comunicação via implantação do número de instituições atendidas. Naquela oportunidade foi repensado o paradigma da rede, passando-o de um modelo de comunicação ponto a ponto para um que permitisse a conexão de instituições diretamente a um ponto central. Este novo modelo norteia até a presente data as conexões da RCT2.

A partir daquela data, além das IES, também, passam a incorporar à rede as escolas da rede estadual.

No mesmo ano, o Protocolo de Cooperação de junho de 2000 estabeleceu as contrapartidas a serem oferecidas pelas instituições conectadas ou que vierem a se conectar à rede e, conjuntamente com a atualização tecnológica promovida, desta maneira passou-se a estabelecer um novo conceito de rede diferenciada, a qual passou a ser conhecida como RCT2.

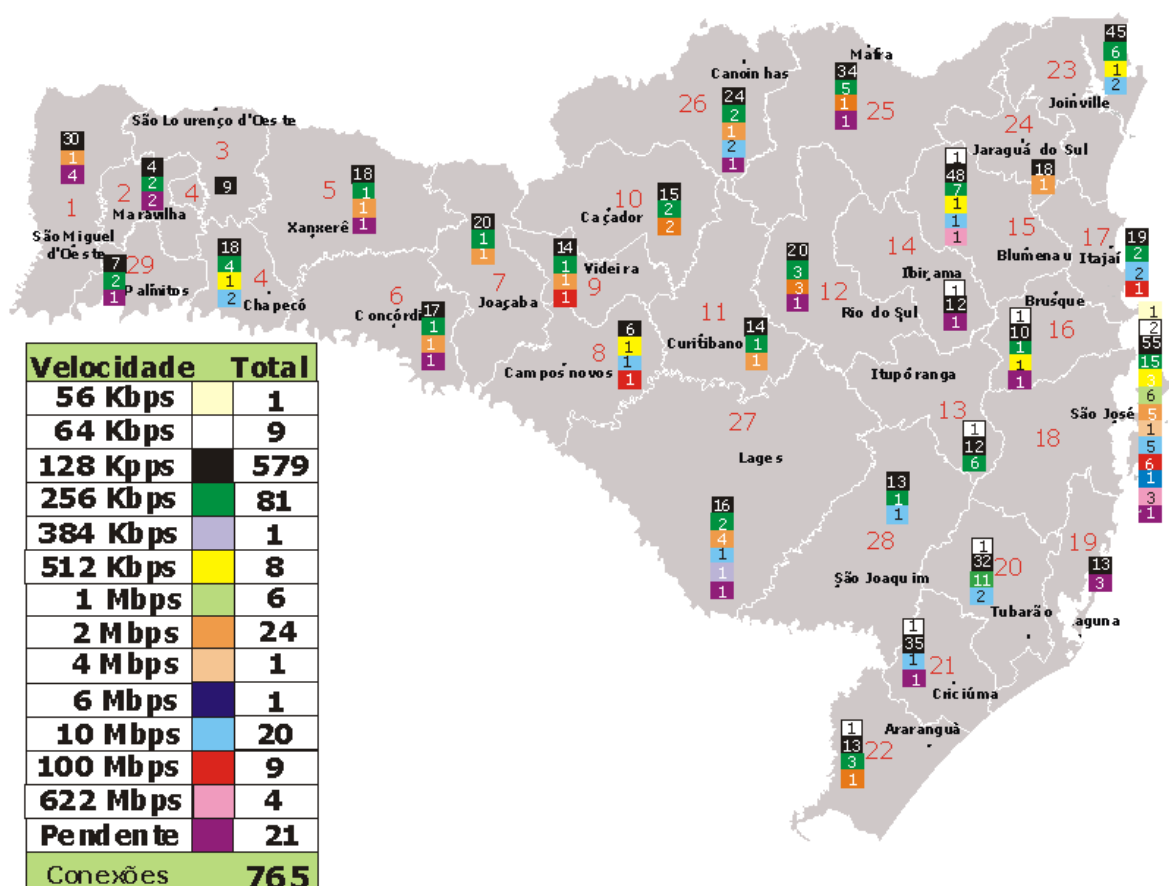
São signatárias deste documento a Universidade Federal de Santa Catarina, a Universidade do Estado de Santa Catarina, a Associação Catarinense das Fundações Educacionais, dentre outras instituições.

Graças a esta iniciativa, o número de catarinenses conectados à *Internet* por meio da RCT é hoje, aproximadamente 500.000 pessoas, ou seja 8 % da população. Esta é uma janela virtual para o mundo, a partir da qual o cidadão passa a ter contato com a informação e o conhecimento disponíveis na rede e em todo o Planeta.

A RCT, aliada às iniciativas das instituições a ela conectadas, facilita o acesso à educação e à informação, à comunicação e participação do cidadão, à geração de novos produtos e serviços e ao acesso às informações técnicas e científicas.

No mapa de Santa Catarina, a seguir, é possível visualizar a configuração hoje disponível da Rede Catarinense de Ciência e Tecnologia, à disposição das empresas catarinenses e porquê não dizer para que o Sistema de Cooperativas de Crédito – SICOOB/SC possa colimar os objetivos da EDEX – Escola de Dirigentes e Executivos do SICOOB/SC.

**Gráfico 2 – Rede Catarinense de Ciência e Tecnologia**



Fonte: FUNCITEC/SC - 2003

Com base nas novas tecnologias de gestão em 2002, a Cooperativa Central de Crédito de Santa Catarina – SICOOB/SC e suas Filiais tomaram a

iniciativa de contratar a elaboração de um “Plano de Cargos, Funções e Salários” para todo o Sistema SICOOB/SC, o qual objetivava a elaboração de um instrumento de função normativa com para determinar procedimentos e normas norteadoras da Política de Remuneração do Sistema.

Este Plano de Cargos e Remuneração objetivava, em sua extensão, dimensionar e estabelecer de forma clara as relações entre o Sistema SICOOB/SC e os colaboradores (empregados) e traduzir de forma mais transparente a uniformização e equidade nos atos praticados, dando oportunidade a cada profissional de vislumbrar um crescimento e ascensão profissional, permitir o aproveitamento máximo das potencialidades humanas e também coadunar com os objetivos e resultados da organização.

A fim de atender às necessidades e peculiaridades das Cooperativas, este programa foi elaborado para contemplar quatro tamanhos diferentes: Micro, Pequenas, Médias e Grandes Cooperativas de Crédito.

Em função da implantação gradual do “Plano de Cargos, Funções e Salários” e de já ter realizado a implantação também da EDEX – Escola de Dirigentes e Executivos das Cooperativas de Crédito do SICOOB/SC, a Diretoria Executiva, durante o segundo semestre de 2003, decidiu realizar uma “Pesquisa Sócio-Institucional” entre os colaboradores e Conselheiros pertencentes ao Sistema. Este trabalho objetivava detectar o perfil do público que emprestava os seus serviços, quer na Cooperativa Central, quer nas Filiadas, sendo que desta maneira foram enviados 1.080 questionários, dos quais foram respondidos 697 deles.

Os resultados desta pesquisa deverão nortear no futuro, a elaboração global de programas em Educação à Distância, voltados para o aperfeiçoamento pessoal e profissional de todos os colaboradores e conselheiros das Cooperativas pertencentes ao Sistema SICOOB/SC.

A seguir, serão apresentados alguns gráficos elaborados a partir dos dados levantados, bem como comentários, os quais permitirão uma melhor compreensão dos mesmos.

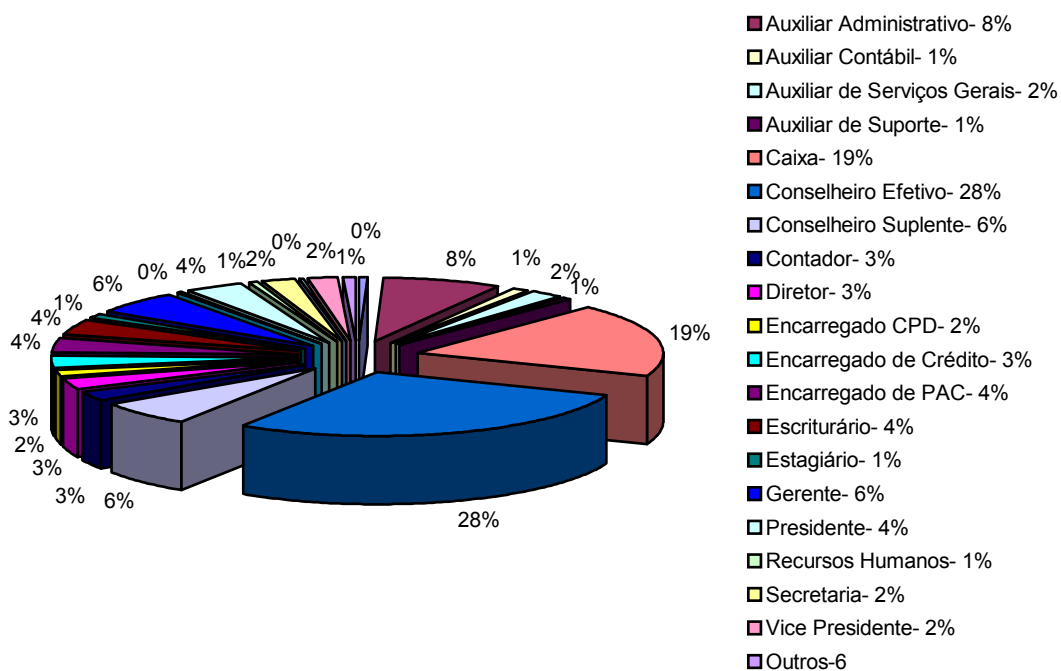
Observou-se, inicialmente, uma gama de nomenclaturas existentes que, não necessariamente designam funções diferentes. Isto é, as nomenclaturas variaram de Cooperativa para Cooperativa, mas as funções desempenhadas são

muitas das vezes exatamente as mesmas. Porém, com a implantação gradativa do Plano de Cargos Funções e Salários este problema tende a desaparecer com o passar do tempo a curto prazo.

Essa padronização proposta poderá e deverá também facilitar o trabalho de Educação e Capacitação no que tange à homogeneização dos públicos a serem atingidos pelo programa. A diversificação de perfis tende, hoje, a obrigar o SICOOB/SC a trabalhar pontualmente, em pequenos focos, o que conseqüentemente dissipa esforços e não otimiza a implantação no futuro de um Programa de Educação à Distância, bem como dificulta o alcance de uma possível identidade comum para o Sistema, em termos comportamentais e profissionais.

### Gráfico 3 - Cargos

(universo: 697 pessoas)



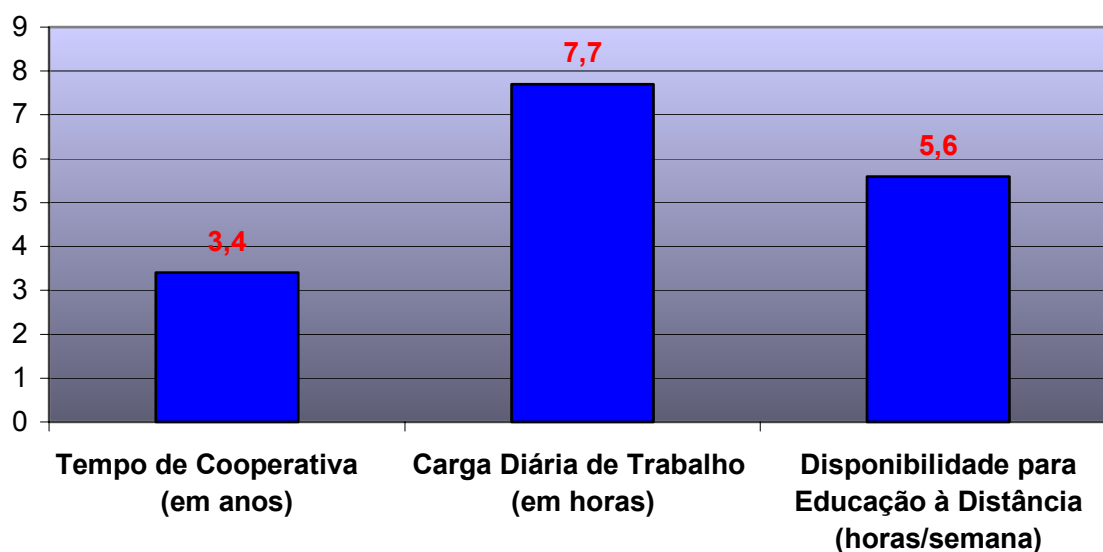
Fonte: SICOOB/SC - 2003

No tocante ao tempo de serviço no Sistema SICOOB/SC a carga horária disponível para Programas de Educação à Distância, foi registrada uma

média alta em relação ao item tempo de serviço. Acredita-se que este resultado tenha sido influenciado em grande parte pelo fato de os Conselheiros Diretores das Cooperativas de Crédito do Sistema SICCOB/SC atuarem há muitos anos nas Cooperativas. Esta característica é importante para uma futura implantação em termos de aceitação, e de maior facilidade de quebra de barreiras para a entrada de uma proposta inovadora, a qual poderá gerar mudanças substanciais nas Cooperativas.

Quanto à carga horária diária, esta ficou um pouco abaixo das convencionais oito horas, em função de um (1 %) dos estagiários e dos dois (2 %) dos auxiliares de serviços gerais, os quais cumprem uma carga horária diferenciada dos demais colaboradores.

**Gráfico 4 - Médias - Tempo de Serviço, Carga horária, Disponibilidade para Educação à Distância**



FONTE: SICCOB/SC - 2003

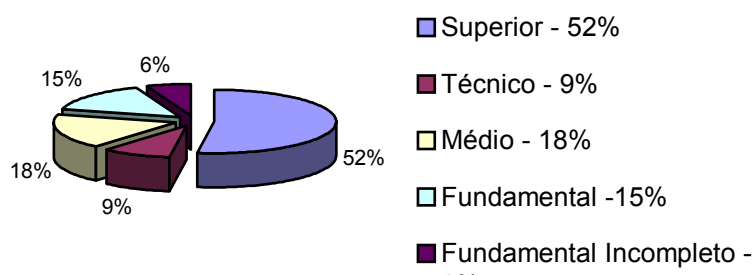
Em termos de disponibilidade para um Programa de Ensino à Distância, foi detectada uma pretensa carga horária semanal de 05:30 horas, a qual pode-se considerar satisfatória para a implantação de um programa deste naipe, além de também se denotar um interesse e provável dedicação da maioria dos pesquisados ao projeto.



Quanto à escolaridade, inicialmente se pode classificar o público total entre os níveis superior, médio ou técnico e fundamental, completo ou incompleto.

**Gráfico 5 - Escolaridade**

(universo - 697 pessoas)

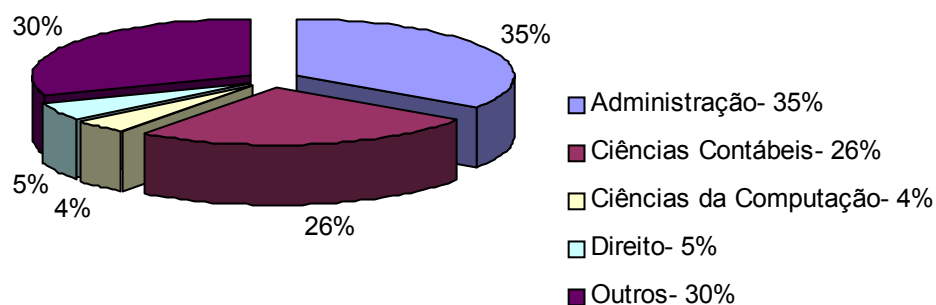


FONTE: SICOOB/SC - 2003

A partir do universo de pessoas que integram o Nível Superior, procurou-se catalogar as carreiras afins com o Sistema Financeiro, tais como Administração, Ciências da Computação, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas e Direito. As demais carreiras, que não apresentaram afinidades com o Sistema de Cooperativas de Crédito, foram agrupadas no item “Outros”.

**Gráfico 6 - Escolaridade Graduação por Carreira**

(universo de 358 pessoas)



FONTE: SICOOB/SC - 2003

Além da visualização por carreiras, a base de dados de quem tem nível superior derivou também para o gráfico que demonstra o Nível de Pós-Graduação desse público específico.

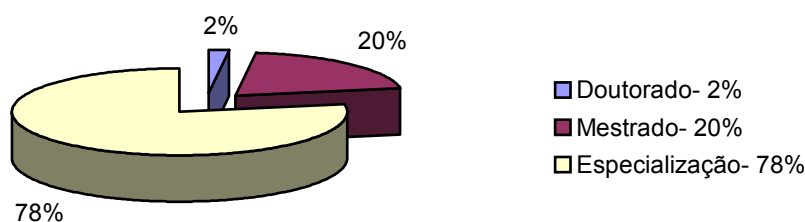
Também se observou como um dado relevante, a grande diversidade nos níveis de escolaridade por Região. Nas regiões mais desenvolvidas e onde as Cooperativas de Crédito são mais atuantes, os anos de estudo aumentam significativamente, enquanto em Regiões menos desenvolvidas o grau de escolaridade é menor.

Observou-se também na pesquisa que nas Regiões menos desenvolvidas e mais ou menos tempo de estudo, se repete nos índices de Especialização e Pós-Graduação. Pode-se também afirmar que o interesse por capacitação e aperfeiçoamento é maior em Regiões mais desenvolvidas.

Com vistas a atender esses diferentes públicos de maneira igualmente eficiente com um Programa de Educação à Distância, há que se levar em consideração estas diferenças, estabelecendo uma linguagem adequada às suas possibilidades de aprendizado, de acordo com os diferentes graus em que se encontram e até mesmo considerando as divergências regionais.

### Gráfico 7 - **Escolaridade Pós-Graduação por Nível**

(universo 54 pessoas)



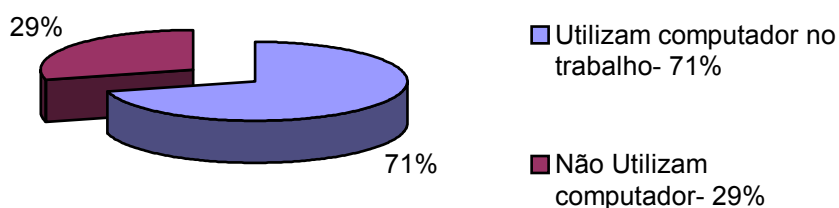
FONTE: SICOOB/SC - 2003

A maioria dos colaboradores do Sistema SICOOB/SC já freqüentou algum tipo de curso na área computacional. Além disso, praticamente dois terços do público que hoje presta seus serviços diretamente ao Sistema já fizeram algum

tipo de curso na área computacional o qual geralmente está relacionado aos Programas mais utilizados em sua área de atuação dentro da Cooperativa.

Tal se faz necessário, pois aproximadamente setenta por cento da população que hoje trabalha no Sistema SICOOB/SC utiliza computadores no seu dia a dia, número praticamente igual ao dos que têm acesso à *Internet*.

**Gráfico 8 - Utilização de computador no trabalho**  
(universo: 697 pessoas)

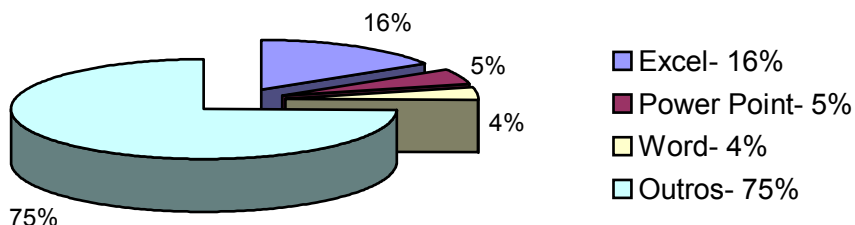


FONTE: SICOOB/SC - 2003

Nas Cooperativas existem computadores de uso tanto exclusivo como comum. Com vistas à futura implantação de um Programa de Ensino à Distância, esse dado revela a necessidade provável de investimentos em equipamentos ou de parcerias com a RCT, já que em termos de exclusividade ou compartilhamento de computadores, a maior incidência é do segundo caso, o que dificultaria a rotina de dedicação ao projeto, pois o mesmo deve apresentar iguais condições para cada um dos colaboradores e conselheiros participantes.

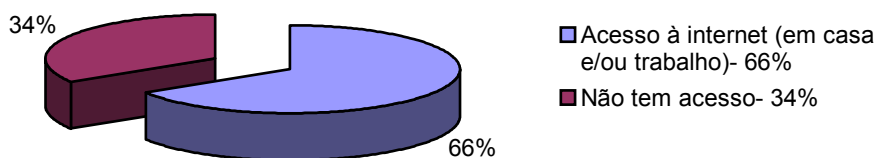
Por outro lado, os Conselheiros e Colaboradores se utilizam de vários tipos de softwares no trabalho, dentre eles os Programas *Excel*, *Word* e *Power Point*. Porém, a grande maioria se utiliza de outros programas em seu trabalho, adequados especificamente à rotina de trabalho dentro da Cooperativa.

**Gráfico 9 - Utilização de Computador no trabalho -  
Softwares utilizados**  
(universo: 493 pessoas)



FONTE: SICOOB/SC - 2003

**Gráfico 10 - Acesso à Internet**  
(universo: 697 pessoas)

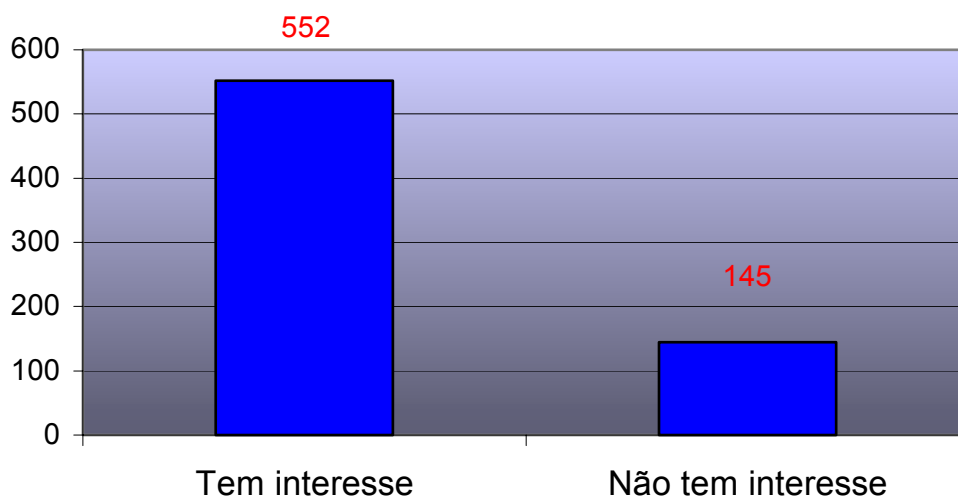


FONTE: SICOOB/SC - 2003

Por outro lado, uma grande maioria apóia e tem demonstrado interesse em participar e dedicar-se a um Programa de Educação à Distância, por considerarem-no uma oportunidade única, já que não há praticamente a necessidade de deslocamento de sua residência, cidade ou do próprio local de trabalho, haja vista este ser dado como o principal impeditivo em sua rotina diária

para que possam aprimorar seus conhecimentos e dar continuidade aos seus estudos.

**Gráfico 11 - Interesse por Educação à Distância**  
(universo: 697 pessoas)



FONTE: SICOOB/SC - 2003

Com base na pesquisa realizada pelo SICOOB/SC Central entre os Conselheiros, Dirigentes e Colaboradores, os mesmos demonstraram que têm interesse em vários temas, sendo que em sua maior parte, estão relacionados ao cooperativismo. Ao serem solicitadas sugestões de temas, a maioria acabou por generalizar, afirmando que tudo o que for oferecido será muito interessante e de grande valia. Porém, para um segundo momento, quando da implementação do Ensino à Distância, seria de bom alvitre que fosse novamente realizada uma pesquisa objetivando determinar o elenco de temas mais pertinentes.

**Tabela 04 – Cursos de Interesse**

<b>Tema</b>
Ética
Educação Cooperativista
Legislação Cooperativista
Administração Cooperativista
Crédito Rural Agrícola
Pós-graduação em Cooperativismo
Vantagens do Cooperativismo
Cooperativa de Crédito
Contabilidade da Cooperativa
Conselho Fiscal
Investimento das Cooperativas
Sistema Financeiro
Normas Cooperativistas
Gerenciamento Financeiro
Marketing
Matemática Financeira
Fundamentos do Cooperativismo
Motivação, Relações Humanas, temas afins
Outros (EDEX)
Qualquer tema oferecido

FONTE: SICOOB/SC CENTRAL - 2003

Numa avaliação geral deste conjunto de dados pode-se concluir que, para a implantação do Programa de Educação à Distância seria interessante efetuar a renomeação e implantação do Plano de Cargos, Funções e Salários já elaborados e em final de implantação no Sistema SICOOB/SC. Este primeiro passo municipalizaria a divisão dos grandes blocos de público a serem trabalhados com cursos específicos, de acordo com sua área de atuação na Cooperativa.

Anteriormente, porém, à aplicação ou introdução de cursos de interesse por áreas, faz-se necessária uma espécie de calibragem de todos os colaboradores e conselheiros, em todos os níveis, destinados a igualar suas condições quanto à utilização do computador de acordo com seus comandos

básicos e também pela *Internet*, prevendo-se que a ferramenta do ensino à distância será utilizada.

Para a etapa de implementação do ensino à distância, será necessária a complementação dos equipamentos para que o compartilhamento, hoje existente das máquinas nas Cooperativas não se configure, durante a implantação do Programa, num problema de ordem impeditiva para a participação e acompanhamento dos cursos oferecidos, por parte daqueles que não têm um computador à sua disposição.

O acesso à *Internet* pode ser um fator contributivo para a distribuição de material didático necessário à realização dos cursos, sem que para isso haja despesas excessivas com o uso de papel, cópias, encadernações, pessoal para distribuição de material, etc. Com o uso dessa ferramenta, obviamente todos os participantes deverão ter acesso à mesma em suas máquinas.

Pode ser interessante a padronização de utilização da *Internet*, ferramenta já utilizada por algumas Cooperativas, já que ela permite a circulação interna de informações, normas, boletins, relatórios, que também podem integrar o Programa de Educação à Distância.

## 09 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Neste capítulo, apresentam-se as conclusões e recomendações decorrentes deste trabalho.

### 9.1 Conclusões

É oportuno lembrar que o objetivo geral deste trabalho foi o de identificar e propor diretrizes para o Cooperativismo de Crédito Catarinense, Sistema SICOOB/SC que utiliza técnicas de ensino à distância compatíveis com a realidade catarinense. Em decorrência desta proposta, o autor atingiu as seguintes conclusões:

- Pessoas em todos os países do mundo têm se beneficiado com as cooperativas. Elas se beneficiaram sob todos os tipos de governos e em todos os tipos de economia e dentro de todas as divisões – sexo, raça, religião, política e cultura – que caracterizam a condição humana. Na verdade, existem poucos limites que as pessoas podem ultrapassar quando trabalham juntas para o seu benefício mútuo. As realizações passadas do Movimento Cooperativo demonstram esta verdade simples. A presente força das cooperativas ao redor do mundo as afirmam ainda mais; as necessidades futuras da família humana demandam a sua reconfirmação.

- As pessoas formaram as primeiras tradições cooperativas contínuas e organizadas na Europa, durante os tumultuados anos de 1840, quando a mudança industrial e urbana estava transformando radicalmente a maneira como muitos viviam. Nas cidades industriais, as pessoas confrontaram transferência social em favelas que criaram condições de vida nunca vivenciadas pelas gerações anteriores. Trabalhadores foram alienados de seu trabalho, a vida familiar foi despedaçada e os requisitos básicos de sobrevivência – comida, habitação, poupança, emprego – estavam em risco constante. Inicialmente, somente poucas pessoas conseguiram ver como as cooperativas poderiam



melhorar condições tão deploráveis; antes do final do século, centenas de milhares haviam percebido as possibilidades.

- Nos anos de 1840, mais particularmente na década seguinte, um grupo especialmente nos estados germânicos, foi capaz de perceber a importância da implantação de cooperativas. O primeiro promotor bem sucedido dessa forma de cooperação foi Hermann Schulze-Delitzsch, que trabalhou entre artesãos e pequenos comerciantes. Ele foi logo acompanhado por Friedrich Wilhelm Raiffeisen, que encorajou os negócios bancários entre a população rural. Da Alemanha, o Movimento Bancário espalhou-se para a Itália e a França; por volta de 1900, havia sido levado para a África, a Ásia e as Américas. Em 1902, o mesmo chegou ao Brasil.

- No decorrer de sua história, o Movimento Cooperativo tem mudado constantemente; ele mudará continuamente no futuro. Subjacente às mudanças, no entanto, está um respeito fundamental por todos os seres humanos e uma crença em sua capacidade de se desenvolverem econômica e socialmente com a auto-ajuda mútua. E mais: o Movimento Cooperativo acredita que procedimentos democráticos aplicados a atividades econômicas são possíveis, desejáveis e eficientes.

- As Cooperativas surgiram, inicialmente, como instituições legais distintas na Europa durante o Século XIX, as quais obtiveram seus primeiros sucessos permanentes durante os difíceis anos de 1840. Sendo que estas cresceram dentro de cinco tradições distintas: as cooperativas de consumo, cujo início tem sido popularmente associado aos Pioneiros de Rochdale; as cooperativas de trabalho, que tiveram sua maior força inicial na França; as cooperativas de crédito, que surgiram em sua maior parte na Alemanha; as cooperativas agrícolas, que tiveram suas raízes na Dinamarca e na Alemanha; e as cooperativas de serviços, como as cooperativas de habitação e saúde, que surgiram em várias partes da Europa industrial no final do século.

- Cumulativamente, os Princípios Cooperativos são o sangue que dá vida ao Movimento. Derivados dos valores que têm inspirado o Movimento desde o seu início, eles moldam as estruturas e determinam as atitudes que fornecem as perspectivas distintas do Movimento. São as normas pelas quais cooperativas esforçam-se para desenvolver suas organizações cooperativas. São princípios inerentemente práticos, modelados tanto por gerações de experiência quanto por pensamento filosófico. São, conseqüentemente, elásticos, aplicáveis com diferentes graus de detalhe e diferentes tipos de cooperativas em diferentes situações. Acima de tudo, requerem que as cooperativas tomem decisões. Os Princípios são as qualidades essenciais que tornam os cooperativistas eficazes, as cooperativas distintas e o Movimento Cooperativo valioso.

- O Movimento Cooperativo tem, há muito tempo, um compromisso especial e real para com a educação. O Princípio da Educação, Formação e Informação, formulado em 1995, reza que as cooperativas devem proporcionar educação e formação para seus membros, representantes eleitos, gerentes e empregados para que possam contribuir efetivamente para o desenvolvimento de suas cooperativas. Elas informam o público geral – particularmente jovens e líderes de opinião – sobre a natureza e os benefícios da cooperação.

- As Revisões Periódicas dos Princípios são uma fonte de força para o Movimento Cooperativo. Elas demonstram como o pensamento cooperativo pode ser aplicado em um mundo em mudanças; surgem como as cooperativas podem se organizar para alcançar novos desafios; elas envolvem cooperativistas ao redor do mundo no re-exame dos propósitos básicos para seu Movimento.

- Não há uma única raiz da qual todos os tipos de cooperativas surgiram. Elas existem em todo o mundo em diferentes formas, servindo a diferentes necessidades e prosperando dentro de sociedades diversas.

- O Movimento Cooperativo tem uma história intelectual profunda e ilustre. Durante cada uma das últimas dez gerações da história humana, muitos teóricos em diversas partes do mundo fizeram grandes contribuições para o pensamento cooperativo; e muito deste pensamento sempre esteve e está preocupado com os valores cooperativos.

- As cooperativas ao redor do mundo se desenvolveram dentro de um grande rol de sistemas de crenças, incluindo todas as maiores religiões e ideologias do mundo. Já que os líderes e grupos cooperativos foram grandemente influenciados por esses sistemas de crenças, qualquer discussão sobre valores dentro das cooperativas deve, inevitavelmente, envolver preocupações profundas sobre o comportamento ético apropriado.

- Durante o Século XX, o Movimento Cooperativo gozou de um sucesso significativo. As cinco tradições que começaram no século anterior se expandiram ao redor do globo. Seres humanos, nas mais diversas circunstâncias, encontraram inúmeras razões para organizar cooperativas. Aprenderam a gerenciá-las efetivamente em meio a todos os tipos de sistemas políticos e econômicos. A experiência obtida neste século mostrou que, quando as pessoas compreendem o seu potencial, existem poucas barreiras geográficas, sociais e econômicas capazes de impedir a expansão das cooperativas organizadas.

- Muitas pessoas entendem Princípios como mandamentos pétreos, ou seja, que devem ser seguidos literalmente. Em um sentido, estão corretos na medida em que os Princípios deveriam prover um padrão de medida. Em outro sentido, eles deveriam restringir e até proibir algumas ações enquanto encorajam outras.

- Os Princípios formam o coração das cooperativas e não são independentes uns dos outros. Eles são sutilmente ligados: quando um é ignorado, todos os demais são diminuídos. As cooperativas não deveriam ser

julgadas com base, exclusivamente, em um único Princípio; ao invés, deveriam ser avaliadas em quão bem aderem aos Princípios como totalidade.

- O Quinto Princípio enfatiza a importância vital da educação, da formação e da informação dentro das cooperativas, influenciando igualmente as operações internas e as relações externas. **Educação** significa mais do que simplesmente distribuir informação ou encorajar o patrocínio; significa engajar as mentes dos membros, líderes eleitos, gerentes e empregados na compreensão total da complexidade e da riqueza do pensamento e da ação cooperativa. **Formar** significa assegurar que os associados das cooperativas possuam as habilidades requeridas para bem desempenhar as suas responsabilidades.

- O Princípio reconhece que as cooperativas têm uma responsabilidade particular de informar às pessoas jovens e aos formadores de opinião (políticos, servidores públicos, educadores, etc) sobre a natureza e os benefícios da cooperação.

- A educação, em sentido mais amplo, é um processo que dura toda a vida e que permite o desenvolvimento global e contínuo das potencialidades da pessoa, como indivíduo e como membro da sociedade. A educação vai muito além da educação formal, tanto em seu objetivo quanto em sua duração.

- A educação, ao longo de toda a vida, baseia-se em quatro pilares: aprender a conhecer; aprender a fazer; aprender a viver juntos e a aprender a ser.

- Os Sistemas Educativos formais tendem a privilegiar o acesso ao conhecimento, em detrimento de outras formas de aprendizagem, importa conceber a educação como um todo. Esta perspectiva deve, no futuro, cada vez mais inspirar e orientar as reformas educativas, tanto em nível de elaboração de programas como da definição de novas políticas pedagógicas.

- Mostra também que o ensino é um direito fundamental do homem e o mesmo se constitui em um avanço conceitual importante para o Século XXI, que é necessário buscar respostas eficientes para pôr fim à antiga angústia do homem profissional cliente do avanço ininterrupto e cada vez mais veloz das tecnologias e do conhecimento.

- O ensino à distância tem avançado geometricamente em todo o mundo. Afinal, é a única forma capaz de conciliar a necessidade da educação continuada com a falta de tempo e as dificuldades cada vez maiores de um profissional estar fisicamente presente em sala de aula. A tela do computador é a sala de aula mundial, infinita, na qual é possível fazer também cursos de alto nível.

- O crescimento e a diversidade da educação à distância são significativos. Por outro lado, o número de tipos de indivíduos que aprendem fora das salas de aula tradicionais, na variedade dos que prestam esse serviço é na média, bem como a efetividade das novas tecnologias que servem como ferramentas de ensino. A educação à distância está cada vez mais global, criando uma enorme quantidade de novas alianças graças à associação de instituições educacionais tradicionais com empresas, governos e organizações para oferecer e utilizar o ensino à distância.

- Estruturas inteiramente novas são criadas para aproveitar o potencial da INTERNET e de outras tecnologias no sentido de aumentar o acesso e melhorar a qualidade da educação. Por outro lado, um número cada vez maior de empresas está usando a educação à distância como uma maneira efetiva em função dos custos de oferecer atualização profissional a seus empregados, colaboradores e dirigentes.

- O Cooperativismo de Crédito surgiu para combater relações desiguais de troca e de financiamento às atividades que penalizavam sobremaneira os produtores rurais e trabalhadores urbanos. Junto à necessidade de se extirpar esse mal, era preciso criar uma ordem mais justa, que priorizasse a

concessão de crédito mais compatível com a realidade dessas pessoas e que, principalmente, tivesse como foco central o ser humano.

- A prioridade das Cooperativas de Crédito é garantir a melhoria da qualidade de vida das pessoas, proporcionando o progresso das famílias. Em outras palavras, independentemente do crédito, há uma postura humana, social e educativa. E é por isso, que a essência do cooperativismo de crédito inclui uma sólida e ativa participação, permitindo à sua estrutura descentralizada operar democraticamente.

- O Cooperativismo de Crédito no Brasil surgiu no início do Século XX, ao ligar as primeiras experiências de implantação do crédito cooperativo no país às tentativas iniciais de desenvolvimento da agricultura brasileira, quando alguns precursores começaram a idéia de que somente por intermédio do cooperativismo se poderia fomentar e organizar nossa produção agropecuária.

- Após um longo processo reflexivo de análise do seu comportamento no passado, o Cooperativismo de Crédito no Brasil renasceu em bases mais seguras e com uma proposta firme que o possibilita identificar, ainda no nascedouro, qualquer desvio que possa prejudicá-lo no seu desenvolvimento.

- Com a ajuda mútua e solidariedade, as Cooperativas de Crédito poderão, com certeza, tirar os produtores rurais e trabalhadores urbanos da situação de marginalidade provocada pelos tradicionais sistemas de crédito do País.

- Em todos os setores e subsectores da sociedade, a informação caminha a passos largos, muitas vezes numa velocidade que vai além da imaginação humana. A necessidade de conhecimento fez e faz com que as pessoas e as instituições buscassem e busquem mais e mais fontes diversificadas de informações. Entretanto, para que se tenham informações consistentes é preciso construir uma base de dados ou sistema de informações,

seja econômica, política, social, financeira, ambiental, tecnológica, dentre outras, pautadas de fundamentos, de métodos e de procedimentos, que possibilitarão a formação da base e o sustentáculo dos resultados alcançados.

- Os novos profissionais do Século XXI devem ter conhecimentos mais abrangentes, utilizando-se mais dos seus cérebros e menos da sua força bruta. Necessitam ocupar postos de tomada de decisão, muitas vezes, chegando a participar ativamente dos negócios como assessores e esquecer as antigas funções de desempenho de tarefas rotineiras. O conhecimento aplicado ao trabalho humano é, na atualidade, uma realidade incontestável e quem não acompanha as exigências deste mercado pode se considerar pronto a ser excluído.

- As tecnologias podem até estar eliminando alguns tipos específicos de empregos, porém sempre haverá aplicações para o trabalho humano, afinal máquinas não têm e nunca terão capacidade de sentir, criar, inovar e julgar.

## **9.2 Recomendações**

A partir das conclusões deste trabalho, algumas questões chamaram a atenção do autor e merecem ser citadas como recomendações e /ou sugestões:

- Há necessidade de a Cooperativa Central de Crédito de Santa Catarina – SICOOB/SC-Central elabore um Programa de Educação à Distância para a capacitação cooperativista, de forma integrada e articulada com o Sistema Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina – OCESC e o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo – SESCOOP/SC:

- Realizar convênios com cooperativas educacionais, centros de educação e universidades, para o treinamento e reciclagem, bem como o aprimoramento dos colaboradores e conselheiros do Sistema SICOOB/SC;

- Fomentar Cursos de Especialização, trabalhos de Mestrado, Teses de Doutorado e trabalhos em nível de Pós-Doutorado em Cooperativismo avalizados pelo Sistema das Cooperativas de Crédito.
- Incrementar projetos de Pesquisa e Desenvolvimento em Cooperativismo, estimulando a comunidade acadêmica de Santa Catarina a se aproximar e participar dos fóruns de debates, seminários, congressos e demais eventos cooperativistas, realizados em Santa Catarina e no Brasil.
- Criar Cursos de Educação e Ensino de Cooperativismo à distância e outros temas de interesse do Sistema SICCOOB/SC em parceria com o Laboratório de Ensino à Distância da Universidade Federal de Santa Catarina ou outra IES de Santa Catarina.
- Realizar um protocolo através da Fundação de Ciência e Tecnologia para que o SICCOOB/SC utilize a Rede Catarinense de Ciência e Tecnologia a fim de usufruir de todos os pontos remotos da rede como irradiadores do Programa de Capacitação à Distância do Sistema SICCOOB/SC.



## 10 REFERÊNCIAS

ACKOFF, Russell L.. **Planejamento de pesquisa social**. 2. ed. São Paulo: EPU/EDUSP, 1975.

Alianza Cooperativa Internacional. **Los Principios Cooperativos**: nuevas formulaciones de la Alianza Cooperativa Internacional. Zaragoza: Escuela de Gerentes Cooperativos, 1968.

\_\_\_\_\_. **Nuevos enfoques de los Principios Cooperativos em al mundo**. 5. ed. Rosario: IDELCOOP, 1981. 91 p.

ANDER-EGG, Ezequiel. **Introducción a las técnicas de investigación social**: para trabajadores sociales. 7. ed. Buenos Aires: Humanitas, 1978.

ARANZADI, Dionizio. **Jornada sobre Principios Cooperativos**. Madrid: Ministério del Trabajo y Seguridad Social, 1988.

ASTI VERA, Armando. **Metodologia da pesquisa científica**. 5. ed. Porto Alegre: Globo, 1979.

BACON, Francis. **Nova Atlântida**. 4. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Catálogo**: bancos, caixas econômicas e cooperativas. Brasília: SECOR, 1982.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Resolução CMN N°. 1.914 de 12 de março de 1992. Regulamenta e disciplina a constituição e o funcionamento das Cooperativas de Crédito. **Conselho Monetário Nacional**. Brasília: BCB, 1992.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Resolução CMN N°. 2.193 de 31 de agosto de 1995. Dispõe sobre a constituição e o funcionamento de bancos comerciais com

a participação exclusiva de Cooperativas de Crédito. **Conselho Monetário Nacional**. Brasília: BCB, 1995.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Resolução CMN Nº. 3.106 de 22 de junho de 2003. Dispõe sobre os requisitos e procedimentos para a constituição, a autorização para funcionamento e alterações estatutárias, bem como para o cancelamento da autorização para funcionamento de cooperativas de crédito. **CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL**. Brasília: BCB, 2003.

BASEVI, Albert. **Luigi Luzzatti cooperatore**. Roma: Rivista della Cooperazione, 1952.

BATES, Anthony W.. **Restructuring the University for Technological Change**. Seminário What Kind of University: Londres, 1977. Disponível em: <<http://bates.studies.ubs.edu/carnegie/carnegie.html>> Acesso em: 20 fev. 2003.

\_\_\_\_\_. **Technology open learning and distance education**. London: Routledge, 1995.

BIDDLE, William W.. **Desenvolvimento da comunidade**. Rio de Janeiro: Agir, 1967.

BLAIS, Felipe. **Los diez Principios del Cooperativismo**. In: Los Principios del Cooperativismo de Rochdale a nuestros dias. México: Confederación Mexica de Cajas Populares, 1984.

BLANCO, Joaquin Mateo. **Cuarto principio: destino dos excedentes**, in Los Principios Cooperativos. Lérida: Asociación de Expertos Cooperativos, 1988.

\_\_\_\_\_. **Historia de la reforma de los Principios Cooperativos**. In: REVESCO. Madrid, n. 52, p. 37-68, 1984.

BOCHENSKI, J. M.. **Diretrizes do pensamento filosófico**. São Paulo: Herder, 1961.

BOGARDUS, Emory. **Principles of cooperation**. Chicago: The Cooperative League of the USA, 1958.

BÖÖK, Sven Ake. **Co-operative values in a Changing World**. Genebra: ICA, 1992.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, 05 de outubro de 1988. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/>>. Acesso em 06 ago. 2004.

BRASIL. Decreto Nº 60.597, de 19 de abril de 1967. Regulamenta o Decreto-lei Nº. 59, de 19 de abril de 1967. **LEX**. São Paulo: LEX, 1967. Tomo II.

BRASIL. Decreto-lei Nº. 59, de 21 de novembro de 1966. Define a política Nacional do Cooperativismo, cria o Conselho Nacional do Cooperativismo e da outras providências. **LEX**. São Paulo: LEX, 1966. Tomo IV, p. 1698-1702.

BRASIL. Lei Nº. 4.595, de 31 de dezembro de 1964. Dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias e Creditícias. Cria o Conselho Monetário Nacional e da outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, 31 dez. 1964.

BRASIL. Lei Nº. 5.764, de 16 de dezembro de 1971. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas e da outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 16 dez. 1971.

BRASIL. Medidas Provisórias Nº. 1.715, de 13 de setembro de 1998; Nº. 1.781, de 14 de dezembro de 1998; e 1.781-7, de 11 de março de 1999. Dispõe sobre o Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária, autoriza a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo, e da outras

providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em 06 ago. 2004.

BRAUMANN, Franz. **Raiffeisen**. México: Confederación Mexicana de Cajas Populares, 1988.

BRIGANTI, Walter. **I rapporti fra I Cooperatori Italiani e Stranieri e in particolari fra la Lega Nazionale delle Cooperative e l'ACI**. Milão: Franco Angeli, 1988.

BRUYNE, Paul de et alii. **Dinâmica da pesquisa em Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

CAMPANELLA, Tommaso. **A cidade do sol**. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

CARNEIRO, Palmyos Paixão. **Co-operativismo**. Belo Horizonte: FUNDEC, 1980.

CARPPER, Joanne. **Review of research on interactive videodisc for training**. Alexandria, Virginia: Institute for Defense Analyses, 1990.

CERVO, Amado Luiz & BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia Científica**. 3. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 1983.

COLOMBAIN, Maurice. **Des Règles de Rochdale aux Principes de la Coopération**. In: Informations Coopératives. Genebra: OIT, 1976. n. 03

\_\_\_\_\_. **De las Reglas de Rochdale a los Principios de la Cooperation**. In: Los Principios del Cooperativismo de Rochdale a nuestros dias. México: Confederación de Cajas Populares, 1984.

COLOSSI, Nelson et PATRÍCIO, Zuleica. A aplicação de métodos qualitativos na produção de conhecimento: uma realidade particular e desafios coletivos para

compreensão do ser humano nas organizações. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 18. **Anais...** Foz do Iguaçu, 1999, Curitiba: AMPAD, 1999. 1 CD.

CONGRESSO BRASILEIRO DE COOPERATIVISMO, 12., 2000, Rio de Janeiro. **Anais XII Congresso Brasileiro de Cooperativismo.** Rio de Janeiro: OCB, 2000.

CONFEBRAS. **Relatório de Gestão 2002.** Brasília: CONFEBRAS, 2002.

CORREIA, J. M. Sérvulo. **Cooperação, cooperativismo e Doutrina Cooperativa.** In: Estudos Sociais e Cooperativos. Lisboa: [S.I.], 1965. n.15

CORREIA, J. M. Sérvulo. **Elementos de um Regime Jurídico da Cooperação.** In: Estudos Sociais e Cooperativos, n 17. Lisboa: [S.I.], 1966.

\_\_\_\_\_. **O setor cooperativo português.** In: Boletim do Ministério da Justiça, n. 196. Lisboa: Ministério da Justiça, 1970.

DANIEL, John S.. **Mega universities and knowledge media: technology strategies for higher education.** London: Kogan Page, 1966.

DELORS, Jaques. **Educação: um tesouro a descobrir.** São Paulo: UNESCO/MEC/Cortez, 1999.

DEMO, Pedro. **Metodologia científica em ciências sociais.** São Paulo: Atlas, 1985.

DESROCHE, Henri. **Dês “príncipes” aux “valeurs”. Étapes d’une ACI revisitée dans son histoire et dans as préhistoire documentaires, Communautés.** Paris: ASSCOD, 1988.

\_\_\_\_\_. **El desarrollo intercooperativo: sus modelos y sus combinaciones.** Argentina: INTERCOOP, 1977.

DRIMER, Alicia Kaplan de & DRIMER, Bernardo. **Las cooperativas: fundamento história, doutrina.** 2. ed. Buenos Aires: INTERCOOP, 1975.

DRUCKER. Peter F.. **Sociedade pós-industrial.** São Paulo: Pioneira, 1993.

FAUQUET, Georges. **Regards sur lê Mouvement Coopératif.** Bâle/Paris: Union Suisse des Coopératives de Consommation/Fédération Nationale des Coopératives de Consommation, 1949.

\_\_\_\_\_. **O Setor Cooperativo.** Lisboa: Livros Horizonte, 1979.

FERREIRA, Marcelo. **Ensino à distância pela Internet.** Disponível em: <<http://www.geocities.com/WallStreet/7939>>. Acesso em: 14 dez 2002.

FIGUEIREDO, Ronise de Magalhães. **Dicionário prático de cooperativismo.** Belo Horizonte: Mandamentos, 2000.

FORNARI, Regina Teresinha Mollmann. **Relatório Final da Pesquisa Sócio-Institucional.** Florianópolis: SICOOB/SC, 2003

FOURIER, François Marie Charles. **Traité d'Association Doméstique Agricole.** Paris: [S.l.: s.n.].

GAYOTTO, Adelaide Maria. **Formas primitivas de cooperação e precursores.** 8. ed. São Paulo: Departamento de Assistência ao Cooperativismo, 1976.

GAYOTTO, Adelaide Maria & DE BARROS, Maria José Monteiro. **Os realizadores.** 7. ed. São Paulo: Departamento de Assistência ao Cooperativismo, 1976.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1987.

GODOY, A. S.. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. São Paulo: **Revista de Administração de Empresas**. v. 35, n. 3, p. 20-29, mai-jun., 1995.

HAUBERT, Maxime. **La formación de adultos y las organizaciones populares en America Latina**: la contribución de la Universidad Cooperativa Internacional. In: Revista Internacional del Trabajo. Ginebra: OIT, v. 105, n. 1, p. 111-127, ene./mar. 1986.

HOLYOAKE, Geoges Jacob. **Historia de los Pioneros de Rochdale** Zaragoza: CENEC, 1973.

\_\_\_\_\_. **História de los Pioneros de Rochdale**. Argentina: INTERCOOP, 1975.

KLAES, Luiz Salgado. **O ideário cooperativo e sua influência no Movimento e na Legislação cooperativista brasileira**. Florianópolis, 1982. 247 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Centro Sócio Econômico, Universidade Federal de Santa Catarina.

LIDLAW, Alexander F.. **La capacitación y la divulgación en el movimiento cooperativo**. Itália: FAO/ONU, 1972.

\_\_\_\_\_. **Las cooperativas en el año 2000**. Buenos Aires: INTERCOOP, 1981.

\_\_\_\_\_. **Las coooperativas en año 2000**. México: Confederación Maxicana de Cajas Populares, 1981.

\_\_\_\_\_. **As cooperativas no ano 2000**. Belo Horizonte: OCEMG, 1984.

LAMBERT, Paul. **La Doctrine Coopérative**. 2. ed. Paris: FNCC, 1959.

\_\_\_\_\_. **La Doctrina Cooperativa**. Buenos Aires: INTERCOOP, 1975.

\_\_\_\_\_. **Los Principios Cooperativos y la Alianza Cooperativa Internacional**. Zaragoza: Centro Nacional de Educación Cooperativa, 1975

LASSERRE, Georges. **Signification économique et morale des Règles de Rochdale**. In: Revue des Études Coopératives, n. 142. Paris: REC, 1965.

\_\_\_\_\_. **Signification économique et morale des Règles de Rochdale**. In: Les Principes Coopératifs – hier, aujourd’hui, demain. Paris: IEC, 1967.

\_\_\_\_\_. **Vers la réforme de l’entreprise em France: l’oeuvre du comité Sudreau**. In: Revue des Etudes Coopératives, n. 180. Paris: REC, 1975.

LEE, Stuart, GROVES, Paul e STEPHENS, Christopher. **Iternet Teaching: existing tool & projects for on-line teaching**. Oxford University, 1996. Disponível em: <<http://info.ox.ac.uk/jtap/reports/teaching>>. Acesso em: 30 de jan 2003.

LUGON, Clovis. **A República “Comunista” cristão dos Guaranis: 1610-1768**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

LUZ FILHO. Fábio. **Cooperativas Escolares**. 5. ed. aum. atual. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1960.

MACPHERSON, Ian. **Co-operative Principles for the 21<sup>st</sup> Century**. Geneva: ICA, 1985.



McMANUS, Thomas Fox. **Special considerations for designing Internet based instruction.** Disponível em: <<http://ccwf.cc.utexas.edu/~mcmanus/special.html>> Acesso em: 22 jan 2003.

MARCONI, Marina de Andrade & LAKATOS, Eva Maria. **Técnica de Pesquisa.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

MARINHO, Pedro. **A pesquisa em Ciências Humanas.** Rio de Janeiro: Vozes, 1980.

MATEO BLANCO, Joaquin. **Cuarto Principio: destino dos excedentes.** In: Los Principios Cooperativos. Lérida: Asociacion de Expertos Cooperativos, 1988.

MLADENATZ, Gromoslav. **História das Doutrinas Cooperativas.** Brasília: CONFEBRAS, 2003

MONSERRAT, José. **Cooperativismo e cooperativas escolares.** Porto Alegre: Secretaria da Agricultura Indústria e Comércio, 1949.

MOORE, Cichael & KEARSLEY, Greg. **Distance education: a systems view.** Belmont, California: Wadsworth, 1996.

MÜNKNER, Hans H.. **Cooperatives Principles and Co-operative Law.** Marburgo: IKE, 1981.

\_\_\_\_\_. **Principes coopératifs et droit coopératif.** Bonn: Friedrch-Ebert-Stiftung, 1986.

NAMORADO, Rui. **As cooperativas na constituição portuguesa.** In Informação Cooperativa. Coimbra: Centro de Estudos Cooperativos da FEUC, 1990. p. 07-19.

\_\_\_\_\_. **Os Princípios Cooperativos e a constituição.** Coimbra: Vértice, 1979. n. 417-418 e 420-421.

\_\_\_\_\_. **Los Princípios Cooperativos.** Coimbra: Cooperativa Editorial de Coimbra, 1995.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS. **Relatório de atividades.** Brasília: OCB, 1994-2001.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **O cooperativismo catarinense.** 4. ed. Florianópolis: OCESC, 2000.

PALDÊS, Roberto Ávila. **O uso da Internet no ensino superior:** estudo de caso da Universidade de Brasília. Projeto de Tese de Doutorado. Disponível em: <<http://www.geocities.com/CapeCanaveral/Lauch/5606>>. Acesso em: 07 jan 2003.

PENIDO, Heli, de Oliveira. **Presença do Cooperativismo de Crédito no cenário da economia brasileira.** Belo Horizonte: CREDIMINAS, 2002.

PERAYA, Daniel. **Distance education and the WWW.** Universidade de Geneve, 1994. Disponível em: <<http://tecfa.unige.ch/edu-comp/edu-ws94/contrib/peraya.fm.html>> Acesso em: 04 fev 2003.

PETTIGREW, A.. **Longitudinal field research on change:** theory and practice. In: Organization Science. v. 1, n 3, p. 267 – 292, 1990.

\_\_\_\_\_. **On studying organizational culture.** In: Administrative Science Quartely. n. 24, p. 570 – 581, 1979.

PINHO, Diva Benevides. **Economia e cooperativismo.** São Paulo: Saraiva, 1977.

PINHO, Diva Benevides (Organizadora). **Tipologia cooperativista**. São Paulo: CNPq, 1984.

PLATÃO. **A República**. Portugal: Europa-América, 1975.

PLUN, Werner. **Utopias inglesas, modelos de cooperação social e tecnológico**. Bonn: Friedrich Eber-Stiftung, 1979.

PREUS, Walter. **El cooperativismo en Israel y en mundo**. 4. ed. rev. Tel Aviv: Centro de Estudios Cooperativos y Laborales, 1981.

POTASHNIK, Michael & CAPPER, Joanne. **Educação a distância: crescimento e diversidade**. In: Finanças e Desenvolvimento. Rio de Janeiro: FMI/FGV, 1998. v. 18, n. 1

RAMAEKERS, Roger. **Analyse critique des Principes Coopératifs**. Le Mans: Université du Maine, 1985.

REZSOHAZY, Rodolfo. **Los Principios Cooperativos**. In: Los Principios Del Cooperativismo de Rochdale a nuestros días. México: Confederación Mexicana de Cajas Populares, 1984.

RODRÍGUEZ, Juan Rafael Castro. **Introducción a la doctrina del cooperativismo**. Costa Rica: CENECOOP, 19--.

ROSEMBUJ, Túlio. **Principios Cooperativos**. In: Jornadas sobre Principios Cooperativos. Madrid: Ministério del Trabajo y Seguridad Social, 1988.

ROY, Yves. **As Caixas Populares Alphonse Desjardins: 1900 – 1920**. Brasília: CONFEBRAS, 2001.

RUIZ, João Álvaro. **Metodologia científica: guia para eficiência nos estudos**. São Paulo: Atlas, 1977.

RUMMEL, J. Francis. **Introdução aos procedimentos de pesquisa em educação**. 3. ed. Porto Alegre: Globo, 1977.

SAINT-ALARY, Roger. **Problèmes et difficultés d'application des Règles de Rochdale dans les différents mouvements et pour chaque forme de coopération**. In: Lês Principes Coopératifs – hier, aujourd'hui, demain? Paris: Institut des Études Coopératifs, 1967.

SANTA CATARINA. **Santa Catarina Tecnologia: histórias de sucesso**. Organização: Cláudia Heusi Silveira. Florianópolis: FUNCITEC, 2001.

STROMQUIST, Nelly. **Educación y equidad en la América Latina contemporánea**. In: Revista Interamericana de Desarrollo Educativo. Washington: OEA, 1995. Ano XXXIX, n. 121, p 182 -191.

THENÓRIO FILHO, Luiz Dias. **Pelos caminhos do cooperativismo: com destino ao crédito mútuo**. 2. ed. São Paulo: CCRESP, 2002.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução a pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

TUDO. São Paulo: Abril Cultural, 1977.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 1998.

VILLASEÑOR, Florêncio Eguía. **Los Principios del Cooperativismo: de Rochdale a nuestros días**. México: Confederación Mexicana de Cajas Populares, 1984.

WATKINS, William Pascoe. **Co-operative Principles: today & tomorrow**. Manchester: Holyoake Books, 1986.

\_\_\_\_\_. **L'Alliance Cooperative Internationale.** Londres: ACI, 1970.

## 11 OBRAS CONSULTADAS

ABRAMO, Perseu. **Pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.

AGUDO, J. Dias. **Cooperação e Cooperadores**. Lisboa: Livros Horizonte, 1980. 72 p.

BALLESTERO, Enrique. **Teoría económica de las cooperativas**. Madrid: Alianza Editorial, 1983.

BARROS, Afonso de. **Doutrina Cooperativa e Princípios Cooperativos**. Oeiras Centro de Estudos de Economia Agrária, 1980.

\_\_\_\_\_. **Princípios basilares da Doutrina Cooperativa**. In: Cooperativismo – Modalidades e Aspectos. Lisboa: Livrelco, 1963.

\_\_\_\_\_. **Doutrina Cooperativa – bosquejo histórico do movimento cooperativo e exposição dos seus Princípios mais gerais**. In: Cooperativismo Agrícola. Lisboa: Revista Agronômica, 1970.

\_\_\_\_\_. **Cooperação agrícola**. 3. ed. Lisboa: Horizonte, 1979.

BELLONCLE, Guy. **L'axiologie coopérative et les aléas de ses transferts Nord-Sud**. Leçons d'Afrique Noire. Paris: ASSCOD, 1983.

BENECKE, Dieter W.. **Cooperação & desenvolvimento: o papel das cooperativas no processo de desenvolvimento econômico nos países do terceiro mundo**. Recife: ASSOCENE, 1980. 239 p.

BENECKE, Dieter W. et all. **Cooperativismo: instrumento de desarrollo en un orden libre**. Buenos Aires: CIEDLA/Konrad-Adenauer-Stiftung, 1992.

BEST, J. W.. **Como investigar en educación**. 2. ed. Madrid: Morata, 1977.

BOAS, Maria Violeta Villas. **Como estudiar**. Rio de Janeiro: SENAC, 1959. V.8.

BOGARDUS, Emory. **Los siete Principios del Cooperativismo**. In: Los Principios del Cooperativismo de Rochdale a nuestros días. Mexico: Confederación Mexicana de Cajas Populares, 1984.

BUNGE, Mário. **Teoría y realidad**. Barcelona: Ariel, 1972.

CABRANES, Leonor Gomes & MANZANO, Pilar Bonilla. **El quinto Principio Cooperativo**. In: Anuario de Estudios Cooperativos. Bilbao: Universidad de Deusto, 1992. p. 133 – 145.

CARELLO, Luis Armando. **El empresarialismo cooperativo, el cambio de los Principios**. In: Anuario de Estudios Cooperativos. Bilbao: Universidad de Deusto, 1987. p. 183 – 203.

CARELLO, Luis Armando et alii. **Cooperativismo y desarrollo**. Buenos Aires: INTERCOOP, 1979.

CHARLEVOIX, Pierre François Xavier de. **Historie du Paraguay**. Paris: [S.I.], 1756. 6v.

COOPERATIVE D'INFORMATION ET D'EDITION MUTUALISTE. **Le Movement Cooperatif en France**. Paris: [S.I.].

CORIA, Rosendo Rojas. **La Doctrina Cooperativa: breve ensaio**. México: Confederación Nacional de la República Mexicana, 1949.

CRACOGNA, Dante. **Reflexiones sobre los valores y los Principios Cooperativos en la Alianza Cooperativa Internacional.** In: Anuario de Estudios Cooperativos. Bilbao: Universidad de Deusto, 1991. p 97 – 109.

DAVIDOVIC, George. **Hacia un mundo cooperativo.** Zaragoza: Centro Nacional de Educación Cooperativa, 1976.

DESROCHE, Henri. **Le Projet Coopératif.** Paris: Lês Éditions Ouvrières, 1976

\_\_\_\_\_. **La société festive – du fourierisme écrit aux fourierisme pratiqué.** Paris: Levil, 1975.

\_\_\_\_\_. **Pour um Traité d'Économie Sociale.** Paris: CIEM, 1983.

\_\_\_\_\_. **Principes Coopératifs – existent-ils et quels sont-ils ?** In: Lês Principes Coopératifs – Hier, Aujourd'hui, Demain ? Lê Mans: Universitet du Maine, 1985.

\_\_\_\_\_. **UCI d'Eté 80: trois etapes.** In: Archives de Sciences Sociales de la Coopération et du Développement. Paris, n. 54, p. 99-108, oct./dec. 1980.

DIGBY, Margaret. **The world cooperative movement.** London: Hutchinson, 1948.

DRIMER, Alicia Kaplan. **El XXXI Congreso de la Alianza Cooperativa Internacional y la nueva formulación de los Principios Cooperativos.** In: Anuario de Estudios Cooperativos. Bilbao: Deustuko Unibertsitatea, 1995. p. 249 – 276.



\_\_\_\_\_ . **Rol del cooperativismo en el próximo milenio.** In: Kooperatiba Ikaskuntzen Urtekaria. Bilbao: Deustuko Unibersitatea, 2000. p. 369-371.

DUQUE, J. F.. **Principios Cooperativos y experiencia cooperativa.** In: Anuario de Estudios Cooperativos. Bilbao: Universidad de Deusto, 1987. p. 89 – 118.

FRANCO, Maria José Puyalto. **Reflexión sobre el cooperativismo.** España: Asociación de Expertos Cooperativos, 1988.

GALOFRÉ, Estanislao. **La empresa cooperativa: un tipo de empresa privada no capitalista.** Santiago: Universidad Católica de Chile, 1974.

GARCIA, Jose Perez. **Iniciación al cooperativismo.** Zaragoza: Centro Nacional de Educación Cooperativa, 1975.

GIDE, Charles. **L'école de Nimes.** Paris: Presses Universitaires de France, 1947.

\_\_\_\_\_ . **Un antécédent de l'UCI: l'Institut International d'Etudes Coopératives (IIEC) 1930-1938.** In: Archives de Sciences Sociales de la Coopération et du Développement. Paris, n. 54, p. 05-18, oct./dec. 1980.

GROMOSLAV, Mladenatz. **Historie des Doctrines Cooperatives.** Paris: Puf, 1933.

\_\_\_\_\_ . **História das Doutrinas Cooperativas.** Brasília: CONFEBRAS, 2003.

HARROSON, J. F. C.. **Robert Owen and the Oweniste in Britain and América** London: Routledge and Kegan Paul, 1965.

HECK, Waldir Antônio. **Cartilha cooperativista.** Carazinho: INCRA/FECOTRIGO, 1980.

HIRSCHFELD, André. **Lavie et l'ouvrier de Robert Owen.** Revue des Études Cooperatives. Paris (163): 1. trim., 1971.

HOLYOAKE, Georges Jacob. **Los Principios Cooperativos.** In: Los Principios del Cooperativismo de Rochdale a nuestros días. México: Confederación de Cajas Populares, 1984.

HYMANN, Herbert. **Planejamento e análise de pesquisa: princípios, casos e processos.** Rio de Janeiro: Lidador, 1971.

INTERNATIONAL CO-OPERATIVE ALLIANCE. **Biblioteca digital:** bibliografia internacional anotada. Disponível em: <<http://www.coop.org/ica/pt/index.html>>. Acesso em: 13 dez. 2001.

\_\_\_\_\_. **Biblioteca digital.** Bibliografia internacional anotada. Disponível em: <<http://www.wisc.edu/uwcc/icc/def-hist/gen-info>>. Acesso em: 13 dez. 2001.

\_\_\_\_\_. **Biblioteca digital:** bibliografia internacional anotada. Disponível em: <<http://www.wisc.edu/uwcc/icc/orgs/ica/pubs/studies>>. Acesso em: 13 dez. 2001.

\_\_\_\_\_. **Nuevos enfoques de los Principios Cooperativos en el mundo.** Buenos Aires: INTERCOOP, 1981.

JUNQUEIRA, José Barroso. **Modificações dos Princípios Básicos do cooperativismo.** São Paulo: OCESP, sd.

LAMBERT, Paul. **Historique des Règles de Rochdale.** In: Les Príncipes Coopératifs – hier, aujourd’hui, demain. Paris: Institut des Études Coopératives, 1967.

LASIERRA RIGAL, Carlos Manuel. **Primer Principio: adhesión.** In: Los Principios Cooperativos. Lérida: Asociación de Expertos Cooperativos, 1988.

LEITE, João Salazar. **Cooperação e intercooperação.** Lisboa: Livros Horizonte, 1982.

LIMBERGER, Emiliano. **Integração cooperativa: redescoberta duma idéia.** Recife: ASSOCENE, 1976.

MACHADO, Plínio Antônio. **Comentários à lei do cooperativismo.** São Paulo: Unidas, 1975.

MATEO BLANCO, Joaquín. **Historia de la reforma de los Principios Cooperativos.** In: REVESCO. Madrid: REVESCO, 1985. n. 53.

\_\_\_\_\_. **El retorno cooperativo.** Saragoza: Institución Fernando el Católico, 1990.

MATEO, Joaquin & PALACIO, Alberto. **Cooperativismo.** Zaragoza: Centro Nacional de Educación Cooperativa, 1972.

MAVROGIANNIS, Dionyses. **Lês Príncipes Coopératifs et la Recommandation 127 de OIT.** In: Les Príncipes Coopératifs – hier, aujourd’hui, demain ? Le Mans: Université du Maine, 1985.

MIGUEL, Maria Dolores Clúa. **Los Principios Cooperativos: sextas Jornadas Cooperativas.** Lérida: Asociación de Expertos Cooperativos, 1988.

MORALES, Alfonso Carlos. **Cooperativismo de “transformación” versus cooperativismo de “consolidación”**: los Principios Cooperativos “clasicos” y su vigencia. In: Anuario de Estudios Cooperativos. Bilbao: Universidad de Deusto, 1990. p. 177 – 193.

MUÑOZ C., Luis Arturo. **Nuevos principios para nuevos tiempos**. In: Lankidetzako Ikaskuntzen Urtekaria. Bilbao: Deustuko Unibersitatea, 1996. p. 103 – 114.

OIT. **Recomendation 127**. Genebra: OIT, 1966.

OIT. **Recomendação 193**. Genebra: OIT, 2002.

O’NEILL, Ana Maria. **Cuerpo y alma del cooperativismo**. México: Confederación Maxicana de Cajas Populares, 1985.

PHILLIPS, Bernard S.. **Pesquisa Social: estratégias e táticas**. Rio de Janeiro: Agir, 1974.

PIAZZA, Walter F.. “Fourierismo” em Santa Catarina. **Blumenau em Cadernos**. Blumenau, 13(4):63-66, abr. 1972.

PIERSON, Donald. **Teoria e pesquisa em sociologia**. 9. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1964.

PIMENTEL, Renato. **Princípios cooperativos**. Brasília: MINAGRI/INCRA, sd.

PINHO, Diva Benevides. **Avaliação do Cooperativismo Brasileiro**. 2. ed. Belo Horizonte: FUNDEC, 1981

PINHO, Diva Benevides & PINHO, Carlos Marques. **Educação cooperativa informal e formal**. Curitiba: ASSOCEP. 1975.

RIOS, Luis Oliveira. **Cooperativas brasileiras**: manual de sobrevivência & crescimento sustentável. São Paulo: STS, 1998.

ROBBINS, Stephen Paul. **Administração**: mudanças e perspectivas. São Paulo: Saraiva, 2000.

SALVADOR, Ângelo Domingos. **Métodos e técnicas de pesquisas bibliográficas**. Porto Alegre: Sulina, 1970.

SANTOS, Salvados Marbán. **Cooperativismo y cooperatismo**. Mexico: Union Tipografica Editorial Hispano Americana, 1968.

SCHARDONG, Ademar. **Cooperativa de crédito**: instrumento de organização econômica da sociedade. Porto Alegre: Rigel, 2002.

SCHNEIDER, José Odelso et al. **Educação cooperativa e suas práticas**. Brasília: SESCOOP, 2003.

\_\_\_\_\_. **Los principios cooperativos hoy**: un enfoque latinoamericano. In: Anuario de Estudios Cooperativos. Bilbao: Deustuko Unibertsitatea, 1993. p. 97 – 112.

SELARIÉS, Guy. **Definição da cooperação em geral e da cooperação agrícola. O Movimento Cooperativo Agrícola Francês**. In: Cooperação Agrícola. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1962.

SELLTIZ, Z. C. et al. **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. São Paulo: Herder, 1965.

TELLERIA, Dionísio Aranzadi. **El empresario cooperativista como innovador**. In: Kooperatiba Ikaskuntzen Urtekaria. Bilbao: Deustuko Unibertsitatea, 1998. p. 121-131.

TRUJILLI FERRARI, Alfonso. **Metodología científica**. 3. ed. Rio de Janeiro: Kennedy, 1974.

VEGA, Daniel Navas. **Los desafíos del Siglo XXI y las nuevas estrategias para la educación cooperativa en América Latina**. In: Lankidetzako Ikaskuntzen Urtekaria. Bilbao: Deustuko Unibersitatea, 1996. p. 87-101.

VERDIER, R.. **Qualques Jalons de l'Histoire Coopérative**. Genebra: OIT, 1973.

VÉLEZ, Hernando. **Hacia dónde debe orientarse la educación cooperativa en esta década?** In: Anuario de Estudios Cooperativos. Bilbao: Deustuko Unibersitatea, 1996. p. 81 – 86.

VILLASEÑOR, Florêncio Eguía. **Las Cajas Populares de Quebec**. México: FECOLAC, 1982.

WATKINS, William Pascoe. **The internatiol co-operative movement**. Manchester: Holyoake House, 1967.

\_\_\_\_\_. **El Movimiento Cooperativo Internacional**. Buenos Aires: INTERCOOP, 1977.

\_\_\_\_\_. **Los Principios Cooperativos hoy y mañana**. Bogotá: ESACOOOP, 1989.

WEBER, Wilhelm & BRAZDA, Johann. **Co-operative Principles from the point of view of evolution theory**. In: Co-operative today. Genebra: ICA, 1986.